

ARCO
EDITORES

**ADEMIR TERRA
IVANIO FOLMER**
ORGANIZADORES

Geografia Rural e Agrária, Educação do Campo e Agroecologia

Reflexões e Práticas



ARCO
EDITORES

**ADEMIR TERRA
IVANIO FOLMER**
ORGANIZADORES

Geografia Rural e Agrária, Educação do Campo e Agroecologia

Reflexões e Práticas



Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivanio Folmer

Projeto gráfico e Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: www.canva.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Geografia rural e agrária, educação do campo e agroecologia [livro eletrônico] : reflexões e práticas / Ademir Terra, Ivanio Folmer (organizadores). -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2025.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-560-9

1. Agroecologia 2. Educação do campo
3. Geografia agrícola 4. Território I. Terra, Ademir.
II. Folmer, Ivanio.

25-306806.0

CDD-370.91734

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação do campo 370.91734

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



10.48209/978-65-5417-560-9

Esta obra foi construída de forma coletiva, reunindo diferentes vozes, experiências e perspectivas. As opiniões expressas nos capítulos são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e não representam, necessariamente, a posição desta editora. Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



APRESENTAÇÃO

“A terra para o campesinato é território, é espaço de vida. Já para o capital é mercadoria.” (Fernandes, 2000)

A compreensão da terra como território de vida e resistência é um ponto de partida fundamental para a reflexão sobre a Geografia Rural e Agrária, a Educação do Campo e a Agroecologia. Ao longo das últimas décadas, a Geografia Agrária e Rural emergiu como campo de estudo central para analisar as relações entre sociedade, território e produção agrícola, oferecendo instrumentos teóricos e metodológicos para compreender as transformações socioespaciais e as dinâmicas de poder que permeiam o uso da terra no Brasil e em outros contextos.

A Geografia Agrária se ocupa do estudo das relações sociais, econômicas e políticas vinculadas à terra e à agricultura, investigando desde a propriedade e a distribuição fundiária até os conflitos relacionados à produção e ao acesso aos recursos naturais (Debert, 2010). É uma área que reflete sobre a influência do capital e do mercado sobre a terra, examinando como processos de concentração fundiária, políticas agrícolas e globalização afetam comunidades rurais e territórios historicamente ocupados por povos camponeses e tradicionais. Já a Geografia Rural tem um foco mais amplo, que engloba as condições de vida no campo, as formas de organização social, os modos de produção, a infraestrutura, as práticas culturais e a interação entre populações e ambiente (Santos, 2002). Enquanto a Geografia Agrária se concentra na dimensão econômica e política da terra, a Geografia Rural amplia a análise para os aspectos sociais, culturais e ambientais, promovendo uma visão integral do espaço rural.

Esses campos de estudo não apenas descrevem e analisam o território, mas constituem ferramentas para pensar alternativas de desenvolvimento sustentável e justiça social, alinhadas à valorização da diversidade rural.

No Brasil, a Educação do Campo surge como um desdobramento necessário da reflexão geográfica e social, buscando construir práticas pedagógicas que reconheçam a especificidade dos territórios rurais e as necessidades de suas

populações (Caldart, 2007). Diferente da educação rural tradicional, muitas vezes pautada por modelos urbanos adaptados, a Educação do Campo valoriza saberes locais, experiências comunitárias e a formação de sujeitos críticos capazes de atuar em seus territórios. Ao inserir a escola no contexto do campo, amplia-se a vida social e cultural das comunidades, fortalecendo identidades e resistências locais. No entanto, persistem desafios significativos, como a precarização das escolas, a falta de infraestrutura adequada, a escassez de educadores formados especificamente para o campo e a desvalorização do conhecimento tradicional. Apesar desses obstáculos, a Educação do Campo representa um espaço de emancipação social, fomentando a permanência dos jovens no território e a construção de projetos de vida que dialogam com o desenvolvimento sustentável e a agroecologia (Freire, 1996; Caldart, 2007).

A Agroecologia, por sua vez, emerge como uma perspectiva integradora da produção de alimentos e da sustentabilidade socioambiental. Conceitualmente, trata-se de uma ciência, prática e movimento social que busca compreender e aplicar os princípios ecológicos nos sistemas agrícolas, promovendo a convivência harmoniosa entre produção, biodiversidade e cultura (Altieri, 2002; Caporal, 2010; Gliessman, 2015). A Agroecologia valoriza o conhecimento tradicional das comunidades, a diversidade de cultivos, a preservação do solo, da água e da biodiversidade, e se apresenta como alternativa frente ao modelo agroindustrial predominante. Além de garantir soberania alimentar, a Agroecologia fortalece a agricultura familiar, promove práticas de manejo sustentável e contribui para a autonomia dos agricultores, integrando produção, educação e políticas públicas voltadas para a sustentabilidade rural.

Ao revisitar os campos de estudo da Geografia, nota-se que a reflexão sobre o rural e o agrário não se restringe à academia, mas se insere como componente vital da sociedade. A análise territorial, os estudos sobre desigualdade fundiária, os impactos ambientais e sociais da agricultura intensiva, e a valorização dos saberes tradicionais constituem ferramentas essenciais para pensar políticas públicas mais justas e eficientes, bem como para orientar ações de planejamento territorial e conservação ambiental (Santos, 2002; Debert, 2010). A interdisciplinaridade com a Educação do Campo e a Agroecologia potencializa

o papel da Geografia enquanto instrumento de transformação social, fortalecendo a consciência crítica e a capacidade de ação comunitária.

O presente livro, *Geografia Rural e Agrária, Educação do Campo e Agroecologia: Reflexões e Práticas*, constitui um produto intelectual e pedagógico que materializa esse diálogo entre teoria e prática. Ele oferece um espaço-tempo de formação, leitura crítica do mundo, reflexão sobre políticas públicas, processos de resistência social e experiências de vida. Entre os temas tratados, destacam-se estudos de caso sobre dendeicultura na Amazônia Paraense; políticas públicas de educação do campo; práticas de agroecologia; resistência comunitária; impactos socioambientais em assentamentos e quilombos; e estratégias pedagógicas inovadoras em contextos rurais. A diversidade de abordagens e autores demonstra a pluralidade dos saberes envolvidos, promovendo o fortalecimento da agricultura camponesa, a valorização cultural e a construção coletiva de conhecimento.

Este livro é, portanto, um convite à leitura crítica, à reflexão e à ação consciente. Ao percorrer seus capítulos, o leitor é instigado a compreender o campo não apenas como espaço físico, mas como território de vida, de cultura, de resistência e de possibilidades de transformação social, reafirmando que a terra para o campesinato é, antes de tudo, território, enquanto o capital a vê apenas como mercadoria.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. *Agroecology: the science of sustainable agriculture*. 2nd ed. Boulder: Westview Press, 2002.

CALDART, R. *Educação do Campo: teoria, prática e desafios*. Campinas: Papirus, 2007.

CAPORAL, F. R. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2010.

DEBERT, G. *Geografia Agrária: uma introdução crítica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

FERNANDES, B. M. *Território e campesinato: estudos sobre espaço e cultura*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecology: the ecology of sustainable food systems*. 3rd ed. Boca Raton: CRC Press, 2015.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SUMÁRIO

BLOCO 1 – AGRICULTURA TRADICIONAL E AGROECOLOGIA...13

Capítulo 1

A Dendeicultura na Amazônia Paraense.....14

João Santos Nahum

doi: 10.48209/978-65-5417-560-0

Capítulo 2

Práticas da Extensão Rural e Agroecologia: Caminhos para o Fortalecimento da Agricultura Familiar na Mata Sul de Pernambuco 36

Maria Patrícia Cabral da Silva; Jorge Luiz Schirmer Mattos

doi: 10.48209/978-65-5417-560-1

Capítulo 3

Manejo Agroecológico do Sistema Solo-Planta-Animal: Um relato de experiência a partir do Cerrado brasileiro.....46

Iara Jaime de Pina; Jorge Luiz Schirmer de Mattos; Ana Paula Neves; Carlos de Melo e Silva Neto; André Luiz Rodrigues da Silveira; Gabriel Caymmi Vilela Ferreira

doi: 10.48209/978-65-5417-560-2

Capítulo 4

A produção de roça como saber tradicional quilombola: análise sobre o processo das atividades agrícolas na comunidade quilombola Canta Galo em Itapecuru-Mirim, no Maranhão.....63

Tarcilia Serra Costa; Ademir Terra

doi: 10.48209/978-65-5417-560-3

Capítulo 5

Educação Alimentar e Nutricional em Diálogo com a Agroecologia: da Horta Escolar à rua Comestível em Cachoeiras de Macacu/Rj.....77

Luiza de Castro Boldrini; Rafael Santos Freitas Motta; Juliana de Oliveira Ramadas-Rodrigues; Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho

doi: 10.48209/978-65-5417-560-4

Capítulo 6

Benefícios e Desafios Enfrentados pelo Campesinato na Coopram ao Adotar a Agricultura 4.0.....92

Jane Ferreira da Rocha

doi: 10.48209/978-65-5417-560-0

BLOCO 2 – TERRITÓRIO, OCUPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL.103

Capítulo 7

Da Formação Socioeconômica ao atual uso e Ocupação dos Municípios da Quarta Colônia.....104

Gerson Jonas Schirmer; Marisa Dal Ongaro

doi: 10.48209/978-65-5417-560-5

Capítulo 8

O Parque como campo de Dunas, Conflitos e Resistências: Doze Anos de Pesquisas nos Lençóis Maranhenses.....120

Antonio José Araujo Cruz; Ademir Terra

doi: 10.48209/978-65-5417-560-6

Capítulo 9

A organização territorial camponesa e a expansão da soja em Baixa Grande do Meio, São Bernardo – MA.....136

Lucas Henrique Pereira Pontes

doi: 10.48209/978-65-5417-560-7

Capítulo 10

Terra, Trabalho e Família: Estudo de caso sobre a Recriação Camponesa em Assentamento Rural no Maranhão.....154

Henrique Coelho da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-560-8

Capítulo 11

Dinâmica Socioambiental no Projeto de Assentamento Aldeia, em Bacabal-MA.....169

Ana Clara Silva Costa; Antonio José de Araújo Ferreira; César Augustus Labre Lemos de Freitas

doi: 10.48209/978-65-5417-560-A

Capítulo 12

Questão Agrária e Ambivalências no Processo de Expansão do Capitalismo Monopolista Mundializado no Campo Moçambicano...188

Lucas Atanásio Catsossa

doi: 10.48209/978-65-5417-560-B

BLOCO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS...206

Capítulo 13

Políticas Públicas de Educação do Campo e o Papel dos Movimentos Sociais nas Comunidades Campesinas.....207

Leonardo Cunha Borges; Jurcelio Henrique de Araújo; Ramofly Bicalho

doi: 10.48209/978-65-5417-560-C

Capítulo 14

O Agro de Prontidão: a hora e a vez dos ataques aos conteúdos dos livros didáticos.....222

Fábio José da Silva Nascimento

doi: 10.48209/978-65-5417-560-D

Capítulo 15

O Agrário No Estado Brasileiro: influência na formação social, políticas agrícolas e questão social.....233

Jean Magno Moura de Sá

doi: 10.48209/978-65-5417-560-E

Capítulo 16

Raízes da Resistência: a Política do Pro-mandioca e os Agricultores Familiares de Vargem Grande - MA.....250

Chirlene Pessoa Sousa; José Sampaio de Mattos Júnior

doi: 10.48209/978-65-5417-560-F

Capítulo 17

O Fechamento de Escolas no Campo como Estratégia de Descampesinização Do Campesinato: o Maranhão como cenário no contexto do Matopiba.....266

Flávio Pereira de Oliveira; Ednalva Alves Lima

doi: 10.48209/978-65-5417-560-G

Bloco 4 – Educação, Formação e Resistência.....282

Capítulo 18

A “ComVivência” pedagógica como estratégia metodológica na formação de educadores ambientais agroecológicos.....283

Ivolanda Magali Rodrigues da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-560-H

Capítulo 19

Não Fechem A Nossa Escola! Memórias de Resistências da EEB São Sebastião.....293

Maria Helena Romani Mosquen

doi: 10.48209/978-65-5417-560-I

Capítulo 20

Fortalecimento das Escolas do Campo a partir do Estudo da Avifauna 307

Juan Camilo Perez; Ivonne Buenaventura; Albertina Maria Ribeiro Brito de Araujo;

Kiwa Perez Buenaventura

doi: 10.48209/978-65-5417-560-J

Bloco 5 – Patrimônio Cultural e Saberes Tradicionais.....315

Capítulo 21

Terreiros de Mina em São Luís - MA: Espaços Sagrados de Resistência Cultural e Espiritual.....316

Rossane Maciel Pereira; Ademir Terra

doi: 10.48209/978-65-5417-560-K

Capítulo 22

La conservación de los conocimientos agrícolas tradicionales andinos y las políticas públicas actuales en Perú: el caso de dos comunidades campesinas en Junín.....333

Claudia F. Loarte Ruiz

doi: 10.48209/978-65-5417-560-L

Capítulo 23

“O Homem Coletivo Sente A Necessidade De Lutar”: O Campesinato visto a partir da obra “Cabra Marcado para Morrer”.....353

Jeison Barros dos Santos; Laiany Rose Souza Santos

doi: 10.48209/978-65-5417-560-M

Capítulo 24

Saberes do Campo, Desafios e Práticas Agroecológicas: Reflexões a Partir da Vivência no Território Rural.....367

Synarha Cinthia Barros da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-560-N

Sobre Os Organizadores.....372

Sobre as Autoras e os Autores.....373

Bloco 1 – Agricultura Tradicional e Agroecologia



CAPÍTULO 1

A DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA PARAENSE¹

João Santos Nahum

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-0

INTRODUÇÃO

A cadeia produtiva do dendê tem mais de sete décadas, (Nahum, Santos, Santos, 2020); apenas nas duas primeiras do século XXI foram criadas condições para o cultivo do dendezeiro impulsionar o desenvolvimento territorial rural na perspectiva de continuidade com as ações do neoextrativismo regional e cujos traços estruturais expomos neste texto. A produção do espaço pela dendeicultura reedita e reforça os problemas do capitalismo no meio rural e coloca novos, por exemplo, o trabalho alienado do projeteiro, aprofundado a subsunção real da força de trabalho.

Compreendemos a importância de ressaltar as vantagens comparativas e competitivas em termos de rentabilidade econômica, balanço energético para biodiesel e geração de emprego, (Muller; Júnior; Filho, 20006), (Souza, 1983), no entanto, quem usufrui desses recursos, ou seja, quem se beneficia desta lógica espacial? De que maneiras? Tentamos responder aos questionamentos concebendo a dendeicultura enquanto produção do espaço para reprodução do capital a partir da apropriação da renda da terra. Para tanto revisamos a literatura sobre esse cultivo, além de planos, programas e políticas envolvendo a cadeia produtiva, bem como nos anos de 2008 a 2024 realizamos trabalho de campo na área de rural de municípios de Moju, Tomé-Açu, Acará, Tailândia, Concórdia do Pará, Garrafão do Norte, Irituia, Barcarena, Abaetetuba e Castanhal que nos permitiram compreender a configuração desta atividade em pensamento único regente do desenvolvimento territorial rural.

¹ Artigo fruto do projeto contemplado na Chamada nº 40/2022 - Linha 3A - Projetos Individuais - Políticas públicas para desenvolvimento humano e social SIGLA: Pro-Humanidades 2022

AÇÕES POLÍTICAS PARA A CADEIA PRODUTIVA DO DENDÊ

Em 2024, segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos a área global de monocultivo da palma de dendezeiro se aproxima de 3.574,83 mil hectares. De acordo com essa fonte, neste ano, a área com dendezaís cresceu na Costa Rica (5.26%), Peru (4.55%), Indonésia (3.70%), Equador (3.23%), Brasil (2.56%), Colômbia (1.94%), Honduras (1.65%), Tailândia (0.98%) e Malásia (0.90%)². No Brasil, segundo dados do IBGE³, na microrregião de Tomé-açu, a área cultivada com dendezeiro em 2023 é de 187.913,00 hectares distribuídos sobretudo na bacia do rio Acará e controlados por empresas como Agropalma, Marborges, BBB (Belém Bioenergia Brasil), BBF (Brasil BioFuels), dentre outras.

Programas e políticas governamentais criaram condições para este cenário. Senão vejamos, em setembro de 2023 a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3601/23, que institui o Programa Nacional de Incentivo e Comercialização do Dendê (PNICD). A ideia é promover o desenvolvimento das cadeias produtivas do dendê no Brasil. A proposta estabelece princípios e diretrizes para o programa, visando ampliar a produção e o processamento; treinar mão de obra empregada nas cadeias produtivas; ampliar o acesso de produtores à educação financeira e à assistência técnica; estimular o associativismo e o desenvolvimento econômico e social sustentável nas regiões produtoras; e promover pesquisas e o desenvolvimento tecnológico no setor. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania⁴.

Em 26 de dezembro de 2017 entrou em vigor Lei nº 13.576 que instituiu a Política Nacional de Bicombustíveis (RenovaBio) visando ampliar a produção e o uso de biocombustíveis na matriz energética brasileira (BRASIL,2017). E tem entre seus eixos a certificação da produção de biocombustíveis e o Crédito

2 Fonte: <https://www.indexmundi.com/agriculture/?commodity=palm-oil&graph=area-harvested-growth-rate> .Acesso: 01 ago.2025.

3 Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/dende/br> . Acesso: 01 ago.2025.

4 Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/1001297-PROJETO-INSTITUI-PROGRAMA-DE-APOIO-AO-CULTIVO-E-AO-USO-DO-OLEO-DE-DENDE> . Acesso: 01 ago.2025.

de Descarbonização (CBIO). Durante pesquisa de campo em Tomé-açu em novembro de 2023, fomos informados por técnicas do projeto SAF-Dendê⁵, desenvolvido em parceria entre Natura, Embrapa e CAMTA (Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-açu), que ele almeja adentrar no mercado de carbono.

O PNICD e RenovaBio são desdobramentos do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, cujo objetivo é a implementação de forma sustentável a produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. No início do século XXI a cadeia produtiva do dendê era estimulada pelo Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Para tanto, o Estado criou a Lei nº 11.097, de 13.01.2005 dispondo sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; a Resolução CNPE 6 de 16.9.2009, estabelecendo em cinco por cento, em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final (antecipação da mistura obrigatória); a partir de 1º de abril de 2023, a mistura de biodiesel no diesel foi ampliada de 10% para 12%⁶; a Portaria nº 116, de 04.04.2013 indicando as diretrizes específicas para a formação de estoques de biodiesel no país; a Resolução ANP nº 33, de 30.10.2007, deliberando sobre os leilões ANP para aquisição do biodiesel necessário para a mistura obrigatória; o Decreto nº 5.297, de 06.12.2004, instituindo o Selo Combustível Social e dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel; Resolução ANP nº 50, de 23.12.2013, especificando o diesel para uso rodoviário e a Resolução ANP nº 2, de 12.01.2011 sobre a especificação B6 a B20 para uso experimental.

A tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2013 sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil e estabelece

5 O projeto recebeu um investimento de US\$ 4,7 milhões por meio de uma parceria com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e de uma aliança entre Natura, CAMTA, Embrapa e Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (ICRAF). Fonte: <http://www.naturacampus.com.br/cs/naturacampus/post/2017-11/infogr%C3%A1fico-1-saf-dend%C3%AA>. Acesso: 01 ago.2025.

6 Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2023/03/governo-oficializa-ampliacao-da-mistura-de-biodiesel-no-diesel-vendido-no-pais#:~:text=A%20partir%20de%201%C2%BA%20de,2026%2C%20chegar%C3%A1%20aos%2015%25>. Acesso: 01 ago.2025.

diretrizes para o zoneamento agroecológico para a cultura de palma de óleo e dá outras providências⁷ motivou o cultivo da palma africana para produção de biodiesel. Isso fortaleceu o mercado de terras antropizadas nos municípios da mesorregião do Nordeste Paraense, pois segundo o Art. 4º do Programa “Fica vedada, a partir da vigência desta Lei, a supressão, em todo o território nacional, de vegetação nativa para a expansão do plantio de palma de óleo”. Segundo o decreto 7.172 de 07 de maio de 2010, nos municípios da microrregião Tomé-Açu encontramos áreas preferencias e regulares para o cultivo do dendezeiro.

O decreto aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo,

considerando-se basicamente o cruzamento da aptidão climática com a aptidão das terras para o dendê, conferindo-se ênfase na interação entre solo e clima. Para avaliar a aptidão das terras para essa cultura, os fatores limitativos dos solos considerados representativos das condições agrícolas das terras são deficiência de fertilidade natural, deficiência de água, excesso de água e riscos de inundação, susceptibilidade à erosão, impedimentos ao desenvolvimento radicular, e impedimento à mecanização (BRASIL, 2010, Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010).

Seriam áreas antropizadas, pois a microrregião conheceu outros produtos e atividades em função das quais reproduziu a dimensão espacial da vida cotidiana (Homma, Menezes, Moraes, 2014). Por conseguinte, as empresas passam a disputar entre si terra e força de trabalho com a pecuária, a fruticultura, o cultivo da pimenta, a atividade madeira. E, considerando-se as áreas aptas, como demonstra o quadro abaixo, a extensão de área plantada é pequena.

Segundo o decreto 7.172 de 07 de maio de 2010, nos municípios da microrregião Tomé-Açu encontramos áreas preferencias e regulares para o cultivo do dendê, conforme a tabela 1.

7 O Projeto foi arquivado em 21/12/2018. Fonte: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115670>. Acesso: 01 ago.2025.

Tabela 1- Área para cultivo e área cultivada do dendê na microrregião de Tomé-Açu 2023.

Municípios	Área para cultivo (hectare) ¹		Área cultivada em 2023/ha
	Preferencial	Regular	
Acará	209.028,96	367.265,16	23.119,00
Concórdia do Pará	30.288,60	38.830,32	21.850,00
Maju	155.803,32	245.466,36	35.235,00
Tailândia	0	194.526,36	61.830,00
Tomé-Açu	0	279.123,48	45.924,00
TOTAL	395.120,88	112.521,68	187.958,00

Fonte: Organizado pelo autor a partir do 1-anexo do decreto 7.172 de 07 de maio de 2010 e dados do <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>

A área cultivada de 187.958,00 hectares equivale a aproximadamente 37,04% do total apto ao cultivo, 507.533,52 hectares, o que indica potencial de expansão do cultivo do dendezeiro. Situação geográfica que atraiu a mineradora Vale e motivou, em dezembro de 2011, ela adquirir a BIOPALMA⁸ e seus 18,4 mil hectares plantados na microrregião de Tomé-açu⁹; fez a maior empresa brasileira, Petrobras, através de sua subsidiária Petrobras Biocombustível, e a portuguesa Galp Energia formarem a BELEM BIOENERGIA BRASIL¹⁰, com os primeiros plantios realizados em 2011, somando hoje 41 mil hectares pelos municípios de Acará, Maju, Mocajuba, Tailândia e Tomé-açu¹¹; estimula a vinda da ADM (Archer Daniels Midland Company) para São Domingos do Capim e plantar aproximadamente 12 mil hectares de dendezeiro, e Guafeng Group nos municípios de Maju, Acará, Tailândia, Tomé-Açu e Concórdia do Pará.

8 Fonte: <https://ibram.org.br/noticia/vale-compra-biopalma-da-amazonia-por-us-173-milhoes/> . Acesso: 01 ago.2025.

9 “Adquirida em 2011 por US\$ 173,5 milhões, a Biopalma foi vendida por um valor não revelado, mas que pode ter sido apenas simbólico, para a Brasil Bio Fuels (BBF) – empresa controladora da Amazonbio –, e a transação foi aprovada nesta semana pela Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)”. Fonte: <https://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/dende/cade-aprova-venda-da-biopalma-para-a-bbf-231020#:~:text=Adquirida%20em%202011%20por%20US,Administrativo%20de%20Defesa%20Econ%C3%B4mica%20> . Acesso: 01 ago.2025.

10 Fonte: <https://www.belembioenergia.com.br/sobre/nossa-historia>. Acesso: 01 ago.2025.

11 Fonte: <https://www.belembioenergia.com.br/sobre/quem-somos> . Acesso: 01 ago.2025.

A chegada dessas empresas contribui para o aumento no preço da terra, como e de que maneira será objeto de investigação de outro texto. Mas, os dados disponíveis sobre o mercado regional de terra do INCRA, em julho de 2016¹², mostram que o valor médio do hectare de terra nua de 1º nível categórico na região da PA150 (Abaetetuba, Acará, Baião, Bujaru, Barcarena, Cametá, Concórdia do Pará, Igarapé Miri, Mocajuba, Moju, Tailândia e Tomé-Açu) era 1.088,67 e a terra usada em pecuária 2.144,02, salta em 2023¹³, respectivamente para 2.226,81 e 2.714,40. Na microrregião de Tomé-açu a área cultivada com dendezeiro cresceu de 44.484,00 hectares em 1993 para 187.913,00 hectares em 2023. Em três décadas os dendezaís avançaram de 322,5%, sobretudo na bacia do rio Acará.

Tal expansão é ritmada por tensões, disputas e conflitos envolvendo empresas dendeicultoras, comunidades quilombolas, camponesas e indígenas e relacionada a diversos danos e impactos socioambientais. Cruz; Farias (2017) identificam impactos socioambientais causados pelo uso de agrotóxicos em cultivo de palma de dendê nos recursos hídricos; Damini *et al* (2020) analisam os impactos socioambientais percebidos pelos Tembê, em Tomé-Açu (PA). Nahum; Santos (2014) examinam impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense; Gemaque, Sousa e Beltrão (2019) averigam os impactos socioambientais e econômicos causados pela expansão da dendeicultura em propriedades de agricultores familiares, no polo Concórdia de produção de dendê, localizado no Nordeste do Estado do Pará; Ferreira *et al* (2016) identificam os fatores econômicos, sociais e ambientais produzidos pelo agronegócio do dendê, a partir da integração da agricultura familiar à atividade, avaliando seus efeitos sobre a dinâmica do desenvolvimento local no Baixo Tocantins; Santos, Farias e Lopes (2020) analisam o papel das principais empresas produtoras do óleo de palma acerca dos conflitos socioambientais, na região do Nordeste do Pará.

12 Fonte: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/relatorio-de-analise-de-mercados-de-terras/ppr_sr01_2016.pdf. Acesso: 01 ago.2025.

13 Fonte: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/ATLAS_MERCA-DO_TERRAS_2023.pdf. Acesso: 01 ago.2025.

Em pesquisa de doutorado Almeida (2015) procura compreender os conflitos, as mudanças, e as trajetórias de usos da terra, assim como o valor de conservação da biodiversidade das plantações de dendezeiro e de outros usos da terra predominantes na região de Moju, no leste do Pará. Em pesquisa de conclusão de curso Silva (2019) analisa a percepção dos impactos da expansão da monocultura do dendê sobre a dinâmica dos sistemas sociais comunitários (religioso, educacional, de saúde, econômico e político) e sobre os padrões locais de uso dos recursos naturais. A imprensa também registra situações preocupantes envolvendo a cadeia produtiva do dendê, por exemplo: “Monocultura do dendê traz impactos ambientais para comunidades no nordeste paraense”, Presença de endosulfan (inseticida e acaricida organoclorado, altamente tóxico) foi encontrado em rios e igarapés em áreas quilombolas, indígenas e assentamentos rurais¹⁴; “Azeite de dendê: como produção do óleo está destruindo uma das últimas florestas tropicais da Ásia”¹⁵; “Dendê no Pará: desmatamento e comunidade sob pressão”¹⁶; “Monocultivo de dendê viola direitos e destrói Amazônia”¹⁷; “Com inércia do governo, empresas do dendê avançam sobre terras públicas da Amazônia”¹⁸; “A guerra do dendê”¹⁹.

Segundo a Abrapalma, a cadeia produtiva do dendê gera mais de 12.800 empregos diretos foram criados na região, além de impulsionar investimentos em infraestrutura local, como estradas e instalações de beneficiamento de óleo²⁰. A geração de empregos também se traduz em ações judiciais, como se pode constatar no site do tribunal regional do trabalho na 8ª região Pará e Ama-

14 Fonte: https://www.brasildefato.com.br/2017/05/17/monocultura-do-dende-traz-impactos-ambientais-para-comunidades-no-nordeste-paraense/?utm_source=chatgpt.com . Acesso: 01 ago. 2025.

15 Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54920499?utm_source=chatgpt.com . Acesso: 01 ago. 2025.

16 Fonte: https://www.brasildefato.com.br/2017/05/17/monocultura-do-dende-traz-impactos-ambientais-para-comunidades-no-nordeste-paraense/?utm_source=chatgpt.com . Acesso: 01 ago. 2025.

17 Fonte : https://fase.org.br/pt/noticias/teste/?utm_source=chatgpt.com . Acesso: 01 ago. 2025.

18 <https://apublica.org/2022/08/com-inercia-do-governo-empresas-do-dende-avancam-sobre-terras-publicas-da-amazonia> . Acesso: 01 ago. 2025.

19 <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/07/05/guerra-do-dende-no-para-veja-perguntas-e-respostas.ghml> . Acesso: 01 ago. 2025.

20 Fonte: <https://abrapalma.org/associados/> . Acesso: 01 ago. 2025.

pá. O resultado da consulta no item decisões da base de pesquisa²¹, os processos julgados relacionadas a Agropalma, Biopalma, BBB, BBF, Dentaua, Marborges, Mejer, Oleoplan e Vila Nova, somam 17.599 (dezessete mil, quinhentos e noventa e nove). Número estonteante que levou justiça do Trabalho, no dia 21 de novembro de 2022, audiência pública sobre as condições de trabalho na cadeia produtiva de dendê²², ocasião pudemos expor resultados da pesquisa e no qual ouvi de um dos representantes das empresas dendeicultoras a expressão “indústria do processo trabalhista”; e em 07 de março de 2024 o ministério público do trabalho convocou audiência pública sobre trabalho na cadeia produtiva do dendê e óleo de palma no Pará²³, momento onde os representantes das empresas dendeicultoras ouviram de representantes de trabalhadores e comunidades em torno dos dendezaís, demandas.

Uma estratégia para usar as terras e força de trabalho do sitiante camponês a serviço da cadeia produtiva foi criação de assentamentos rurais destinados ao cultivo do dendezeiro, cujo protótipo foi criado pela Agropalma. O projeto piloto foi o Arauaí construído pela ação da Agropalma e o governo do estado do Pará, no município de Moju (Homma et al, 2014), primeiro assentamento de reforma agrária produtor de fruto fresco colhido para a agroindústria e cujo sucesso econômico estimulou cinco vezes sua replicação nas áreas em torno dos dendezaís da Agropalma. A maneira de integração dos cultivadores à empresa serviu de modelo para empresas como Marborges, Biopalma, Dentaua, Palmasa. Segundo a ABRAPALMA a cadeia produtiva tem inserida cerca de 1500 famílias no sistema de parceria para cultivo de fruto fresco colhido.

As unidades familiares na cadeia produtiva integram a reprodução do capital dendeicultor. Tais agricultores continuam proprietários da terra enquanto meio de produção e sua força de trabalho não é vendida à empresa. O calendário agrícola, o uso da terra e o trabalho familiares, quando associadas a dendeicultura, são ritmadas pelas empresas; a propriedade, por meio de contratos entre

21 Fonte: juris.trt8.jus.br/pesquisajulgados/ . Acesso: 01 ago. 2025.

22 Fonte: <https://www.trt8.jus.br/noticias/2022/justica-do-trabalho-realiza-nesta-segunda-feira-21-audiencia-publica-sobre-condicoes> . Acesso: 01 ago. 2025.

23 Fonte: <https://www.prt8.mpt.mp.br/procuradorias/prt-belem/1266-mpt-convoca-audiencia-publica-sobre-trabalho-na-cadeia-produtiva-do-dende-e-oleo-de-palma-no-para> . Acesso: 01 ago. 2025.

partes juridicamente iguais e em comum acordo, é utilizada para monocultura. O associado torna-se empreendedor de si mesmo, cujo ganho é proporcional à tonelada do fruto fresco colhido. O corolário é um regime de auto-exploração da jornada de trabalho, sem hora para começar e terminar e em condições precárias de trabalho como indicam os relatórios do GT Cadeia Produtiva do Óleo da Palma do Pará, que integra a CONAETE – Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Mas, essa condição é ofuscada pelas metas de produção e produtividade maiores. No campo da Agropalma o trabalho é regulado, enquanto no campo familiar a motivação financeira estende a jornada.

O programa da Agropalma “abrange uma área de mais de 12 mil hectares, com a participação de 60 produtores integrados e 272 agricultores familiares” [...] A agricultura familiar tem uma importância crescente na produção da Agropalma, tanto que, em 2022, representou 26% do total processado de CFF (cachos de frutos frescos) - um aumento em relação aos 18% registrados entre 2016 e 2017. A agroindústria extrai do dendê o óleo de palma, utilizando predominantemente na indústria de alimentos, cujo valor médio da tonelada em 2024²⁴ era de US\$ 935,69 e o de palmiste, absorvido pelos segmentos de cosméticos e higiene, com maior valor médio era de US\$ 1.290,23.

A empresa compra o fruto fresco colhido tendo como referência a tonelada do óleo de menor valor, o da palma. No ano de 2024 o valor pago pela empresa aos agricultores por tonelada do fruto fresco colhido era de aproximadamente 12% do óleo de palma. Considerando que a produtividade média é de 21 ton/ha e o valor de R\$ 741,80 (jun.2025)²⁵ por ton, o produtor tem uma renda aproximada de R\$ 15,6 mil reais. Retorno monetário que ainda não encontra comparativo no meio rural da microrregião de Tomé-açu vinculado ao outro cultivo. Desde agosto 2008, quanto realizamos o primeiro trabalho de campo nos dendezaís da Marborges até novembro de 2024, nosso mais recente campo nos SAF Dendê, não encontramos nenhum produtor arrependido de ter se associado ao projeto de produção de dendê familiar.

24 Fonte: <https://www.indexmundi.com/pt/pre%E7os-de-mercado/?mercadoria=índice-de-preços-dos-alimentos> . Acesso: 01 ago. 2025.

25 Fonte: <https://www.agropalma.com.br/sustentabilidade/#documentos> . Acesso: 01 ago. 2025.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PARA A DENDEICULTURA

A dendeicultura consiste na produção do espaço associada a cadeia produtiva da palma. Por conseguinte, áreas antropizadas ou não, se metamorfoseiam em dendezais cujo frutos frescos são matéria-prima para cadeia produtiva de alimentos, cosméticos e produtos de higiene; e sitiantes camponeses transformam-se em produtores associados de empresas ou em assalariados das empresas (Nahum, Santos 2022), (Nahum, Santos, 2017). Produção espacial desencadeada a partir da associação entre Estado e setores empresariais da cadeia produtiva do dendê, que possibilitam o cultivo do dendezeiro nesta fração da Amazônia, reorganizando a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social dos lugares sob sua influência (Nahum; Santos, 2018), (Nahum; Santos; Santos, 2018).

Isso foi possível porque desde a abertura política brasileira no final da década de 1970 e a proliferação do pluripartidarismo, pessoas que se destacavam por sua liderança à frente de sindicatos rurais e urbanos, associações de moradores, colônias de pescadores, clube recreativos, pastorais da igreja católica ou templos evangélicos adentraram à estrutura partidária e se tornaram vereadores, prefeitos, deputados, senadores, membros de diretórios partidários, assessores parlamentares, enfim se afastaram das demandas cotidianas do lugar. E passaram a vivenciar a programática e a pragmática partidária. Dada a influência política, conseguiram fazer que as organizações de base reverberassem e referendassem as orientações político partidárias. Por conseguinte, a partir dos chamados governos progressistas, a sociedade civil, dada a ausência de alternativas, aceita as políticas governamentais. Nessa condição, elaborou-se um discurso consensual em torno da palma africana, propositor desse cultivo como panaceia para geração de emprego e renda, contenção do êxodo rural, recuperação de áreas degradadas, numa espécie de pacto territorial envolvendo Estado, empresários, sindicatos, agricultores e trabalhadores rurais em prol do desenvolvimento, como se a dendeicultura fosse boa para todos.

É sob o signo dos governos Lula (2003-2011 e 2023.) e Dilma (2011-2016) associados a uma sociedade civil com dificuldade em elaborar alternativa

às políticas governamentais, que grandes projetos neoextrativista (Svampa, 2019) são implementados na Amazônia, por exemplo, o Complexo Belo Monte e a expansão da cadeia produtiva de *comodities*, dentre eles o óleo de palma. Por conta disso por exemplo, na configuração espacial da comunidade da Forquilha, em Tomé-açu, motéis, hotéis, postos de gasolina, supermercados, lojas de eletrodomésticos, oficinas de mecânicas de automóveis e motos, dentre outras formas comuns a bairros urbanos são construídos a partir da chegada da Biopalma para atender às demandas da mão de obra que trabalha nos campos da empresa (Carvalho, Nahum, 2019). De lugar periférico, a Forquilha metamorfoseou-se em bairro rural que tem sua reprodução alicerçada no circuito inferior da economia criado em função da empresa. Outro exemplo vem do município de Moju, onde as comunidades rurais próximas a MARBORGES que outrora eram de agricultores camponeses, hoje são comunidades rurais sem camponeses, compostas fundamentalmente por assalariados rurais da empresa (Nahum, Bastos, 2014).

A dendeicultura comporta-se como evento reestruturador da paisagem, configuração espacial e dinâmica territorial (Nahum, Santos, 2018). Tornado possível pela ação de políticas de Estado propositoras da cadeia produtiva do dendê como vetor de desenvolvimento territorial rural. Evento gestado por mais de seis décadas do século XX, abrangendo a chegada da palma na Amazônia, passando pela construção de acordos internacionais e elaboração de projetos piloto das primeiras plantações estatais apoiadas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), seguido da incorporação das estatais dendeicultoras pelas privadas nacionais, e assim por diante, culminado nas tentativas de fazer biodiesel (Homma, 2016). Permitindo que na área rural de municípios como Tomé-açu, Concórdia do Pará, Abaetetuba, Baião, dentre outros, formem-se extensa áreas de cultivo do dendezeiro. Esses lugares integram-se à reprodução da cadeia produtiva do dendê e do crescente mercado global de óleo de palma. O mercado global de óleo de palma foi avaliado em US\$ 66,84 bilhões em 2022 e estima-se que atinja aproximadamente US\$ 108,54 bilhões até 2031, com um CAGR de 5,5% de 2023 a 2031²⁶.

26 Fonte: <https://www.econmarketresearch.com/industry-report/palm-oil-market/>. Acesso: 01 ago. 2025.

O protótipo de produção familiar do dendê, o assentamento Arauaí tem como propósito integrar o agricultor familiar ao cultivo do dendezeiro com produção semelhante a escala industrial. “No começo foi muito difícil, duro mesmo, nós não conhecia nada; nós teve que apreende fazendo tudo com suor” (entrevistado), relata um produtor que inicialmente, em 2002, “o trabalho foi intenso e, frequentemente, frustrante, pois tinha recebido um lote e linha de crédito, mas não tinham manejo com a cultura do dendê nem a máquina pra trabalhar. Era tudo na base da força e com ferramentas relativamente simples”. Outro entrevistado relata, “teve gente que foi se embora, passou o lote para outro, não quis mais; gente que arrendo o lote. A pessoa pego a terra e esmoreceu”. Este cenário comprometia as metas de produção e produtividade da empresa, bem como se traduzia percentual de retorno aos produtores.

Diante deste cenário, a Agropalma incentiva a formação do consórcio de mão de obra e equipamentos. Possibilitando o aparecimento do projeteiro, isto é, a unidade familiar que vive da renda do projeto do cultivo do dendezeiro, seja ele proprietário, arrendatário ou locatário de lotes. Esta quando não dispõem de força de trabalho para cultivar, contrata os serviços do consórcio para todas as fases dos tratos culturais. Durante trabalho de campo encontramos um servidor público municipal proprietário de lote mantido pelos serviços do consórcio. Este proprietário, sem colocar as mãos no plantio, recebia mensalmente da empresa o valor relativo ao fruto fresco vendido. Valor cujo um percentual relativo aos serviços prestados era repassado ao consórcio, e mesmo assim ainda ficava com um bom valor. A empresa e o administrador do lote ficam com a renda da terra. No caso deste último, permitiu-lhe usufruir de um padrão de vida e consumo jamais sonhado. As casas dos projeteiros são reformadas ou reconstruídas para padrões e dimensões encontradas na cidade, com a garagem e veículos de passeio e trabalho.

As unidades familiares distam no máximo 50 quilômetros do complexo industrial de processamento, de modo que o cacho de fruto fresco colhido diariamente não demore 24 horas para ser processado, caso contrário perde em qualidade. Possibilitada por meio de um conjunto de rodovias, pontes e portos configuradoras da região do dendê na Amazônia paraense. As empresas

e suas plantas industriais distribuem-se pela macrorregião do Nordeste Paraense, singularizando-se pela descontinuidade, espalhados pelo arranjo espacial do estado, onde cada dendezal constitui um ponto na rede, unificados por um comando exógeno. O tamanho e quantidade dos pontos dependem da envergadura e natureza do capital acionado para transformar extensas terras, assim nem toda empresa tem condições políticas, econômicas e espaciais para construir seu território-rede. No estado do Pará a cadeia produtiva do dendê constituída, dentre outras, pelas empresas Palmasa, Agropalma, Belém Bioenergia Brasil (BBB), BH Palma, Brasil BioFuels (BBF), Dendê do Tauá S/A(Dentaua), Dendê do Pará S/A(Denpasa), Marborges, Mejer, Oleoplan, Vila Nova.

A atuação das empresas configura a dendeicultura tal como um grande projeto produtor de *comodities*, sustentado por ações políticas estatais e ressaltando as vantagens técnicas, competitivas e econômicas; agora sobre o imperativo de geração de emprego, renda e inclusão social, silenciando os danos, impactos socioambientais e tensões territoriais. Tal como os grandes projetos de produção e exploração mineral, agropecuário e energético da década de 1970 e 1980, ela ressignifica os lugares onde aporta, pois seu tamanho e metas exigem quantidades crescentes de terra e força de trabalho. Tem alto poder de atração de mão de obra para execução de atividades que exigem esforço físico constante, sobretudo no manejo de campo. De modo que empresas disponibilizam transporte para deslocamento de trabalhadores, atraindo mão de obra de todos os quadrantes do estado e da região. Atraem força de trabalho de todos os quadrantes do estado do Pará, sobretudo da macrorregião do nordeste paraense, e do Maranhão e Piauí, dentre outros. Trata-se, predominantemente de trabalhadores cuja trajetória de vida passou várias vezes pelo campo, quer trabalhando em sua propriedade ou de terceiros, desenvolvendo atividades que exigem baixa escolaridade e muito vigor físico (Nahum, Bastos. 2014).

Quando agricultores procuram emprego e renda nas empresas, colocam as atividades de produção, criação, extração e cultivo da unidade produtiva familiar em segundo plano ou mesmo abandonando-as. Emerge um campo onde o trabalho na terra é sinônimo de emprego e as relações sociais mediadas

predominantemente pelo dinheiro. Antes, na produção do espaço rural imperava o circuito onde a economia familiar produzia mercadorias para vender no mercado e comprar o que precisava. Desde sua integração à cadeia produtiva do dendê, o dinheiro não provém das atividades de criar, extrair, cultivar e produzir, mas fundamentalmente do assalariamento rural, da venda de fruto fresco produzido pelos agricultores familiares associados e dos programas de bolsa família, bem como aposentadoria rural e remessa de recursos de familiares.

Esse movimento acentua processos anteriormente existentes tais como a crise na produção familiar de alimentos, envelhecimento do agricultor familiar, enfraquecimento da pluriatividade no campo, dependência e subordinação dos lugares à dinâmica das empresas, enfraquecimento dos movimentos sociais e das lutas pela reforma agrária. Some-se a isso o fato de que as organizações representativas dos camponeses, agricultores familiares e trabalhadores rurais carecem de propostas alternativas à subordinação dos camponeses às empresas. Movimentam-se no mesmo campo político que reivindica a inclusão da agricultura familiar nos projetos empresariais como única política de estado para o meio rural. Portanto, assistimos, isto sim, a continuidade de um longo processo de formação de um campo sem camponeses, lentamente gestado por um Estado que nunca propôs política agrária que primasse pela reprodução do modo de vida do campesinato tradicional.

O agricultor familiar da Amazônia paraense não dispõe de alternativa produtiva com o mesmo suporte institucional capaz de se configurar como alternativa à cadeia produtiva do dendê. Nenhuma linha do PRONAF recebe tanto apoio e incentivo do Estado e do capital quanto o PRONAF ECO, sobretudo no que se refere a garantia de compra do produto a preço de mercado e monitoramento de todas as fases do processo produtivo, a começar pelo piqueteamento da área, treinamento para coleta e mesmo carregamento da produção até a agroindústria. Segundo dados do Base - SIGCONTROPER - ago/2023, de 2010 a 2023, o Banco da Amazônia S/A, acionou R\$ 91.957.458,04 (noventa e um milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil e quatro centavos) em operações de custeio e investimento associadas ao cultivo do dendezeiro pela agricultura familiar no municípios de Abaetetuba, Acará, Aurora do Pará, Baião, Bujaru, Cametá,

Capitão Poço, Castanhal, Concórdia do Pará, Garrafão do Norte, Igarapé-açu, Irituia, Mocajuba, Moju, São Domingos do Capim, Tailândia e Tomé-açu.

A dendeicultura reorganiza as paisagens que ficam marcadas por monótonas monoculturas de dendezeiro. Alteram-se a configuração territorial, pavimentam-se estradas e ramais que permitem a entrada e a saída da produção; modifica-se também a dinâmica social, proliferando o assalariamento rural na monocultura. Os lugares sentem o impacto da associação de unidades familiares às empresas. Muda-se a relação com o território, quem antes era o quadro da vida, usado para reprodução da unidade familiar, hoje está profundamente dependente da associação com as empresas, de onde provém o dinheiro para aquisição de tudo o que antes na sua condição de agricultor camponês produzia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o primeiro trabalho de campo em 2008 até o mais recente em 2024 não nos deparamos com nenhum produtor familiar de dendê ou trabalhador rural das empresas arrependido de integrar essa economia. O que nos leva a compreender que a dendeicultura fincou raízes na configuração espacial de municípios da macrorregião do nordeste paraense. Sob o mantra de geração de emprego, renda, inclusão social e desenvolvimento sustentável a cadeia produtiva de óleo e derivados tem dinamizado a economia dos lugares. Territórios deprimidos economicamente revigoraram áreas antropizadas, convertendo-as em extensos dendezaís por meio de intensa força de trabalho local e regional. A economia municipal é chamada a ofertar serviços de abastecimentos, moradia, ferramentas, transportes de passageiros e carga demandadas por essa economia.

Os planos e programas estatais reiteram a dendeicultura como vetor de desenvolvimento territorial para promover a inclusão social enquanto incorporação do meio rural à sociedade de consumo. Uma das estratégias territoriais foi a criação de assentamentos rurais para o cultivo do dendezeiro integrando o agricultor familiar, cujos primeiros foram os projetos do Arauaí, no município de Moju. Projetos que nasceram para extrair a renda da terra atra-

vés do cultivo do dendezeiro com produção e produtividade elevadas. Para tanto forma-se a associação de produtores familiares de fruto fresco colhidos para orquestrar força de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas, adubos, dentre outros insumos, num rito de tratos culturais do dendezeiro para obtenção de maior renda.

Extraír renda da terra através de projetos de produção familiar do dendezeiro tem sido propagandeada como inclusão social, sinônimo de formação de empreendedores e consumidores. Gestores de si orientados por altas metas empresariais de produção e produtividades traduzida em renda e poder de consumo. O imperativo do ganho econômico tem orientado os projetos de assentamento de dendezeiro. E em nome dele e, muitas vezes, sob condições de trabalho precário, planta-se dendezeiro em área de mata ciliar, assoreia-se igarapés, compromete-se a qualidade da água dos corpos hídricos. E vende-se para a empresa o fruto fresco colhido tendo como parâmetro o preço do óleo mais baixo.

Mas os projeteiros do dendê veem apenas a transformação na sua qualidade material de vida. Em junho de 2023, durante trabalho de campo, perguntamos para projeteiros e a presidente da associação de produtores porque eles não trabalham com a possibilidade de construção de uma planta de processamento do fruto para vender o óleo, ainda que bruto? Reiteradamente respondia que “essa era uma possibilidade que foi colocada no horizonte e todas as vezes afastada, pois daria mais trabalho” (Entrevistado 1). Mas, uma resposta de um projeteiro resumiu o cenário, “professor, a gente não quer” (Entrevistado 2). Compreendi que chegam aonde queriam.

A aquisição de bens e a melhoria substancial dos imóveis onde vivem são o testamento e o testemunho que do vigor econômico do projeto. Casas novas, frequentemente com veículo na garagem e muradas, dispostas de internet de alta velocidade, indicam que a dendeicultura conquistou o coração e as mentes das pessoas que outrora moravam precariamente e caminhavam longas distâncias ou mesmo dependiam do irregular transporte rural. Em junho de 2023 encontramos um rapaz que nos surpreendeu dirigindo uma camionete hilux comprada à vista com a renda do dendê.

Na fronteira Amazônia do início do século XXI o cultivo da palma pede uma análise tendo como ponto de partida o território usado. Focar na dimensão espacial da sociedade proporciona uma visão da totalidade dos processos, permitindo que se avalie as atividades produtivas para além de sua rentabilidade e produtividade, desvendando metamorfoses da renda da terra em capital por meio da dendeicultura. Ajuda-nos a entender que a geração de emprego e a inclusão de agricultores familiares é um caminho para o desenvolvimento rural, mas não pode ser o único. Sobretudo mostra-nos que as externalidades econômicas são eufemismo para os riscos e impactos socioespaciais inerentes as monoculturas, são o preço da riqueza.

De imediato uma dificuldade emerge, como pensar tais processos considerando que a área e os usos compondo a totalidade estão em constante mutação, incompreendida endogenamente. Isto é, o desafio de pensar a parte e o todo não como relação de causal, mas como integrantes da teia relacional do mundo. Edificar um pensamento relacional é necessário para entender a ressignificação dos lugares a partir de sua posição na situação geográfica global. Certamente todos os lugares integram a totalidade, mas o como e o para que são definidos no plano da política e da densidade técnica mediadas pelos atores hegemônicos globais, nacionais, regionais e locais (Santos, 2005; Santos, 2008). É no tecido dessas relações que compreendemos a formação de territórios e região do dendê no nordeste paraense.

O espaço agrário contém múltiplas possibilidades, sobretudo se concebido numa perspectiva territorial, consideradas a configuração espacial e as dinâmicas sociais que usam o espaço, territorializando ações. Espaço caracterizado pelo uso da terra por diferentes e divergentes grupos e classes sociais, uns concebendo-o eminentemente como setor produtivo da economia, outros como lugar singularizado por seu modo de vida, o campo é palco, produto e condicionante de lutas entre classes sociais para territorializar seus interesses, isto é, seus usos do território.

Em se tratando do espaço amazônico paraense, desconfiemos da cadeia produtiva do dendê quando promete sustentabilidade ambiental, rentabilidade econômica, inclusão social de agricultores familiares, soberania e segurança

energética e alimentar, sem que se esclareça para quem e como. Trata-se isto sim de mais um capítulo da economia regional da Amazônia, onde as virtudes de um produto (drogas do sertão, borracha, manganês, ferro, bauxita, energia, gado) mostraram-se insuficientes para assegurar espaços menos desiguais e mais justos. Forma-se isto sim verdadeiros processos de des-envolvimento de comunidades rurais, campos descampesinizados, espaços mais e mais esquizofrênicos, posto que organizados segundo comandos exógenos e não daqueles que cotidianamente os vivem.

A dendeicultura não é a solução, nem é a causa dos males que afligem o espaço agrário nas áreas antropizadas. É preciso superar a tradição política que subordina o desenvolvimento da Amazônia à ascensão e queda de um produto no mercado mundial, que deposita todas as esperanças ou mesmo amaldiçoa determinado produto; política que se regozija ao dizer “nossos minérios”, “nossa floresta”, “nossas riquezas” ou mesmo que repete o mito do desenvolvimento em muitos adjetivos, regional, sustentável, territorial, participativo. Sempre mais do mesmo. Esquecendo-se de perguntar quem usufrui das riquezas, sejam elas essências florestais, borracha, madeira, minérios, energia hidroelétrica e dendê. Dendê para quem? Dendê por quê? Dendê para quê?

Portanto, é preciso perguntar quem ganha com a dendeicultura, pois tão importante quanto ressaltar as potencialidades econômicas, ambientais e sociais do dendê, faz-se necessário refletir sobre quem usufrui dos dividendos dessas potencialidades, ou seja, quem fica com a renda da terra e se beneficia do território; refletir sobre os impactos no modo de vida do lugar onde o agronegócio do dendê se implanta e expande. Perguntas que exigem um pensar geográfico manifestado nas linhas aqui interrompidas.

REFERÊNCIAS

AGROENERGIA EM REVISTA. Brasília. Embrapa Agroenergia. Ano II, nº 2, maio de 201. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/54887/1/2011AP39.pdf> . Acesso: 01 ago.2025.

AGROPALMA 2021. Relatório de Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.agropalma.com.br/sustentabilidade/#relatorios> . Acesso: 27 jun.2025.

ALMEIDA, A. S. de **Mudanças de uso da terra em paisagens agrícolas com Palma de óleo (*elaeis guineensis jacq.*) E implicações para a Biodiversidade arbórea na Amazônia oriental**, Tese de Doutorado em Ciências Ambientais. Instituto de geociências.

BRASIL. Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7172.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.172%2C%20DE%207,%C3%B3leo%2C%20nos%20termos%20do%20zoneamento. Acesso: 01 ago.2025.

BRASIL. Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13576.htm . Acesso: 01 ago.2025.

CARVALHO, A. C. A. de; Nahum, J. S. Dendeicultura e migração em Tomé-açu (Pará): o caso da Vila Forquilha. **InterEspaço: Revista De Geografia E Interdisciplinaridade**, v.5.nº16, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/8002/6386> . Acesso: 27 jun.2025.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo, Editora Cortez. 1990.

CRUZ, R. H. R; FARIA, A. L de A. Impactos socioambientais de produção de palma de dendê na Amazônia paraense: uso de agrotóxicos. *Revista GeoAmazônia* Belém v. 5, n. 10 p. 86–109 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12502/pdf_98 . Acesso: 01 ago.2025.

DAMIANI, S *et al.* “Ficou só Chão e Céu”: Dendeicultura e Impactos Socioambientais sobre Território Tembê na Amazônia. *Revista Ambiente e Sociedade*. São Paulo. Vol. 23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/3nm-n5gDHLrwgQnPcG6bnk/?lang=pt> .Acesso: 01 ago.2025.

FERREIRA, V. A *et al.* Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 39, p. 173-188, dezembro 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/46128>. Acesso: 01 ago.2025.

GEMAQUE A. M. S; SOUSA, A. C. R; BELTRÃO N. E. S. 3Integração da dendeicultura à agricultura familiar: um estudo dos impactos socioambientais e econômicos no polo de produção Concórdia, Pará. *HOLOS*, Ano 35, v.2, e7015, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7015> Acesso: 01 ago.2025.

HOMMA, A.K. *et all.* **Integração Grande Empresa e Pequenos Produtores de Dendezeiro: o Caso da Comunidade de Arauaí, Município de Moju, Pará** Embrapa Amazônia Oriental. Belém, PA 2014.

HOMMA, A. K. O; MENEZES, A. J. E. A; MORAES, A. J. G. Dinâmica econômica, tecnologia e pequena produção. O caso da Amazônia. In: BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21**. Embrapa. Brasília, DF. 2014.pp. 981-1010.

HOMMA, A.K.O. **Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. 2016. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/150169/1/DOC-423-Ainfo.pdf> . Acesso: 01 ago.2025.

MULLER, A.A; J.F JÚNIOR; P.C, Filho. **A Embrapa Amazônia Oriental e o Agronegócio do Dendê no Pará**. Embrapa Amazônia Oriental Belém, PA. 20006. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/394940/1/Doc257.pdf> . Acesso: 01 ago.2025.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. Bastos dos. Formação dos projetos de agricultura familiar com dendezeiro na Amazônia paraense. **Campo. Território**, v. 17, p. 201-222, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/65044> . Acesso: 01 ago.2025.

NAHUM, J. S; BASTOS, C. S. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628> . Acesso: 01 ago.2025.

NAHUM, J. S; SANTOS, C. B dos. O boom do dendê na microrregião de Tomé-Açu, na Amazônia paraense, **Confin**s [online], 25 | 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confin/10536#quotation> . Acesso: 01 ago.2025.

NAHUM, J.S.; SANTOS, C. B dos. Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI. **REVISTA NERA** (UNESP), v. 20, p. 54-76, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4757> . Acesso: 01 ago.2025.

NAHUM, J.S.; SANTOS, C. B.; SANTOS, L. S. Dendeicultura e biodiesel na Amazônia paraense. **Estudos Geográficos** (UNESP), v. 16, p. 60-74, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/12854> . Acesso: 01 ago.2025.

NAHUM, J.S.; SANTOS, C. Bastos dos. Dendê para quê? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense. *REVISTA NERA* (UNESP), v. 1, p. 113-134, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5689> . Acesso: 01 ago.2025.

NAHUM, J.S; SANTOS, L. S; SANTOS, C. B. Formation of palm oil cultivation in Para's amazon. *Mercator*. v. 19, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/qZhBsJRmz4wjk8LCvq5YyzK/?lang=en> . Acesso: 27 jun.2025.

Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da UFPA. Disponível em: https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/1226/1/Tese_MudancasUsoTerra.pdf?utm_source=chatgpt.com Acesso: 01 ago.2025.

Repórter Brasil. A agricultura familiar e o programa nacional de biodiesel- Retrato do presente, perspectivas de futuro. 2010. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/documentos/AgriculturaFamiliar_Biodiesel2010.pdf . Acesso: 01 ago.2025.

Repórter Brasil. Expansão do dendê na Amazônia brasileira. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf> . Acesso: 27 jun.2025.

RIVALA; LEVANG P. 2014. **La palma de la controversia: La palma aceitera y los desafíos del desarrollo.** Bogor, Indonésia: CIFOR. 2014. Disponível em: https://www.cifor.org/publications/pdf_files/Books/BLevang1401S.pdf . Acesso: 01 ago.2025.

SANTOS, A. R. da S; FARIAS, A. L. A de; LOPES, L. O. do C. Conflitos socioambientais: análise das estratégias das empresas de dendê na Amazônia paraense. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 16, n. 39, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/8261> Acesso: 01 ago.2025.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp. 2005.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Edusp. 2008.

SILVA. C de. C do S. **Percepção comunitária de impactos socioambientais da Monocultura do dendê (*elaeis guineensis*) em Boa Vista, Nordeste paraense, Bonito-Pará.** Trabalho de Conclusão de Curso de Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia. Capanema, 2019. Disponível em: <https://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1243/1/Percep%c3%a7%c3%a3o%20comunit%c3%a1ria%20de%20impactos%20socioambientais...pdf> Acesso: 01 ago.2025.

SOUZA, R.A de. **Dendê: uma nova opção agrícola**. Brasília: Embrapa. 1983. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/82239/1/Dende-uma-nova-opcao-agricola.pdf> . Acesso: 01 ago.2025.

SVAMPA, M. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: Conflitos Socioambientais, Giro Ecoterritorial e Novas Dependências**. São Paulo: Editora Elefante. 2019.

CAPÍTULO 2

PRÁTICAS DA EXTENSÃO RURAL E AGROECOLOGIA: CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA MATA SUL DE PERNAMBUCO

Maria Patrícia Cabral da Silva

Jorge Luiz Schirmer Mattos

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-1

INTRODUÇÃO

A Zona da Mata Sul de Pernambuco apresenta um histórico marcado pela monocultura da cana-de-açúcar, responsável por profundas desigualdades sociais, econômicas e ambientais. Nesse contexto, os assentamentos rurais emergem como espaços de resistência e construção de novas formas de produzir e viver no campo.

A desigualdade, a miséria e o desemprego sempre estiveram próximos do rural brasileiro. Este contexto estimulou mulheres e homens do campo saírem de seus territórios à procura de qualidade de vida. Durante séculos o nordeste brasileiro, especificamente a Zona da Mata Sul de Pernambuco, reproduziu a monocultura da cana-de-açúcar. Para os latifundiários os ganhos foram indiscutíveis, no entanto, para os trabalhadores rurais a realidade divergiu nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

De acordo com Andrade (1989), “a grande concentração fundiária tornou-se um dos mais graves problemas do Nordeste, sobretudo nas áreas de elevadas densidades demográficas, como a Mata e o Agreste”. Tal fato tornou a região açucareira da Mata uma área de forte tensão social e de choques entre proprietários e assalariados.

O fortalecimento da agricultura familiar com base agroecológica representa uma alternativa para a superação do modelo excludente da monocultu-

ra, articulando sustentabilidade, geração de renda e valorização dos saberes populares. Nesse cenário, a Extensão Rural ocupa um papel estratégico como mediadora de conhecimentos e práticas, buscando potencializar processos de transição agroecológica.

Este capítulo tem como objetivo analisar a atuação da extensão rural no processo de fortalecimento da agricultura familiar com base agroecológica, tomando como referência a experiência do Assentamento Serrinha, localizado em Ribeirão, Zona da Mata Sul de Pernambuco.

EXTENSÃO RURAL, AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR

A zona canavieira passa pelo processo de transição entre a monocultura da cana-de-açúcar e a implantação de projetos de desenvolvimento rural sustentável. A transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais nas suas próprias relações e em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (Caporal, 2009, p. 228).

Com o esgotamento do modelo das usinas de açúcar, a falência de muitas propriedades e a pressão dos movimentos sociais, surgiram os assentamentos rurais como estratégia de reforma agrária. Esses espaços representam uma tentativa de reconstrução dos territórios, possibilitando que famílias camponesas tenham acesso à terra e possam desenvolver práticas agrícolas próprias. No entanto, mesmo após a conquista da terra, os desafios permanecem: a falta de políticas públicas consistentes, a escassez de assistência técnica e a herança cultural ligada à cana-de-açúcar limitam a adoção de novos modelos de produção.

Nesse contexto, o Estado precisa favorecer processos de construção de novas estratégias de desenvolvimento rural sustentável, através das políticas públicas específicas ao contexto rural. Caporal (2009) “destaca que tanto a Constituição de 1988, quanto a Lei Agrícola de 1991, determina que o Estado mantenha serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública e gratuita para os pequenos agricultores”. Portanto, era de se esperar que os go-

vernos dessem conta deste compromisso, senão por uma opção e Compreensão política, pelo menos para fazer frente a uma exigência legal.

É importante afirmar que nesse território rural em questão, ainda predominam os resquícios do latifúndio e o legado da monocultura da cana-de-açúcar, sendo assim, faz-se necessária a prática à prática social extensionista, cumprindo seu papel transformador, com enfoque agroecológico.

Isso implica dizer que o desempenho com qualidade por parte dos agentes da ATER publica, junto aos sujeitos sociais desse espaço, deve ocorrer a partir de diálogos e trocas de saberes necessários para a consolidação de um desenvolvimento rural sustentável. Como afirma Caporal (2009), as velhas estruturas da ATER, vinculadas ao Estado, só passariam a ter sentido se fossem capazes de desempenhar um novo papel. Para isto, se faz imperativo que elas mudem suas bases teóricas, seus enfoques metodológicos, seus objetivos, suas estratégias e seu público beneficiário.

Nesse processo de reprodução e superação, vários elementos devem ser considerados, uma vez que a extensão rural tem um papel importante no processo de assessorar esses sujeitos na transição de um modelo de monocultura para um sustentável em particular. Para o desenvolvimento de uma nova Extensão Rural, é necessário compreender duas referências, a primeira seria o rompimento com o modelo de desenvolvimento imposto ao setor rural, sendo o mesmo, excludente e concentrador de renda e de terra. A segunda estaria relacionada com a própria Extensão Rural, que foi adaptada a beneficiar as práticas e técnicas do modelo tradicional e excludente (Caporal; Costabeber, 2004).

Refletir sobre essas transformações se faz essencial, uma vez que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública, desempenha um papel fundamental na consolidação do desenvolvimento rural brasileiro, principalmente no fortalecimento da agricultura familiar com base agroecológica, considerando que esse serviço esteja pautado em uma abordagem de rompimento com as ideias de ferramentas tecnicistas, e apoiados em metodologia e estratégias didáticas que possibilitam o protagonismo das agricultoras e agricultores.

Nesse contexto, a perspectiva freireana de educação popular contribui para repensar a extensão rural. Em ‘Extensão ou Comunicação?’ (Freire, 1983), o autor defende que a prática extensionista deve ser vista como processo educativo que gera autonomia, e não como simples transmissão de pacotes tecnológicos. Práticas assistencialistas, segundo Freire (1987; 2001), reduzem os camponeses a objetos do processo, quando deveriam ser reconhecidos como sujeitos ativos na transformação da realidade. Assim, o extensionista deve assumir o papel de mediador de saberes, facilitador de processos e agente de transformação.

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, ele vai dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor (Freire, 1967, p.42).

Dessa forma, se faz importante traçar o perfil profissional do extensionista que seja voltado para uma inserção crítica na realidade rural, ao desenvolvimento para além da modernização da agricultura, aos diferentes anseios dos grupos sociais do campo, às formas de organização formal e informal dos contextos populares e, principalmente, à ação transformadora mediante projetos de intervenção, possibilitando as mulheres e homens do campo, se transformar em sujeitos de suas histórias (Callou; Pires, 2008).

Assim sendo, a prática pedagógica do extensionista é de extrema importância no processo de construção/reconstrução do território. Uma vez que, as práticas adotadas pelos já citados, nortearão todo processo de desenvolvimento e aceitação de culturas diferenciadas dentro dos assentamentos.

A conjuntura atual exige dos extensionista, uma prática pedagógica que englobe todos os anseios da população camponesa, como forma de superar os desafios impostos pelas mudanças ocorridas na sociedade e toda negligência histórica sofrida pelo povo camponês, vindas do Estado.

Outras questões deverão fazer parte da pauta de reivindicações dos que lutam por um rural com qualidade de vida para os povos do campo da zona canavieira. Ainda segundo Caporal (2009, p.30), “a realidade objetiva demonstra que, nos dias atuais, não há mais espaço para serviços públicos dirigidos a

atender interesses dos setores modernizados do agronegócio, dos grandes agricultores e da agricultura empresarial capitalista”.

Para entender essa necessidade, se faz essencial à discussão acerca da agricultura familiar com base agroecológica, como um dos meios a proporcionar geração de renda, reestruturação das relações sociais e fortalecimento da construção dos projetos que priorizem um rural com qualidade de vida para homens, mulheres e jovens do campo, o que embasa a discussão é o que consta na lei de ATER, a qual também define que o público a ser atendido é o agricultor familiar.

A agricultura familiar, conforme Wanderley (1999), caracteriza-se pela associação entre família, trabalho e produção, o que lhe confere importância social e econômica. Mais do que atividade produtiva, a agricultura familiar é forma de vida, marcada pela memória e pelo território.

Ainda segundo a autora, “uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (Wanderley, 1999, p. 44).

É nesse ínterim que ganha terreno a ciência Agroecologia por tratar-se de um campo do conhecimento que leva em conta e dialoga com os saberes daqueles que vivem e produzem no campo. A Agroecologia é um enfoque científico que oferece os princípios e metodologias para apoiar a transição do atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis, buscando, num horizonte temporal, a construção de novos saberes socioambientais que alimentem um processo de transição agroecológica (Caporal, 2009).

A perspectiva dessa abordagem permite analisar a realidade que está se construindo no rural da Zona da Mata Sul de Pernambuco, de um lado, a monocultura da cana-de-açúcar que viabiliza as relações de homens incorporados à produção; e de outro, a proposta da agricultura familiar, essas formas de produção se entrelaçam dentro dos assentamentos rurais, uma como forma de reprodução e a outra de superação.

Na prática o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), mostra que os assentamentos desempenham um papel importante no espaço rural brasileiro, devido à contribuição social e econômica que podem gerar com a produção de emprego, a diminuição do êxodo rural, o aumento na oferta de alimentos e, a elevação do nível de renda com consequente melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais (Bergamasco; Norder, 1999).

O CASO DO ASSENTAMENTO SERRINHA: RESULTADOS E DESAFIOS

A partir do exposto, nos propomos a investigar a ação dos extensionistas nesse processo de construção/reconstrução do modelo de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis nos assentamento da Mata Sul de Pernambuco. Os sujeitos sociais da zona canavieira, por séculos, trabalharam no plantio da monocultura da cana-de-açúcar, não sendo a estes permitidos cultivar outro tipo de agricultura em seus quintais. O assentamento Serrinha, o qual está sendo objeto de estudo dessa pesquisa, localiza-se no município de Ribeirão, Zona da Mata Sul de Pernambuco. O assentamento surgiu no ano de 1992 e se encontra ocupado por 153 famílias, que vieram das usinas falidas de cana-de-açúcar da região.

Durante o processo de escuta junto aos assentados ficou evidente a falta de interesse das agricultoras e agricultores em adotar uma cultura diferenciada da monocultura da cana. Os argumentos por eles apresentados, foram em sua maioria pautados no fato de não possuírem conhecimento sobre como trabalhar com outros tipos de agricultura, alegando a ausência do Estado com as políticas públicas, principalmente, a de não receberem apoio por parte da ATER pública.

A ausência dos extensionistas no assentamento Sinaliza para as perdas na produção de boa parte dos agricultores, uma vez que a falta de conhecimento, proporcionou tomadas de decisões que acarretaram prejuízos aos agricultores. Na fala de um dos entrevistados, isso fica claro:

Eu tinha plantado dois mil pés de coco e dois mil pés de limão, mas o limão teve uma praga, achei que fosse do coco, arranquei os dois mil pés de coco. Para não perder tudo, perdi só os cocos, que me rendiam menos e davam mais trabalho. (J.S.S, 60 ANOS).

Essa afirmação aponta a falta de conhecimento técnico sobre uma cultura diversificada e as formas de controlar os insetos causadores de danos às plantações. A certeza de ter tomado a decisão correta, estava explícita na narrativa do agricultor, deixando claro que esta iniciativa foi repassada aos demais, como forma de orientação no manuseio de uma única cultura.

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na ‘inversão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. No entanto, a práxis está pautada na reflexão e ação dos homens sobre a sua realidade, como um fim de modificá-la e superar a contradição opressor-oprimido (Freire, 1987, p37).

Nesse sentido, é obrigação do Estado, através das políticas públicas, favorecer aos processos de construção/reconstrução de novas estratégias de desenvolvimento rural sustentável. A ATER pública deve ser um dos pilares, de tantas outras políticas públicas, no processo de acompanhamento a implantação e desenvolvimento do cultivo de novas culturas agrícolas diversificadas, sugeridas pela proposta de Agricultura Familiar com base agroecológica, aos assentamentos rurais de reforma agrária.

Os desafios enfrentados pelo Assentamento Serrinha revelam questões mais amplas: a necessidade de políticas públicas estruturantes, a formação crítica dos extensionistas, a valorização do conhecimento camponês e o fortalecimento da agroecologia como alternativa ao modelo da monocultura. O futuro dos assentamentos na Zona da Mata Sul depende de estratégias que integrem políticas de apoio, extensão rural de qualidade e protagonismo das famílias agricultoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, os resultados e discussões apresentados, sofrerão ainda alterações, pois, vários elementos ainda serão inseridos nas análises. Inicialmente, os estudos apontam para uma permanência ao cultivo da cana-de-açúcar no assentamento Engenho Serrinha. Pois,

num universo de 153 famílias assentadas, apenas 10 trabalham com agricultura diversificada, três com a plantação de limão e os demais com a monocultura da cana-de-açúcar.

Os séculos de exploração e expropriação, ofertados pelo predomínio da monocultura da cana-de-açúcar, não trouxe aos homens e mulheres do campo a consciência de libertação de uma forma de monocultura que sempre beneficiou a concentração fundiária; impactos ambientais destrutivos; trabalho humano forçado e sacrificante.

Fato é que esses sujeitos sociais assentados, hoje na condição de pequenos produtores ou agricultores familiares, ainda não percebem a monocultura da cana-de-açúcar como sendo um dos principais responsáveis ao não desenvolvimento rural dos assentamentos. Na fala de um dos agricultores sobre continuar plantando cana, ele afirma:

Eu não sei plantar outra coisa (cultura diversificada), só sei trabalhar com a cana, minha vida toda foi na cana, plantando, cortando, queimando e arrumando. Se não tem uma pessoa, um técnico, para me ensinar a trabalhar com outra coisa (cultura diversificada), então, continuo na cana. (A.J.S, 50 ANOS).

Nesse sentido, fica evidente que tal condição tem como um dos principais elementos causadores a ausência de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, conseqüentemente a ausência da ATER nesse território, contribuindo assim, para uma permanência da monocultura da cana-de-açúcar nos assentamentos rurais da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

A inserção das políticas públicas através das ATER com base na Agroecologia é de extrema importância nesse processo de transição da agricultura convencional para agriculturas sustentáveis, destacando o papel articulador e formador que deve ser desempenhado pela extensão rural. Uma vez que, conforme apresentado, os agricultores e agricultoras desse território são oriundos da monocultura da cana-de-açúcar, trazendo assim em suas bagagens de saberes, muito conhecimento relacionado ao cultivo desta planta.

Diante do contexto e resultados parcialmente apresentados, a extensão rural que tenha por princípios teóricos e práticos o fortalecimento da agricultu-

ra familiar com base agroecológica é de extrema necessidade aos assentamentos da Zona da Mata Sul de Pernambuco, pois, a troca de saberes através das formações, capacitações e interações, possibilitará o conhecimento de formas diversificadas de cultivos a outros tipos de agricultura.

A análise do caso do Assentamento Serrinha reforça que a extensão rural é fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar com base agroecológica. Sem assistência técnica consistente, a monocultura da cana-de-açúcar tende a permanecer como prática predominante, limitando as possibilidades de desenvolvimento sustentável. A agroecologia, por sua vez, apresenta-se como caminho de transformação, ao valorizar os saberes populares, estimular práticas diversificadas e promover a justiça social. Cabe ao Estado, por meio da ATER e de políticas públicas articuladas, criar condições para que as famílias assentadas possam superar a herança da monocultura, construindo territórios mais justos, produtivos e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, em co-edição com o Ministério da Ciência e Tecnologia-CNPq/Comissão de Eventos Históricos, 1989.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1996-1997)**. In: A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Medeiros, L.S. de & Leite, S.(Orgs.). Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

CALLOU, A. B. F., PIRES, M. L. L. e S., LEITÃO, M. R. A., & SANTOS, M. S. T. (2008). **O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil**. *Extensão Rural*, (16), 84–116. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5507>.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. coordenado por Francisco Roberto Caporal. Brasília, 2009.

_____. **COSTABEBER, J.A. Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, 2004.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Extensão ou comunicação?.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Educação como Prática de Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos. (Org). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Ed. Universitária da UFP, 1999.

CAPÍTULO 3

MANEJO AGROECOLÓGICO DO SISTEMA SOLO-PLANTA-ANIMAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO CERRADO BRASILEIRO

Iara Jaime de Pina
Jorge Luiz Schirmer de Mattos
Ana Paula Neves
Carlos de Melo e Silva Neto
André Luiz Rodrigues da Silveira
Gabriel Caymmi Vilela Ferreira
Doi: 10.48209/978-65-5417-560-2

INTRODUÇÃO

O Cerrado é a savana tropical mais biodiversa do mundo, por sua riqueza em espécies de plantas e animais, e também um dos biomas brasileiros que possui maior número de populações locais que desenvolveram e ainda desenvolvem saberes associados à dinâmica ambiental (MAZZETO SILVA, 2009). Não obstante, a ocupação agropecuária de base industrial ocorreu às custas dessa biodiversidade e dos saberes locais a ela associados (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008).

A pecuária é uma das principais atividades econômicas no Cerrado, responsável por 55% da carne e 28% do leite produzidos no país (VILELA et al., 2022). Estima-se que 28% deste bioma seja ocupado por pastagens cultivadas (PARENTE et al., 2019), sendo que 39% estão degradadas (PEREIRA et al., 2018). As práticas inadequadas de manejo são apontadas como uma das principais causas de degradação das pastagens (DIAS-FILHO, 2011), o que tem seus reflexos na baixa taxa de lotação média da pecuária no centro-oeste brasileiro, que está em torno de 1,53 animais/ha (MapBiomas, 2024). Assim, é notório o desafio para a melhoria dos sistemas pecuários já existentes. Por exemplo, com um cenário de aumento da produtividade das pastagens do

Brasil em 50% seria possível atender o consumo nacional de leite e carne, além de liberar terras para outros usos ou para conservação da biodiversidade pelas próximas duas décadas (STRASSBURG et al., 2014).

Nesse sentido, abordagens integradoras, baseadas na troca de saberes e na pesquisa-ação, que considerem o sistema solo-planta-animal são de extrema importância para melhorar os índices zootécnicos e orientar possíveis estratégias de transição agroecológica, compreendendo a Agroecologia como ciência, prática e movimento. Uma ciência – que gera e tem como base conhecimentos científicos; uma prática social inovadora – que articula o conhecimento tradicional dos agricultores e o dos especialistas e; um movimento social – pois forma e se constitui em redes colaborativas, reunindo diferentes atores (WEZEL et al., 2009). Sua aplicação prática implica em processos de mudanças multidimensionais denominados de transições agroecológicas com vistas a retomada do curso co-evolutivo sociedade-natureza (NOGAARD; SIKOR, 2002), orientando-o em direção à sustentabilidade.

É neste contexto que se insere a experiência de pecuária agroecológica no assentamento Bonanza, em Itapuranga (GO), que teve por base os princípios do Pastoreio Racional Voisin (PRV). Trata-se de um método de manejo integrado do solo, das plantas e dos animais, que visa a recuperação das pastagens por meio do pastoreio direto e da rotação nas áreas divididas em parcelas ou piquetes (MACHADO, 2010). Assim, o objetivo deste capítulo é relatar a experiência de implantação e manejo do sistema PRV, bem como seu processo de extensão e pesquisa participativa.

DESENVOLVIMENTO

Procedimentos metodológicos

A condução da experiência de pecuária agroecológica baseou-se em duas abordagens participativas fundamentais para a construção do conhecimento: a pesquisa-ação e a metodologia camponês-a-camponês. A primeira pressupõe o envolvimento coletivo, participativo e colaborativo de todos os sujeitos envolvidos no processo para o desenvolvimento de uma ação ou com a resolução de um problema coletivo (THIOLLENT, 2009).

Já a metodologia camponesa a camponês (CaC) ou de “Camponesa a Camponês à Camponês a Camponesa” (ROSSET; PINHEIRO, 2021) de maneira complementar, ofereceu uma abordagem baseada no princípio da aprendizagem horizontal. Ela parte do diálogo de saberes entre camponeses, bem como entre camponeses e técnicos-facilitadores, promovendo uma formação mútua. Está fundamentada em três passos principais (SOSA et al., 2012): i) a identificação dos problemas das comunidades; ii) a experimentação, a adoção de uma prática a fim de solucionar o problema identificado; iii) a promoção e multiplicação das práticas.

A adoção dessas duas abordagens participativas impulsionou a reflexão entre os integrantes da Escola Diocesana de Agroecologia (EDA) sobre a necessidade de construir experiências de transição agroecológica voltadas à pecuária – principal atividade econômica da região – a partir do manejo de pastagens. A EDA é uma iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Diocese de Goiás, realizada em parceria com diversas instituições, que desde 2010 promove a formação em Agroecologia para famílias camponesas do Estado de Goiás. Estima-se que mais de 700 famílias já tenham sido beneficiadas por essa ação formativa (MARTINS et al., 2022).

O processo iniciou-se com a identificação das famílias participantes da EDA interessadas em sistemas pecuários, perpassou pelo levantamento de suas expectativas, seguido da implantação e acompanhamento de uma Unidade de Referência (UR) de Pastoreio Racional Voisin (PRV). Paralelamente, houve a construção participativa de indicadores de qualidade do solo para o monitoramento das pastagens e o levantamento de espécies nativas do Cerrado com potencial forrageiro, fortalecendo o caráter educativo e experimental da experiência com PRV.

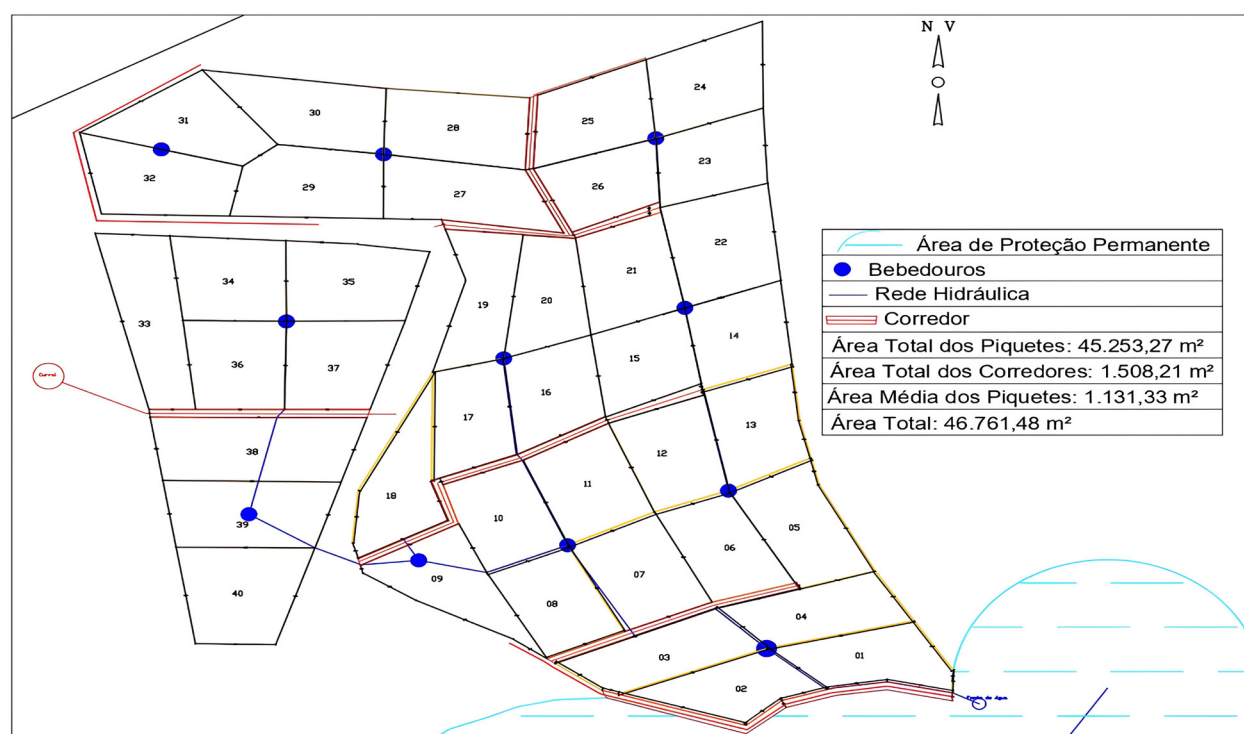
Implantação e manejo do sistema de Pastoreio Racional Voisin (PRV)

A implantação da Unidade de Referência (UR), no Assentamento Bonanza, em Itapuranga (GO), iniciou em 2019 no lote da família Nascimento, e constou da coleta de dados técnicos da área e da produção de leite e derivados.

Porém, algo que seria realizado na forma de mutirões, envolvendo os participantes da EDA e da comunidade do assentamento, ficou em parte prejudicado pela ocorrência da pandemia da Covid-19. Contudo, em 2020, a família Nascimento assumiu a continuidade dos trabalhos, inserindo o rebanho no sistema, no início do período chuvoso.

A unidade de referência de PRV ($49^{\circ}55'30,9''$ O; $15^{\circ}43'5,5''$ S) ocupou uma área de aproximadamente 4,6 ha, subdividida em 40 piquetes formados com *Brachiaria brizantha* cv. Marandu e um sistema hidráulico subterrâneo que garante o fornecimento de água em todas as parcelas, conforme ilustrado na figura 1.

Figura 1 - Sistema Pastoreio Racional Voisin implantado no assentamento Bonanza em 2020, no lote da família Nascimento, em Itapuranga/GO, Brasil



Fonte: Autores (2025).

Durante o período das chuvas, os animais foram mantidos a pasto na área do PRV e, diariamente, trocados de piquetes, após a primeira ordenha do dia. A ocupação dos piquetes não ocorreu de maneira sequencial, ou seja, a família escolheu a parcela que visualmente apresentava o melhor ponto de pastejo da forragem (MACHADO, 2013).

Os membros da família Nascimento estão satisfeitos com o sistema, conforme pode ser verificado no depoimento a seguir, no qual mencionam o prolongamento do período de pastejo na época da seca como uma vantagem importante: “*com a implantação do PRV, notamos que, na seca, a pastagem consegue suportar o rebanho no pasto por mais 30 dias*”. De fato, visualmente é possível identificar a qualidade da pastagem do PRV quando comparada à área não piqueteada, conforme a figura 2.

Figura 2 - Divisa da área do Pastoreio Racional Voisin (PRV), implantado em 2020, no assentamento Bonanza, Itapuranga (GO), Brasil



Fonte: Autores (2025).

Contudo, persistem desafios importantes no manejo do sistema, sendo o principal deles ainda a alimentação dos animais durante o período seco, quando a manutenção do rebanho exclusivamente a pasto se torna inviável. Uma alternativa para superar essa limitação seria a implantação de um sistema de irrigação na UR; entretanto, tal solução demandaria um investimento financeiro elevado e, além disso, a vazão da nascente que abastece o PRV é insuficiente para atender a essa demanda hídrica. Assim, durante o auge da estação seca, a família retirou os animais do sistema e realizou a alimentação no cocho, utilizando combinações de volumosos conservados (silagem) juntamente com concentrados. Essa combinação foi ajustada anualmente, de acordo com a disponibilidade e custo dos insumos. Ao longo dos anos, a família apostou em diversas possibilidades de suplementação combinadas - ração, silagem de milho

e sorgo, cevada úmida (bagaço) e o fornecimento do cultivar de capim elefante BRS Capiacu (*Pennisetum purpureum* Schumach) *in natura* triturado.

O monitoramento do rebanho leiteiro da UR foi realizado por meio de uma ficha zootécnica com preenchimento mensal, contemplando dados de identificação dos animais, produção leiteira, aspectos reprodutivos, medidas de prevenção e sanidade. O uso dessa ferramenta proporcionou à família Nascimento uma visão mais acurada do rebanho, favorecendo o aumento da qualidade produtiva, o diagnóstico precoce de desequilíbrios no organismo animal e a tomada de decisão quanto ao descarte e à aquisição de novos indivíduos. Mas, ainda assim, a continuidade do preenchimento da ficha representa um desafio constante. E, apesar do envolvimento dos filhos nas atividades produtivas, a rotina da família foi intensa, o que frequentemente faz com que o registro das informações zootécnicas e sua sistematização fossem postergados. É importante ressaltar que, além da produção de leite, a família também se dedicou à produção de hortaliças, frangos e ovos para comercialização em feiras e nos mercados de compra institucional.

Com vistas a melhoria da gestão da atividade realizou-se um levantamento dos custos e receitas da bovinocultura do lote nos anos de 2019 e 2020, conforme o que preconiza o método de levantamento de custos, descrito por Santos et al. (2022). Considerou-se como receita: o leite (comercializado e consumido pela família) e a venda de animais (matrizes descartadas e bezerros - fêmeas e machos). E como custo considerou-se: alimentação dos animais, remuneração das horas de trabalho, reposição dos animais, taxas de juros de financiamentos, custos veterinários, insumos para limpeza e higiene, equipamentos e instalações, manutenção básica das estruturas e amortização das benfeitorias - cercas, curral e ordenhadeira.

A partir desse levantamento realizado de 2019 a 2020, ficou evidente que, praticamente metade da renda foi derivada do leite e a outra metade, da venda de animais, demonstrando a complementaridade destas duas fontes de recursos para a geração de renda e a sustentabilidade econômica do sistema. Contudo, considerando o período de seca isoladamente observou-se que, o balanço financeiro do leite foi negativo devido à baixa produção por animal e ao elevado

preço dos alimentos oferecidos para suplementação da dieta, bem como dos insumos agrícolas e combustíveis para produção de silagem. Essa situação se agravou em 2020, com a elevação dos preços a partir da pandemia de Covid-19. Porém, o balanço financeiro do leite no período das águas somado à venda dos animais garantiu a viabilidade financeira da bovinocultura nestes dois anos, além de contribuir para a segurança alimentar, já que parte do leite foi destinada também à alimentação da família.

Mas apesar da família reconhecer a importância desse processo de levantamento dos custos e receitas, ele não foi repetido nos anos subsequentes dadas as limitações em manter constante o acompanhamento técnico à família, o que discutiremos mais adiante.

Indicadores de qualidade de solos para áreas de pastagem no Cerrado

A recuperação do pasto, prevista com base no sistema PRV, ocorreu à medida que cada parcela passou por um período de repouso, criando as condições necessárias para o rebrote das forrageiras e a recomposição de suas reservas de energia, bem como o estímulo à atividade microbiana do solo e o incremento dos níveis de fertilidade (MACHADO, 2013). Mosier et al. (2022), ao compararem atributos químicos de solos em pastagens, no sudeste dos Estados Unidos, encontraram médias de soma de bases (SB), capacidade de troca catiônica (CTC) e saturação de bases (V%) significativamente maiores nas áreas de PRV quando comparadas às pastagens contínuas (não piqueteadas), evidenciando, a importância do monitoramento da qualidade do solo, para avaliar a influência do PRV na regeneração do solo e os reflexos na qualidade da pastagem.

Porém, ainda que os métodos laboratoriais de avaliação sejam bastante precisos e confiáveis e constituam-se como importantes ferramentas para a avaliação da qualidade do solo, muitas vezes são de difícil utilização devido ao custo e ao tempo, tornando-se inviáveis para agricultores em algumas situações (NIERO et al., 2010). Razão pela qual estruturou-se a proposta de construção de indicadores de qualidade de solos para auxiliar no monitoramento das áreas

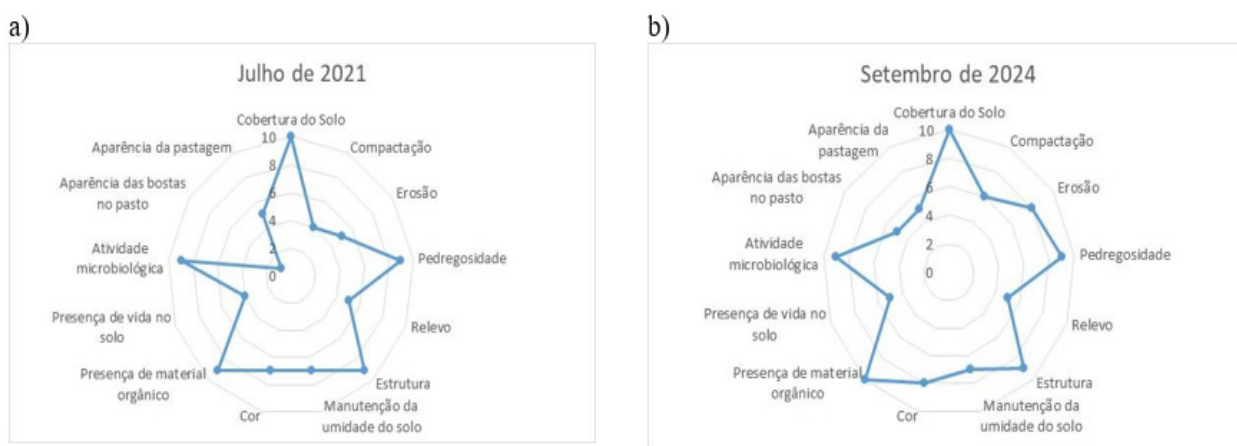
de pastagens, tanto do sistema PRV quanto de outras formas de manejo, no contexto do Cerrado. Esses indicadores qualitativos permitem uma avaliação rápida, segura e barata, que pode ser realizada pelas famílias camponesas e, que ao serem combinados com outros parâmetros de caráter quantitativo, como os atributos oriundos das análises químicas de solos, ainda permitem um acompanhamento mais preciso sobre o manejo do agroecossistema.

Para a construção dos indicadores de qualidade do solo, foram realizadas caminhadas transversais, conforme descrito por Verdejo (2006), nas áreas de pastagem de algumas famílias vinculadas à EDA, inclusive com a família Nascimento, observando como elas compreendiam e caracterizavam a qualidade do solo. Estas informações foram utilizadas como referência para adaptação da metodologia proposta por Nicholls et al. (2004), no intuito de construir uma nova matriz de indicadores, considerando as características dos solos da região, bem como algumas questões específicas do sistema de pastagem.

Assim, foram considerados 13 indicadores de qualidade de solo e avaliados de forma qualitativa: estrutura; cobertura de solo; compactação; erosão; presença de pedras; relevo; estrutura; manutenção da umidade do solo; cor; presença de material orgânico; presença de vida no solo; atividade microbiológica; aparência das bostas no pasto e aparência da pastagem. Para cada indicador foram definidos três parâmetros de qualidade, os quais foram associados as notas: qualidade baixa (nota = 1), média (nota = 5) e alta (nota = 10). Assim, à campo, cada participante atribuiu uma nota de 1 a 10 para cada um dos indicadores. A pontuação final de cada indicador foi calculada com base na média das notas de todos os participantes (integrantes da família que manejam o agroecossistema pastagem, além de facilitadores do processo - técnicos, extensionistas e professores). A pontuação final da qualidade do solo foi obtida por meio da média das notas dos treze indicadores. De posse das médias de cada indicador foram construídos gráficos tipo radar, em escala de 0 a 10. Notas menores, mais próximas ao centro, são características de solos que precisam de atenção quanto ao manejo. As notas maiores e mais próximas da borda são características de solos que estão em melhores condições de manejo.

Essa metodologia foi utilizada no PRV da família Nascimento para avaliar os solos, em julho de 2021 e setembro de 2024, ambos em momentos de estiagem. Assim, obteve-se uma média geral 13 indicadores de 6,5 e de 7,4, respectivamente. Os gráficos resultantes dessa avaliação são apresentados na figura 3.

Figura 3 – Gráfico radar com os indicadores de qualidade do solo na área de pastagem do sistema Pastoreio Racional Voisin, em julho de 2021 (a) e setembro de 2024 (b), no assentamento Bonanza, em Itapuranga (GO), Brasil



Fonte: Autores (2025).

Não foram observadas diferenças entre os anos para os seguintes indicadores: cobertura do solo, pedregosidade, relevo, estrutura, manutenção da umidade, atividade microbiológica e aparência da pastagem. Entretanto, observaram-se aumentos nas médias dos seguintes indicadores: compactação (de 4 em 2021 para 6 em 2024), erosão (de 5 para 8), cor do solo (de 7 para 8), presença de vida no solo (de 4 para 5) e, de forma mais expressiva, aparência das bostas no pasto (de 1 para 5). Esses resultados indicam que os avaliadores constataram: redução da densidade do solo e consequente aumento de sua porosidade, uma vez que valores mais altos refletem melhores resultados a partir do manejo do solo; diminuição dos processos erosivos visíveis a olho nu, normalmente associados à remoção de solo pelo escoamento superficial ou pela ação do vento; mudança na coloração do solo, passando de tons mais amarelados para mais escuros, o que sugere maior teor de matéria orgânica; e incremento na presença de organismos edáficos visíveis como minhocas, besouros, larvas e cupins, evidenciando maior atividade biológica. Além disso, a melhora no indicador

“aparência das bostas no pasto” revela maior capacidade de desintegração desses dejetos, favorecendo a ciclagem de nutrientes, a atividade microbológica do solo e também tem relação com a ingestão de água e a alimentação animal.

Tão importante quanto a comparação dos resultados anuais dos indicadores de qualidade do solo é o seu potencial como instrumento pedagógico, permitindo aos camponeses monitorar e compreender os efeitos do manejo sobre os solos. Assim, foi construída uma cartilha orientando o uso desses indicadores, direcionada diretamente para famílias da região. Além disso, estão em andamento, algumas pesquisas que comparam os resultados obtidos a partir desses indicadores de qualidade com os resultados dos atributos químicos dos solos do PRV, averiguando suas correlações.

Para mais detalhes sobre a construção e uso desses indicadores de qualidade de solos em áreas de pastagem, consultar Mendanha et al. (2022).

Levantamento de espécies nativas do Cerrado com potencial forrageiro

A busca de alternativas para a alimentação animal é de extrema importância, sobretudo na seca em que as pastagens tropicais apresentam baixa produtividade com teores de proteína bruta abaixo de 7% (NICODEMO et al., 2004), principalmente no cerrado, onde a estiagem pode durar até seis meses. E é exatamente nessa época do ano que árvores e arbustos forrageiros apresentam teores de proteína bruta elevados, da ordem de 22% a 26% (NICODEMO et al., 2004). Na Jamaica, 70% dos produtores de leite utilizam maciçamente árvores e arbustos para forrageamento do rebanho leiteiro (ALONZO et al., 2001); no semiárido brasileiro, a algaroba (*Prosopis juliflora*) e a palma (*Opuntia* sp.) são fortemente utilizadas pelos sertanejos para a alimentação de bovinos e ovinos (XIMENES et al., 2010).

Entretanto, apesar do número considerável de trabalhos abordando o uso de espécies exóticas (*Leucaena* sp.; *Gliricidia* spp.) e/ou nativas da mata atlântica e caatinga na alimentação dos animais, existem poucos estudos sobre espécies nativas do Cerrado com essa finalidade. Fato que despertou inte-

resse em se conhecer as espécies arbóreas/arbustivas nativas do Cerrado com potencial forrageiro.

Para isso realizou-se um levantamento, com o auxílio de entrevistas semiestruturadas junto a algumas famílias integrantes da EDA, dentre as quais a família Nascimento, bem como caminhadas transversais em suas áreas. Posteriormente, foram selecionadas as espécies que apresentaram multifuncionalidade e perenifolia, ou seja, com presença de folhas durante o período de seca. Por fim, foram coletadas amostras das folhas das espécies levantadas para análises químico-bromatológicas, realizadas em laboratório. O levantamento de espécies nativas do cerrado com potencial forrageiro indicou cinco espécies e seus respectivos usos, conforme apresentado no quadro 1 (Silva-Neto et al., 2022).

Quadro 1 - Nomes científico, popular e usos de espécies arbóreas e arbustivas nativas do Cerrado com potencial forrageiro

Nome Científico	Nome Popular	Usos*
<i>Dipteryx alata</i> Vog	Baru	A, B, D, E, F, G, H, I
<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J. F. Macbr	Pau-jacaré	A, B, C, D, E, F
<i>Inga cylindrica</i> (Vell.) Mart.	Ingá	A, B, E, F, G, J
<i>Anadenanthera macrocarpa</i> (Benth.) Brenan	Angico	A, B, C, D, F, G, H
<i>Platymiscium floribundum</i> Vogel	Feijão-cru	A, B, E, F

* A - Recuperação de áreas degradadas; B - Madeira para energia/lenha; C – Obtenção de tanino; D - Madeira para desdobro; E – Apicultura; F - Forragem (bovinos); G - Alimentação humana; H – Medicinal; I - Cercas vivas (moirões); J - Fixação de nitrogênio (Associação com *Rhizobium*).

Fonte: Adaptado de Silva Neto et al. (2022).

No que tange à caracterização química-bromatológica destas espécies, Silva Neto et al. (2022) observaram elevados teores médios de proteína bruta em *I. cylindrica* (20,90%) e em *P. floribundum* (21,43%) e menores em *D. alata* (13,1%), *A. macrocarpa* (13,3%) e *Piptadenia gonoacantha* (17,03%). No entanto, em que pese o fato dos teores de proteína e demais parâmetros avaliados apresentarem resultados promissores, indicando potencial uso para a alimentação animal, trata-se de estudos ainda preliminares. Logo, outros parâ-

metros como, por exemplo, digestibilidade *in vitro* e palatabilidade deverão ser pesquisados futuramente em termos acadêmicos para confirmação do potencial forrageiro.

Não obstante, a família Nascimento já realizou experimentos utilizando espécies arbóreas para a alimentação dos animais durante o período de seca, incluindo tanto as espécies nativas do Cerrado mencionadas acima quanto algumas exóticas, e observou boa aceitação pelo rebanho. Mas também relatou que o volume de folhas foi insuficiente para atender às necessidades nutricionais dos animais, dado ao pequeno número de indivíduos arbóreos e arbustivos forrageiros existente na sua unidade de produção. Razão pela qual está planejando a implantação de bancos de proteínas com essas espécies forrageiras, cultivadas de forma adensada, para suplementação alimentar nos períodos de seca. Essa estratégia poderá reduzir custos, favorecer a conservação do Cerrado e contribuir para a recuperação das pastagens.

Acerca da transição agroecológica

Gliessman (2009) sistematizou o processo de transição agroecológica em cinco níveis. O primeiro corresponde à substituição de técnicas e manejos convencionais por práticas mais eficientes de manejo do solo e da agrobiodiversidade. O segundo nível demanda a substituição de insumos externos à propriedade por alternativas locais, enquanto o terceiro implica no redesenho dos componentes do agroecossistema, visando a melhoria dos processos ecológicos. O quarto nível foca na conexão entre produtores e consumidores e o quinto exige uma transformação mais ampla, de caráter social e político, indo além da mera “conversão” de sistemas produtivos. É importante destacar que esses níveis funcionam como referenciais e, na prática, não ocorrem de forma linear, mas compõem um processo dinâmico e contínuo. Ao aplicar essa sistematização de Gliessman à experiência do PRV na área da família Nascimento, fica evidente que: i) a adoção de novas técnicas e mais eficientes de manejo do solo e da agrobiodiversidade corroboram consistiram em iniciativas consideradas signatárias das fazes um e dois; ii) a divisão da pastagem em piquetes,

uso de forrageiras arbustivas e arbóreas nativas e reorganização do manejo dos animais, contribuiu com o redesenho inicial do agroecossistema.

Porém ainda há inúmeros desafios nessas fases iniciais como, por exemplo, a redução e/ou substituição de insumos convencionais, principalmente, na alimentação do rebanho durante a seca em que são fornecidos concentrados e silagem de milho cultivado em sistema convencional e com base na transgenia, bem como as medicações alopáticas administradas aos animais. Por fim, nos níveis quatro e cinco da transição agroecológica, os desafios se tornam ainda mais complexos. Eles abrangem desde a articulação e formulação de políticas públicas – incluindo mecanismos de financiamento – que viabilizem efetivamente a transição agroecológica em sistemas pecuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados cinco anos desde o início dessa experiência, diversos aprendizados e avanços foram alcançados. A implantação da unidade de referência representa um marco nesse sentido, por materializar uma experiência concreta, vivenciada por uma família camponesa. Essa iniciativa ganha relevância adicional ao se considerar que, embora o PRV tenha grande importância, sua territorialização no Brasil permanece concentrada sobretudo na região Sul (SILVEIRA et al., 2014), onde Luiz Carlos Pinheiro Machado (*in memoriam*) sistematizou a proposta com base nos ensinamentos do francês André Voisin. Nos últimos anos, a prática tem se disseminado também para o Sudeste; contudo, no bioma Cerrado ainda é notória a escassez de experiências e de produções científicas sobre o tema. Nesse contexto, esta unidade se configura como uma das poucas experiências de PRV no Estado de Goiás, consolidando-se como um espaço prático-pedagógico de referência para camponeses/as, pesquisadores, extensionistas e estudantes interessados em sistemas pecuários em transição agroecológica.

Apesar disso, há que se reconhecer que ainda persiste o desafio da construção de um processo efetivamente contínuo de acompanhamento sociotécnico e dialógico sobre do PRV com os membros da família Nascimento. Algo

negligenciado nos primeiros anos de implantação por conta da pandemia da covid, o que dificultou tanto o manejo inicial da pastagem quanto a consolidação da unidade em si, bem como um avanço mais consistente do processo de transição agroecológica.

Ademais, apesar da relevância da experiência do PRV para o território goiano, ela ainda se encontra bastante localizada. E, portanto, persiste a necessidade de articulá-la em uma atuação em rede, integrando-a às demais iniciativas de manejo de pastagens e de pecuária agroecológica da região, de modo a favorecer a construção de ambientes e ações interativas e integradoras do ponto de vista agroecológico. Em outras palavras, é necessário organizar pontos de conexão do movimento agroecológico regional, nos quais famílias e seus coletivos, organizações e movimentos sociais possam se fortalecer e, assim, avançar na produção do conhecimento agroecológico e na transição das bases socioecológicas para manejos sustentáveis dos agroecossistemas do Cerrado. Essa articulação mais ampla tendo o PRV como centralidade poderia também construir-se em possibilidades de orientação e acompanhamento sociotécnico via extensão rural agroecológica nas URs, dando continuidade, por exemplo, junto à experiência da família Nascimento em termos de planejamento forrageiro, levantamento de custos e receitas da produção de leite.

Por fim, é importante avançar nos estudos quanto ao potencial forrageiro das espécies nativas desse bioma, além da sistematização das experiências existentes e a sua articulação em rede a fim de fortalecer a construção do conhecimento e a consolidação das experiências com o redesenho dos agroecossistemas pecuários.

REFERÊNCIAS

ALONZO, Y. M.; IBRAHIM, M.; GOMÉZ, M.; PRINS, K. Potencial y limitaciones para la adopción de sistemas silvopastoriles para la producción de leche en Cavo, Belice. *In: Agroforesteria en las Américas*, Turrialba, v. 8, n. 30, p. 24-27, 2001.

DIAS-FILHO, M. B. **Degradação de pastagens:** processos, causas e estratégias de recuperação. 4.ed., revista atual e ampliada. Belém: Ed. do autor, 2011. 215p.

GLIESSMAN, S. R. Converting to Ecologically based Management. **In:** GLIESSMAN, S. R. *Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems*. Boca Raton: CRC Press., 275-285p, 2009.

MACHADO, L. C. P. **Pastoreio Racional Voisin**: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio. 3 ed. Expressão Popular. São Paulo. 376p. 2013.

MAPBIOMAS. Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil – Pastagem anual. Disponível em: Acesso em: 18 set. 2025.

MARTINS, M.M.; PINA, I.J.; MORAIS, C.T.; FONSECA FILHO, A.L.; TAVARES, P.D. Escola Diocesana: mediando a formação e territorialização da agroecologia em Goiás e região. **In:** Anais do IX Congresso Latinoamericano de Agroecología: diversidade biocultural para la salud de las comunidades y los ecosistemas. Costa Rica: Universidad de Costa Rica, 2022.

MAZZETO-SILVA, Carlos Eduardo. Ordenamento Territorial no Cerrado Brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociodiversidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.19, p.89-109, jan./jun. 2009.

MENDANHA, G. M. ; PINA, I. J. ; CESAR, M. M. M. ; FERREIRA, M. E. O. ; TAVARES, P. D. Construção participativa de indicadores de qualidade do solo para monitoramento de pastagens em processo de transição agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 17, p. 220-225, 2022.

MOSIER, S.; APFELBAUM, S.; BYCK, P.; IPPOLITO, J.; COTRUFO, M.F. Improvements in soil properties under adaptive multipaddock grazing relative to conventional grazing. **Agronomy Journal**, v. 114, 2584-2597 p., 2022.

NICHOLLS, C. I.; ALTIERI, M. A.; DEZANET, A.; LANA, M.; FEISTAUER, D.; OURIQUES, M. A rapid farmer-friendly agroecological method to estimate soil quality and crop health in vineyard systems. **Biodynamics**, v. 250, p.33-40, 2004.

NICODEMO, M. L. F.; PORFÍRIO-DA-SILVA, V.; THIAGO, L. R. L.S.; GONTIJO NETO, M. M.; LAURA, V. A. **Sistemas silvipastoris**: introdução de árvores na pecuária do centro-oeste brasileiro. Campo Grande: EMBRAPA Gado de Corte, 2004. 37 p. (Documentos, 147). Disponível em: <<http://saf.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/doc146.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2025.

NIERO, L. A. C.; DECHEN, S. C. F.; COELHO, R. M. et al. Avaliações visuais como Índice de Qualidade do Solo e sua validação por Análises Físicas e Químicas em um Latossolo Vermelho Distroférrico com usos e manejos distintos. **Revista Brasileira de Ciências do Solo**, 2010, 12 p.

NORGAARD, R. B.; SIKOR, T.O. Metodologia e prática da Agroecologia. In: ALTIERI, M. A. (Ed.). **Agroecologia: bases científicas da agricultura alternativa**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 53-83.

PARENTE, L.; MESQUITA, V.; MIZIARA, F.; BAUMANN, L. F. Assessing the pasturelands and livestock dynamics in Brazil, from 1985 to 2017: A novel approach based on high spatial resolution imagery and Google Earth Engine cloud computing. **Remote Sensing of Environment**, v. 232, 2019.

PEREIRA, O. J. R.; FERREIRA, L. G.; PINTO, F.; BAUMGARTEN, L. Assessing pasture degradation in the Brazilian Cerrado based on the analysis of MODIS NDVI time-series. **Remote Sensing of Environment**, v. 10, p. 1761, 2018.

ROSSET, P.; PINHEIRO, B. L. **Metodologia “De Camponesa a Camponês à Camponesa a Camponês” e a territorialização da agroecologia**. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/02/17/metodologia-de-camponesa-a-campones-a-camponesa-a-campones-e-a-territorializacao-da-agroecologia/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS, G. J.; MARION, J.C.; SEGATTI, S. **Administração de Custos na Agropecuária**. São Paulo: Atlas, 3 ed., 2022, 165 p.

SILVA NETO, C. M.; FREITAS, P. V. D. X.; PINA, I. J.; SANTOS, B. C.; RODRIGUES, N. C. A.; SILVEIRA, A. L. R.; GONZAGA, G.F.; CALIL, F.N. Nutrient composition of some important Brazilian savanna trees and their potential for animal feed. **Australian journal of crop science**, v. 16, p. 415-423, 2022.

SOSA, B.M.; JAIME, A.M.R.; LOZANO, D.R.A.; ROSSET, P.M. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba**. Tradução Ana Corbisier. São Paulo: Outras expressões, 2012. 152 p.

STRASSBURG, B. B. N.; LATAWIEC, A. E.; BARIONI, L. G.; NOBRE, C.A.; SILVA, V.P.; LALENTIM, F.; VIANNA, M.; ASSAD, E.D. When enough should be enough: Improving the use of current agricultural lands could meet production demands and spare natural habitats in Brazil. **Global Environmental Change**, v. 28, p. 84–97, 2014.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C.R. Repensando a pesquisa participante. Editora Brasiliense. 2ª reimpressão, 2009. p. 82-103.

TOLEDO, V.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Icaria Editorial, 2008.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático DRP**. MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar, Brasília-DF: 2006. 65p.

VILELA, D.; ANDRADE, R.G.; LEITE, J. L. B.; HOTT, M.C.; MAGALHÃES JÚNIOR, W.C.P., 2022. Produção de leite no cerrado: conjuntura e análises. **In:** HOTT, M.C., ANDRADE, R.G., MAGALHÃES, W.C.P., JR. HOTT, M. C. (org.). Geotecnologias: aplicações na cadeia produtiva do leite. Ponta Grossa: Atena, p. 77-81, 2022.

WEZEL, A., BELLON, S., DORÉ, T., FRANCIS, C., VALLOD, D., DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. **A review**. Agronomy for sustainable development, v. 29, n.4, 503-515p, 2009.

XIMENES, L. J. F.; GABRIMAR, A. M.; MORAIS, O. R.; COSTA, L. S. A.; NASCIMENTO, J. L. S. **Ciência e Tecnologia na Pecuária de Caprinos e Ovinos**. Série BNB, Ciência e Tecnologia, 5. Banco do Nordeste, Fortaleza, 2010. 732 p.

CAPÍTULO 4

A PRODUÇÃO DE ROÇA COMO SABER TRADICIONAL QUILOMBOLA: ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CANTA GALO EM ITAPECURU-MIRIM, NO MARANHÃO

Tarcilia Serra Costa

Ademir Terra

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-3

INTRODUÇÃO

O presente texto resulta da pesquisa desenvolvida durante a graduação, em 2019 e 2020, no contexto do programa de extensão (PIBEX), realizada na comunidade Canta Galo, município de Itapecuru-Mirim, Estado do Maranhão, objetivando compreender como a produção de roça associa-se ao saber tradicional quilombola.

Originalmente, as comunidades quilombolas foram formadas pelos africanos que, insurgidos contra o sistema escravocrata no período colonial brasileiro, resistiram a esse regime em luta constante e por muito tempo.

Concebemos o roçado como parte das comunidades, cujos membros se estabelecem no território, constituindo a territorialidade, conceitos que julgamos importante analisar. É necessário compreender o território como o espaço onde as comunidades quilombolas expressam seu modo de vida particular, desenvolvem conhecimento, criam e estabelecem relações únicas em seu interior. Já a territorialidade, como considera Saquet (2007), só existe quando há uma relação entre indivíduo e ambiente, com diversos níveis de interação.

Território é o conteúdo da relação e a relação mesma do homem com seu-ser-outro, que é ele mesmo próprio, ou seja, é resultado e condição das territorialidades e temporalidades efetivadas entre os sujeitos sociais e destes com sua natureza exterior em cada relação espaço-tempo- território. (Saquet, 2007, p. 80)

Para conferir consistência e sustentação teórica à presente pesquisa, empregamos em seu desenvolvimento o método dialético com aporte no materialismo histórico. Como procedimento metodológico, foram realizadas, inicialmente, consultas bibliográficas em documentos, artigos, monografias, livros, teses e demais produções acadêmicas; adicionalmente, por meio das práticas vivenciadas na comunidade quilombola, foram coletados os dados que fundamentam as afirmações e concepções apresentadas neste estudo.

O trabalho está dividido em três seções: a primeira contempla a análise de alguns conceitos teóricos que norteiam a pesquisa; a segunda busca demonstrar as comunidades tradicionais e comunidades quilombolas; e a terceira aborda o saber tradicional quilombola e como ele se desenvolve na comunidade de Santa Galo.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Território e territorialidade são dois conceitos da Geografia que, apesar da vasta produção bibliográfica sobre o tema, ainda são objeto de discussão entre os autores, pois cada um os define de acordo com suas convicções teóricas, filosóficas e ideológicas.

Partindo de uma definição mais genérica, podemos caracterizar o território como uma área delimitada sob posse de algo ou alguém, não necessariamente humano. No entanto, na Geografia, o conceito de território está intrinsecamente atrelado ao poder, pois se o território, em sua dimensão básica, consiste em uma área delimitada sob posse de alguém, o espaço geográfico é repleto de territórios onde ocorrem relações conflituosas e tendenciosas.

A definição do território como um recorte parcial que é marcado pela apropriação e pelo controle de determinadas áreas está em consonância com o pensamento de autores como Haesbaert, 2006, Saquet, 2007 e Sposito, 2004, que lhe atribuem complexidade, devido a aspectos econômicos, políticos e culturais.

Segundo Raffestin (1993), o território é um espaço (ou uma produção a partir do espaço) onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e

que revela relações marcadas pelo poder. O autor ainda pontua que esse conceito envolve tanto o material como a imaterialidade, inserido ou não em relações de posse e poder.

Para Moraes (2002), o território

[...] pode ser equacionado como uma construção simbólica, vinculado a um imaginário territorial. Contudo, trata-se também de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares. (Moraes, 2002, p. 74)

Ou seja, o território, na visão de Moraes (2002) e em consonância com as assertivas de Raffestin (1993), ultrapassa a dimensão de posse, envolvendo as questões militares, econômicas, jurídicas e até ideológicas, o que representa um alto grau de complexidade, passível de ser revista.

Na perspectiva do campesinato, Terra e Viana (2021) concordam com Fernandes (2012), definindo o território como o espaço de vida onde o camponês se instala como uma unidade familiar, podendo, muitas vezes, abrigar mais de uma família, todos envolvidos numa atividade predominantemente agropecuária que contribui, inclusive, com a provisão de produtos agrícolas requisitados pelos centros urbanos. No entanto, não se trata somente de um espaço onde se estabelece e do qual tira o seu sustento, visto ser também constituído de territorialidades, formadas por princípios e valores. É o lugar, ou os lugares, em que comunidades camponesas constroem sua existência e suas relações com esse espaço onde, além das questões materiais, encontra-se uma certa imaterialidade, carregada de diversas manifestações, principalmente as afetivas e culturais.

Além das questões materiais Santos (2002) traz à discussão o conceito de território usado. Segundo o autor, são as ações e atividades nele realizadas que relacionam o espaço humano e o espaço habitado. “Territórios usados são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano e espaço habitado” (Santos, 2002,

p. 16), onde se encontram as horizontalidades (lugares vizinhos, continuidade territorial, espaço banal) e as verticalidades (pontos distantes uns dos outros ligados por formas de processos sociais e redes) (Fuini, 2014, p. 226). Em suma, no território usado, ocorrem os apegos e a sua aceitação, e seus habitantes herdam e transformam o espaço, estabelecendo, portanto, suas especificidades, que, no caso aqui, se aplicam à vida social.

A territorialidade, por sua vez, segundo Sack (1986), “pode ser compreendida como uma ‘estratégia geográfica’ com a qual ‘se controlam pessoas e coisas através de controle de áreas’, sendo em termos práticos usual expressar a territorialidade por meio de ‘territórios políticos e propriedades privadas’” (Sack, 1986, p. 63). De acordo com o autor, além da posse do território, há também uma certa posse sobre quem o utiliza. Sack (1986) enfatiza sobretudo os territórios políticos, bem demarcados, e também as propriedades privadas, que podem se desdobrar em aspectos econômicos, intrinsecamente capitalistas, do ponto de vista da subsistência apenas, ou de relações mais simples que essa.

Por exemplo, as comunidades tradicionais, ainda que desenvolvam sua produção para reproduzir seu modo de vida, não ficam restritas somente ao binômio “produção-reprodução” econômica: a territorialidade está presente nas práticas realizadas no território camponês, marcadas por traços de apego e afetividade, atividades e costumes que lhes foram passados e que posteriormente serão repassados como herança para as novas gerações.

A própria legislação brasileira reconhece esse aspecto, quando destaca que as comunidades tradicionais são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas de vida próprias de organização social que ocupam e usam territórios e seus territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. (Brasil, 2007)

No caso das comunidades tradicionais, o território, além de ter fins econômicos, importantes para a sobrevivência de seus membros, deve ser cuidado e entendido como o espaço para relações familiares, atividades sociais de toda ordem etc.

No entanto, a territorialidade pode se manifestar também nas zonas urbanas, como por exemplo nos centros religiosos, no apego a bairros específicos, nas associações de moradores e até mesmo em espaços rugosos como áreas comerciais e shopping centers. Tudo depende de como o espaço está sendo usado por seres humanos, sobretudo.

Para Raffestin (1993), a territorialidade reflete a perspectiva de multidimensionalidade do vivido territorial por membros de uma coletividade social, o qual envolve sociedade, espaço e tempo. Segundo Haesbaert (2006):

Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço. (Haesbaert, 2006, p. 341)

Ao destacar o movimento do mais concreto ao mais simbólico, o autor quer dizer que além da delimitação do território, é nele que o sujeito constrói sua identidade simbólica: é o antepassado que está sepultado no local, é a habitação herdada dos pais, é, para as comunidades tradicionais, a fonte gratuita e autônoma de alimento.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana – que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias (Brasil, 2003).

Vítimas da diáspora africana perpetrada pelos países europeus, africanos escravizados eram capturados, afastados de suas terras, seus países, e levados para as colônias extrativistas, onde eram submetidos a trabalho forçado em garimpos, engenhos e grandes fazendas. Embora os escravistas usassem de todos os meios para tornar quase impossível a fuga dos trabalhadores, alguns conseguiam escapar e criar comunidades, os quilombos, como forma de organização e resistência à escravidão.

Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativeiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caças aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Em Cuba chamavam-se rancheadores; capitães do mato no Brasil; coromangee ranger, nas Guianas, todos usando táticas mais desumanas de captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os rancheadores tinham costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos. Como podemos ver, a marronagem nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos. (Moura, 1987, p. 12-13)

No Brasil, a abolição da escravatura foi estabelecida formalmente pela Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. No entanto, a legislação não garantiu o acesso de negros e negras a seus direitos, que se viram isolados e abandonados à própria sorte. Muitos dos ex-escravos, expulsos das terras em que viviam (Leite, 2000), se refugiaram nas periferias urbanas, e outros, nas comunidades quilombolas, adentrando a mata em busca de refúgio. Com medo de que a Lei Áurea viesse a ser revogada e que o sistema escravocrata retornasse ao país (Barreto, 2006), buscaram amparo nas áreas rurais e acabaram por se isolar em comunidades quilombolas, distantes dos espaços urbanos, a fim de garantir sua sobrevivência, sobretudo na província do Maranhão.

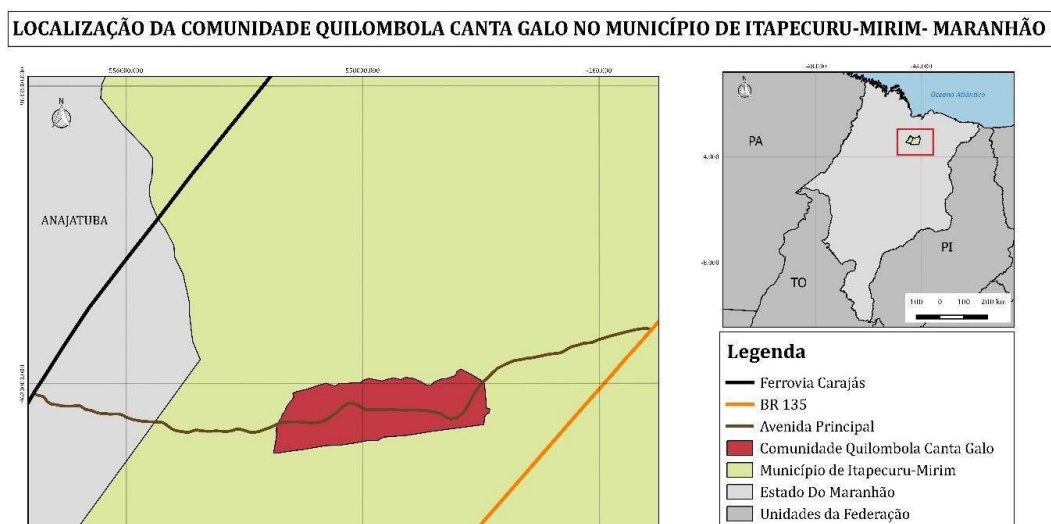
O Estado do Maranhão, atualmente, se caracteriza como uma das unidades da federação onde se encontra o maior número de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Essa significativa presença de quilombos resulta do processo histórico de ascensão econômica desse território, sobretudo no século XVIII. A partir da fundação da Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão, empreendimento comercial implementado pela gestão pombalina na segunda metade do século XVIII, houve um crescimento relevante de africanos escravizados na região. Até 1755, calcula-se que 3 mil deles tenham chegado ao Maranhão, mas no período de existência da Companhia, entre 1755 e 1777, esse número saltou para 12 mil.

Os quilombos são comunidades tradicionais, que constituem objeto de uma diversidade de estudos, com uma variedade de conceitos, elaborados por

diferentes pesquisadores. As comunidades quilombolas, formadas pelos africanos insurgidos contra o sistema escravocrata, resistiram por séculos contra o regime, por meio da luta que enfrentaram e enfrentam continuamente, para garantir seu modo de vida, sua cultura, sua tradição, vivenciadas e lembradas constantemente dentro do seu território.

A comunidade quilombola Canta Galo, onde desenvolvemos a pesquisa, é certificada pela Fundação Palmares (FCP) como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ), sob o registro N° 853, FL 65, portaria 08 em 30 de janeiro de 2007 (Brasil, 2007b). O povoado localiza-se nas coordenadas geográficas 3°20'55.82" Latitude Sul e 44°28'42.20" Longitude Oeste, no município de Itapecuru-Mirim, na bacia hidrográfica do rio Itapecuru, Mesorregião Norte Maranhense, Estado do Maranhão, distante 108 km da capital, São Luís.

Figura 1 – Localização da comunidade



Adaptado: Rodrigues; Costa (2020)

A Canta Galo é composta por 50 famílias (Figura 2), que habitam residências construídas principalmente em alvenaria, havendo também habitações de taipa, todas elas erguidas pelos próprios moradores. Caracteriza-se como uma comunidade tradicional quilombola, com suas especificidades e, apesar de já ter sofrido algumas intervenções urbanas, sobretudo por parte de empresas mineradoras, não perdeu as características que conceituam, no todo, as populações tradicionais.

Figura 2 – Placa de identificação da comunidade Canta Galo



Fonte: Autora

A comunidade possui seus traços de territorialidade, herdados desde o período colonial, mantendo seu modo de vida consoante com a tradicionalidade própria de uma comunidade quilombola. Em seu interior, por exemplo, é muito comum observar casas construídas somente com o barro de argila, as quais, apesar de não comporem a maioria da comunidade, ainda fazem com que os quilombolas se lembrem de suas origens e mostram que os moradores não pretendem se desfazer delas, devido ao apego com tais tradições.

SABER TRADICIONAL QUILOMBOLA

Em seus modos de ser, fazer e viver, as comunidades quilombolas detêm práticas consideradas tradicionais, permeadas por riquezas culturais e relações íntimas com a natureza, saberes transmitidos de geração a geração.

Os saberes tradicionais quilombolas contemplam um profundo conhecimento sobre a natureza e a cultura, preservado ao longo dos anos e passado por várias gerações. Esse conjunto é de extrema importância, pois, dependentes que são da natureza, para sua própria subsistência e/ou obtenção de renda, usam e manejam a terra de maneira sustentável. Assim, nas relações estabelecidas com o seu território, vão construindo sua identidade e constituindo suas territorialidades.

Sistema agrícola tradicional é o conjunto de elementos, desde os saberes, mitos, formas de organização social, práticas, produtos, técnicas e artefatos e outras manifestações associadas que envolvem espaços, práticas alimentares e agroecossistemas manejados por povos e comunidades tradicionais

e agricultores familiares. Nesses sistemas culturais, as dinâmicas de produção e reprodução dos vários domínios da vida social ao longo das vivências e experiências históricas orientam processo de produção de identidades e contribuem para a conservação da biodiversidade. (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, 2018)

A organização quilombola e a preservação de sua cultura estão diretamente ligadas ao território (Carril, 2017). Os quilombolas utilizam a terra, de forma simultânea, para a produção e o cultivo. Seus sistemas de produção, modos tradicionais de fazer a agricultura praticados há milhares de anos, individual ou coletivamente, são saberes que moldam seu estilo de vida até os dias atuais.

Entre os sistemas agrícolas mais comuns nas comunidades, a produção de roças nunca deixou de ser praticada como uma atividade tradicional, que valoriza sua história. Como afirma Moura (1997), esse tipo de agricultura está presente na maioria dos quilombos, uma ação da comunidade que permanece inalterada ou, às vezes, é recriada.

Os roçados são sistemas de produção agrícola seculares que utilizam o método “corte e queima”, prática tradicional que visa ao manejo dos recursos naturais com a finalidade de aproveitar o capital energético e nutritivo da vegetação e do solo (Mcgrath, 1987; Rego; Kato, 2017). Esse processo consiste na derrubada de uma parcela da mata, seguida da queima dos resíduos, área em que, depois de limpa, é feito o cultivo (Padoch; Pinedo-Vasquez, 2010).

Mesmo após a promulgação da Lei de Terras, de 1850, que excluía qualquer possibilidade de um ex-escravizado ter livre acesso à terra, em certas regiões do Brasil, segundo Souza (1999), alguns quilombos conseguiam se manter com o cultivo de pequenas roças que, além de garantir a subsistência, lhes permitia estabelecer relações simbióticas com outros lavradores e mascates.

O roçado, uma atividade tradicional com valor e conhecimento históricos, que com o passar das gerações permanece como uma prática agrícola comumente usada nas comunidades quilombolas, está presente também no território da comunidade de Santa Galo, revestindo-se de importância para os moradores do povoado. O sistema é baseado na derrubada e queima da vegetação, seguidas de um período de cultivo numa determinada área que, após o declínio da fertilidade do solo, passa por um período de repouso para sua restauração. Herdada de seus antepassados, a forma de cultivar os roçados é

desenvolvida mesmo por aqueles com idade mais avançada (Figura 3), seja por necessidade, seja por apego e/ou afetividade pela terra.

Figura 3 – Camponês e roça



Fonte: Autora

Uma das características mais marcantes que fazem parte da identidade de Canta Galo é a relação entre os integrantes da comunidade, definida pela ajuda mútua. Ainda que cada morador tenha sua roça, é muito comum que os frutos oriundos da colheita sejam compartilhados (Figura 4), sobretudo em períodos festivos, como nos eventos religiosos promovidos por essa comunidade. Conforme afirma Bombardi (2006), “a vida familiar no sítio é, por outro lado, marcada por um contato estreito entre seus membros.”

O sistema de produção do povoado tem como base a agricultura de subsistência, característica particular de uma comunidade tradicional, que é fonte de alimentos para os camponeses e suas famílias, permitindo, ainda, que a produção excedente seja destinada à comercialização nas feiras, por exemplo, comuns no povoado.

Os principais produtos plantados na comunidade são: (Quadro 1)

Quadro 1 – principais produtos colhidos na comunidade

Mandioca	Melancia
Abóbora	Milho
Pepino	Quiabo
Maxixe	Feijão
Melão	Banana
Cuxá	

Fonte: Autora

Os alimentos oriundos das roças contribuem grandemente para a segurança alimentar dos moradores, pois fazem parte da dieta das famílias, bem como da alimentação dos animais, como aves e suínos, que são abatidos para consumo. Os moradores sabem que os alimentos advindos do sistema agrícola do povoado são diferentes, mais saudáveis e têm impacto menor no ambiente. A agricultura tradicional segue sendo o principal meio de subsistência da comunidade, por ser praticada pela maioria das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas são marcadas por traços de coragem, luta e resistência, pois sempre buscaram formas de conservar sua tradição, sua cultura e seu modo de vida. O território, não utilizado apenas com fim lucrativo, é concebido como um meio pelo qual as comunidades conseguem manter sua identidade viva e constante, pois é nele que desenvolvem suas atividades agrícolas, a exemplo do que ocorre na comunidade Canta Galo, onde o principal destino da produção é a subsistência. As relações estabelecidas em seu interior, frutos de uma construção social, assim como o apego do quilombola ao território, permeado pela afetividade, definem a territorialidade.

O trabalho de campo possibilitou compreender melhor a vivência dos quilombolas e como estabelecem suas relações com o território. Com base nos saberes tradicionais passados de geração a geração, as comunidades quilombolas desenvolvem seus roçados compartilhando um conhecimento de valor inestimável que, preservado há milhares de anos, constitui a identidade dessas populações.

Além da produção da roça, o compartilhamento se aplica também na cozinha comunitária e na fabricação de farinha, por exemplo. Assim, a comunidade Canta Galo segue construindo sua identidade no interior de seu território, tendo na prática do roçado a sua principal relação com a terra.

REFERÊNCIAS

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Sistemas Agrícolas Tradicionais (SAT)**. 2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/sat-sist emas-agricolas-tradicionais>. Acesso em: 18 maio 2019.

BARRETO, Jonas Nunes. **Implantação de infra-estrutura habitacional em comunidades tradicionais**: o caso da comunidade quilombola Kalunga. Orientador: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. 2006. 107f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BOMBARDI, Larissa Mies **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. Orientador: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 17 maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007a**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 17 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares (FCP). **Portaria nº 8, de 30 de janeiro de 2007b**. Art 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 08 e CERTIFICAR que, conforme Declarações de Auto-reconhecimento e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, as Comunidades a seguir, SÃO REMANESCENTES DE QUILOMBOS. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/02/2007&jornal=1 &pagina=4&totalArquivos=108>. Acesso em: 17 maio 2019.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 539-564, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O território camponês**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão popular, 2012.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terr@ Plural**, v. 8, n. 1, p. 225-249, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura. **O quilombo no Brasil**: questões conceituais e normativas Florianópolis: NUER/UFSC, 2000.

MCGRATH, David Gibbs. The role of biomass in shifting cultivation. **Human Ecology**, v. 15, n. 2, p. 221-242, 1987.

MORAES, Antônio C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Anna Blume, 2002.

MOURA, Clóvis. **Quilombos, Resistência ao Escravismo**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

MOURA, Maria da Glória da Veiga. **Ritmo e ancestralidade na força dos tambores negros**: o currículo invisível da festa. 1997. Tese (Doutorado em Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

PADOCH, Cristine; PINEDO-VASQUEZ, Miguel. Saving slash-and-burn to save biodiversity. **Biotropica**, v. 42, n. 5, p. 550-552, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, Anna Karyne Costa, KATO, Osvaldo Ryohei. Agricultura de corte e queima e alternativas agroecológicas na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 3, p. 203-224, set-dez. 2017.

SACK, Robert. **Human territoriality**: Its theory and history. New York: Cambridge, 1986.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território**: Globalização e fragmentação. 5. ed., São Paulo: Hucitec, Anpur, 2002, p. 11-14.

SAQUET, Marcos. **A. Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. et al. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999, p.77-116.

SPOSITO, Eliseu. S. **Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Edunesp, 2004.

TERRA, Ademir; VIANA, Francisco de Oliveira. A Produção Camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: Desafios e Conflitos Socioambientais. **Revista Nera**, v. 24, n. 58, p. 125-14, 2021.

CAPÍTULO 5

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM DIÁLOGO COM A AGROECOLOGIA: DA HORTA ESCOLAR À RUA COMESTÍVEL EM CACHOEIRAS DE MACACU/RJ

Luiza de Castro Boldrini

Rafael Santos Freitas Motta

Juliana de Oliveira Ramadas-Rodrigues

Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-4

INTRODUÇÃO

As hortas estão presentes no dia a dia da sociedade desde a época medieval, em que eram cultivadas nos jardins dos palácios e conventos (Capel, 2002). Ao longo dos anos, as funções de uma horta foram se transformando, perpassando por interesses gastronômicos com cultivo de ervas medicinais ou aromáticas, além do embelezamento dos espaços dos jardins. Atualmente, percebe-se a implementação de hortas comunitárias, que constituem espaços coletivos urbanos voltados ao cultivo colaborativo de alimentos e plantas medicinais, sendo geralmente implantadas em terrenos públicos ou cedidos para tal finalidade. Sua gestão pode variar, podendo ser feita através de organizações não governamentais, associação de moradores ou até por poder público, que apoia com doação de mudas, apoio técnico e promoção a práticas sustentáveis (Nagib, 2016).

Nesse cenário contemporâneo, destacam-se as hortas escolares que se configuram como uma estratégia pedagógica eficaz para a promoção da educação em saúde, ao estimularem a integração entre o cultivo de alimentos e o consumo de frutas e hortaliças. Essa prática contribui para o desenvolvimento de uma relação mais consciente e equilibrada com os ecossistemas (Ramadas-Rodrigues; Carvalho, 2025). No entanto, a presença de uma horta educa-

tiva não se restringe ao ambiente escolar, mas se estende a espaços públicos da cidade, envolvendo alunos e moradores em práticas que estimulam a vivência em espaços públicos da cidade, com a construção coletiva de saberes e a soberania alimentar. Assim, as hortas públicas e escolares se integralizam formando um importante espaço interdisciplinar de práticas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) (BRASIL, 2013).

Essa visão está alinhada com os princípios do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012), destacando-se o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA), valorização da cultura e autonomia alimentar. Ao propagar a importância de espaços públicos utilitários para hortas, reforça-se não apenas a promoção da alimentação saudável, mas também o potencial da alimentação para socialização e implementação dos Direitos Humanos (Carvalho; Rodrigues, 2022).

Fundamentado nisso, o presente capítulo decorre de uma experiência realizada na cidade de Cachoeiras de Macacu/RJ, junto ao Colégio Municipal Professor Carlos Brandão, que se integrou como parte da equipe de trabalho do Laboratório Digital de Educação Alimentar e Humanidades (LADIGE), vinculado ao Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essa colaboração originou um resumo publicado como relato de experiência popular nos Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, no eixo temático de Agriculturas Urbanas, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 2023 (Motta et al, 2024). A partir disso, se desenvolveu o objetivo de mapear a incorporação do simbolismo de preservação da Mata Atlântica, representada pelo Parque Estadual dos Três Picos presente na região, e de valorização de plantas alimentícias não convencionais. A compreensão da importância, e a valorização dessas plantas é um aprendizado não formal de troca de saberes agroecológicos para a comunidade local que enfatiza no “espaço verde de convivência” o papel da instituição escolar na construção de um ambiente saudável e respeitoso, o que justifica esse estudo.

DESENVOLVIMENTO

A experiência ocorreu no campo de pesquisa construído com diversas escolas no projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) de melhorias de escolas, intitulado “Espaços verdes na escola: um lugar-encontro de ensino-aprendizagem para a saúde e alimentação”, que foi desenvolvido de agosto de 2022 a agosto de 2024 e envolveu pesquisadores e a comunidade escolar em uma proposta interdisciplinar. As ações desenvolvidas promoveram práticas de Educação Alimentar e Nutricional crítica, valorizando as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC).

Esses estudos em torno da horta seguem iniciativa do projeto de extensão da Horta Escolar do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), *Campus* Maria da Graça, iniciado no ano de 2016, possui entre um dos seus principais objetivos o estímulo à alimentação adequada e saudável (Cabral; Rodrigues, 2024), além de fomentar de maneira contundente o tripé da educação, atuando no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma a contribuir positivamente para a qualidade da educação em ciências e saúde na instituição (CABRAL et al, 2019).

Este capítulo, se ocupa da difusão do trabalho que teve início no Colégio Municipal Professor Carlos Brandão, na cidade de Cachoeiras de Macacu/RJ, e se ampliou para espaços da cidade. O presente artigo envolveu a triangulação de atividades pedagógicas de horta no Colégio Municipal Professor Carlos Brandão, história oral da implantação de uma *rua comestível* na cidade e visita guiada para identificar PANC no Parque Estadual dos Três Picos. Assim, a experiência mobilizou a comunidade escolar, cidadãos de Cachoeiras de Macacu e técnicos e servidores do Parque pontualmente, mas dentro de um movimento de expansão.

A visita ao Colégio Municipal Professor Carlos Brandão deu continuidade às atividades do projeto de Horta na Escola da FAPERJ, fruto da parceria entre a escola e o LADIGE (<http://ladige.injc.ufrj.br/>). Ela reproduz uma proposta de diálogos saudáveis na escola, que com a professora e um grupo de alunos ‘tutores’, promove uma convergência de problemáticas interdisci-

plinares para o ensino médio como ecologia humana, produção/consumo de alimentos, soberania e insegurança alimentar (IA) e globalização econômica e cultural.

Um espaço pedagógico de hortas é um local em que alunos acompanham diariamente o crescimento das plantas – em sua maioria PANC – aprendendo, interagindo, cuidando e se interessando por aquele local. Como os mesmos disseram: “*É o ensino fora da sala de aula*”. Ou seja, o conhecimento saindo dos livros didáticos e se concretizando em ação, e que envolve todos os outros agentes sociais ali presentes.

Este é um lugar-encontro de educação alimentar e nutricional porque acolhe temas contemporâneos no currículo envolvendo cultura local, jogos e trocas simbólicas e discussões sobre mudanças climáticas que poderiam impactar a legitimação de uma forma de agrobiopoder que ameaça nossa soberania alimentar (Ramadas-Rodrigues, 2025).

O movimento iniciado na escola reverberou para fora dos muros do colégio, inspirando práticas em espaços públicos da cidade, como a Rua Vila Indiana, no bairro de Boca do Mato. A história dela se inicia a partir do encontro de uma Chef de cozinha internacional, que decidiu retornar à sua cidade natal, Cachoeiras de Macacu, para cuidar de seu pai. Lá, conheceu um Biólogo oriundo de uma família tradicional da cidade. A partir dessa união, eles tiveram uma ideia inovadora: transformar o canteiro das ruas da cidade em áreas, nas quais poderiam ser encontrados alimentos não convencionais acessíveis ao público. Em meados de 2021, durante a pandemia, quando as restrições e o isolamento social levaram as pessoas a repensarem suas formas de interação com o ambiente, começaram a plantar na rua Vila Indiana, que se mantém viva até hoje.

No entanto, na pandemia, mesmo com a volta à normalidade logo após, a rua acabou ficando sem os cuidados necessários. A partir disso, a Escola Municipal Boca do Mato, influenciada pelo movimento feito pelo Colégio Municipal Professor Carlos Brandão, assumiu o manejo dos cuidados e cultivo dos canteiros, juntamente com a comunidade local.

Assim sendo, o local se caracterizou por um lugar vibrante, cheio de cores, aromas, sabores e oportunidades de aprendizado. Uma vivência sensorial significativa que seguiu os termos do conceito de museu vivo de Martin Barbeiro, 1987.

Por isso, em vez de fazer a pesquisa partir da análise das lógicas de produção e recepção, para depois procurar suas relações de imbricação ou enfrentamento, propomos partir das mediações, isto é, dos lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão (BARBEIRO, 1987, p.294).

Com isso, percebe-se que esta união da comunidade local, juntamente da escola, pode desenvolver práticas de promoção de uma alimentação saudável e sustentável, a partir da ocupação de espaços urbanos de sua cidade, valorizando a preservação da biodiversidade local e também sua cultura alimentar (Ramadas-Rodrigues, 2025).

Por fim, a visitação no Parque Estadual dos Três Picos teve o intuito de explorar a presença de PANC na mata Atlântica. Contudo, para nossa surpresa, não encontramos o que esperávamos na área preservada da Mata Atlântica. Porém, tivemos a oportunidade de conhecer o Sr. Nazareno, um morador local e experiente jardineiro com mais de 50 anos de vivência na região. Ele compartilhou conosco um conhecimento enraizado na cultura e tradição que permearam essas décadas de residência naquele espaço. Embora não dirigido para PANC, o conhecimento de plantas mostrou o quanto as plantas próprias do local podem estar no grupo de ‘não convencionais’ seja em termos de alimentação, seja com cuidados de saúde, o que gerou resultados abaixo apresentados no decorrer da discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das experiências vividas no trabalho de campo em Cachoeiras de Macacu, entendemos que o processo educativo e de formação para agroecologia é prática cotidiana de agentes sociais que demanda continuidade no currículo escolar. O colégio é uma instituição com vocação para educação ambiental e agroecológica atreladas à educação alimentar e nutricional que

opera como núcleo central em uma rede de agentes cooperadores de uma ecologia humanizada. As hortas escolares representam um importante espaço para implementar práticas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), e reforçar os princípios do Marco de EAN de Políticas (BRASIL, 2012) com promoção da saúde, garantia de acesso à alimentação adequada e a valorização da cultura alimentar, como citadas anteriormente.

A horta no Colégio Municipal Professor Carlos Brandão, começou em março de 2023 e estava localizada em um canteiro em espaço aberto (figura 1) no pátio da escola. Durante os primeiros meses, a professora preceptora do projeto iniciou debates sobre consciência, mitos e verdades, ressaltando a importância do saber científico para a construção da verdade. Já em meados de junho de 2023, o trabalho se voltou para a discussão de alimentação, nutrição e os diferentes tipos de processamento dos alimentos.

Figura 1 – Horta plantada no Colégio Municipal Professor Carlos Brandão



Fonte: Os autores

Com o bom envolvimento dos alunos na construção da horta e no desenvolvimento deste saber científico, foi criado pelos alunos uma rede social que foi chamada de *1001 hortas* para alimentar esse espaço virtual, relatando o andamento e percepções deste novo espaço na escola. No entanto, a professora

relatou que eles se interessavam muito mais em atividades diretamente com a horta, do que as virtualmente. Com isso, o primeiro semestre terminou com oficinas sobre identificação de PANC e grande entusiasmo dos alunos na manutenção deste espaço verde pedagógico.

Nos meses seguintes, as atividades continuaram voltadas à saúde e à alimentação, com destaque para o projeto “*Africanidades*”, que teve como objetivo ampliar o debate sobre a cultura africana. Uma das estratégias adotadas foi a utilização da horta, que foi expandida para outro espaço da escola (figura 2), possibilitando o cultivo de couve e alface destinados ao *Dia da Feijoada*, valorizando assim a cultura alimentar africana.

Figura 2 – Novo espaço da horta no Colégio Municipal Professor Carlos Brandão



Fonte: Os autores

Em 2024, a escola precisou passar por uma reforma que, além de demandar a realocação dos alunos, comprometeu a horta existente, pois as obras ocorreram justamente no espaço onde estava instalada. O Colégio Municipal Professor Carlos Brandão foi transferido para outro prédio, que não havia área verde adequada para a continuidade da horta escolar, resultando no encerramento desse espaço pedagógico.

Diante dessa limitação, a professora mediadora juntamente da equipe do LADIGE, com os alunos e voluntários, decidiu dar prosseguimento ao projeto em uma outra escola em que já lecionava. Este novo espaço escolar era muito maior e com muito mais capacidade de plantio (figura 3 e 4), sendo possível implantar uma nova horta. Foram promovidas ações entre os alunos das duas escolas, ou seja, a participação dos alunos do Carlos Brandão, que se envolveram na construção desta nova horta pedagógica em uma nova escola, garantindo que a experiência não fosse perdida e que os aprendizados fossem compartilhados.

Figura 3 – Construindo a horta na nova escola



Fonte: Os autores

Figura 4 – Horta pronta na nova escola



Fonte: Os autores

Essa postura evidenciou o forte compromisso da professora com o projeto, que passou a considerar a horta um tema essencial em sua prática docente. Além disso, revelou a potência do trabalho coletivo diante das adversidades estruturais, reforçando o papel transformador das mediações pedagógicas. A continuidade do projeto em outro espaço não apenas manteve vivas as práticas educativas desenvolvidas, mas também permitiu a troca de saberes entre os estudantes, colocando-os no papel de multiplicadores de conhecimento. Com base nisso, é pertinente destacar que o projeto não só envolveu os professores e alunos, mas também as merendeiras. A partir dos temperos e comidas que eram plantadas, começaram a usufruir para temperar a comida, variar o cardápio, além de deixá-lo mais saudável. Este caso foi notado pelos alunos, que sinalizaram que após a construção da horta, as comidas passaram a ficar gostosas e temperadas. Destaca-se também o início do cultivo de PANC (figura 5) que após a oficina realizada, acabaram ingressando também no cardápio dos escolares.

Figura 5 – Peixinho e beldroega plantadas na horta escolar



Fonte: Os autores

Como resultado entendemos também que a *rua comestível*, identificada pela Figura 6, é um exemplo vivo de como a comunidade pode se unir em torno de uma causa e se beneficiar dos recursos naturais disponíveis. Essa iniciativa demonstra a capacidade de transformar espaços urbanos em locais de produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, ao mesmo tempo em que

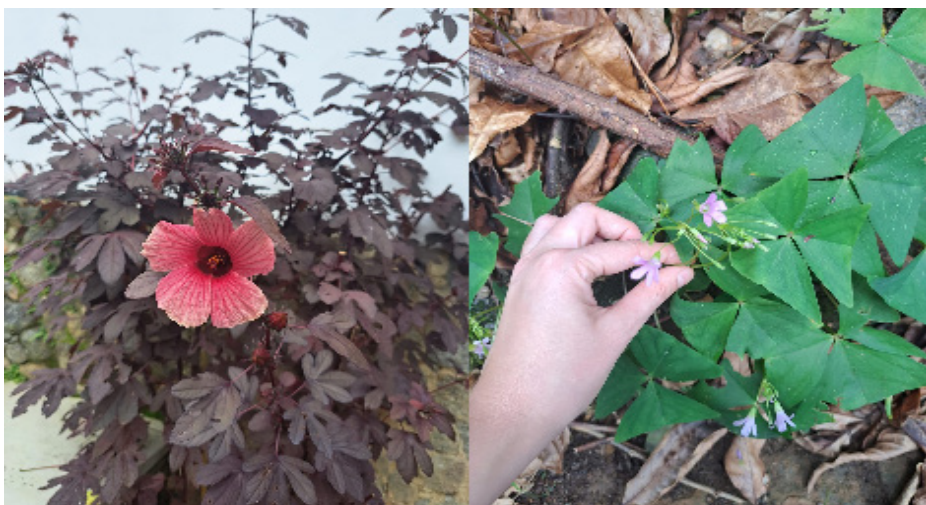
promove a conscientização sobre o valor das plantas não convencionais e o respeito à biodiversidade local. Apesar do fim do relacionamento entre a Chef e o Biólogo, os canteiros continuaram a prosperar. Com o tempo, algumas plantas não convencionais, notavelmente resistentes, bem como algumas frutíferas locais, foram também crescendo e dando frutos no local, como mostra a figura 7.

Figura 6 – Rua Vila Indiana



Fonte: Os autores

Figura 7 – a) Vinagreira roxa, b) Azedinha plantadas na rua comestível



Fonte: Os autores

A partir da descoberta do potencial dessa rua, foram realizados três mutirões para fortalecer e expandir as PANC da *rua comestível*. A gestão desse projeto passou a ser conduzida pela própria natureza, à medida que as atividades pós-pandemia foram sendo retomadas pelos agentes diretamente envolvidos. O colégio foi promovendo ações como essa visita envolvendo pesquisadores do LADIGE, a professora mediadora da escola e alguns alunos.

No mapeamento de incorporação simbólica então, ficou claro, além da horta escolar e do trabalho urbano de museu vivo, o Parque Estadual dos Três Picos, no qual a exuberante pungência da Mata Atlântica em área natural preservada é o terceiro ponto de apoio. Este é hoje, um núcleo de valorização da agroecologia. Trata-se de uma área protegida devido a sua repleta biodiversidade, que engloba mais outras quatro cidades fluminenses: Guapimirim, Nova Friburgo, Silva Jardim e Teresópolis. Possui a finalidade de preservar a Mata Atlântica da Serra do Mar, bem como diversas espécies de fauna, flora, além de nascentes e fontes que são responsáveis por fornecer água para os municípios adjacentes. Com isso, é um local procurado para além do lazer, como também para pesquisas e educação ambiental. As reivindicações de melhoria em relação à proteção ambiental estão em curso, assim como o processo de proteção.

A visita ao Parque Estadual dos Três Picos, para além do que foi comentado, provocou uma série de reflexões e estimulou conversas entre a equipe de pesquisa que inclui o colégio e os estudantes, principalmente pelo encontro com Sr. Nazareno, jardineiro local, que transmitiu todo seu saber. Um saber esse, marcado pela vivência, cultura e tradição desses anos todos morando naquele espaço. Foram mostradas muitas plantas medicinais e até PANC -exemplificadas na figura 8- no entanto a maioria tinha sido plantada pelos agentes locais. Além disso, foi relatado como já houve muitas mudanças na fauna e flora local durante esses anos todos ali e como o tradicionalismo da caça, é algo que prejudicou e, segundo o jardineiro, ainda prejudica a diversidade dessa mata.

Figura 8 – a) Cana de macaco, b) Cabeludinha, c) Açafrão da terra plantadas no parque



Fonte: Os autores

Nos princípios para as ações de educação alimentar e nutricional do Marco, o item de número III, diz sobre a “*Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas*” (BRASIL, 2012, p. 25). Este princípio abrange a valorização da diversidade alimentar, incluindo as práticas e conhecimentos transmitidos pelas comunidades e povos tradicionais. Assim sendo, se faz uma correlação a figura do Sr. Nazareno e todo o conhecimento nele presente, que foi tão transformador para o presente capítulo, pois proporcionou situar o que é tradição e a conservação cultural junto à concepção de PANC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mapeamento realizado nessa experiência os três pontos, horta do colégio, *rua comestível* na cidade e o tombamento do Parque Estadual dos Três Picos, foram pilares no processo de formação popular para agroecologia e os agentes vêm se multiplicando e facilitando expansão simbólica que produz valorização e respeito pela agroecologia.

Refletimos sobre a ideia de um “museu vivo”, que surge como uma alternativa ao conceito tradicional de museu, no qual apenas objetos e obras de arte são expostos. À medida que a arte moderna ganhou espaço, a concepção de museu foi se transformando, abrindo caminho para locais que se movem,

são dinâmicos e focam nas experiências vivenciadas por meio dessa troca de sensações (Biora, 2019).

Ficou evidente que a preservação de PANC e a promoção de práticas sustentáveis são cruciais para a conservação da diversidade e riqueza dessas plantas na região. Essa experiência nos motivou a buscar maneiras de incentivar a preservação das PANC e valorizar o conhecimento local, enraizado na cultura e tradição dos moradores de outras áreas com a mesma estratégia.

Com isso, se chega ao ponto de encontro que é a escola. Disseminar essas informações carregadas pelo Sr. Nazareno, pela rua da Vila Indiana e dialogar com os alunos que estão vivenciando a prática de uma horta e que tem tanto a aprender, é essencial para a prática da educação alimentar e nutricional.

Uma horta pedagógica proporciona esse ambiente de troca e experiência, porque permite apropriação afetiva com a cultura local da cidade de Cachoeiras de Macacu. É preciso reforçar essa história, porque sem uma narrativa de passado, como entender o presente e construir um futuro?

REFERÊNCIAS

BIORA, E. C. P. **O conceito de museu vivo na perspectiva da educação: O caso do museu de arte contemporânea do Paraná (1970-1984)**. Dissertação. (Programa de Pós-graduação em Educação, Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação). Universidade Federal do Paraná, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/fnde/legislacao/resolucoes/2013/PDF/resolucao_cd_26_2013.pdf Acesso em: 23 set. 2025.

CABRAL, L. F. E.; CORDEIRO, F.; RODRIGUES, J. O. R.; PANTOJA, C. E.; LEÃO, D. C. Integrando saberes através de uma horta escolar: uma experiência no CEFET/RJ. **Anais do II Encontro Intercampi de Educação Profissional do CEFET/RJ: O Ensino Integrado em Foco**. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, Moura et al. (orgs). 2ª Ed. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://eiep.weebly.com/uploads/1/1/4/6/114673159/anais_ii_eiep.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

CABRAL, L. F. E.; RODRIGUES, J.O.R. Buscando superar desafios civilizatórios na educação básica a partir da implementação de uma horta escolar. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, v. 6, n. 2, p. 1–21, 2024. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ijerrs/article/view/33517>. Acesso em: 12 set. 2025.

CAPEL, H. La morfología de las ciudades. Tomo I. **Sociedad, cultura y paisaje urbano**. Barcelona: Ediciones del Serbal. 2002.

CARVALHO, M.C.V.S; RODRIGUES, J. O. R. Educação Alimentar e Nutricional frente ao vegetarianismo: pensando uma pedagogia para hortas. In: Thaissa Santos Navolar. (Org.). 181 **Nutrição vegetariana e plant based diet**. 1ed.São Paulo: Editora Plenitude, 2022, v. 1, p. 465-478.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Hortadas Corujas**. Dissertação de Mestrado (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016124530/publico/2016_GustavoNagib_VOrig.pdf Acesso em: 08 set. 2022.

MOTTA ,R.S.F.; BOLDRINI,L.C.; CARVALHO,M.V.S.; KRAEMER,F.B.; LOMBARDO,B.N.S.; RODRIGUES,J.O.R. Explorando a rua comestível junto ao Parque Estadual dos Três Picos: descobrindo a diversidade das plantas alimentícias não convencionais na cidade em um relato de experiência. **CADERNOS de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024, Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, RJ, 2024.

RAMADAS-RODRIGUES, J. O.; CARVALHO, M. C. V. S. Horta escolar na educação infantil: ferramenta pedagógica para a Educação Alimentar e Nutricional. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 17, n. 39, p. e18111, 2025.

RAMADAS, RODRIGUES, J. O. HORTAS PEDAGÓGICAS: Um lugar-encontro estratégico de educação alimentar. Tese (Doutorado em Ciências Nutricionais) - Instituto de Nutrição Josué de Castro, UFRJ. Rio de Janeiro, 282f, 2025.

RODRIGUES, J. de O. R.; CABRAL; L. F. E. Integração entre educação nutricional, PANC e a Horta Escolar - Relato de experiência de oficinas realizadas no CEFET-RJ. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO –Conbran, 26, 2020. **Anais do congresso brasileiro de nutrição**, 2021. p. 1155-1156.

CAPÍTULO 6

BENEFÍCIOS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELO CAMPESINATO NA COOPRAM AO ADOTAR A AGRICULTURA 4.0

Jane Ferreira da Rocha
Doi: 10.48209/978-65-5417-560-0

INTRODUÇÃO

A agricultura tem sido uma atividade fundamental para a subsistência humana ao longo da história. Com o passar do tempo, a evolução tecnológica tem transformado essa prática, trazendo novos desafios e oportunidades.

Essa transformação tecnológica à luz do materialismo histórico dialético, uma metodologia desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels, que considera a evolução das sociedades através das contradições e conflitos entre forças produtivas e relações de produção. Segundo essa perspectiva, as mudanças nas forças produtivas (tecnologia, meios de produção) impulsionam transformações nas relações de produção (estrutura social, modos de organização do trabalho). Marx e Engels argumentam que o desenvolvimento econômico e as revoluções tecnológicas são fundamentais para entender a evolução das sociedades.

Neste contexto, surgem conceitos como o campesinato e a Agricultura 4.0, que representam diferentes abordagens e estágios de desenvolvimento na produção agrícola. Este artigo aborda essas duas perspectivas, explorando suas características, interações e implicações para o futuro da agricultura.

A Agricultura 4.0 representa uma transformação tecnológica no setor agrícola, prometendo melhorias em produtividade, sustentabilidade e eficiência. No entanto, diferentes especialistas têm visões variadas sobre suas implicações e benefícios. Este artigo explora as perspectivas de Estevan Coca, Philip McMichael e Massaruha Leite sobre a Agricultura 4.0, destacando suas principais preocupações, contribuições e visões para o futuro da agricultura.

A agricultura 4.0, caracterizada pela incorporação de tecnologias digitais tem sido incorporada cada vez mais em cooperativas nos municípios de grande porte ou pequeno porte. Como o drone que foi utilizado na lavoura de milho no contexto da Cooperativa localizada no município de Guarinos - Goiás, povoado de Mandinópolis, fundada no dia 06 de dezembro 2021, de acordo com o regimento da Coopram no capítulo 1, artigo 1º- A Cooperativa dos Produtores Rurais de Guarinos – povoado de Mandinópolis é constituída por deliberação da assembleia geral dos fundadores, conforme Ata da respectiva Assembleia Geral. De acordo com o artigo 3º do regimento estabelece como objetivo unir os produtores rurais do município de Guarinos e região, dentro dos limites da área da ação para fins de admissão de associados da Coopram, para assistência mútua realização dos interesses econômicos dos associados.

Para contextualizar o ensaio cito três atividades que a cooperativa atua, que são: prestação de assistência tecnológica aos cooperados em colaboração com órgãos públicos do setor e a promoção da capacitação dos cooperados e profissionais através de recursos próprios ou parcerias, assim como adquirir e repassar aos cooperados bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades para que os cooperados tenham uma soberania alimentar de qualidade e sustentável e que os camponês sejam também inseridos na agricultura 4.0.

Este ensaio discute os benefícios e desafios enfrentados pelo campesinato ao implementar a agricultura 4.0.

JUSTIFICATIVA

A Sob a ótica do materialismo histórico dialético, a agricultura 4.0 pode ser vista como uma resposta às contradições e limitações do modelo agrícola anterior, caracterizado pela agricultura industrial. A incorporação de novas tecnologias busca resolver problemas como a baixa produtividade, o desperdício de recursos e os impactos ambientais negativos.

A Agricultura 4.0, também conhecida como agricultura digital ou agricultura de precisão, representa uma revolução tecnológica no setor agrícola. Segundo Silva (2020), “a Agricultura 4.0 envolve o uso de sensores, IoT (In-

ternet das Coisas), big data, inteligência artificial (IA) e drones para monitorar e gerenciar as práticas agrícolas de maneira precisa e em tempo real”. E tem o potencial de transformar significativamente as práticas agrícolas tradicionais. A adoção dessas tecnologias não só aumenta a eficiência e a produtividade das fazendas, mas também promove a sustentabilidade e a gestão inteligente dos recursos naturais. Esta transformação é particularmente relevante para países como o Brasil, onde a agricultura desempenha um papel crucial na economia e na segurança alimentar.

Agricultura 4.0 representa uma evolução necessária no setor agrícola, especialmente para cooperativas como a Coopram , Cooperativa dos Produtores Rurais de Guarinos – povoado de Mandinópolis, que reúne agricultores familiares em busca de maior eficiência e sustentabilidade. A adoção de tecnologias digitais nesta cooperativa teve o potencial de transformar a agricultura tradicional desta região , aumentando a produtividade, reduzindo desperdícios e promovendo práticas mais sustentáveis.

No entanto, essa transição não é isenta de desafios. Embora as vantagens da Agricultura 4.0 sejam evidentes, a transição para essa nova era tecnológica apresenta desafios significantes, especialmente para pequenos produtores e cooperativas.

A Coopram, Cooperativa dos Produtores Rurais de Guarinos – Povoado de Mandinópolis, tem enfrentado inúmeros desafios. O custo inicial das tecnologias, a necessidade de capacitação técnica _ esse é sem dúvidas um desafio constante para um grupo de agricultores que passaram ao longo da vida usando técnicas de subsistência, a infraestrutura limitada em áreas rurais são barreiras que precisam ser superadas. No entanto, a adoção dessas tecnologias pode trazer benefícios substanciais para os pequenos agricultores, aumentando sua produtividade e acesso a mercados mais amplos.

Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender tanto os benefícios quanto os obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares ao adotarem a Agricultura 4.0, fornecendo insights valiosos para otimizar a implementação dessas tecnologias e garantir que os agricultores possam aproveitar plenamente suas vantagens.

Quando se trata de relevância econômica a agricultura é um dos pilares da economia brasileira, representando uma parcela significativa do PIB e das exportações do país. A implementação de tecnologias da Agricultura 4.0 pode potencializar a competitividade do agronegócio brasileiro no mercado global, permitindo uma produção mais eficiente e sustentável. Além disso, a modernização do setor agrícola pode atrair novos investimentos e gerar empregos, impulsionando o desenvolvimento econômico nas áreas rurais.

Tratando de sustentabilidade e gestão de recursos, um dos principais desafios da agricultura moderna é a gestão sustentável dos recursos naturais. A Agricultura 4.0 oferece soluções inovadoras para minimizar o uso de insumos como água, fertilizantes e pesticidas, através de sistemas de monitoramento e controle preciso. Esses cuidados não só reduzem os custos operacionais, mas também diminuem o impacto ambiental contribuindo para a conservação dos ecossistemas e a mitigação das mudanças climáticas.

DEBATE TEÓRICO

O campesinato se refere às práticas agrícolas tradicionais realizadas em pequenas propriedades rurais, muitas vezes familiares. Essas práticas são marcadas por métodos de cultivo transmitidos de geração em geração e por um forte vínculo com a terra e a comunidade local. No Brasil, o campesinato desempenha um papel crucial na produção de alimentos e na manutenção da cultura rural.

Estevan Coca (2016) destaca a importância do campesinato na preservação de variedades agrícolas locais e no uso sustentável dos recursos naturais. Essas práticas muitas vezes se baseiam no conhecimento empírico e na adaptação às condições ambientais específicas de cada região.

Principais Contribuições:

Sustentabilidade e Conhecimento Local: Coca acredita que a Agricultura 4.0 pode ser uma ferramenta poderosa para promover a sustentabilidade, utilizando tecnologias para aprimorar as práticas tradicionais que já são ambientalmente amigáveis.

Capacitação dos Agricultores: Ele enfatiza a necessidade de capacitação contínua para que os agricultores possam utilizar efetivamente as novas tecnologias, garantindo que essas inovações sejam acessíveis e úteis para todos os níveis de produtores.

Segundo Coca, a Agricultura 4.0 permite monitorar em tempo real as condições do solo, do clima e das plantas, otimizando o uso de insumos e reduzindo os impactos ambientais. Além disso, a automação de processos e a análise de grandes volumes de dados possibilitam uma tomada de decisão mais precisa e informada.

A integração das práticas tradicionais do campesinato com as inovações da Agricultura 4.0 pode trazer benefícios significativos. Enquanto o campesinato contribui com seu conhecimento sobre o manejo sustentável e a diversidade agrícola, a Agricultura 4.0 oferece ferramentas para aumentar a produtividade e a resiliência às mudanças climáticas.

Coca sugere que essa integração pode ser facilitada por políticas públicas e programas de extensão rural que promovam a capacitação dos agricultores familiares no uso de tecnologias. A cooperação entre universidades, institutos de pesquisa e comunidades rurais também é essencial para adaptar as inovações tecnológicas às realidades locais.

A Visão de Massaruha Leite que tem sido uma voz influente no campo da Agricultura 4.0, destacando-se por sua abordagem prática e inovadora. Segundo Leite, a Agricultura 4.0 não é apenas uma questão de tecnologia, mas também de mudança de comportamento dos agricultores e de toda a cadeia produtiva. Ele enfatiza que a adoção dessas tecnologias deve ser acompanhada por uma capacitação adequada e uma compreensão dos benefícios a longo prazo.

A cooperação também pode ajudar a superar os desafios de custo e infraestrutura, tornando a Agricultura 4.0 acessível a um maior número de agricultores (Massaruha Leite, 2024).

Apesar dos muitos benefícios, a implementação da Agricultura 4.0 enfrenta desafios significativos, incluindo a necessidade de infraestrutura tecnológica, acesso a financiamento e resistência cultural. Massaruha Leite destaca a importância de políticas públicas que incentivem a adoção de tec-

nologias agrícolas e a necessidade de colaboração entre governos, empresas e instituições de pesquisa para superar essas barreiras.

Philip McMichael (2016) oferece uma análise crítica, focando nas implicações socioeconômicas da Agricultura 4.0. Ele alerta para os riscos de concentração de poder e desigualdades que podem ser exacerbadas pela adoção dessas tecnologias.

McMichael, P. na resenha ,Regimes alimentares e questões agrárias. São Paulo: Editora Unesp, 2016. 256 p, ressalta:

A soberania alimentar enquanto uma construção coletiva que garante o direito dos povos em controlar e produzir alimentos, respeitando as demandas locais e diversidades culturais, complementa-se com a criação de estratégias de produção ecológica e a garantia de distribuição e consumo a toda a população. Propostas discutidas pelo autor, disseminadas desde 1996 pela Via Campesina, organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo, e por teóricos que vêm estudando a questão. Ainda em defesa da proposta de soberania alimentar, McMichael apresenta um amplo levantamento de ações estratégicas de produção promovidas por trabalhadores e camponeses no mundo inteiro. Ao mesmo tempo, discute elementos que demonstram a viabilidade da soberania alimentar enquanto transformação do sistema alimentar mundial contemporâneo.

Apesar das vantagens potenciais, a adoção da Agricultura 4.0 no contexto do campesinato enfrenta desafios significativos. A falta de infraestrutura, o acesso limitado a financiamentos e a resistência cultural são barreiras que precisam ser superadas. Além disso, é crucial garantir que as tecnologias sejam acessíveis e apropriadas para pequenos agricultores.

No entanto, as perspectivas futuras são promissoras. Com investimentos adequados e uma abordagem inclusiva, a Agricultura 4.0 pode contribuir para a sustentabilidade e a competitividade do campesinato, promovendo uma agricultura mais equilibrada e resiliente.

A adoção de tecnologias digitais na agricultura não depende apenas da disponibilidade tecnológica, mas também da capacidade dos agricultores de integrar essas ferramentas em suas práticas cotidianas. Isso envolve treinamento, adaptação cultural e suporte técnico contínuo.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Diante da leitura dos textos sugeridos para realização deste artigo, trazendo para a contextualização para a Cooperativa localizada no município de Guarinos - Goiás, povoado de Mandinópolis e de acordo com os depoimentos dos cooperados podemos analisar que a adoção de drone e máquinas automatizadas na lavoura de milho tem permitido um monitoramento mais preciso das culturas e uma aplicação mais eficiente de insumos, resultando em colheitas mais abundante e de melhor qualidade. As tecnologias digitais ajudam a reduzir o uso de insumos químicos ao permitir aplicações mais precisas, o que pode diminuir o impacto ambiental da agricultura.

Portanto, observei que a agricultura 4.0. facilitam o planejamento e a gestão das atividades agrícolas, permitindo um melhor uso dos recursos e uma resposta mais rápida aos problemas ambientais emergentes.

Diante dos desafios enfrentados pelos camponeses da Coopram, Cooperativa dos Produtores Rurais de Guarinos – povoado de Mandinópolis, percebe-se que a implantação da Agricultura 4.0 enfrenta diversos desafios que podem dificultar a adoção de novas tecnologias. Estes desafios incluem questões financeiras, técnicas, culturais e organizacionais.

A aquisição de equipamentos de alta tecnologia, como sensores, drones, máquinas automatizadas e software especializado, pode ser proibitivamente cara para muitas cooperativas, especialmente aquelas com recursos financeiros limitados.

A implantação de tecnologias da Agricultura 4.0 exige conhecimentos técnico especializado, na pesquisa que realizei na cooperativa dos produtos Rurais de Guarinos algo que ficou evidente nas falas dos cooperados e a de que muitas vezes os membros da cooperativa não têm a formação necessária para operar e manter sistemas. Portanto fica claro que além de uma formação inicial, é necessário um treinamento contínuo para acompanhar as atualizações tecnológicas e garantir a plena utilização dos novos sistemas.

Para utilização do drone pela cooperativa foi necessário contratar uma empresa para realizar o trabalho, por isso, a necessidade de manter tecnologias

de ponta pode criar dependência de grandes corporações, reduzindo a autonomia dos pequenos agricultores e impactando a soberania alimentar, diversidades de espécies e as sementes crioulas. Assim, os camponeses da Coopram necessitam de capacitação para a adoção as novas tecnologias, isso pode ser um desafio significativo em áreas com infraestrutura educacional limitada.

Outros pontos foram abordados pelos cooperados como o da infraestrutura em relação a manutenção de equipamentos, pois a manutenção e o reparo de equipamentos avançados podem ser complicados e caros, exigindo suporte técnico especializado que nem sempre está disponível nas proximidades e a conectividade de Internet que é essencial para a Agricultura 4.0 ,pois depende fortemente de uma conexão estável e rápida para funcionamento de sensores, plataformas de análise de dados. Muitas vezes nessa área rural, a conectividade é insuficiente.

Diante dos depoimentos de alguns cooperados foi relatado que somente um dos cooperados participou do plano safra 2024 realizado no palácio do planalto em Brasília-DF o que proporcionou numa visão mais ampla sobre a importância da tecnologia dentro das cooperativas. Mas ressaltam que é necessário que mais cooperados tenham acesso a esse tipo de debate que visa promover a inclusão social e econômica visando investimentos dentro das cooperativas , tornando essenciais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Outro cooperado citou que a cooperativa já está programada um curso para tratorista na região, o que contribui para o aprimoramento dos camponeses da região. Portanto percebe-se que essa cooperativa no município de Guarinos estão procurando integra-se em diversas inovações para aumentar a eficiência, sustentabilidade e produtividade significativas para o desenvolvimento e compreensão desta nova era na agricultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção da Agricultura 4.0 pela Coopram trouxe benefícios substanciais, como o aumento da produtividade, sustentabilidade ambiental, melhoria na gestão agrícola e qualidade dos produtos. No entanto, esses benefícios vieram acompanhados de desafios significativos, incluindo os altos custos de

implementação, a necessidade de capacitação, limitações de infraestrutura e conectividade, segurança de dados e integração de sistemas.

A implementação da Agricultura 4.0 num pequeno povoado como é o de Guarinos _Goiás , através de um sistema de cooperativa, representa um marco significativo no desenvolvimento rural e na modernização do setor agrícola. Ao adotar tecnologias avançadas, como drone e máquinas automatizadas na lavoura de milho tem permitido um monitoramento mais preciso das culturas e uma aplicação mais eficiente de insumos, resultando em colheitas mais abundante e de melhor qualidade. Os agricultores locais não apenas aumentam sua produtividade, mas também melhoram a sustentabilidade e a eficiência de suas operações.

A transição para essa nova era da agricultura trouxe vários benefícios tangíveis para a comunidade. Entre eles, destacam-se a otimização do uso de recursos naturais, a redução de desperdícios, e o aumento da qualidade dos produtos agrícolas. Além disso, a cooperação entre os agricultores, fomentada pela estrutura cooperativa, facilita o compartilhamento de conhecimentos e recursos, fortalecendo o senso de comunidade e colaboração.

A combinação das práticas tradicionais do campesinato com as tecnologias avançadas da Agricultura 4.0 tem o potencial de transformar o setor agrícola, promovendo uma produção mais sustentável e eficiente. Retomo aqui uma colocação de Estevan Coca que enfatiza a importância de uma abordagem integrada, que valorize o conhecimento local e promova a inovação tecnológica de maneira inclusiva. Com o apoio de políticas públicas e programas de capacitação, é possível construir um futuro agrícola que beneficie tanto os pequenos agricultores quanto o meio ambiente.

A Cooperativa de Guarinos – Goiás é um exemplo de vários municípios brasileiros que tem enfrentado desafios durante o processo de implementação com a Agricultura 4.0, como a necessidade de capacitação técnica e a resistência inicial à mudança, estão sendo superados através de programas de treinamento e da demonstração dos benefícios práticos da tecnologia. Essa experiência ressalta a importância de uma abordagem holística que inclua não apenas a adoção de novas tecnologias, mas também o fortalecimento da infraestrutura local e o apoio contínuo aos agricultores.

Em suma, a experiência deste pequeno povoado serve como um exemplo inspirador de como a Agricultura 4.0 pode transformar positivamente comunidades rurais, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo. O sucesso desta iniciativa reforça a ideia de que, com o apoio adequado e a colaboração entre os diversos atores envolvidos, é possível criar um futuro mais próspero e sustentável para a agricultura em escala local e global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EMBRAPA. Agricultura 4.0: **Embrapa Informática Agropecuária**, 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1354300/43332968/Apresenta%C3%A7%C3%A3o+Silvia+Masshur%C3%A1/587b3e58-b69c-2f16-44ec-57f8828ccf4c> Acesso em 14 de julho de 2024.

EMBRAPA. **AGRICULTURA DIGITAL**. AgroAPI. Campinas. 2022. Disponível em: <https://www.agroapi.cnptia.embrapa.br/portal/>. Acesso em: 08 de julho de 2024.

EMBRAPA. Visão 2030: **O Futuro da Agricultura Brasileira**, 2018. 312p. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/o-futuro-da-agricultura-brasileira>. Acesso em: 08 de julho de 2024.

Engels, F. (1884). **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. file:///D:/Arquivos%20do%20Sistema/Downloads/6172-Texto%20do%20Artigo-2374723664-10-20190517.pdf Acesso em 16 de julho de 2024.

Freitas, H. (2021). **Agricultura 4.0: Tecnologias e Sustentabilidade no Campo**. <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1154917/1/PL-Agro4.0-2023.pdf> <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/6272>-Acesso em 6 de julho de 2024. <https://revistacultivar.com.br/artigos/agricultura-4-0-revolucao-tecnologica-no-campo>-Acesso em 15 de julho de 2024.

<https://www.google.com/search?q=Quando+se+trata+de+relev%C3%A2ncia+econ%C3%B4mica+a+agricultura+%C3%A9+um+dos+pilares+da+economia+brasileira%2C+representando+uma+parcela+significativa+do+PIB+e+das+exporta%C3%A7%C3%B5es+do+pa%C3%ADs.+A+imple>-Acesso em 14 de julho de 2024.

https://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_coca_2016.pdf-Acesso em 4 de julho de 2024.

Leal, S. C. T. (2019). **RESENHA DE: MCMICHAEL P. REGIMES ALIMENTARES E QUESTÕES AGRÁRIAS**. SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2016. 256 P. Caderno Prudentino De Geografia, 1(41), 120–122. Recuperado de <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6172>-Acesso em 03 de julho de 2024.

LEITE, M.; OLIVEIRA, S. de M.; MEIRA, C.; LUCHIARI JUNIOR, A.; BOLFE, E. (Ed.). **Agricultura digital: pesquisa, desenvolvimento e inovação nas cadeias produtivas**. Brasília, DF: Embrapa, 2020b. cap. 16, p. 380-406. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1126283/1/LVAgricultura-digital-2020-cap16.pdf>. Acesso em 03 de julho de 2024.

MASSRUHÁ, S.; LEITE, M. Agro 4.0 - **rumo à agricultura digital**. In Embrapa Informática Agropecuária-Artigo em anais de congresso (ALICE). In: MAGNONI JÚNIOR, L.; et al.(Orgs.). **JC na Escola Ciência, Tecnologia e Sociedade: mobilizar o conhecimento para alimentar o Brasil**. 2. ed. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017, pp.28-35. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1073150/agro-40---rumo-a-agricultura-digital>- Acesso em 16 de julho de 2024.

McMichael, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora Unesp, 2016. 256 p.

Resenha de: McMichael, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora Unesp, 2016. 256 p - <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6172/4942>-Acesso em 03 de julho de 2024.

Silva, J. (2020). **Agricultura 4.0: Revolução no Campo**. Editora AgroTech.

Stevan, C. (2018). **Agricultura Sustentável e Tecnologia: Caminhos para o Futuro**. Editora Verde.

Bloco 2 – Território, Ocupação e Organização Social



CAPÍTULO 7

DA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA AO ATUAL USO E OCUPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA

Gerson Jonas Schirmer

Marisa Dal Ongaro

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-5

Resumo: Este artigo apresenta a evolução histórica e socioeconômica da Quarta Colônia (RS), desde os povos indígenas até o atual uso da terra. Inicialmente marcada pelas missões jesuíticas e pela pecuária extensiva, a região foi transformada pela imigração alemã (1824) e italiana (1875), que introduziram a pequena propriedade familiar voltada à agricultura de subsistência e posteriormente mercantil. A Colônia de Santo Ângelo e a Quarta Colônia de Imigração Italiana estruturaram os núcleos regionais. Com o avanço da agricultura empresarial e a modernização, a região passou a se destacar na produção de arroz, trigo e soja, consolidando o Rio Grande do Sul como “Celeiro do País”. Atualmente, predominam pequenas propriedades diversificadas, com destaque para arroz, fumo, milho, soja, feijão e morango, além de agroindústrias familiares. Contudo, o cultivo em áreas inclinadas gera riscos de erosão e ambientais, exigindo práticas de manejo sustentável e diversificação produtiva.

Palavras Chave: Colonização, Agricultura Familiar, Uso da Terra, Quarta Colônia.

Abstract: This article presents the historical and socioeconomic evolution of the Quarta Colônia (RS), from indigenous peoples to current land use. Initially marked by Jesuit missions and extensive cattle raising, the region was transformed by German (1824) and Italian (1875) immigration, which introduced small family property focused on subsistence agriculture and later mercantile. The Colonia de Santo Ângelo and the Quarta Colônia of Italian Immigration structured the regional nuclei. With the advance of corporate agriculture and modernization, the region began to stand out in the production of rice, wheat and soybeans, consolidating Rio Grande do Sul as the “Country’s Barn”. Currently, small diversified properties predominate, with emphasis on rice, tobacco, corn, soybeans, beans and strawberries, as well as family agribusinesses. However, cultivation in sloping areas generates erosion and environmental risks, requiring sustainable management practices and productive diversification.

Keywords: Colonization, Family Farming, Land Use, Quarta Colônia.

Antes do descobrimento do Brasil pelos portugueses, as terras brasileiras eram habitadas pelos índios e, ainda hoje, encontram-se vestígios de sua existência. No Rio Grande do Sul, de acordo com Borba; Sangoi (1998), viviam alguns grupos, por exemplo, os Minuanos, Charruas, Carijós e às margens dos rios Jacuí, Ijuí e Ibicuí, habitavam os Guaranis. Anteriormente aos portugueses se apossarem das terras do Rio Grande do Sul, houve o estabelecimento das missões jesuíticas espanholas. Os Jesuítas formaram o aldeamento indígena, catequizando-os e direcionando-os ao trabalho, principalmente no desenvolvimento de atividades relacionadas à agricultura.

No que se refere ao setor econômico, o Rio Grande do Sul começa a se configurar caracterizando-se pela criação de gado e pela agricultura de subsistência. Após a descoberta das minas, no Estado de Minas Gerais, e com o início do ciclo do ouro, tornou-se necessária não apenas a criação de gado de corte, mas, também, de gado para auxiliar o transporte nas minas.

A partir do século XVIII, iniciou-se o processo de distribuição de Sesmarias, definindo-se a posse das terras e estabelecendo-se estâncias.

Bezzi (1985) ressalta que, ao contrário de outras regiões do país, em que a concessão de sesmarias obedecia a critérios de posses pessoais, no Sul as doações eram efetuadas principalmente a militares que deram baixas e afazendaram, além desses também a tropeiros enriquecidos.

Seguindo este pensamento, ressalta-se que logo após a criação das estâncias ocorreu a decadência das minas, em Minas Gerais e Mato Grosso, e a estagnação da procura pelo gado no Rio Grande do Sul. Em consequência disso, destaca-se, perante a economia gaúcha, o charque e a produção de trigo, relacionados aos imigrantes açorianos destinados à agricultura de subsistência com base na mão-de-obra familiar. Porém, com o aparecimento da concorrência do trigo estrangeiro e o ataque pela praga da “ferrugem”, houve um decréscimo deste produto e, por outro lado, o destaque da produção de charque veio propiciar o fortalecimento e enriquecimento dos pecuaristas.

A configuração do Rio Grande do Sul, até esse momento, possuía em sua base econômica a pecuária, ligada à colonização açoriana, na qual o modelo não atendeu os anseios do governo, não chegando a constituir núcleos de alta

densidade populacional. Esse insucesso levou os poderes públicos a refletir na admissão de novas correntes povoadoras para promover a ocupação do território gaúcho ainda sob ameaças de invasão.

Pensando na mão de obra familiar, cogitava-se, por outro lado, contrapor ao latifúndio escravocrata, uma forma de exploração agrária, refletindo o tipo europeu de pequena propriedade. Sobre esse assunto, Bernardes (1997, p. 67) comenta:

O Brasil precisava de novo tipo de colonos, pequenos proprietários livres que cultivassem as terras das matas com o auxílio das respectivas famílias e que não estivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na criação de gado. O novo colono deverá ser tanto um soldado, como um agricultor, para poder tanto defender sua terra como cultivá-la. Onde poderia ser encontrado esse tipo de Colono? Na Europa, naturalmente, e especialmente na Europa Central, onde os soldados desengajados do exército de Napoleão e camponeses pobres oprimidos estavam prontos para emigrar para qualquer País do mundo. (Bernardes, 1977).

Portanto, a primeira imigração alemã ocorreu em 1824, localizando-se como primeiro núcleo, ao norte de Porto Alegre, mais tarde denominado de São Leopoldo, as margens do rio dos Sinos. Gratuitamente, receberam do Governo Imperial, uma propriedade de terras livres, medida e demarcada, com uma área superficial de 160.000 braças quadradas (77,44 hectares), sendo uma parte de campo para lavouras e a outra de matas virgens, como estímulo a desenvolver novas atividades econômicas.

A vinda de imigrantes alemães e italianos ao Brasil teve dois principais objetivos: ocupação das terras e produção de alimento para abastecer as cidades, que na época, começavam a crescer. A grande maioria desses imigrantes foram direcionados para o Sul do país. Enquanto no Brasil tinha-se espaço sobrando e falta de braços para trabalhar, na Europa tinha-se sobra de braços devido a falta de espaço causada pelo aumento da população e pela crise econômica lá existente nesse período, Werlang (1995).

No Rio Grande do Sul a colonização por alemães iniciou-se em São Leopoldo e a partir dessa cidade em direção a Cachoeira do Sul, interior do Estado, para posterior formação da Colônia de Santo Ângelo, onde hoje encontram-se

o municípios de Agudo, Cachoeira do Sul, Paraíso do Sul e Dona Francisca. O território que compreendia a Colônia de Santo Ângelo em 1875, abrangia uma área de aproximadamente 55mil hectares e uma população de 4mil habitantes.

Foram encontrados na região vestígios arqueológicos das tradições Humaitá, Vieira e Tupi-guarani. A imensa várzea do Rio Jacuí sempre atraiu as populações indígenas, pela fertilidade do solo, abundância de caça e pesca e transito para embarcações. Até o ano de 1750 o território compreendido pela Colônia de Santo Ângelo pertencia à coroa espanhola, com o tratado de Madri passou ao controle de Portugal. A Colônia de Santo Ângelo foi criada no re-bordo do Planalto, com o intuito de estabelecer uma parada entre a Depressão Central e os Campos do Planalto, Werlang (1995).

A vinda oficial de imigrantes alemães encerrou-se em 1859, porém a capacidade de multiplicação dos colonos à expansão das colônias em direção às terras cobertas pelas florestas latifoliadas foram, sem dúvida, as preferidas deles. Em princípio, localizados na encosta da serra, preferiam o clima quente e as terras mais escuras. Portanto, os alemães ocuparam as áreas do sopé, em direção aos vales dos rios dos Sinos, Caí e Jacuí até atingir o topo do Planalto Meridional deparando-se com as matas de araucária.

Daí por diante, a imigração italiana responsabilizou-se pelo avanço sobre novas áreas. Coube aos Italianos se apossarem das áreas não ocupadas pelos alemães, quando da sua chegada em 1874, no projeto de expansão da pequena propriedade de trabalho instituída pelo Governo Imperial. Deste projeto de expansão de colônias, nasceram Caxias, Conde D'Eu e Dona Isabel (1874-1875), constituindo-se numa área adjacente às ocupadas ao norte de Porto Alegre.

Entende-se, assim, que no ano de 1824 aconteceu a imigração alemã, destinada à pequena propriedade e dedicada à agropecuária colonial. Da mesma forma ocorreu com os imigrantes italianos a partir de 1875. Os imigrantes permaneceram com esse modelo de agricultura de subsistência durante aproximadamente 60 anos e, com o advento da agricultura empresarial e o desenvolvimento agrícola, o Rio Grande do Sul ficou conhecido como o “Celeiro do País”, surgindo a industrialização da agricultura.

O fortalecimento dessa lavoura se deu, conforme Bezzi (1985, p. 25):

com o cultivo do arroz, agregando-se à função redutora do custo de reprodução da força de trabalho. Num segundo momento, assistiu-se ao surgimento da triticultura em moldes empresariais, desempenhando ao lado da primeira função, o papel de cultura poupadora de divisas. E, aproveitando uma conjuntura de preços favoráveis no mercado internacional e apoiada por incentivos governamentais às exportações, integrou-se um terceiro momento, no qual adquiriu destaque a cultura da soja. BEZZI (1985).

A modernização da agricultura teve início com a utilização de máquinas, implementos agrícolas, fertilizantes e defensivos químicos relacionados à produção capitalista e a introdução da mão-de-obra assalariada na agricultura. Esse contexto regional da modernização se fez sentir, também, em pequenos lugares ainda não constituídos municípios gerando, assim, os primórdios da emancipação dos municípios da atual Quarta Colônia. Portanto, quando uma localidade se desenvolve, tem o número suficiente de população e torna-se capaz de gerar recursos e autofinanciar seu crescimento, busca a emancipação política.

No que se refere à história da Quarta Colônia, de acordo com Cesca (1977), a imigração italiana na Província de São Pedro começou a partir do ano de 1870. Três colônias foram fundadas na Encosta do Planalto Nordeste do Rio Grande do Sul; a primeira colônia chamada “Conde d’Eu”, hoje Garibaldi; em seguida, ao lado da primeira, cria-se a segunda colônia denominada “Dona Isabel”, atual Bento Gonçalves.

Em 1875 funda-se a terceira colônia denominada “Duque de Caxias”, hoje, Caxias do Sul. De acordo com Thomas (1976) *apud* Brum Neto (2007), o êxito obtido pelas primeiras colônias italianas fez com que logo surgissem outras, como Silveira Martins (Quarta Colônia), Alfredo Chaves (Veranópolis), Antônio Prado, Guaporé e Vila Nova.

Ainda, conforme Cesca (1977), a Quarta Colônia foi fundada em 1877, com a vinda de setenta famílias provenientes da Província do Vêneto (norte da Itália), que se estabeleceram nos cumes da Serra de São Martinho, próximo a cidade de Santa Maria da Boca do Monte, uma vez que esta desejava agregar no seu município um contingente de imigrantes. Estes imigrantes ocupariam as terras devolutas que hoje formam o município de Silveira Martins, os distritos

de Arroio Grande e de Vale Vênето e ainda as localidades de Ribeirão (São João do Polêsine) e Val Veronês (Faxinal do Soturno).

Do mesmo modo, sobre a origem da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, Itaqui (2002, p. 35) explica que “ela foi criada em 1877 na região Centro-Oeste do Estado, entre os municípios de Santa Maria e Cachoeira do Sul, para receber as 70 primeiras famílias de imigrantes vindos do norte da Itália ao núcleo colonial de Silveira Martins”.

Conforme Cesca (1975), a Quarta Colônia de Imigração Italiana “Silveira Martins” expandiu-se, dando origem a novos núcleos, como Vale Vênето, em 1878. Este deu segmento a outros núcleos devido à falta de terras e à vinda de novos imigrantes, tais como: Val Veronês (1880-1885), Ribeirão (1880), Dona Francisca (1883), Núcleo Norte (atual Ivorá, 1883), Soturno (hoje Nova Palma, 1884), Geringonça (atual localidade de Novo Treviso em Faxinal do Soturno, 1885 e Polêsine (atual São João do Polêsine, 1893).

O município de Agudo participou – inicialmente – da Quarta Colônia como um elemento germânico exótico, juntamente com Restinga Seca, o elemento “campeiro” da região. Agudo, além do mais, constituía a saída geográfica da Quarta Colônia. A partir do trágico evento da queda da ponte da RSC 287 sobre o rio Jacuí, que separa o município de Agudo de Restinga Seca, na data de 5 de janeiro de 2010, esta situação se inverteu de forma definitiva, havendo a troca da polaridade turística de saída-entrada e colocando Agudo como a “porta de entrada” da Quarta Colônia, Strenzel & Rampelotto (2012)

O SISTEMA AGRÍCOLA DA REGIÃO

Dufumier (2007) propõe que a análise de cada um dos sistemas de produção inicie pelo inventário da força de trabalho e dos meios de produção disponível na unidade de produção, detalhando-se cada caso as suas características, quantidades, formas de aquisição, períodos de disponibilidade e seus usos efetivos.

Nos municípios da região encontram-se várias agroindústrias de beneficiamento de grãos (arroz e feijão), de leite, além de destilarias de cana-de-açúcar. Também há agroindústrias familiares caseiras que produzem produ-

tos tais como rapadura, melado, açúcar mascavo, geleias, salame, linguiça, bolachas, vinho, queijo, massas e outras.

Quanto ao setor secundário e terciário destaca-se a construção civil e o comércio em geral (vestuário, calçados, mercados, mini-mercados, padarias, confeitarias, lancherias, farmácias, eletrodomésticos e outros).

No tamanho das propriedades há uma diferenciação entre os municípios. Os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Silveira Martins, Ivorá e porção centro sul de Nova Palma, apresentam um perfil predominante de pequenas propriedades. Devido ao pequeno tamanho dos estabelecimentos, a grande maioria dos produtores é da categoria proprietários, havendo muito poucos exclusivamente arrendatários, posseiros ou ocupantes. Na Porção Centro Norte de Nova Palma e no oeste do Município de Pinhal Grande há presença significativa de pequenos e médios proprietários, isso ocorre principalmente devido a possibilidade de nessa área ser utilizado maquinário agrícola de forma intensiva, favorecido pelo relevo. O município de Restinga Seca apresenta predominância de médias e pequena propriedade na porção norte do município, já a porção centro sul predomina média e grande propriedade, chegando a existir propriedades com mais de 1000 hectares. Isto ocorre pelo tipo de distribuição de terras provindo das sesmarias e do relevo propício a atividade agrícola com maquinários, dispensando boa parte da mão de obra braçal.

Tipos de cultivo

O cultivo de fumo desenvolve-se na região principalmente devido a proximidade com as fumageiras (empresas que fazem a industrialização do tabaco), pois dão ao produtor a garantia de compra do seu produto. Os tipos de fumo cultivados variam de um município para outro. Há um predomínio do cultivo do fumo do tipo Virgínia no município de Agudo e Restinga Seca e um predomínio do cultivo do fumo do tipo Burley nos demais municípios. A forma de produção dos dois tipos se dá de maneira diferenciada onde o primeiro é mais trabalhoso, pois precisa ser colhido em várias etapas e com maior utilização de agrotóxicos, além da queima de lenha para secagem da folha, porém possui maior valor na hora da venda, além de ser mais pesado.

Já o segundo é menos trabalhoso, necessitando menos insumos e a secagem da folha acontece naturalmente, pendurado em galpões, porém possui menor valor na venda e menor peso por planta, figura 1:

Figura 1: Fumo Burley a esquerda e fumo Virgínia a direita.



Org: SCHIRMER, 2015.

No município de Agudo tem-se também a produção de moranguinho, realizada principalmente pela mulher da família, essa atividade localiza-se na porção sul do município, próximo da RS287, para realizar a comercialização do produto na beira do asfalto. O município de Agudo é o 10º maior produtor de moranguinho do estado, sendo que o estado é o 3º maior produtor do país.

O cultivo deste produto no município proporciona atividades gastronômicas para desenvolvimento da região como um todo, pois resulta na festa do moranginho onde são expostos diversos produtos de toda região da Quarta Colônia. Sendo assim esse produto serve de dinamizador e integrador da economia local. Por ser destaque no município realiza-se a tradicional festa do moranguinho realizada no mês de novembro.

De um modo geral o perfil da produção agropecuária da região é marcado pela produção diversificada, principalmente de arroz, fumo, milho, soja, trigo, feijão, morango além de outras culturas e atividades realizadas muitas vezes em uma mesma propriedade. Chama atenção a busca por produção de cultivos de soja milho e trigo em áreas inclinadas com a utilização de maquinários. Isto tem resultado na ocorrência de acidentes com tratores, além disso, diminui a vida útil do solo e virtude do desencadeamento de processos

erosivos provocados pelas garradeiras das rodas. Na figura 2 podemos observar uma colheitadeira em uma lavoura inclinada:

Figura 2: Máquina colhendo soja em Nova Palma.



Org: SCHIRMER, 2015.

Esta busca por áreas inclinadas para o cultivo de soja está diretamente ligado a busca pelo lucro. Porém como a região é predominantemente de pequenas propriedades e o cultivo de soja depende de significativo volume produzido para gerar lucro, os agricultores acabam ignorando os perigos e restrições de uso imposto pelo relevo.

Cabe ressaltar ainda que a atividade pecuária também é significativa nos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande, principalmente em consórcio com a resteva das lavouras de soja e plantio de pastagens nas mesmas, figura 3. Nova Palma destaca-se na região pela criação de gado leiteiro, já em Pinhal Grande predomina a pecuária de corte.

Figura 3: Gado de corte em Pinhal Grande.



Org: SCHIRMER, 2015.

Além dessa combinação há outras combinações de culturas para o sustento das propriedades, variando de um a quatro tipos de cultivos, como: soja/trigo, milho/feijão/fumo, milho/soja/leite, fumo/feijão/soja, milho/feijão, arroz/milho/fumo, arroz/soja, arroz/milho, arroz/milho/feijão/fumo. No entanto, na grande maioria das vezes o cultivo do feijão e do milho são apenas para subsistência, sendo consumido na propriedade, figura 4.

Figura 4: Lavoura de feijão colhida manualmente, Cerro Azul, Pinhal Grande.



Org: SCHIRMER, 2015.

Tem-se como “carro chefe” da economia local das porções de encostas o cultivo do fumo em todos os municípios da área de estudo. Em virtude da pressão mundial pela erradicação do tabaco, vem sendo buscado a redução dessa atividade agrícola. Para isso tenta-se introduzir o cultivo de culturas alternativas e outras atividades rurais como: cultivo de frutíferas, hortaliças, piscicultura, pecuária leiteira e atividades turísticas, figura 5:

Figura 5: Cultivo de frutíferas em área de encosta no Município de Nova Palma.



Org: SCHIRMER, 2015.

Em busca da manutenção das propriedades fumicultoras, busca-se a diversificação combinada com a mesma atividade, por exemplo, o plantio de milho na resteva de fumo e pastagens de inverno ou forrageiras. Esses cultivos em uma mesma lavoura aumentam a produção da propriedade e ao mesmo tempo aumenta a vida útil das lavouras, diminuindo a erosão do solo, principalmente pelo cultivo de pastagens no inverno, período chuvoso. Tanto os usos tradicionais, quanto os novos usos geraram e geram transformação da paisagem natural local.

ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DA TERRA E COBERTURA VEGETAL DA ÁREA DE ESTUDO

Conforme as análises dos censos do IBGE e com os trabalhos de campo, os diferentes usos da terra desenvolvidos nos municípios estão associados com a estrutura fundiária, com a cultura dos colonizadores e com o relevo das propriedades rurais presentes nos municípios.

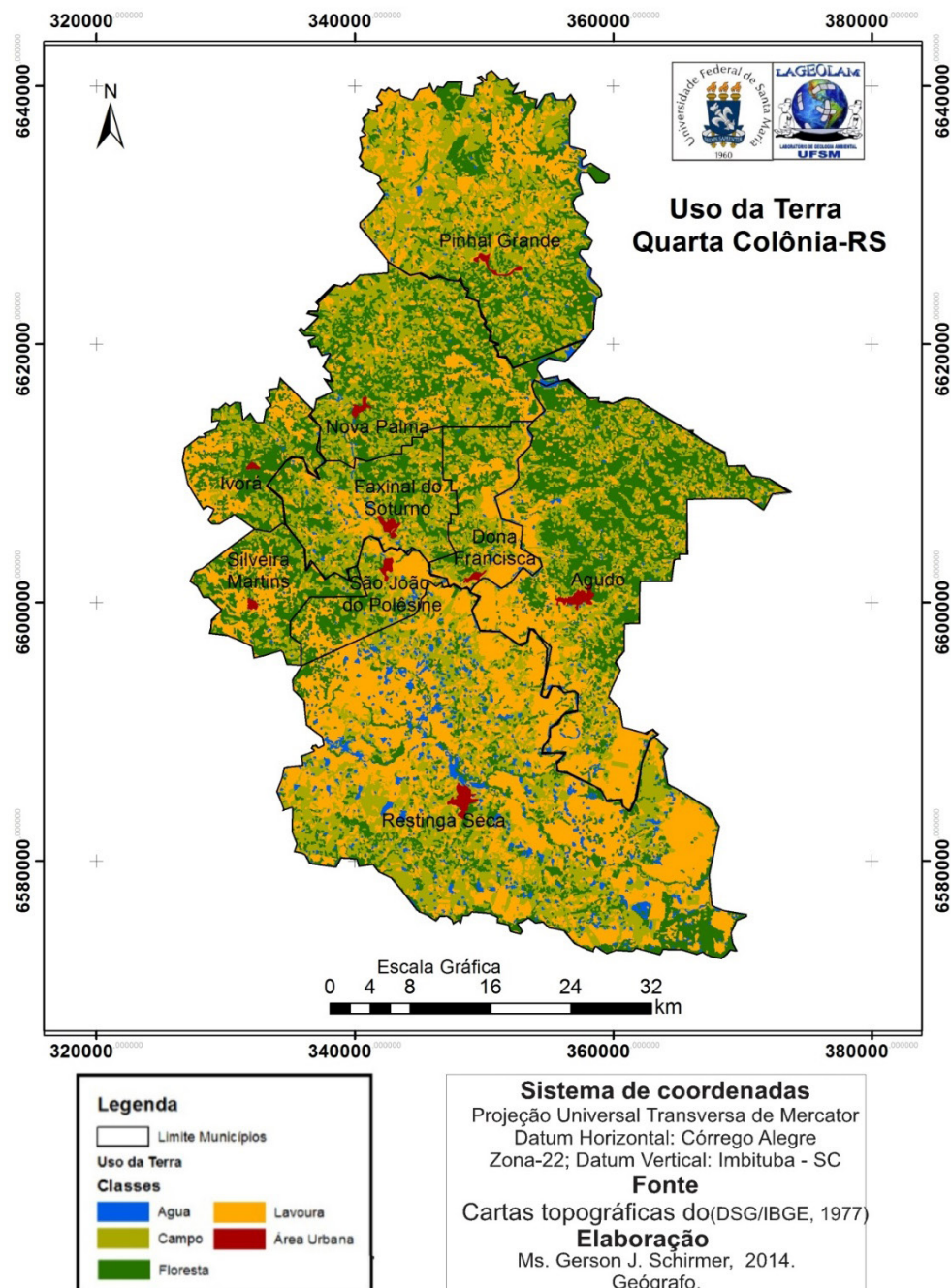
A intensificação do uso da terra, especialmente em termos de atividades agrícolas, em geral provoca a eliminação da cobertura vegetal natural e promove o desencadeamento de processos de erosão acelerada dos solos se não forem utilizadas técnicas adequadas de uso. A caracterização e espacialização do potencial e predisposição aos riscos à erosão dos solos, devido à ação hídrica de superfície, pode ser conduzida utilizando tecnologias de Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas SIG – (Goodchild *et al*, 1992) que possibilitam à aquisição, manipulação, integração e espacialização dos dados.

Buscando limitar as constatações para a área de estudo, os dados identificados em campo nos últimos anos juntamente com a classificação das imagens de satélite permitiram desenvolver uma análise multi-espectral com as imagens do “Thematic Mapper” do LANDSAT-8, bandas 5,4e3 de composição colorida, com 30 metros de resolução espacial, Órbita-Ponto 222/80 e 222/81, de 21 de setembro de 2014.

Nesse sentido o uso da terra na área de estudo está bastante atrelado as atividades agrícolas, sendo esta classe identificada por lavouras, sendo definidas ainda as classes de campo, vegetação arbórea e água.

O uso da terra está fortemente relacionado à conservação da cobertura vegetal, sendo essa responsável pela proteção do solo contra a erosão hídrica, a solar e a eólica, sobretudo nas áreas de declives mais acentuados. A vegetação arbórea nos municípios em questão concentra-se nas áreas de maiores declividades, correspondente ao Rebordo do Planalto. Nesta análise, o uso da terra está composto de acordo com a figura 6.

Figura 6: Mapa do Uso da Terra da área de estudo.



Org: SCHIRMER, 2015.

Na imagem adquirida para classificação, constatou-se que a situação do uso da terra na área de estudo apresentava-se com o predomínio de áreas com campo 1.154Km² correspondendo a (39,69%). O uso da terra com campos ou com vegetação herbácea, onde normalmente tem-se a atividade de pecuária, áreas próximas as moradias e vegetação e regeneração, figura 7.

Figura 7: Potreiro na localidade de Linha Branca, Agudo.



Org: SCHIRMER, 2015.

As lavouras estão associadas com as áreas de solo exposto e reduzida cobertura vegetal por estarem em fase de pós colheita ou fase inicial de cultivo, ocorrem em 825km², correspondendo a (28,10% do total), figura 8:

Figura 8: Lavoura de Soja colhida, na localidade de Linha Base, município de Nova Palma.



Org: SCHIRMER, 2015

As florestas também denominada como vegetação arbórea, compreende toda vegetação de grande a médio porte, que compõem remanescentes do Bioma Mata Atlântica, as matas ciliares ou matas galeria que circundam as

drenagens, bem como, as áreas de reflorestamento e ainda as áreas destinadas a silvicultura, principalmente o plantio de eucalipto. Essa classe abrange 836 km², correspondente a (28,75% da área de estudo), figura 9:

Figura 9: Floresta mista com araucária na localidade de Cerro Azul, município de Pinhal Grande.



Org: SCHIRMER, 2015.

Os corpos d'água existentes na área de estudo referem-se a açudes, utilizados para atividade aquícola e de bebedouros, lagos naturais, lagos artificiais e rios. Essa classe abrange uma área total de 90km², o que representa (3,09% da área de estudo), figura 10:

Figura 10: Vista da represa da hidrelétrica Dona Francisca entre Agudo e Nova Palma.



Org;SCHIRMER, 2015.

Pode-se observar ainda, a partir de trabalhos de campo e da imagem de satélite que há um predomínio do cultivo do arroz e do fumo nos municípios de Agudo, Dona Francisca e Faxinal do Soturno; do cultivo de soja nos municípios Pinhal Grande, Silveira Martins, Ivorá e Nova Palma, do cultivo de soja e Arroz nos municípios de Restinga Seca e São João do Polêsine. Isso

ocorre em função das áreas de várzea do rio Jacuí no município de Agudo, que são muito favoráveis ao desenvolvimento do cultivo do arroz, áreas inclinadas com fumo e nas áreas elevadas e planas ou suavemente onduladas ao plantio de soja, seguindo a tendência do estado do Rio Grande do Sul, que apresentou grande acréscimo de áreas plantadas, principalmente a partir da década de 1970.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica e socioeconômica da Quarta Colônia demonstra como o processo de ocupação e uso da terra esteve diretamente ligado à dinâmica da colonização, às características do relevo e às necessidades produtivas de cada período. Da presença indígena e jesuítica à chegada dos imigrantes europeus, a região consolidou-se como espaço de pequenas propriedades familiares, que, mesmo diante das transformações do modelo agrícola, mantêm forte identidade cultural e produtiva.

Contudo, os atuais desafios relacionados à intensificação da agricultura, como a erosão dos solos e os impactos ambientais, exigem novas estratégias de manejo sustentável. A diversificação produtiva, o fortalecimento das agroindústrias familiares e a valorização do turismo rural surgem como caminhos para equilibrar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Assim, a Quarta Colônia reafirma sua relevância histórica ao mesmo tempo em que busca alternativas para garantir sustentabilidade e qualidade de vida às futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BORBA, João Almedorindo Teixeira de; SANGOI, Rosa Maria O. **Subsídio sobre o município de Restinga Sêca**. Restinga Sêca: SMECD, 1998.

BEZZI, et al. **São Borja – Transformações no Espaço Agropecuário: O processo de Despecuarização**. 1985. 222 f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro. 1985.

BRUM NETO, H. **Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha**. 2007. 328 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BERNARDES, Adriana e ALMEIDA, Eliza. **Dinâmica territorial da indústria brasileira (1880-1996)**. Relatório de pesquisa, Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997 (91 p.).

CESCA, Olivo. **Faxinal do Soturno**. Sua história e sua gente. Santa Maria: Gráfica e Editora Rainha, 1977.

Dufumier, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola**. Manual para Especialistas. Salvador: EDUFBA, 2007.

GOODCHILD, M.F.; Haining, R.; Wise, S. **Integrating GIS and spatial data analysis: problems and possibilities** *International Journal of GIS*, 6(5):407-423, 1992.

ITAQUI, J. (org.) **Quarta Colônia: inventários técnicos, flora e fauna**. Santa Maria: Condesus Quarta Colônia, 2002.

SCHIRMER, Gerson, Jonas. **Zoneamento Geoambiental da Quarta Colônia – Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado. 253 p, 2015.

STRENZEL M. M. & RAMPELOTO, E. M. **Potencial Ecoturístico do Município de Agudo-RS**, Monografias Ambientais Remoa/ UFSM, v(6), p.1263–1297, mar/2012.

WERLANG, W. ; **História da Colônia de Santo Ângelo**. Santa Maria: Palloti, 1995. 288p.

CAPÍTULO 8

O PARQUE COMO CAMPO DE DUNAS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS: DOZE ANOS DE PESQUISAS NOS LENÇÓIS MARANHENSES

Antonio José Araujo Cruz

Ademir Terra

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-6

INTRODUÇÃO

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral localizada na microrregião Lençóis Maranhense, com uma extensão de 156.584 hectares. Seu território abrange os municípios de Primeira Cruz (6,89%), Santo Amaro do Maranhão (42,15%) e Barreirinhas (44,86%), sendo gerido, desde 2007, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Sua criação remonta a 1981, no contexto do planejamento tecnocrático e autoritário do território brasileiro (Ianni, 1986), por meio do Decreto nº 86.060, de 2 de junho, a partir das diretrizes do Projeto RADAM-Brasil. A delimitação da área foi fundamentada no discurso competente (Chauí, 1985a), que atribuía valor paisagístico e científico à sua fisiografia: “área de relevo plano, constituído por areias quartzosas marinhas e cordões de imensas dunas de coloração branca, as quais assemelham-se a lençóis jogados sobre a cama” (IBAMA, 2004, s/p).

Trata-se de uma região marcada pela presença de lagoas sazonais, formadas a partir das chuvas que ocorrem entre os meses mais úmidos do ano. Estas lagoas enchem durante o período chuvoso e reduzem drasticamente ao final desse período. Conforme descrito por Ab’Sáber (2001, p. 98), o parque corresponde a “um campo de dunas da ordem de, aproximadamente, 1.500 quilômetros quadrados, completado a leste por dois pequenos lençóis”.

No entanto, guardadas todas as suas características ecológicas, o objetivo deste ensaio é sublinhar algumas reflexões sobre o território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a partir dos resultados de uma agenda de pesquisa iniciada em 2013 pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais do Campo (GEPQAM), vinculado ao curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Ao longo desses cerca de doze anos, a equipe de pesquisadores, em diferentes níveis — iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso e dissertações de mestrado — realizou uma miríade de incursões de campo no Parque, ao mesmo tempo em que empreendia esforços teóricos para se aproximar das múltiplas problemáticas que emergiam das realidades empiricamente observadas.

Todo esse percurso analítico e metodológico nos conduziu à compreensão do Parque não apenas como uma unidade de conservação, mas como um território e um lugar marcado por conflitos, lutas, resistências e, sobretudo, por disputas em torno de projetos de futuro, tanto para a região quanto para os sujeitos que a habitam historicamente, em especial os povos e comunidades tradicionais, entre eles a classe camponesa eixo central de nossa análise.

Nosso ponto de confluência, e também de desafio, enquanto grupo de pesquisa foi a operacionalização do método dialético, fundamentado na teoria do materialismo histórico (MARQUES, 2018), na análise das questões-problema que nos instigaram ao longo desse percurso. Procuramos, assim, compreendê-las a partir das contradições, dos conflitos e das racionalidades que orientam as ações dos distintos sujeitos que se entrelaçam nessa complexa trama de relações que se tece no PNLN.

Assim, o texto que ora se apresenta está organizado da seguinte forma: além desta introdução e da conclusão, apresentamos como se deu a construção da agenda de pesquisa no parque, parte dos nossos achados e como sistematizamos alguns resultados. Em seguida, apresentamos o que estamos chamando de *o avesso da preservação*, destacando uma síntese dos problemas levantados por nós. Ressaltamos que aqui apresentamos apenas um ensaio parcial de algumas das problemáticas teóricas e empíricas que trabalhamos; por exemplo, não adentramos na escala do cotidiano para revelar de maneira mais aprofundada

a situação em que vivem os camponeses no centro da disputa pelo território. Optamos, neste capítulo, por destacar elementos mais amplos das disputas socioterritoriais e da atuação dos diversos agentes que operam sobre o parque, deixando para outras oportunidades a análise detalhada da vida cotidiana e de suas dinâmicas internas. Ainda assim, acreditamos que a leitura deste texto pode contribuir para a ampliação do debate sobre os conflitos em áreas protegidas e reforçar a centralidade das comunidades tradicionais na disputa pela legitimidade do uso e gestão desses territórios.

A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA COLETIVA DE PESQUISA NO PARQUE

Cabe destacar, a princípio, que as investigações sobre os usos conflitivos, os processos de regulação e a reorganização do território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses ocorreram, em sua maioria, sem financiamento de agências de fomento. Todos os projetos foram coordenados pelo professor Dr. Ademir Terra, que possui ampla experiência no campo dos estudos sobre a Questão Agrária, Campesinato, Movimentos Sociais do Campo e Comunidades Tradicionais no Brasil.

Numa primeira aproximação, o projeto *Contradições e Conflitos entre a Preservação Ambiental e a Produção Agropastoril nas Comunidades de Tratada de Cima, Tratada de Baixo e Buritizal no PNLN* (2013–2015) buscou compreender, a partir de situações sociais situadas e contextualizadas (GEERTZ, 2008), em que medida o território camponês dessas comunidades conseguia manter sua reprodução social frente ao conflito estabelecido entre as normas de preservação ambiental da unidade de conservação e a prática da produção agropastoril.

Na sequência, o projeto *Os Usos e (Ab)usos do Território nas Comunidades de Tratada de Cima, Tratada de Baixo e Buritizal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses* (2014–2016), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), teve como eixo central problemáticas apontadas pelas próprias comunidades. Procurou-se, sobretudo, levantar o perfil socioeconômico, os modos de

vida e as formas tradicionais de divisão social do trabalho — como a pesca, a agricultura e a mariscagem — em suas interações com os conflitos socioambientais gerados pela atuação do Estado, representado pelo órgão gestor do Parque.

Os resultados desses três primeiros anos de pesquisa desdobraram-se em trabalhos de conclusão de curso (TCC), como:

- *O Território na Construção da Educação do e no Campo: Contradições da Comunidade Tradicional Tratada de Cima*, de Thiago Fernando Santos Tiers (2017);
- *Turismo Ecológico ou Ecocídio? O Caso das Comunidades de Tratada de Cima e Mandacaru no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*, de Zeliane de Jesus Silva Costa, que mais tarde desenvolveu uma dissertação de mestrado, em escala analítica mais ampla, intitulada *Os Usos e Ab(usos) do Turismo em Unidades de Conservação: Conflitos Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*, defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2024.

O terceiro projeto, *Contradições e Conflitos entre a Preservação Ambiental e a Produção Agropastoril no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses* (2017–2019), ampliou o escopo da investigação para comunidades situadas tanto na região de areia (Bracinho, Buriti Amarelo, Tucuns, Buritizal e Tratada) quanto na região de praia (Atins, Canto do Atins, Santo Inácio e Ponta do Mangue). A ideia central era refletir sobre como a condição de unidade de conservação de proteção integral, que veda a presença humana em seu interior, impacta profundamente a reprodução social e econômica das comunidades camponesas. Foram levantados dados econômicos, formas de produção, situações de conflito envolvendo diferentes agentes, além da produção de cartografias sociais como instrumento político e metodológico de algumas comunidades.

Esse projeto resultou nos seguintes TCCs:

- *Mapeamento Social e Conflitos Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: Territorialidade Camponesa e Preservação Ambiental*, de Antonio José Araujo Cruz (2019);

- *Tradicionalidade Camponesa e Contradições Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: O Caso das Comunidades Buri-ti Amarelo e Ponta do Mangue em Barreirinhas*, de Givanilson Trindade Sousa (2019).

O quarto projeto, *Contradições e Conflitos entre a Preservação Ambiental e a Reprodução Camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses* (2019–2023), voltou-se para as comunidades Bar da Hora, Atins, Santo Inácio I, Santo Inácio II, Canto do Atins e Ponta do Mangue. O objetivo foi analisar a lógica de gestão do Parque e sua relação com o uso turístico do território, especialmente suas implicações sobre os modos de vida camponeses. A partir disso, buscou-se problematizar a separação entre natureza e sociedade implícita no modelo brasileiro de unidades de conservação, além de investigar as relações socioeconômicas entre empreendedores turísticos e as comunidades, os conflitos fundiários e a divisão de gênero do trabalho na organização da luta camponesa.

Dessa fase da pesquisa, resultaram os seguintes trabalhos:

- *Conflitos Socioambientais entre a Territorialidade Camponesa e a Preservação Ambiental na Comunidade Tratada de Cima*, de Rogério Reis Vale (2023);
- *Mulheres Camponesas em Resistência: A Luta das Mulheres Camponesas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*, de Geovana Câmara Martins (2023);
- *As Territorialidades Camponesas e o Uso do Turismo como Trabalho Acessório na Comunidade de Ponta Verde em Santo Amaro do Maranhão – MA*, de Alcilenny da Luz Serra (2024);
- *Uma Geografia do Parque e um Parque de Conflitos: Concessão e Conflitos Socioterritoriais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*, de Vanderson Viana Rodrigues (2024).

Por fim, os projetos mais recentes, realizados entre 2023 e 2025, intitulados *Geo-grafias dos Impactos Socioambientais das Múltiplas Dimensões do Turismo sob as Comunidades Tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses* e *Impactos Socioambientais das Múltiplas Dimensões do*

Turismo nas Comunidades Tradicionais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, buscaram revelar a complexa rede de impactos gerados pela intensificação do turismo enquanto atividade econômica. Essa análise considerou a relação dialética entre os camponeses, diretamente afetados em seus modos de vida, e os diversos sujeitos externos que atuam com interesses distintos sobre o território.

Esses projetos deram origem a novos trabalhos de conclusão de curso:

- *Entre o Lazer e o Conflito: Implicações Socioeconômicas e Ambientais do Turismo na Comunidade de Atins no PNLM*, de Marcus Raimundo Gomes Saminez;
- *Desdobramentos do Planejamento e da Gestão Públicos no Acirramento de Conflitos Socioambientais nas Comunidades Pesqueiras no PNLM*, de Thalia Vitória Pinheiro Silva;
- *O Desenvolvimento do Turismo na Região do Atins – MA e suas Implicações Econômicas no Espaço*, de Taynara Soares Fontinele (todos defendidos em 2025).

Além dos trabalhos de graduação e pós-graduação, os resultados dessas pesquisas foram compartilhados por meio de artigos publicados em periódicos científicos de reconhecida relevância, como:

- TERRA, A. *Conflitos Socioambientais na Gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: O Caso das Comunidades Tratada de Cima, Tratada de Baixo e Buritizal*. Boletim Goiano de Geografia, v. 37, p. 244–262, 2017.
- TERRA, A.; SOUSA, G. T.; SILVA, H. C. *Tradicionalidade Camponesa e Contradições Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: O Caso da Comunidade Ponta do Mangue em Barreirinhas–MA*. Revista Ciência Geográfica, v. XXIV, p. 1064–1079, 2020.
- TERRA, A.; VIANA, F. O. *A Produção Camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: Desafios e Conflitos Socioambientais*. Revista NERA (UNESP), v. 24, p. 125–145, 2021.

- RODRIGUES, V. V.; TERRA, A.; RABELO, L. F. *Concessão Socioterritorial do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – PNLM*. PRA-CIS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 17, p. 359–379, 2024.
- VIANA, F. O.; CARVALHO, L.; TERRA, A. *Os Impactos das Restrições do ICMBio na Produção e Reprodução Camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: Estudo de Caso da Comunidade Tradicional de Tucuns*. GEOCONEXÕES, v. 3, p. 373–391, 2024.

A agenda de pesquisa também teve seus resultados amplamente discutidos em congressos, simpósios e encontros acadêmicos de relevância nacional e internacional. Destacam-se:

- CRUZ, A. J. A.; SILVA, H. C.; TERRA, A. Cartografia Social dos Usos do Território por Comunidades Camponesas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. In: *X Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, São Paulo, 2023. v. 1, p. 1692-1706.
- CRUZ, A. J. A.; COSTA, Z. J. S.; TERRA, A. Usos do Território no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: Territorialidade Camponesa e Conflitos Socioambientais na Comunidade Bracinho. In: *III Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e XV Seminário de Pós-Graduação em Geografia – Impactos e Mutações no Território Brasileiro: da Crise Política à Devastação Ambiental no Contexto da Pandemia da COVID-19*, Rio Claro – SP, 2021.
- CRUZ, A. J. A.; TERRA, A. Implicações do Turismo no Perfil Socioeconômico da Comunidade Tradicional de Bracinho no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. In: *VIII CIETA – Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales*, Foz do Iguaçu – PR, 2018.
- CRUZ, A. J. A.; TERRA, A. Território-Abrigo, Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação: o Turismo como Trabalho Acessório na Comunidade Canto do Atins no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – PNLM. In: *Seminário Internacional Turismo, Cidades e Patrimônio*, São Luís, 2021.

- SOUSA, G. T.; TERRA, A. Conflito Socioambiental na Comunidade Buriti Amarelo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. In: *IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife – PE, 2019.
- VELOSO, E. S.; VIANA, F. O.; TERRA, A. A Produção Camponesa em Unidades de Conservação: Desafios, Conflitos e Contradições. Um Estudo da Comunidade Tradicional Santo Inácio, Localizada no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. In: *IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, Pernambuco, 2019.
- SOUSA, G. T.; RODRIGUES, V. V.; CRUZ, A. J. A.; COSTA, Z. J. S.; TERRA, A. O Outro Lado do Paraíso: Conflito Socioambiental na Comunidade Tradicional Buriti Amarelo, Barreirinhas – MA. In: *I Seminário Internacional Povos e Comunidades Tradicionais Frente a Projetos de Desenvolvimento e V Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente*, São Luís, 2018.

Essa produção coletiva, expressa nos diferentes trabalhos apresentados ao longo dos anos, reflete o compromisso dos pesquisadores com a divulgação e o fortalecimento de uma agenda de pesquisa comprometida com os sujeitos históricos que habitam o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Mais do que isso, evidencia as condições concretas de existência desses camponeses — frequentemente invisibilizados pelos planejamentos oficiais e, muitas vezes, também pela lente das ciências — que usam a natureza e o território não apenas como recurso, mas como base para sua reprodução social e definição de seus próprios modos de vida (Arruda, 1999; Acselrad, 2004; Almeida, 2004).

O AVESSO DA PRESERVAÇÃO: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES REVELADOS PELAS PESQUISAS

A importação do modelo estadunidense de parques como áreas protegidas para o território brasileiro representa um dos principais fatores responsáveis por um conjunto de problemas que, desde suas gêneses, atravessam esses

espaços (DIEGUES, 2001; CASTRO, 2012). No caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, soma-se a isso, como agravante, o fato de essa Unidade de Conservação ter sido criada durante o regime militar, período em que o país carecia de bases democráticas e em que as decisões eram tomadas de forma verticalizada, sem o devido olhar para os lugares e seus sujeitos. Ou seja, tratavam-se de políticas territoriais implementadas sem considerar as reais necessidades dos territórios (DIAS, 2017; CRUZ, 2019). Ainda assim, mesmo nesse contexto autoritário, as pessoas e os lugares não se conformaram inteiramente às conjunturas conservadoras, resistindo, de diferentes maneiras, às imposições externas que afetavam suas vidas, seus cotidianos e suas liberdades (CHAUÍ, 1985b).

Acreditamos que o Parque possui significativa relevância enquanto bem público para o Estado e para a sociedade brasileira. No entanto, o que buscamos tensionar ao longo das pesquisas foi como a sua criação desconsiderou profundamente o espaço herdado (SANTOS, 1997) e as terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2004) por povos e comunidades tradicionais. Como também constatamos em nossas pesquisas empíricas, há uma rica diversidade de sujeitos históricos na região, especialmente camponeses pescadores, marisqueiras, extrativistas e povos quilombolas.

Essa desconsideração não se deu apenas por uma visão que reduzia o espaço a um meio ecológico (ISNARD, 1982), ou seja, como algo a ser preservado unicamente em função de seus ecossistemas. Ela também foi motivada por uma ideologia que via essa região como um grande vazio demográfico (DIAS, 2017; CRUZ, 2019). Sabemos, contudo, que esse projeto político orientava a negação do quadro de vida e das territorialidades das populações ali presentes. Assim, é importante lembrar que foi apenas com a Constituição Federal de 1988 que alguns direitos territoriais passaram a ser reconhecidos para esses grupos sociais, como os povos indígenas e as comunidades quilombolas.

Essas circunstâncias exigem, portanto, reconhecer — como destacam M. L. de Souza (2002) e Monteiro (2007) — que, no caso da formação territorial brasileira (MORAES, 2000), o planejamento empreendido por diferentes agentes sociais, e na maioria das vezes pelo próprio Estado, nunca foi neutro ou me-

ramente técnico. Assim como em qualquer parte do mundo, esse planejamento reflete interesses e práticas políticas (LIMONAD, 2021). Desse processo decorre o fato de que a própria decisão de preservar a natureza é, em si, um fato e um evento eminentemente políticos, pois implica regular e limitar o território daqueles sujeitos que fazem dele o abrigo de suas existências materiais e imateriais (LARRÈRE e LARRÈRE, 1997; DIEGUES, 2001).

No caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, identificamos uma série de problemas que derivam diretamente dessa lógica excludente. Um exemplo emblemático é a sub-representação dos dados sobre a população tradicional que habita seus limites. O número exato de localidades permanece, em grande parte, desconhecido pelos pesquisadores, seja pela dificuldade de mapeamento, seja pela falta de transparência ou sistematização pública dessas informações.

O plano de manejo da unidade de conservação, por sua vez, apresenta dados sobre a quantidade de comunidades que, na prática, parecem ser bastante inferiores às aquelas que realmente existem. De acordo com o levantamento da situação fundiária realizado em 2002, foram identificadas 41 localidades dentro do perímetro do Parque, com um total de 681 habitações, representando cerca de 3.800 moradores (PINTO, 2003). Desde então, porém, quase não se encontram atualizações sistemáticas sobre a real situação dessas comunidades, o que leva cada pesquisador a trabalhar com números distintos, dificultando o acúmulo de conhecimento consistente sobre o território.

Em grande parte dos trabalhos realizados por nossa equipe, adotamos a referência proposta por Dias (2017) em sua tese de doutorado, que identifica, apenas no município de Barreirinhas, vinte e três comunidades tradicionais. Tal recorte se justifica, especialmente, pelo fato de esse ser o município em que mais concentramos nossas análises e investigações empíricas.

Outro problema latente que identificamos e que, de forma geral, se reproduz em diversas áreas protegidas do país (SILVA e SILVA FILHO, 2008; ROCHA; DRUMMOND; GANEM, 2010), diz respeito à situação fundiária. Embora as comunidades tradicionais utilizem e habitem esse território há ge-

rações, a maioria delas, ao menos nas áreas que investigamos, não possui qualquer documento que comprove a titularidade das terras ocupadas.

Isso se agrava pelo fato de que, ao serem declaradas como de domínio público no ato de criação do Parque, as terras que o compõem, pelo fato de estarem em uma área protegida, passaram a exigir, legalmente, a desapropriação de todos os imóveis em seu interior. Tal exigência decorre do regime das Unidades de Conservação de Proteção Integral, que admite apenas o uso indireto dos recursos naturais, o que, em termos práticos para a “preservação”, pressupõe a separação entre o ser humano e a natureza (BRASIL, 2000).

Entretanto, como também constatamos ao longo de nossas pesquisas e em diversas visitas e entrevistas com o órgão gestor, não há qualquer projeto de regularização fundiária voltado às comunidades tradicionais. Tampouco há propostas concretas de reassentamento das famílias que ali vivem. Conforme relatam os próprios moradores, nunca houve diálogo efetivo nesse sentido — embora qualquer iniciativa dessa natureza devesse necessariamente passar por eles, por serem os sujeitos diretamente impactados.

Apesar de, na prática, tais direitos serem frequentemente negligenciados, as comunidades demonstram conhecer um conjunto de legislações nacionais e internacionais que respaldam sua permanência e garantem seus direitos, como a Convenção nº 169 da OIT, o Decreto Federal nº 6.040/2007, e a própria Constituição Federal de 1988.

Ao mesmo tempo em que se impõem limites ao uso do território pelas comunidades tradicionais, com o argumento e/ou retórica de que atividades como a criação de animais de pequeno porte (caprinos, equinos, suínos e galináceos), a pesca artesanal e a agricultura de subsistência impactam negativamente os ecossistemas locais, o que nossas pesquisas indicam é uma notável flexibilização quanto à expansão do turismo desordenado.

Constatamos, por exemplo, como constantemente é referenciado nos estudos sobre o parque, a abertura de trilhas, o uso intensivo de veículos, o descarte irregular de resíduos sólidos, situação que leva, inclusive, os próprios camponeses a organizarem mutirões de limpeza, e a frequente ausência de fiscalização sobre diversas práticas irregulares associadas aos circuitos imobiliá-

rio e turístico. Tais atividades têm convertido o território em uma mercadoria (HARVEY, 2005a), sujeita à lógica da acumulação capitalista por despossessão, ou seja, de expulsão (HARVEY, 2011), em detrimento das formas tradicionais de habitação e uso da terra. Esse processo evidencia a produção de conflitos socioambientais, compreendidos por nós a partir da leitura proposta por Acselrad (2004), como resultado do choque entre distintas racionalidades e projetos em disputa para o mesmo espaço.

A nosso ver, o próprio Estado tem contribuído para essa situação, atuando como agente promotor do turismo na região por meio de estratégias de marketing urbano (RIBEIRO, 2013), bem como pela implantação de materialidades e fixos geográficos que, embora representem melhorias para parte da população, respondem prioritariamente às demandas dos agentes hegemônicos vinculados aos circuitos comerciais de produção. É o caso da pavimentação e expansão da BR-402, da construção de aeroportos e, mais recentemente, da inauguração da ponte sobre o rio Preguiças, em 2025, no município de Barreirinhas, infraestrutura logística que facilita o acesso direto ao parque. Tais transformações espaciais, claramente voltadas para a consolidação do capital turístico, impactam diretamente o modo de vida das comunidades locais. Contudo, como também buscamos evidenciar em nossas pesquisas, há um processo contínuo de resistências, expressas nas articulações com entidades de base, associações e sindicatos.

Sob tais circunstâncias, os sujeitos históricos que procuramos compreender à luz do método dialético, por meio das suas formas específicas de ser e viver, são comunidades camponesas que lutam por sua reprodução social em meio às contradições instaladas no território hegemonicamente capitalista brasileiro (OLIVEIRA, 1999; 2007). Essas populações seguem disputando o território a partir de estratégias locais de resistência, mesmo diante do avanço de lógicas neoliberais (HARVEY, 2005b; DARDOT e LAVAL, 2016) que impõem novas formas de gestão do espaço, como a concessão de serviços do parque à iniciativa privada.

CONCLUSÃO

Nosso intuito com a realização das pesquisas foi adentrar no espaço real, efetivamente vivenciado pelos sujeitos que habitam e disputam o território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, onde diferentes projetos de futuro entram em conflito. Ao longo desse período, nosso olhar se concentrou especialmente no papel dos camponeses: como produzem e reproduzem suas vidas e seus lugares, bem como nas suas estratégias de articulação e resistência.

Buscando compreender as inúmeras transformações nas dinâmicas socioterritoriais pelas quais passou o parque, inserido no contexto mais amplo do território maranhense, aproximamo-nos também do papel de outros agentes com significativa força política e econômica, como o Estado, enquanto agente sistemático da produção do espaço, e os setores do mercado imobiliário e turístico, que, articulados a forças políticas, promovem grande especulação e instabilidade no interior da unidade de conservação.

Mesmo após mais de uma década de pesquisas, o conjunto de questões e problemas a serem analisados permanece aberto. Em cada período histórico, novos desafios se colocam para o pensamento crítico e a análise geográfica, como exemplifica a recente implementação das políticas de concessão de serviços, que inaugura uma nova fase nos modelos de planejamento e gestão dessa área protegida.

Nesse sentido, indicamos que esta é uma agenda de pesquisa em constante construção. Nosso objetivo tem sido contribuir, a partir da Geografia e de sua abordagem sobre as dinâmicas espaciais, para o entendimento das complexas relações que envolvem essa unidade de conservação. Acreditamos que essa pesquisa se soma a outras iniciativas interdisciplinares e que, ao tornar visíveis os conflitos e as formas de resistência das comunidades, pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais justas às realidades dos povos e comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Metal Livros, 2001.

ACSERD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-34, 2004.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 2, n. 5, p. 79-92, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1-6, 19 jul. 2000.

CASTRO, C. E. **A política nacional de proteção da natureza e seus desdobramentos no território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2012. 257 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2012.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985a.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1985b.

CRUZ, A. J. A. **Mapeamento social e conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**: territorialidade camponesa x preservação ambiental. São Luís, 2019. Monografia (Graduação).

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, R. G. **Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro: ação estatal e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2017. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas, USP, 2001.
- GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005b.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, D. **A destruição criativa da terra**. In: HARVEY, D. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 117-150.
- IANNI, O. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- IBAMA. Plano de manejo: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Barreirinhas: IBAMA, 2004.
- ISNARD, H. **O espaço geográfico**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.
- LARRÈRE, C.; LARRÈRE, R. **Proteger a natureza: uma tarefa moderna**. In: LARRÈRE, C.; LARRÈRE, R. Do bom uso da natureza: para uma filosofia do meio ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. p. 197-231.
- LIMONAD, E. **Planejar por quê?** In: LIMONAD, E.; MONTEIRO, J. C.; MANSILLA, P. (orgs.). Planejamento territorial: reflexões críticas e perspectivas. São Paulo: Editora Max, 2021.
- MARQUES, I. M. **Relação sociedade e natureza e a relação sujeito e objeto: retomando a contenda**. São Paulo, 2018.
- MONTEIRO, C. **O planejamento: algumas considerações**. Etc, Espaço, Tempo e Crítica, v. 1, n. 1, p. 40-54, 2007.
- MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, A. F. A. (org.). Novos rumos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PINTO, A. L. S. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: plano de manejo. São Luís: IBAMA/MMA, 2003.

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ROCHA, L. G. M. da; DRUMMOND, J. A.; GANEM, R. S. Parques nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 205-226, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, D. L. B.; SILVA FILHO, J. C. B. **A problemática da presença de populações residentes em parques nacionais**. In: Anais do IV Fórum Ambiental da Alta Paulista. São Paulo: [s. n.], 2008.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Parte I, p. 45-59.

CAPÍTULO 9

A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL CAMPONESA E A EXPANSÃO DA SOJA EM BAIXA GRANDE DO MEIO, SÃO BERNARDO – MA

Lucas Henrique Pereira Pontes
Doi: 10.48209/978-65-5417-560-7

INTRODUÇÃO

Historicamente o Maranhão está relacionado do ponto de vista econômico a produção de matéria prima *in natura* para exportação, fato este bem elucidado por Pereira Filho (2016) ao elencar os ciclos econômicos maranhenses baseados na produção de insumos vegetais (açúcar e algodão principalmente) para o abastecimento do mercado europeu. Na contemporaneidade, observa-se como esta lógica segue operante, com o Maranhão sendo um dos maiores produtores de *comodities* do nordeste brasileiro, com destaque para a produção e exportação de produtos do complexo soja (soja em grãos, farelo e óleo) que cultivados em pouco menos de 45 milhões de hectares geraram renda superior aos R\$ 7 milhões aos seus produtores no ano de 2023 (IBGE,2023).

Tal qual a lógica mercantil fora herdada diretamente dos períodos coloniais e imperiais, a lógica do sistema produtivo também manteve-se, com as antigas *plantations* dando lugar aos latifúndios modernos, onde o modelo baseado na monocultura para a exportação segue perpetuando práticas como a concentração fundiária; a exploração predatória de terras, recursos e pessoas; e a marginalização de povos, comunidades, corpos e saberes e por elites detentoras de capital e influência direta ou indireta no Estado.

Observa-se como tal relação está diretamente relacionada a inserção da soja como recurso econômico no Estado, com pesquisas apontando para a existência do plantio da leguminosa desde o fim da década de 1970 (Carneiro, 2008;

Rodrigues & Alencar, 2011), inserida como produto do agronegócio brasileiro a partir da inserção do país na divisão internacional e territorial do trabalho e do processo de mundialização do capital (Rodrigues & Alencar, 2011, p. 31). Entretanto a produção sojícola no Estado só adquire real impacto a partir dos anos 1990, dominando quase que por completo o setor sul do Maranhão. Este período é precedido, segundo Porro, Mesquita & Santos (2004, p.20) por um período de extensa transformação da cobertura florística maranhense a partir da década de 1960, quando:

Incentivos fiscais, políticas públicas e projetos governamentais favorecem a apropriação ilegítima de terras por grandes produtores e/ou empresas agropecuárias, e promovem a consolidação das relações de produção capitalistas no campo. Num período em que as frentes de expansão camponesas já ocupavam e exploravam com maior intensidade os vales dos rios Grajaú, Pindaré e Turi, a integração da terra ao mercado ocorrida a partir da “Lei Estadual de Terras de 1969” passa a ser acompanhada pela concentração fundiária e de renda, por crescente violência e conflitos no campo, pela expropriação de centenas de povoados e comunidades camponesas, e pela conversão de extensas áreas de mata e capoeira em pastagens para criação de gado.

Sendo assim, a agricultura capitalista baseada na grande propriedade consolidara-se como modelo dominante no espaço agrário maranhense amparado pelo Estado, e a adoção de tal sistema representara para territorialidades não hegemônicas (camponeses, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, ribeirinhos, etc), que já estavam consolidadas no território maranhense, uma ameaça a sua sobrevivência, como demonstram os dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT (2023) que revelam que entre os anos de 2014 a 2022 o Maranhão fora o segundo Estado da União com maior ocorrência de conflitos no campo, totalizando 1926 casos nesse período (Pontes, 2024).

Contudo, a existência da teia de territorialidades construídas no Estado representa muito mais que um mero avanço ao processo desterritorializador imposto pelo agronegócio, estes territórios são soerguidos também como uma afirmação perante aos projetos da agricultura capitalista e as suas narrativas que alavancam tal ideário a *status* de progresso, desenvolvimento, ou ainda que naturalizam o processo de tomada do espaço agrário pela grande proprie-

dade como uma “evolução”, um processo natural de modernização de antigas relações “primitivas”.

Nesse contexto, o presente estudo visa explorar a territorialidade camponesa como forma de resistência a expansão do agronegócio sojicultor na comunidade de Baixa Grande do Meio, localizada no município de São Bernardo – MA e como este território reafirma a possibilidade de existência(s) diversa(s) de organização do espaço para além daquela naturalizada pelo Estado e pelo capital como a única possível com o tempo histórico presente.

Para a realização dos objetivos aqui delimitados, o presente artigo encontra-se dividido em dois tópicos principais além da introdução e das considerações finais, sendo o primeiro voltado para a caracterização da expansão da soja pelo Estado do Maranhão e pelo Leste Maranhense (região em que está inserido o município de São Bernardo), para que então possamos debater especificamente o contexto da comunidade Baixa Grande do Meio em relação a este processo e a outras comunidades do entorno no município que também são afetadas por tal problema.

Este trabalho deriva diretamente da dissertação intitulada “A territorialidade camponesa como possibilidade: Repensando o ordenamento capitalista a partir da comunidade Baixa Grande do Meio, São Bernardo – MA” (Pontes, 2024), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR, da Universidade Federal do Maranhão – UEMA sendo além de uma síntese com enfoque no estudo de caso, uma atualização dos fatos transcorridos desde o processo de consolidação da defesa da dissertação. Este trabalho também precisa, desde o primeiro momento, fazer errata ao que fora vinculado no texto de 2024, em que se atribuía a empresa Weisul Agro como a antagonista da comunidade Baixa Grande do Meio, fato este que não encontrara comprovação para além das especulações obtidas em campo.

Frisa-se aqui a importância de delimitação de certos conceitos caros a esta pesquisa, como território, autonomia, e territorialidade não hegemônica. Quanto ao primeiro, adotamos a linha de entendimento de Fernandes (2008), em que se compreende a impossibilidade de entendimento acerca do conceito

de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. Quando nos referimos ao território como propriedade particular, individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser evidenciado pela autonomia de seus proprietários nas deliberações relacionadas aos rumos desses territórios (ibidem, p.5). Fernandes (2008) afirma que nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica:

A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diferentes escalas geográficas, desde a local até a escala internacional. O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder (Fernandes, 2008, p.4)

Nesse sentido, Pontes (2024, p. 44) reafirma a ideia de autonomia aplicada a territorialidade camponesa como a construção territorial a partir de suas próprias lógicas e as características, entendendo também a ideia de “autonomia possível”, referindo-se e a construção e/ou manutenção de uma territorialidade dissidente (ou parcialmente dissidente) da lógica capitalista reproduzida no espaço agrário.

Pontes (2024) constrói o debate acerca da questão camponesa a partir de uma vasta exploração pela obra de autores anarquistas que debateram o tema, caso este do francês Élisée Reclus (1830 – 1905), que como aponta Nabarro (2020, p.212), infere em sua cosmovisão que a classe camponesa está no cerne da luta contra o capitalismo porque a lógica que sustenta sua organização é totalmente distinta, Reclus pondera, ainda, que os elementos costumeiros, relacionados à moral camponesa e criados a partir do suprimento de necessidades imediatas (moradia, alimentação, trabalho), os une, desenvolvendo laços de solidariedade entre eles, e são estes laços que conformam a resistência camponesa.

Estas relações são observadas em diversos casos, tratando especificamente do contexto maranhense, autores como Costa (2019) e Amador (2022) exemplificam bem como a territorialidade construída nos espaços campone-

ses não só contrasta, mas diferencia-se de tal forma dos ditames capitalistas que sua mera existência se interpõe como uma ameaça a perspectiva de naturalização do discurso predatório em salvaguarda de um assim denominado progresso.

A EXPANSÃO E CHEGADA DA SOJA EM SÃO BERNARDO - MA

Conforme relatado, a inserção da soja no Estado do Maranhão remonta a década de 1970, atingindo seu ponto de real impacto na paisagem e na dinâmica socioeconômica do espaço agrário maranhense a partir da década de 1990 em um processo cujo o início da expansão estava localizado na porção Sul do Estado e tivera como atores principais os “gaúchos”, nomenclatura que como explica Gaspar (2013) denomina indivíduos advindos de outros Estados (não necessariamente do Rio Grande do Sul) que colonizaram as terras daquela região para as práticas de monocultura.

Entretanto, como o próprio Gaspar (2013) infere, seria no Leste Maranhense que os “gaúchos” encontrariam seu “Eldorado”. A região historicamente já era explorada pela agricultura em larga escala antes da introdução da soja há pelo menos duas décadas (Carneiro, 2008), em que tais práticas se expressavam pelas atividades silvícolas através da Maranhão Reflorestadora LTDA. - MARFLORA, representante florestal da Maranhão Gusa S/A – MARGUSA, e da Suzano Papel e Celulose (Costa, 2016, p. 108).

O recorte geográfico aqui denominado de Leste Maranhense faz referência a outrora denominada “Mesorregião Leste”, porção compreendida as atuais Regiões de Desenvolvimento do Delta das Américas, Timbiras, Alpercatas, Sertão Maranhense, Médio Parnaíba Maranhense e do Baixo Parnaíba Maranhense (Maranhão, 2008). É nessa região que figura também sob a denominação de “nova fronteira agrícola”, como apresentado Carneiro (2008) ao veicular as do então presidente da Associação dos Produtores do Cerrado Leste Maranhense, que considera o potencial de 12 municípios na área com vocação para a produção mecanizada de grãos (arroz, milho e soja): Chapadinha, Buriti, Anapurus, Mata Roma, Brejo, Santa Quitéria, Milagres do Maranhão, São Bernardo, Magalhães de Almeida, Urbano Santos, São Benedito

do Rio Preto e Água Doce do Maranhão (Pontes, 2024). Dados compilados por Pontes (2024) exemplificam a expansão do monocultivo da soja sobre a região entre os anos de 2006 a 2022 (tabela 01):

Tabela 1- Área colhida de soja sobre a “nova fronteira agrícola” do Leste Maranhense entre 2006 e 2022

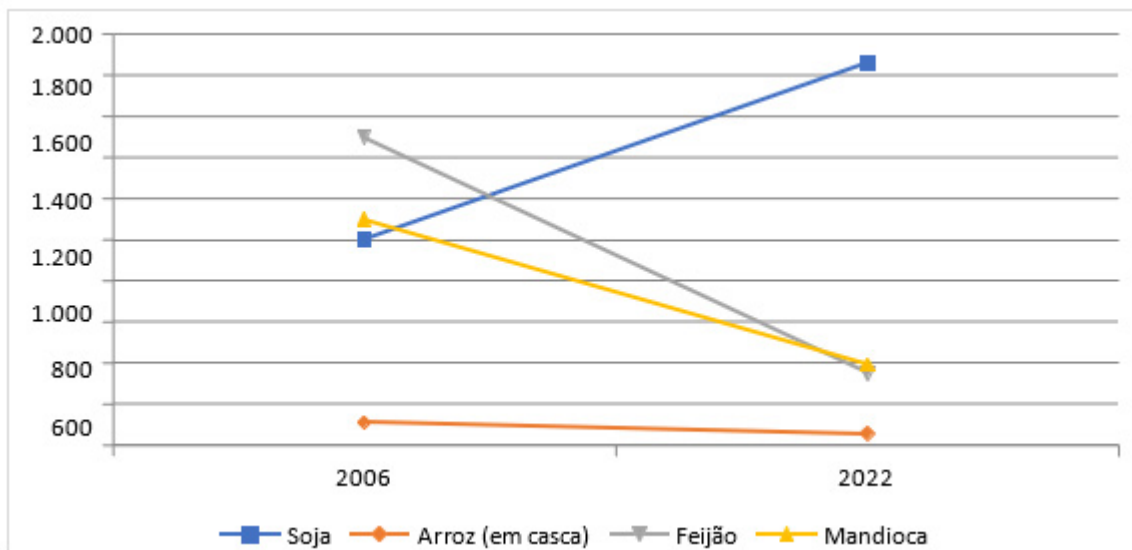
MUNICÍPIOS	ÁREA COLHIDA (ha)	
	2006	2022
Chapadinha	1.380	4.450
Buriti	7.383	13.700
Anapurus	4.379	7.650
Mata Roma	2.670	8.280
Brejo	7.920	16.150
Santa Quitéria do Maranhão	650	3.930
Milagres do Maranhão	950	4.920
São Bernardo	1.000	1.860
Magalhães de Almeida	1.480	4.200
Urbano Santos	Sem registros	925
São Benedito do Rio Preto	Sem registros	1.420
Água Doce do Maranhão	Sem registros	Sem registros

Fonte: Pontes, 2024, p.76

Inserido neste contexto encontramos o município de São Bernardo, que apresentou um dos menores percentuais de expansão de tal cultivo sobre seu território, sendo incorporado “apenas” 860 hectares além dos 1.000 originais. Segundo relatos colhidos em campo na comunidade da Baixa Grande do Meio, as situações envolvendo conflitos fundiários não eram uma tônica no território, com apenas um registro anterior ao período de 2020 encontrado, sendo este um texto veiculado no blog “Territórios Livres do Baixo Parnaíba” que trouxe a notícia de que no ano de 2013 ocorreram conflitos em diversos municípios maranhenses envolvidos em escaramuças com as empresas a Suzano Papel e Celulose, MPX e Vale, que registrava São Bernardo e a própria comunidade da Baixa Grande como parte beligerante no conflito.

Ainda que pouco se comparado há municípios circunvizinhos como Magalhães de Almeida ou Brejo, os impactos da expansão da monocultura em São Bernardo podem ser quantificado a partir da relação direta entre o aumento da produção de soja no município em detrimento da retração na produção de gêneros alimentícios como o arroz o feijão e a mandioca, como demonstra o gráfico 1, elaborada por Pontes (2024, p.90)

Gráfico 1 - Área colhida (ha) Soja, arroz (em casca), feijão e mandioca no município de São Bernardo - MA



Fonte: Pontes (2024)

Localizado há 376,8 quilômetros de São Luís, capital do Estado, mais precisamente na rodovia MA-110. Dados censitários recolhidos em 2022 apontam para uma população total de 26.943 habitantes dispostos ao longo de pouco mais de 1000 km², sendo considerados como população economicamente ativa no município 1.578 pessoas (5,86% da população), com uma média salarial de 1,4 salários-mínimos (IBGE, 2022).

Souza (2020) chama atenção para um fator que pode explicar tais estatísticas, que é a forma de ocupação e uso da terra que se mantém majoritariamente de acordo com o modo dos saberes tradicionais camponeses, em que mesmo que o município esteja passando por transformações locais e globais, sobretudo a partir da expansão da cultura de soja, os povos e comunidades tradicionais seguem exercendo suas práticas e saberes centenárias como forma de existência e resistência. Outro ponto acerca do arranjo político e social

bernardense é levantado por Silva (2017), que pondera que o município em questão reflete o sistema político maranhense regido por arranjos oligárquicos, destacando que:

Enquanto território que se configurou político, econômico e socialmente por rivalidades políticas de famílias que disputavam o poder local no Século XX e hoje, apesar de ainda ocorrerem, temos a representação forte de uma única família, cuja oposição, até as eleições de 2016, ainda não havia configurado bases sólidas para enfrentamento, mostrando-se maleável e fragmentada. Assim, essas disputas têm como principais atingidos os bernardenses, pois, ao se estenderem para além do campo partidário, impõem consequências duras no modo de reprodução de vida local (Silva, 2017, p.27)

Tal colocação nos ajuda a contextualizar o cenário sociopolítico que atravessa o município e como se dão as relações de poder neste, a exemplo do referido fato de que São Bernardo sempre esteve à mercê de um clã político por mais de meio século, a família do ex-prefeito Coriolano Coelho de Almeida, eleito pela primeira vez em 1973 e mantendo-se relevante no jogo político local de forma direta ou indireta até os dias atuais (Pontes, 2024).

A partir deste contexto e munido das informações supracitadas, podemos compreender a situação atravessada pela comunidade da Baixa Grande do Meio, em que segundo relatos obtidos em campo, o atual cenário de disputas tem início justamente com a derrota política sofrida pelo grupo do ex-prefeito, que logo após perder as eleições de 2020 para o candidato João Igor (PDT – MA) passara a reivindicar a propriedade de 30 hectares das terras da comunidade. Entretanto, conforme texto veiculado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos apontam para a existência do conflito desde o ano de 2017, e que na verdade, tal reivindicação seria de 500 hectares (SDMH, 2025).

A partir desse evento podemos constatar o embate de duas visões de mundo paralelamente opostas: a dos camponeses, que constroem a sua territorialidade as margens do padrão imposto pelo capital; e aquela que integra o binômio Estado-capital, que precisa recorrer por todos meios possíveis para a manutenção do poder, representado aqui tanto pela posse da terra como pela destituição dos povos e comunidades tradicionais desta. “O agronegócio tem avançado no território nacional e maranhense, trazendo uma diversidade de ex-

ternalidades à sociedade e ao meio ambiente, amparados por políticas estatais e pelo corpo jurídico-institucional existente” (Bruzaca, 2020, p.138).

Num contexto em que a agricultura capitalista se alastra pelo Baixo Parnaíba Maranhense, a resistência praticada pelos grupos camponeses e diversos povos e comunidades afetados pelo projeto de territorialização baseado no agronegócio também se destaca como um fator de grande influência para as dinâmicas territoriais locais. (Porro, Mesquita & Santos (2004, p.23) apontam para uma tradição de mais de duas décadas de violência brutal e opressão entre o campesinato maranhense, que por sua vez:

Motivaram o aparecimento de novas formas de organização camponesa e resultaram numa série de ações coletivas empreendidas por eles. Foi através de mobilizações articuladas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) ou pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e apoiadas por organizações ligadas à igreja católica e outras instâncias da sociedade civil, que um contingente considerável de famílias recuperou o acesso e posse da terra nas últimas duas décadas.

Nesse aspecto, pensando somente nos movimentos e entidades voltadas para a defesa do Baixo Parnaíba Maranhense, Pontes (2024, p.82) destaca órgãos e entidades como o Fórum Carajás, o Fórum em Defesa da Vida no Baixo Parnaíba, ligado a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH, a Diocese do município de Brejo, ligada a Igreja Católica, além de demais órgãos estatais voltados à garantia dos direitos das populações subalternizadas do Estado do Maranhão.

O município de São Bernardo, cujo a vida cotidiana passou a ser recentemente desafiada pela produção de soja é mais um dentre tantos que encontraram na resistência popular e territorial, a garantia da existência do território camponês:

Atualmente, diversas comunidades rurais mantêm as tradições de uso da terra, modos de vida e tradições conforme os saberes locais dessa mescla étnica que se configurou ao longo do tempo, na produção de alimentos e artesanatos e nos saberes tradicionais. Mesmo diante das transformações global e local, nas disputas e conflitos sociais, através dos novos modelos de produção econômica da monocultura de soja, que tem expandido suas fronteiras no Baixo Parnaíba, tal avanço dos interesses econômicos de mercado tem reproduzido novas dinâmicas sociais na região, na qual os territórios já ocupados por povos e comunidades tradicionais buscam formas de autonomia e de resistência frente ao fenômeno (Souza, 2020, p. 30)

TERRITORIALIDADE CAMPONESA E RESISTÊNCIA: O CASO DA BAIXA GRANDE DO MEIO, SÃO BERNARDO - MA

A Baixa Grande do Meio, uma comunidade de trabalhadores rurais que se estende ao longo de 580 hectares na Baixa Grande (Mapa 01), município de São Bernardo, Maranhão. Junto às comunidades da Baixa Grande de Cima e Baixa Grande de Baixo, que divididas em glebas compõe um conjunto de territórios de agricultores familiares que se estendem ao longo de um “baixão”, nome popular referente ao corpo hídrico presente no relevo de declividade levemente acentuada em que se circunscreve as comunidades e que por sua vez justifica o nome destas. As atividades desenvolvidas ali são principalmente a agricultura, a caça e a coleta, todas voltadas majoritariamente ao consumo próprio (Pontes, 2024).

Com o acirramento do conflito na região a comunidade, assessorada pela Diocese do município de Brejo – MA, estabelece a criação da Associação de Agricultores e Agricultoras do Povoado Baixa Grande do Meio, como forma de pleitear legalmente a propriedade da terra para as famílias cujo o histórico de uso e ocupação do território remonta as imigrações de cearenses para o Maranhão no início do século XX (SMDH, 2025).

Conforme levantado anteriormente, o conflito presente se estabelece a partir da reivindicação de um importante ator político do cenário bernadense como proprietário das terras da comunidade, clamando inicialmente uma porção de hectares das quais, segundo relatos colhidos na comunidade no ano de 2023 nem o próprio, e nem qualquer outra pessoa sabiam apontar a localização exata de tais terras privadas. Ainda assim, em um gesto típico daquilo que aqui consideramos como solidariedade camponesa, os residentes do território ofereceram ao ex-mandatário um trecho de terra para o seu usufruto, o que para tal parte da reivindicação estava completamente fora de cogitação, uma vez que o objetivo da captura da terra e destruição da comunidade não possuía nenhuma relação com moradia ou trabalho, mas na capitalização através da venda para terceiros. (Pontes, 2024).

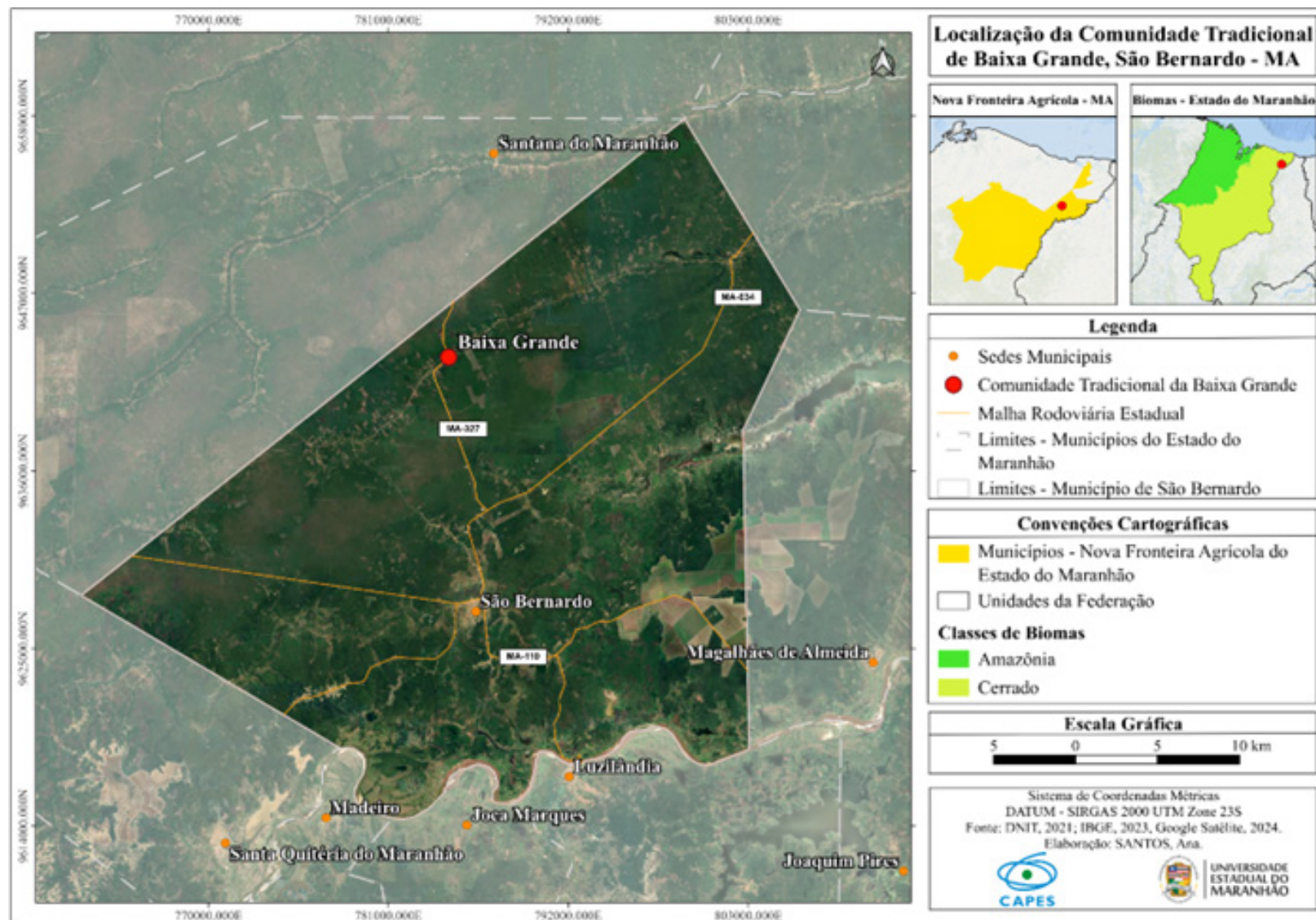
Zaar (2015, p.52) ao explorar o pensamento de Élisée Reclus sobre a questão agrária demonstra que este já antecipava o cenário desenvolvido no Estado do Maranhão contemporâneo a partir dos eventos que ocorriam na Inglaterra em sua própria época, em que a atuação de certos grupos como latifundiários e especuladores de terra com grande influência sobre a legislação conseguem agregar aos seus domínios a “melhor parte das comunas” destruindo (ou pelo menos empenhando-se a isso) com isto os “últimos vestígios da autonomia local.

Acerca da solidariedade camponesa, que Shanin (2008) defende como um dos aspectos fundamentais para a garantia da sobrevivência deste grupo, torna-se importante frisar que mesmo as territorialidades não hegemônicas em seus matizes e configurações próprias estão livres de contradições internas e discordâncias, a estratégia de oficialização de uma Associação traria consigo também perspectivas distintas sobre o conduzir dos processos envolvendo a comunidade, os moradores e os representantes do agronegócio, existindo alas que advogassem por uma postura de conciliação, enquanto outras tendiam ao enfrentamento. Ainda assim, tais fatos não foram até o presente momento suficientes para provocar rachas significativos na comunidade ou destruir a resistência que ali se constrói:

As relações de solidariedade e ajuda mútua outrora mencionada também são perceptíveis no território em questão, sendo comuns práticas de amparo no trato das roças a membros da comunidade em situação de doença e demais questões, práticas essas executadas com base somente nas relações solidárias entre os indivíduos e sem perspectiva de ganhos ou benefícios, conforme observado durante o trabalho de campo (Pontes, 2024, p.25)

Scott (2002) chama tais costumes de “formas cotidianas de resistência camponesa”, Cruz (2006) chamará de “consciência costumeira”, a luta que é travada sem o dispêndio de energia ou direcionamento de forças em um sentido contrário, mas valendo-se tão somente do cotidiano. Em relatos colhidos por Pontes (2024), frisa-se a existência de tais estratégias na forma de dissimulações de ignorância ao serem cooptados por agentes do agronegócio para conversas ou negociações.

Mapa 1 – Localização da Baixa Grande, São Bernardo - MA



Fonte: Pontes, 2024

A necessidade de organização para a defesa do território fez a formalização da Associação local florescer, e desta o primeiro ato normativo de garantia da soberania da comunidade sobre as terras, sendo este a realização de um georreferenciamento financiado coletivamente e que segundo os relatos ouvidos, teria sido de grande valia no impedimento da tomada completa da propriedade em um primeiro momento.

Ainda assim, nenhum dos fatos citados livrou de fato a comunidade do terror promovido pela agricultura capitalista. No dia 11 de março de 2024 o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA acolheu uma ação de manutenção/reintegração de posse sobre as terras da comunidade promovida pelos supostos proprietários da terra, na qual os habitantes do território são nominalmente chamados de invasores pelo requerente, e acusados de esbulho possessório, além de se proclamarem “os legítimos possuidores do imóvel há mais de 30 anos” (Pontes, 2024). Ao serem questionados sobre tais fatos, os membros da Associação de moradores, em sua maioria homens acima dos 40 anos de idade alegaram jamais terem visto ou ouvido falar de tais pessoas, tampouco de sua relação com aquelas terras.

Tais fatos foram reconhecidos pela Justiça quando no dia 01 de abril de 2024 fora derrubada a liminar requerida pelos autoproclamados proprietários, além disso, o Poder Judiciário reconheceu nominalmente que a comunidade existira naquelas terras há no mínimo oito décadas, além de precisar sobre sua infraestrutura e equipamentos coletivos e públicos como escola, quadra poliesportiva, e posto de saúde, bem como o reconhecimento de atividades e equipamentos relacionados a produção camponesa como o extrativismo, criação de animais e a existência das casas de forno (Pontes, 2024).

Embora reconheçamos o papel do Estado como instituição responsável pela opressão que recai sobre as territorialidades não hegemônicas, é vital perceber como os camponeses apropriam-se das ferramentas e meios disponibilizadas por esta instituição, como a formalização de uma associação ou de um georreferenciamento, não como forma de uma “libertação”, com toda a conotação revolucionária que essa palavra possa ter, mas como forma de reafirmar sua existência perante a tal instância de poder (Pontes, 2024). Mella (1910) em

seu manifesto destinado aos camponeses, enfatiza a importância de se lutar por dignidade, melhores salários, alimentação, educação etc., este esclarece que um processo revolucionário não ocorre da noite para o dia e que tais lutas além de serem um fator de sobrevivência, também inculcam no camponês o espírito de solidariedade para as lutas que estarão por vir, sem nunca perder a subversão estrutural da sociedade de vista enquanto objetivo.

A situação durante o ano de 2024 pareceu mais ou menos estabilizada, sem maiores avanços ou ataques por parte dos agentes do agronegócio, entretanto a comunidade bem como os órgãos e demais entidades aliadas da luta camponesa não abaixaram sua guarda, sabendo ser questão de tempo até que novos ataques ocorressem, vigorando o princípio da conflitualidade teorizado por Fernandes (2008), em que tanto a reprodução ampliada do capitalismo quanto a política camponesa de construção da sua existência projetam este estado perene de tensão.

No dia 8 de abril de 2025 novos ataques ocorreram a comunidade, porém agora de maneira frontal, valendo-se do uso de tratores e homens armados que se apresentavam como “seguranças privados” (NOVA DEMOCRACIA, 2025). A incursão fora rechaçada pelos próprios camponeses da comunidade armados com suas ferramentas de trabalho, paus e pedras. No dia seguinte ao ocorrido a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, emitiu uma nota em que afirmava apurar os casos por meio da Comissão Estadual de Combate à Violência no Campo e na Cidade (COECV) e do Núcleo de Proteção a Pessoas Ameaçadas (NPPA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialidade camponesa localiza-se no espaço-tempo contemporâneo enquanto territorialidade não hegemônica ao padrão imposto pelo modelo Estado-capital baseado na hierarquização, desigualdade e exploração do território e das pessoas. O capitalismo, em sua sanha de uniformização e eliminação de qualquer vestígio de possibilidade de construção da vida por outros meios, métodos e cosmovisões precisa conformar tais territórios a

sua lógica, suplantando suas formas, tradições e reproduções, usando como estudo de caso a experiência atual que se desenvolve na comunidade Baixa Grande do Meio, localizada no município de São Bernardo, Maranhão.

No Estado do Maranhão como um todo que segue o propósito herdado dos antigos barões de terra e que se manifesta na vontade dos atuais latifundiários, o capitalismo se materializa no campo mais uma vez na forma das monoculturas que por sua vez vem sacar da terra toda forma de organização territorial no espaço que contradiga seu padrão. Observamos como o município em questão insere-se como fronteira a ser desbravada pela expansão da soja, a revelia das culturas alimentares e dinâmicas estabelecidas naquele recorte, num rito que mais uma vez traz o poder político e econômico, e que por sua vez desencadeia violência real e simbólica contra aqueles que ali estão estabelecidos

A territorialidade camponesa constitui muito mais que a mera disposição de elementos no espaço geográfico, é um ordenamento que aponta para a possibilidade de construção de um mundo novo, de novas relações para com o meio, a natureza e entre seres humanos, exemplo de desenvolvimento da autonomia e bem-viver que resiste contra inimigos munidos de aparato bélico, financeiro e político tão somente com as estratégias e métodos dispostos em suas próprias vivências e com a solidariedade daqueles que se sensibilizam com sua luta.

Não é possível a partir da investigação de um caso de resistência territorial apontar caminhos para a construção de novos paradigmas da vida em sociedade, ainda assim, a partir de exemplos como o vivenciado na Baixa Grande do Meio em São Bernardo, podemos começar a tecer a ideia de que a retórica do progresso e do modelo uniforme de existência em sociedade baseada nos ditames do capitalismo e naturalizados como possibilidade única podem não passar de retórica habilmente estabelecida para deslegitimar os mundos que se constroem a muitas mãos nesses territórios.

REFERÊNCIAS

AMADOR, Rafael Barra. **Me organizando posso desorganizar: Resistências e autonomia territorial a partir da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022)

A NOVA DEMOCRACIA. **Moradores da comunidade Baixa Grande do Meio reagem a despejo ilegal**. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/moradores-baixada-grande-despejo/>. Posto online em 23 de abril de 2025. Acesso em 07/09/2025.

BRUZACA, Ruan Didier. Direito das comunidades tradicionais face ao agro-negócio: Análise da tutela de direitos desde resistências a monocultura da soja no Baixo Parnaíba Maranhense. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 129-147, jul./dez. 2020.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. *In: Agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil / Sergio Schlesinger, Sidemar Presotto Nunes e Marcelo Sampaio Carneiro — Rio de Janeiro : FASE, 2008.*

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2023 /** Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : CPT Nacional, 2024. 214 p

COSTA, Artêmio Macedo. **Pelourinho tecnológico: A expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) no contexto do novo imperialismo**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, 2019.

COSTA, Saulo Barros da. **Chapadas e lutas: resistência camponesa no Baixo Parnaíba Maranhense na rota do agronegócio silvicultor – conflitos territoriais e “usos” da natureza / Saulo Barros da Costa. – 2016. 194 f.**

CRUZ, Valter do Carmo. R-Existencias, territorialidades e identidades na Amazônia. **Terra Livre**, Goiânia Ano 22, v. 1, n. 26 p. 63-89 Jan-Jun/2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. **Boletim Dataluta**, V.1, n.3, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/54743>, acesso em: 14/04/2025

GASPAR, R.B. **O eldorado dos gaúchos**: deslocamento de agricultores do Sul do País e seu estabelecimento no Leste Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão** / Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: SEPLAN, 2008.

MELLA, Ricardo. **Aos camponeses**. Ed. Tipografia A Publicidade, Rua Diário de Notícias, 147 a 151, Lisboa, Portugal. 1910.

NABARRO, Sergio Aparecido. Contribuições de Elisee Reclus ao debate sobre questão agrária. **Mercator**, Fortaleza, v.19 , e19026, 2020. ISSN:1984-2201

PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. **Economia maranhense de 1890 a 2010**: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. 2016. 244 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

PONTES, Lucas Henrique Pereira. **A Territorialidade Camponesa Como Possibilidade**: Repensando O Ordenamento Capitalista A Partir da Comunidade Baixa Grande do Meio, São Bernardo – Ma. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, 2024.

PORRO, R; MESQUITA, B.A; SANTOS, I.J.P; **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia**: Vales dos Rios Mearim e Pindaré, Maranhão. Brasília: Editora UNB – Universidade Brasília, 2004.

RODRIGUES, Sávio José Dias; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. Considerações sobre a ideologia do desenvolvimento e a acumulação de terras na microrregião dos gerais de Balsas DOS GERAIS DE BALSAS. **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 31, núm. 1, enero-junio, 2011, pp. 27-40

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS. **Terra em disputa:** O cerco a Baixa Grande do Meio e a face violenta da grilagem no Maranhão. Disponível em: <https://smdh.org.br/terra-em-disputa-o-cerco-a-baixa-grande-do-meio-e-a-face-violenta-da-grilagem-no-maranhao/>. Posto online em 11 de julho de 2025. Acesso em 08/09/2025

SHANIN, Theodor. Lições camponesas. In. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campe sinato e territórios em disputa**. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2008. 23-47p.

SILVA, M. L. **O programa bolsa família e a sua condicionalidade vinculada à educação:** análise do rendimento dos alunos atingidos pelo programa no contexto sociopolítico de São Bernardo – MA. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, 2017.

SOUZA, Ronilson de Oliveira. **No tempo do pega:** Lugares e memórias da Balaiada no ensino de História em São Bernardo – MA. Dissertação (mestrado) – Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Pará – Campus Ananindeua - 2020

TERRITÓRIOS LIVRES DO BAIXO PARNAÍBA. **Suzano Papel Celulose, Vale e MPX enfrentam conflito com 5.228 famílias no Maranhão.** Disponível em: <https://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com/2012/05/suzano-papel-celulose-vale-e-mpx.html>, posto online em: 30 de maio de 2012, acesso em 05/02/24.

ZAAR, Mirian Hermi. A questão agrária na obra geográfica de Élisée Reclus. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 9, n. 3, p. 43-62, dez/2015b.

CAPÍTULO 10

TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA: ESTUDO DE CASO SOBRE A RECRIAÇÃO CAMPONESA EM ASSENTAMENTO RURAL NO MARANHÃO

Henrique Coelho da Silva
Doi: 10.48209/978-65-5417-560-8

INTRODUÇÃO

A questão agrária, no âmbito da Geografia, está relacionada à posse, à propriedade e ao uso da terra e a como as sociedades, no decorrer dos anos, vão se apropriando desse recurso, ou seja, como vai ocorrendo a ocupação humana no território (Stedile, 2005). No âmbito do território capitalista (Oliveira, 1999) brasileiro, a terra se torna uma importante mercadoria, sendo, dessa forma, objeto de disputa e de projetos que envolvem distintos agentes e classes sociais, os quais são, sob essa lógica, constituidores de conflitos.

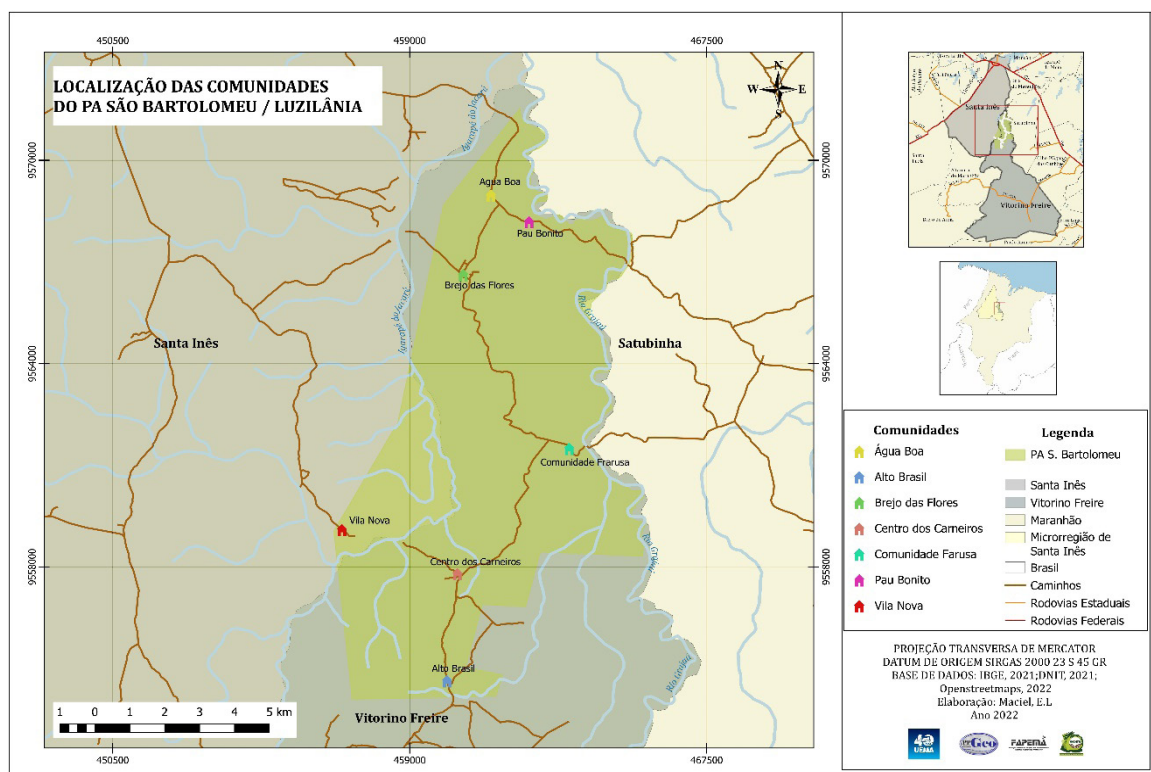
Historicamente, no Brasil e no Maranhão, o território é marcado pela estrutura agrária concentradora de terras, em que a lógica do modo de produção capitalista tem prevalecido, em detrimento de outras lógicas de uso. Nesse contexto, surge a classe social camponesa (Shanin, 1979; Oliveira, 2007; Marques, 2008), para a qual a terra é, antes de tudo, terra de trabalho (Oliveira, 2007), condição fundamental para sua recriação, reprodução social e existência. Assim, os assentamentos rurais têm-se mostrado importantes instrumentos de realização da “reforma agrária”, ainda que de forma limitada. De acordo com Terra (2019, p. 201), “a criação de novos assentamentos rurais, fazendo emergir novas formas de produção, novas práticas e novas configurações da organização do trabalho, constitui elemento de restauração do campo”.

Nessa via, a luta dessa classe para ocupar a terra e nela permanecer é fundamental para delinear a possibilidade de uma vida digna no campo, pois,

“nesse processo, a posse da terra e a liberdade no trabalho são condições necessárias para a recriação de territorialidades fundamentais na constituição da parcela camponesa do território” (Oliveira, 2017a, p. 57).

O presente capítulo, resultante da pesquisa para a elaboração da dissertação de Mestrado, tem como objetivo analisar as formas de trabalho que contribuem para o processo de recriação do campesinato no Projeto de Assentamento São Bartolomeu/Luzilândia, localizado no município de Vitorino Freire - MA (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização do Projeto de Assentamento São Bartolomeu/Luzilândia em Vitorino Freire, no Maranhão



Fonte: Maciel (2022)

O Assentamento em questão é fruto da luta pela terra contra o latifúndio improdutivo, resultante do conflito que teve início quando, na área, havia mais de duzentas famílias de trabalhadores rurais arrendatários que trabalhavam em suas roças e garantiam a reprodução de suas famílias. Porém, o proprietário da fazenda contratou jagunços, com o intuito de intimidar os camponeses e fazê-los abandonar o trabalho na terra.

Diante da intensificação da violência e da ameaça de expulsão, a resistência se organizou. Além dos próprios camponeses, a luta pela terra contou com a fundamental atuação de diversos agentes de apoio, que incluíam representantes da Paróquia de Vitorino Freire e da Diocese de Bacabal, dos movimentos sociais Ação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) e Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA), ambos ligados à referida Diocese, e dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios de Vitorino Freire e Pio XII.

Com extensão territorial de 7.464 hectares, o Projeto de Assentamento São Bartolomeu/Luzilândia foi inicialmente constituído para abrigar 363 famílias. Atualmente, sua população está organizada em sete comunidades: Centro dos Carneiros, Farusa, Alto Brasil, Brejo das Flores, Água Boa, Pau Bonito e Vila Nova. Cabe ressaltar que, embora a comunidade Vila Nova esteja localizada no município de Santa Inês - MA, os dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) — órgão responsável pela promoção do Assentamento — o registram exclusivamente no município de Vitorino Freire, segundo o Relatório Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação (Incra, 2020).

APORTES TEÓRICOS SOBRE O CAMPEsinATO: PERSISTÊNCIA E REcriação

De acordo com Oliveira (2007, p. 08), “o estudo da agricultura sob o modo capitalista de produção tem se caracterizado pelo debate entre muitas correntes de pensamento que dedicam atenção especial ao campo”. O desenvolvimento do capitalismo, ao longo dos séculos, propiciou intensas transformações nas relações de produção na agricultura, gerando a disputa entre classes sociais que utilizam a terra conforme as suas lógicas, de um lado, a extração de capital financeiro, de outro, a reprodução social. Essa disputa é a materialização da questão agrária.

Das classes que disputam a propriedade da terra, este estudo teve como foco o campesinato, motivado pelo fato de que, nas relações de produção no campo sob o modo de produção capitalista, “a força de trabalho familiar tem

um papel muito significativo e vem aumentando numericamente de modo expressivo” (Oliveira, 2007, p. 08).

Dentre as principais correntes de interpretação da realidade agrária nas diversas formações socioeconômicas mundiais, destacam-se as que preveem: o desaparecimento dos camponeses e a modernização dos latifúndios; a permanência das relações feudais; e, por fim, a que compreende a criação e recriação do campesinato como parte inerente da própria dinâmica do capitalismo.

De acordo com a primeira teoria, a supressão do campesinato ocorreria por meio do processo de “diferenciação interna”, em que os camponeses, conforme suas condições de trabalho, se tornariam mais pobres ou mais ricos, formando duas classes distintas. As grandes propriedades, por sua vez, se modernizariam, tornando-se empresas capitalistas, com interesses comuns, tendo os camponeses pobres como trabalhadores assalariados.

Para os que consideram a permanência das relações feudais, a penetração das relações capitalistas no campo teria como consequência a separação do camponês de seu meio de produção, em três fases consecutivas: a destruição da economia natural e a transformação do camponês em produtor individual, extinguindo-se o vínculo comunitário; o abandono da produção doméstica e a transformação do camponês em apenas produtor; e o endividamento decorrente dos altos preços exigidos pelo mercado e dos baixos preços ofertados pela sua produção, que obrigaria o camponês, sem retorno financeiro, a vender seu meio de produção, a terra, transformando-se em assalariado.

As duas teorias foram produtos de pesquisa de economistas clássicos (Marx, 1989; Kautsky, 1986; Lênin, 1985), os quais, ao analisarem as realidades observadas, e a partir de suas formulações teóricas, entenderam que o movimento de expansão do capital sobre o campo, inevitavelmente, levaria os camponeses, que tinham na terra o seu principal meio de sobrevivência, a se tornar assalariados, o que só seria evitado com uma profunda mudança na estrutura agrária dos territórios nacionais observados pelos autores e, também, com a substituição dos latifúndios por pequenas propriedades camponesas.

Se, por um lado, é bem verdade que camponeses sem condições materiais não sejam capazes de enfrentar o latifúndio, que detém poder aquisitivo

e patrocínio do Estado, por outro, os economistas clássicos não consideraram o fato de que o campesinato não constitui um elemento do passado, fadado ao desaparecimento, mas uma classe social que se reinventa constantemente e permanece nos dias atuais. Com a proposição da teoria de criação e recriação do campesinato, “estudiosos da agricultura tem buscado a explicação não só para a permanência, como também para o aumento do campesinato na agricultura, no próprio processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção” (Oliveira, 2007, p.11). Ou seja, o próprio capital cria e reconstitui relações de produção que não seguem integralmente sua lógica de produção.

Precursor dessa discussão teórica, Chayanov (1981) rebateu veementemente os economistas clássicos citados. Segundo Gonçalves (2017), a teoria chayanoviana trabalhou em prol dos camponeses “por entender que os debates científicos e políticos no seio do marxismo [...] estavam contaminados por uma visão economicista, que ofuscava a capacidade de compreender o campesinato como organização social superior, sobretudo pelo processo de concentração das terras e aposta na coletivização das terras” (Gonçalves, 2017, p. 238). Para Chayanov

Na moderna teoria da economia nacional tornou-se costume pensar todos os fenômenos econômicos exclusivamente em termos de economia capitalista. Todos os princípios de nossa teoria – renda da terra, capital, preço e outras categorias – formaram-se dentro do marco de uma economia baseada no trabalho assalariado, que busca maximizar lucros (ou seja, a quantidade máxima da parcela de renda bruta que resta, após se deduzirem os custos materiais de produção e os salários). Todos os demais tipos (não capitalistas) de vida econômica são vistas como insignificantes, ou **em extinção; no mínimo considera-se que não têm influência sobre as questões** básicas da economia moderna e não apresentam, portanto, interesse teórico. (Chayanov, 1981, p. 133, grifos do autor)

Um princípio fundamental observado pelo autor é que, nas unidades camponesas, a produção na agricultura tinha como racionalidade a satisfação das necessidades dos membros da família, e esse é “o caráter diferencial que permitiu historicamente ao campesinato existir e atravessar qualquer sistema econômico, seja ele capitalista ou feudal” (Gonçalves, 2017, p. 240).

O que permitiu à classe camponesa atravessar diversas crises econômicas em diferentes períodos históricos e não apenas sobreviver, mas se multiplicar, foi a resistência, a luta pela terra e a reivindicação da reforma agrária. Como confirma Nóbrega (2020), “a resistência camponesa se constrói no dia a dia, nas batalhas e nas disputas por terra, na defesa de bens naturais e de territórios, na luta por melhores condições de trabalho, na permanência dos seus ritos e das suas festas, no resguardo da terra e também na colheita de grãos e frutos”.

No período contemporâneo, um fator importante a ser considerado é a complexidade da identidade do campesinato, principalmente a partir do século XX e das décadas iniciais do XXI, em que a classe social camponesa revela uma autêntica capacidade de adaptação aos novos contextos que se apresentam. De acordo com Shanin,

A resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos. (Shanin, 2008, p. 25)

Como classe social e por meio de seu modo de vida, nas diferentes porções do território conquistadas, o campesinato se recria na atualidade, no interior do sistema capitalista, tendo como base os elementos estruturais: a força de trabalho familiar; a ajuda mútua; a parceria; o trabalho acessório; a jornada de trabalho assalariado; a socialização do camponês; a propriedade da terra; a propriedade dos meios de produção; e a jornada de trabalho (Tavares dos Santos, 1978; Oliveira, 2007). A produção camponesa, cuja racionalidade está fundamentada no tripé terra, trabalho e família, articula esses elementos estruturais, mas ainda que eles representem uma similaridade entre camponeses, não podemos perder de vista, como aponta Shanin (2005, p. 01), que esses sujeitos “diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo”.

Através do trabalho de campo, das entrevistas, observações e vivência, foi possível perceber tais elementos estruturantes do modo de vida camponês, bem como a lógica da produção familiar. É através da produção e das relações familiares, de vizinhança e do trabalho, entre outras, que o campesinato garante sua reprodução no Assentamento São Bartolomeu/Luzilândia.

A RECRIAÇÃO NA PRÁTICA: MODO DE VIDA E PRODUÇÃO PARA SUBSISTÊNCIA NO ASSENTAMENTO

Já pontuamos que a agricultura camponesa se difere da agricultura capitalista, pois não há, na primeira, a lógica para a acumulação de capital. O camponês produz prioritariamente para a subsistência familiar, regido pelo equilíbrio entre trabalho e consumo, e tem sua produção fundamentada no tripé terra, trabalho e família. Para Woortmann (1990), nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Essas categorias materiais, por sua vez, se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia.

Os diversos trabalhos exercidos pelos camponeses do Assentamento São Bartolomeu/Luzilândia na agricultura, na pesca, no extrativismo, entre outros, requerem um saber especial, próprio do modo de vida camponês, “algo que não se aprende na universidade. Só se aprende com os seus pais” (Shanin, 2008, p. 41). Os saberes dos sujeitos do campo, para Guedes (2021, p. 20), “são criativos e informalmente sistematizados, tanto que se aprende a conviver com os distintos ambientes estudando os segredos da natureza nos trabalhos do cotidiano”. Além do saber manejar corretamente as ferramentas de trabalho, o camponês aprende a respeitar o tempo da natureza, pois necessita dela para exercer sua atividade. É da natureza que ele sobrevive e, por isso, não pode agredi-la.

A produção de uma família é realizada na propriedade familiar, que constitui, portanto, a terra de trabalho. Cada família do Assentamento possuía 24 hectares de terra, conforme foi estabelecido na divisão realizada no período inicial de sua constituição. Na atualidade, as situações das famílias assentadas são diversas: algumas estão no local desde o período inicial da luta; outras adquiriram lotes mediante compra; e há, ainda, aqueles que os camponeses denominam fazendeiros, os proprietários de mais de um lote que se ocupam, predominante, da criação de bovinos. Os diálogos com as famílias permitiram-nos identificar a lógica da produção e os elementos estruturais do modo de

vida camponês, de que são pequena amostra os relatos de camponeses das comunidades Brejo das Flores e Alto Brasil:

Aqui a gente trabalha pra gente mesmo né, pro consumo nosso, aí a gente vende um pouquinho né, pra tirar a despesa mesmo da gente, nós tem energia que nós tem que pagar, tem a internet que tem que paga todo mês né, tem as compras das lojas, tem a feira, a gente tem que ter o dinheirinho da gente viu, tem também um remédio que as vezes precisa. (Entrevistado 01, Sr. A., Comunidade Pau Bonito, set/2022)

É assim, a maioria do que a gente produz é pra comer né, a gente planta arroz, feijão, mandioca, macaxeira esses são o que é mais plantado, aí no meio da roça a gente planta um quiabo, maxixe, um cuxá e tem gente que planta batata, amendoim e tem mais coisa, aí de vez em quando a gente vende uma parte né, pra compra as outras coisas, para pagar uma conta, tem gente que recebe um dinheirinho do governo, aí ajuda né, mas quem não recebe é só assim mesmo, na roça, na casa de forno, faz um trabalho ali pra um pra tirar uma diária e por aí vai. (Entrevistado 02, Sr. R.N., Comunidade Brejo das Flores, jul/2022)

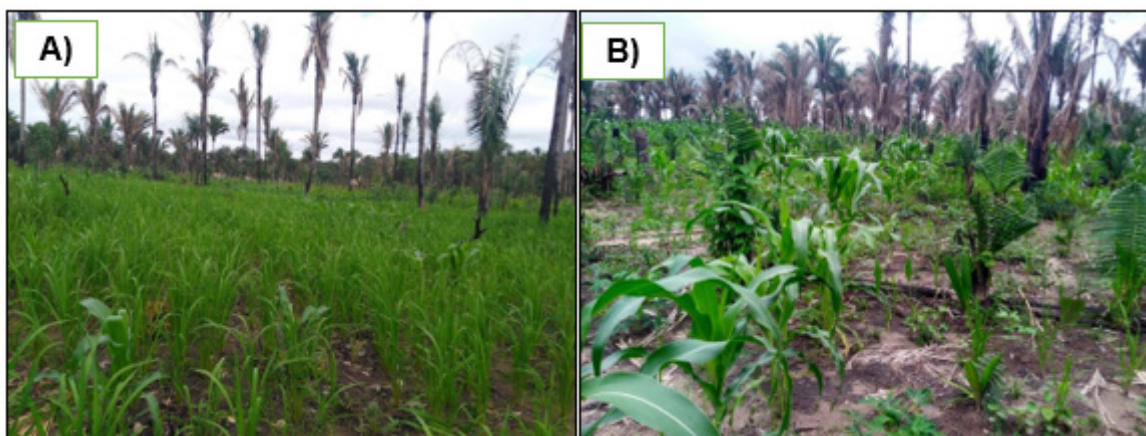
Tudo que nós planta é pra comer. É o arroz, é o feijão né, é o milho que a gente come quando tá no ponto e o seco a gente dá pros bichos, é a mandioca pra fazer a farinha pra gente comer, tem gente que vende pra fora, pra Santa Inês, tem gente que é só pra comer mesmo né, tem dificuldade, tem, mas a gente não vai morrer de fome por causa da dificuldade, aí a gente planta, faz roça, cria uma galinha, um porco, quem cria gado é bom, né, mais a gente aqui não, é mais essas coisinhas assim viu, tem gente que trabalha na juquira, fazendo cerca pra um fazendeiro, pra pegar uma diária e ajudar porque nem sempre a gente tem, aí tem que se virar, mas a gente não passa fome, aqui em casa não, viu, eu boto tudin pra trabalhar. (Entrevistado 03, Sr. F.S., Comunidade Alto Brasil, jan/ 2021)

Nos fragmentos das narrativas desses entrevistados, é possível perceber que a produção camponesa, no Assentamento, decorre fundamentalmente da força de trabalho familiar. As diferentes atividades desenvolvidas pelos membros da família são, entre outras: o preparo da terra para o plantio de culturas; a capina nos roçados; e a criação de animais, de grande porte (bovinos) ou de pequeno porte (aves e suínos, mais comumente). Do preparo da terra até a colheita das culturas, o trabalho depende, principalmente da mão de obra familiar, mas pode incluir também o trabalho assalariado, quando o camponês dispõe de recurso financeiro para pagar trabalhadores. Na ausência dessa condição, recorre à ajuda mútua, através da troca de diária,

conforme relata o camponês: *quando dá pra pagar, a gente paga no dinheiro, aí quando não tem, a gente troca um dia, tipo assim, tu trabalha pra mim um dia e quando tu precisar eu vou pagar trabalhando pra tu* (Entrevistado 04, Sr.D., Comunidade Pau Bonito, set/2022). Tal arranjo só é possível, devido às relações sociais mais próximas de vizinhança, família e compadrio.

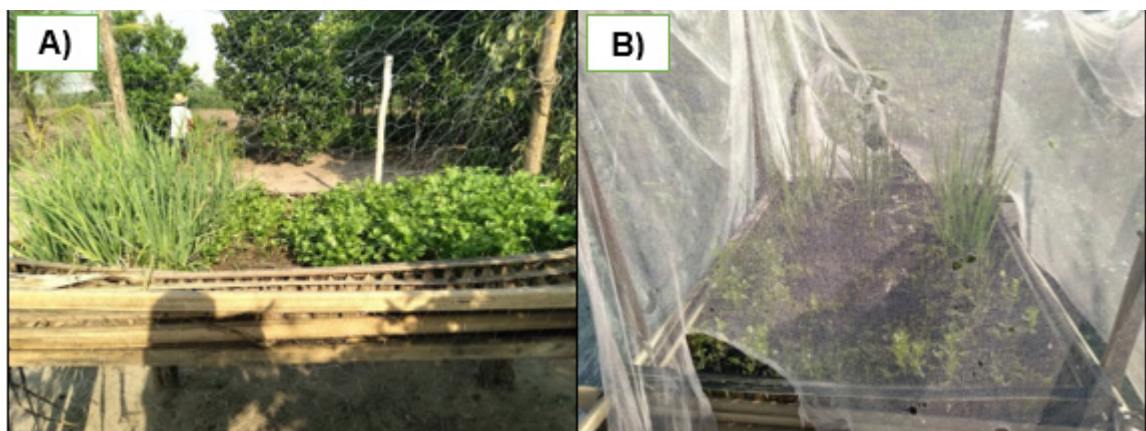
A produção dos camponeses é diversificada, como já mencionado nas falas dos entrevistados. Além do plantio de culturas tradicionais (arroz, milho, feijão e mandioca) (Figura 2), há também a coleta de frutas e o cultivo de hortaliças em canteiros, realizado pelas mulheres (Figura 3). A diversidade de culturas garante o sustento da família, a soberania alimentar e a reprodução social.

Figura 2 – Plantação de arroz e de milho



Fonte: Silva (2022)

Figura 3 – Plantio de hortaliças em canteiros



Fonte: Silva (2022)

A divisão do trabalho considera, além da hierarquia familiar, a força exigida em cada atividade. As mais pesadas são exercidas pelos homens, como o preparo da terra, que consiste na limpeza do local da roça. Mulheres e crianças participam da colheita, atividade que exige muitos braços, pois a demora em sua consecução significa a perda de parte da produção.

Outra atividade fundamental realizada pelos camponeses é a produção de derivados da mandioca, principalmente farinha e tapioca, realizada em casas de forno (Figura 4), comumente conhecidas como casas de farinha. No período inicial da constituição do Assentamento, as primeiras casas de forno pertenciam a todos os moradores e eram de uso coletivo, porém, no decorrer dos anos, essa relação foi desfeita devido a questões internas das comunidades e, segundo muitos camponeses, o rompimento do arranjo original se deu em função de discordâncias quanto à administração desses espaços de trabalho.

Na atualidade, em todas as comunidades, muitas famílias dispõem de casas de forno, cujas ferramentas foram sendo adquiridas ao longo dos anos, por meio de empréstimos (Pronaf), ou de economia própria. A família proprietária cede o espaço de trabalho para que outras famílias possam produzir, mediante um pagamento que gira em torno de 10% da produção: se uma família produz 10kg de farinha ou tapioca, 1kg pertence à família proprietária da casa de forno; se são 20kg, o pagamento é de 2kg, e assim por diante.

Figura 4 – Produção em casa de forno



Fonte: Silva (2022)

Destacam-se, igualmente, a atividade extrativa destinada à comercialização, principalmente da amêndoa do coco babaçu, e a pesca artesanal, realizada no Rio Grajaú e em Igarapés. Há ainda, com menor expressividade, a extração da juçara e do buriti, exclusivamente para o consumo.

Todas as formas de trabalho citadas – plantio de culturas nas roças, pesca artesanal, extrativismo e produção de farinha – são desempenhadas pelas famílias camponesas nas diversas comunidades do Assentamento. As tarefas são divididas entre os familiares, e cada membro contribui para o bom funcionamento da unidade de produção camponesa. Nesse processo, ocorre a socialização do camponês, e as crianças, iniciadas no trabalho do campo, dão sua parcela de contribuição.

Os diferentes trabalhos desempenhados pelos familiares são, portanto, uma combinação de vários elementos que requerem um saber especial, próprio do modo de vida do campesinato. Para Shanin (2008, p. 41), “a verdadeira característica e definição dos camponeses tem como um de seus fundamentos essa natureza especial do campesinato, que nunca é uma coisa só, é sempre uma combinação”, que resulta na diversidade alimentar para o sustento do grupo familiar e, conseqüentemente, na soberania alimentar das famílias assentadas.

Todavia, como o camponês não produz tudo aquilo de que necessita para assegurar a alimentação e a reprodução social de sua família, ele recorre, às vezes, a outras estratégias, para sobreviver e permanecer um sujeito do campo, subordinando-se ao sistema capitalista, seja comercializando sua produção, seja realizando trabalho temporário em outros setores.

A SUBORDINAÇÃO NECESSÁRIA: COMERCIALIZAÇÃO E TRABALHO ACESSÓRIO

O camponês não é capaz de produzir tudo aquilo de que necessita para suprir suas necessidades e de sua família, portanto, para existir, precisa se integrar ao sistema capitalista, uma vez que, “como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos

agrícolas” (Oliveira, 2007, p. 21). Além das ferramentas (foice, machado, enxada, pulverizador etc.), por exemplo, insumos também são adquiridos fora da propriedade familiar, como os defensivos, utilizados para evitar que pragas ataquem a plantação, assim como sementes, quando as produzidas na propriedade não são suficientes.

Paralelamente à aquisição dos itens de que precisa, o camponês, por sua vez, comercializa o excedente de sua produção, como os derivados da mandioca preparados na casa de forno. Reservada parte para o consumo familiar, o restante é vendido para moradores vizinhos que não trabalham com esse produto, para comerciantes dos municípios de Santa Inês e Vitorino Freire e, ainda, para outros municípios e comunidades, quando há procura e disponibilidade de excedentes. Outro produto comercializado no Assentamento é a amêndoa do coco babaçu, extraído pelas camponesas. No período da pesquisa, o valor oferecido era de R\$ 1,80 por quilo de amêndoa, podendo ser maior ou menor, conforme a demanda do produto. O pescado também é comercializado, e o preço pode variar de acordo com a espécie, o tamanho e a quantidade.

Outra forma de subordinação do campesinato ao capital é quando, “o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho” (Oliveira, 2007, p. 41). No Assentamento São Bartolomeu/Luzilândia, atividades que garantem recursos monetários e, igualmente, a reprodução familiar dos camponeses fazem parte de seu cotidiano, como a comercialização de parte da produção e o trabalho acessório, desenvolvido, em geral, nas propriedades dos chamados fazendeiros, o qual consiste, entre outros serviços, na instalação e/ou conserto de cercas, na atividade de vaqueiro, no plantio do capim e no corte da juquirá, pagos por diária trabalhada, que varia entre R\$ 50,00 e R\$ 60,00. Isso ocorre quando, embora o fazendeiro já tenha trabalhadores fixos para exercerem essas atividades há algum tempo, o volume de serviço aumenta, demandando mais mão de obra.

Aspecto importante a relatar, mesmo não sendo regra geral, é o fato de que em algumas comunidades, os serviços que precisam ser realizados sob radiação solar intensa ocupam apenas o período da manhã. Essa particularidade, identificada nas narrativas de alguns trabalhadores, corrobora a assertiva de

Shanin (2008, p. 30), quando afirma que os camponeses “são capazes de escolher sua própria maneira de descansar”, ainda que, no caso em apreço, estejam exercendo trabalho remunerado, demonstrando que, por um consenso, os camponeses ditam suas regras de trabalho.

Embora não ocorra com frequência, o deslocamento para trabalhar em locais mais distantes também faz parte da vida dos camponeses deste estudo, os quais se dirigem a outras cidades do Maranhão ou mesmo a outros estados do Brasil, onde vão prestar serviços em fazendas ou garimpos. Durante as entrevistas realizadas na comunidade Farusa, nos foi relatado que dois chefes de família estavam trabalhando no garimpo, um deles, pela segunda vez. Um dos entrevistados na comunidade Água Boa, informou:

Olha, tem gente que vão sim trabalhar fora em fazenda né, passa um tempo e depois volta, porque deixou a mulher e os filho né e saiu pra conseguir dinheiro pra sustentar a família, tem gente que vai pra banda do Pará ou fica aqui mesmo no Maranhão, eu mesmo já trabalhei assim, trabalhei em Açailândia e Imperatriz em fazenda, trabalhei no garimpo também, lá na Serrinha que chama lá pro lado do Maracaçumé, mas como eu já sou velho, eu não vou mais, agora eu deixo pros novo ir. (Entrevistado 5, Sr. M., Água Boa, set/2022)

Como elemento estruturante do modo de vida do camponês, o trabalho acessório é uma estratégia que o sujeito usa para poder garantir o sustento da família quando a sua produção no lote já não é suficiente. Ele “constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa” (Oliveira, 2007, p. 41), garantindo assim, a reprodução social do campesinato, como se constatou no Assentamento em questão.

As atividades desenvolvidas pelas famílias das comunidades não se restringem, porém, às descritas anteriormente. Enquanto algumas se ocupam somente da lida no campo, outras vivem apenas de trabalho assalariado, demonstrando serem diversas as situações de cada núcleo familiar e as estratégias que garantem a sobrevivência e a reprodução social das famílias camponesas do Assentamento analisado.

Há algumas que trabalham apenas na casa de forno e realizam a pesca; outras se ocupam do plantio na roça, da extração do babaçu e da pesca. Além

das que se dedicam mais diretamente ao trabalho camponês, existem famílias que possuem pequenos comércios, onde vendem algum produto de que o Assentamento não dispõe: gasolina, frango de granja, gás de cozinha etc. Entre os assalariados, estão os funcionários públicos, professores, zeladores e agentes comunitários de saúde que realizam a manutenção do serviço público nas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade de estratégias de trabalho e renda desenvolvidas pelos seus moradores evidencia a importância do Assentamento, como conquista e projeto de “reforma agrária”. Seja no trabalho estritamente camponês, na pluriatividade ou no emprego assalariado, o acesso à terra criou a base material indispensável para que as famílias camponesas organizassem sua vida produtiva em condições materiais significativamente melhores, se comparadas à insegurança da condição de posseiro, arrendatário ou assalariado sem-terra.

Diante do exposto, conclui-se que a constituição de um assentamento rural, além de garantir o acesso à terra aos camponeses, promove a possibilidade de se dedicarem a diferentes tipos de trabalho e, sobretudo, de as famílias definirem seus próprios rumos, sua reprodução social e a construção de um projeto de vida digno no campo, atestando a recriação da classe camponesa dentro do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

CHAYANOV, Alexander Vasiljevich. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José G. e STOLCKE, Verona (orgs). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GONÇALVES, Sérgio. Bases Teóricas da Questão Agrária e o Debate sobre os Camponeses e o Campesinato. In: GONÇALVES, S; ENGELMANN, S. I; BEZERRA, J. P. P. (Org.). **Trajetórias Científicas**. Teodoro Sampaio: Geographise, 2017, p. 221-250.

GUEDES, Eneias Barbosa. **Territorialidades em Tensão**: processos e disputas por territorialização na Amazônia. São Paulo, 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. 2021.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA** (UNESP), v. 11, p. 57-67, 2008.

NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. **Geografias das resistências**: batalhas camponesas do século XXI nas Regiões do Bico do Papagaio e Cerrados Sul Maranhenses. Campinas – SP, 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A recriação camponesa em assentamentos rurais**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos rumos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA** - Presidente Prudente. Ano 8, nº. 07. Julho/Dez de 2005.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: **Expressão Popular**, 2008. p. 23-47.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional de 1500 a 1960. Vol. 1. SP: Expressão Popular, 2005.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (1978) **Colonos do vinho**, Hucitec, São Paulo.

TERRA, Ademir. A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais. **Revista Nera** (UNESP), v. 22, p. 190-205, 2019.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguceia**: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

CAPÍTULO 11

DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL NO PROJETO DE ASSENTAMENTO ALDEIA, EM BACABAL - MA

Ana Clara Silva Costa

Antonio José de Araújo Ferreira

César Augustus Labre Lemos de Freitas

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-A

Resumo: Historicamente, as civilizações utilizam e extraem seus principais recursos da coleta, da pesca e da cultura de vegetais de ciclo curto nas várzeas ou de ciclo mais longos como nas restingas. A dinâmica socioambiental refere-se à interação constante e complexa entre a sociedade e o ambiente. É de extrema importância levar essas discussões para áreas de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, pois as pessoas que habitam esses lugares dependem inteiramente do meio ambiente para sua sobrevivência. O PA Aldeia, localizado em Bacabal - MA, foi selecionado para aplicabilidade dessa discussão, com ênfase na dinâmica socioambiental. Para tanto, levou-se a cabo os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico e documental; duas etapas de campo entre os dias 30 a 02 de fevereiro de 2023 e a segunda etapa de campo que foi nos dias 5 a 8 de junho de 2023; observação direta intensiva; entrevistas não padronizadas; e registro fotográfico; elaboração de mapa de uso e cobertura da terra do PA Aldeia, escala 1:15.000. Os resultados revelam que o PA Aldeia é mais antigo que a cidade de Bacabal e as principais atividades que causam impactos ambientais são queimadas para roça, supressão da vegetação e queima de resíduos sólidos nos quintais. Conclui-se que os beneficiários do PA Aldeia priorizam preservar o meio ambiente e particularmente a Área de Reserva, passando isso de geração para geração, pois são famílias que sobrevivem da agricultura, coleta e pesca, sendo que o turismo pode ser uma atividade que complemente a renda.

Palavras-chave: Dinâmica Socioambiental; Impactos ambientais; PA Aldeia; Turismo.

Abstract: Historically, civilizations use and extract their main resources from collecting, fishing and growing vegetables with a short cycle in the floodplains or with longer cycles, such as in the restingas. Socio-environmental dynamics refers to the constant and complex interaction between society and the environment. It is extremely important to take these discussions to areas of Agrarian Reform Settlement Projects, as the people who inhabit these places depend entirely on the environment for their survival. PA Aldeia, located in Bacabal - MA, was selected for the applicability of this discussion, with an emphasis on socio-environmental dynamics. To this end, the following methodological procedures were carried out: bibliographic and documentary survey; two field stages between February 30th and 2nd, 2023 and the second field stage which was from June 5th to 8th, 2023; intensive direct observation; non-standardized interviews; and photographic records; preparation of land use and coverage map of PA Aldeia, scale 1:15,000. The results reveal that PA Aldeia is older than the city of Bacabal and the main activities that cause environmental impacts are burning for fields, suppression of vegetation and burning of solid waste in backyards. It is concluded that the beneficiaries of PA Aldeia prioritize preserving the environment and particularly the Reserve Area, passing this from generation to generation, as they are families that survive from agriculture, collecting and fishing, and tourism can be an activity that complements the income.

Keywords: Socio-environmental Dynamics; PA Village; Environmental impacts; Tourism.

INTRODUÇÃO

A relação entre o Sociedade e o Espaço implica que de um lado o ser humano depende do meio ambiente para existir/sobreviver, sendo que através dela extrai o necessário para sua alimentação, para se abrigar e proteger; de outro, emerge de forma gradativa a intervenção mediada pela técnica que impõe transformações e artificializações ao ambiente natural (Santos, 1996). Assim, a evolução da humanidade revela novas necessidades, de maneira que o homem começou a se tornar dominador e a explorar cada vez mais o meio em que vive.

Por conseguinte, verificaram-se mudanças econômicas, sociais e ambientais, sobretudo no século XX e nas primeiras três décadas do século XXI, as quais concorreram para imposição de novos usos e valores socioculturais no campo e na cidade. Contudo, surgiu a preocupação com a garantia do bem-estar das futuras gerações, uma vez que se começou a debater a necessidade de levar em conta a preservação do meio ambiente e também a diminuição das desigualdades sociais e regionais.

Nesse caso, uma das alternativas para reduzir as desigualdades sociais deriva dos projetos de assentamentos rurais, que são conjuntos de unidade agrícolas, destinadas a uma família de agricultor ou trabalhador rural, que não apresenta condições econômicas para adquirir um imóvel rural (INCRA, 2023).

Ante a recorrência dos conflitos no campo brasileiro (Oliveira, 2020) em que o Maranhão se sobressai (CPT, 2023; INCRA, 2024), aliada aos projetos de assentamentos levados a efeito nessa unidade subnacional, houve necessidade de se proceder a um recorte empírico a partir do Projeto denominado Termo de Execução Descentralizada (TED) “Apoio à elaboração, implantação e gestão de agroindústrias: geração de emprego e renda em Áreas de Reforma Agrária nas regiões Norte e Nordeste – Brasil”, sob a responsabilidade do INCRA e da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Nesse caso, objetiva-se analisar dados e informações de cunho socioambiental relativos ao Projeto de Assentamento (PA) Aldeia, que se localiza no município de Bacabal e está inserido na área de atuação do supracitado TED INCRA/UFMA.

Excluindo essa Introdução, o texto foi dividido em três partes: a primeira apresenta a Metodologia em que são explicitados os procedimentos levados a cabo; a segunda parte apresenta os Resultados e Discussão, destacando a localização e acesso ao PA Aldeia, o contexto histórico de sua formação, o uso e a cobertura da terra, os impactos ambientais, e o turismo com alternativa; as conclusões e recomendações constituem a terceira parte.

METODOLOGIA

Tendo em vista a magnitude dos impactos antrópicos no meio ambiente, é importante o desenvolvimento de uma metodologia com intuito de analisar de forma mais precisa os aspectos positivos e os negativos que podem ser diretos ou indiretos com respostas a médio e a longo prazos, de forma temporárias e/ou permanentes os quais refletem a dinâmica de determinado recorte espacial (Sánchez, 2008).

Em se tratando de impactos ambientais em projetos de reforma agrária no Brasil, existe literatura que analisa diversas realidades, a exemplo de Minas Gerais (Durante *et al.*, 2020), Mato Grosso (Silva, 2018), Rio Grande do Norte (Lima; Lopes, 2012), sendo que Michaliszyn (2002) enaltece “planejamento agrário e gestão ambiental em projetos e assentamentos de reforma agrária”, Sousa e Alencar (2020) propõem cinco eixos estratégicos que podem ser aplicados em “Assentamentos Sustentáveis na Amazônia” a partir da agricultura familiar. Na escala do estado do Maranhão, tal assunto é recorrente face à concentração de terras e conflitos no campo (Ferreira, 2008; INCRA, 2024). Os problemas ambientais têm sido estudados, sendo que Brasil (1991) elencou seus “principais problemas ambientais”, IMESC (2009) faz alusão a indicadores ambientais enquanto mais recentemente a análise se ateve ao Bioma Amazônico (IMESC, 2019) e ao Bioma Cerrado e Sistema Costeiro (2021) nos quais, respectivamente, localizam-se 678 e 412 projetos de assentamento de reforma agrária.

Nesse contexto e como forma de agregar/interpretar dados e informações, utilizou-se a matriz de Leopold, que é sintetizada em uma tabela composta por duas listas que são organizadas em linhas e colunas, elencando as ações mais relevantes no ambiente com a finalidade de cruzar os componentes ou elementos do sistema ambiental, culminando em 88 variáveis que podem ser afetadas por 100 ações humanas possíveis de descaracterizar o meio ambiente. Assim, o objetivo principal é descrever as interações provocadas e as que poderão acontecer na dinâmica da sociedade e natureza (Cavalcante; Leite, 2011).

Para a elaboração desse texto levaram-se a efeito os seguintes procedimentos metodológicos: Levantamento bibliográfico com ênfase em consulta a periódicos, relatórios técnicos, monografias, dissertações e teses, além de conhecimento local, com a finalidade de obter informações e dados concernentes aos municípios de Bacabal e ao Projeto de Assentamento Aldeia; Levantamento documental na Cúria Diocesana de Bacabal; Análise de dados e informações disponíveis em órgãos oficiais (IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Superintendência do INCRA no Maranhão - SR-12), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bacabal, e Associação de Moradores do PA Aldeia; Realização de duas etapas de campo (30/01 a 02/02/2023; 05 a 08/06/2023), as quais tiveram o propósito de proceder observação direta intensiva, levantar dados e informações relativas aos impactos ambientais, realizar entrevistas não padronizadas com beneficiários e representantes do PA visitado, bem como fazer registro fotográfico e elaborar matriz de impactos para o citado Projeto de Assentamento; Elaboração de mapa de uso e cobertura da terra do PA Aldeia, na escala de 1:15.000, baseado na planta georreferenciada do imóvel, utilizando o sistema QGIS; Identificação, seleção, análise e interpretação dos dados e informações obtidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

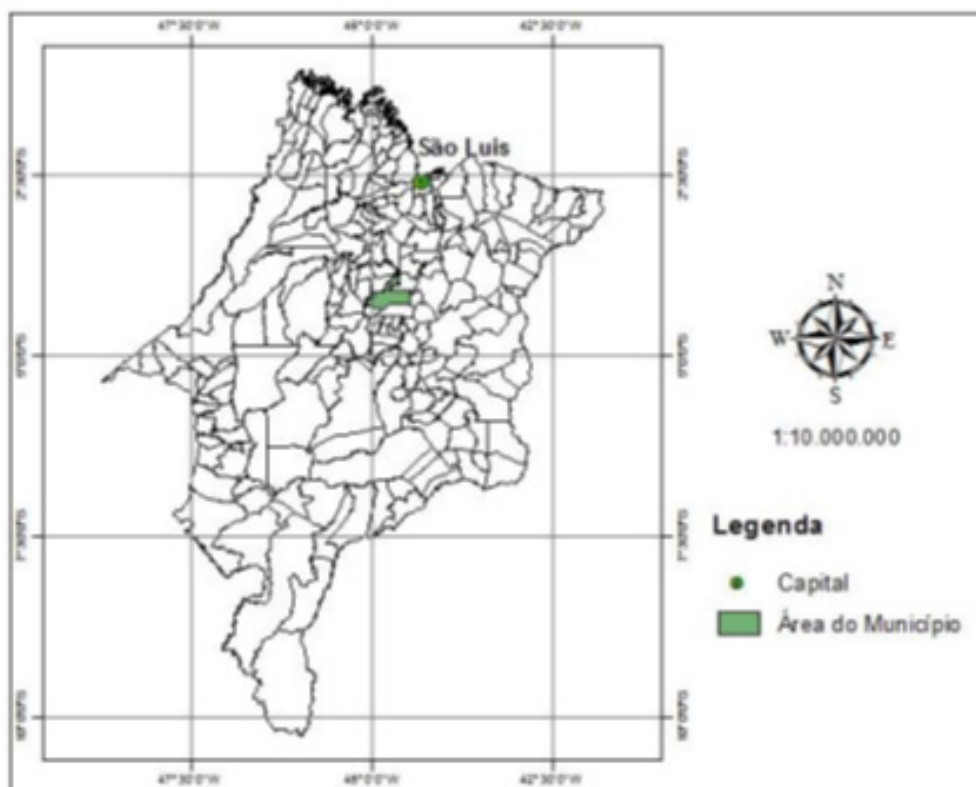
A importância da discussão da dinâmica socioambiental ancora-se na procura por medidas que possam minimizar os danos causados pela ação humana (Moraes, 1994). Nesse caso, os pequenos produtores rurais, particularmente os locados em projetos de assentamentos precisam ter acesso a informações e conhecimento que almejem ao melhoramento de suas atividades para que, assim, possam contribuir para o fortalecimento do meio em que vivem.

Localização e Acesso

O Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Aldeia está localizado no município de Bacabal. Este, abrange uma área territorial de 1.656.736 km² e fica a 249 km da capital maranhense, São Luís, cujo percurso implica em

deslocamento de 209 km pela rodovia BR 135 até a cidade de Alto Alegre do Maranhão, de onde segue mais 40 km pela BR 316 até a sede municipal em tela (Figura 1). Segundo o censo de 2010, a população dessa unidade subnacional equivalia a 100.019 habitantes e no censo de 2022 a população correspondeu a 103.711 moradores (IBGE, 2023).

Figura 1 – Localização do município de Bacabal no Maranhão



Fonte: Correia Filho (2011).

O PA Aldeia está inserido no Bioma Amazônico, ocupa 543,7455 hectares¹, e é composto pelo povoado Aldeia do Odino, em que vivem 53 famílias. Dista 8 km da sede de Bacabal pela BR 316 no sentido de Santa Inês, defletindo à esquerda e percorrendo mais 3 km pela MA 245 na direção da cidade denominada Lago do Junco (Figura 2).

¹ De acordo com registro CAR: MA-2101202-CFB0.51F0.410D.4E18.9A23.2314.C3C9.BA17, de 26/06/2015 (BRASIL, 2015).

Figura 2 – Imagem aérea do PA Aldeia, Bacabal – MA



Fonte: Google Earth (26/07/2021).

Contexto histórico do PA Aldeia

Aldeia sempre teve uma relação muito próxima com o meio ambiente, pois antes de ser denominada Projeto de Assentamento de Reforma Agrária era ocupada pela etnia indígena Pataxós; ao longo do povoamento daquelas terras, as pessoas que ali habitavam sofreram com diversas tentativas de tomada daquele lugar, sobretudo, por parte de fazendeiros que faziam de tudo para expulsá-los.

Segundo a Cúria Diocesana de Bacabal e da Vice Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, as famílias que habitam o povoado eram descendentes dos antigos moradores, ou seja, do povo originário Pataxós. Quando os primeiros posseiros chegaram e se estabeleceram, não encontraram ninguém na área em que hoje se encontra o povoado Aldeia, bem como nas terras que lhe são circunvizinhas, pois ali constituía-se de mata livre, tratava-se de terras devolutas, uma vez que ninguém lhe disputava a propriedade, ou sua posse (RELATÓRIO, 1984). Ressalta-se que de acordo com Costa (2023), o fato de ter sido encontrada sepultura de moradora que viveu até 1881 comprova que o povoado Aldeia é mais antigo que o próprio Bacabal, cujo termo foi criado em 17/04/1920 e o município foi instituído pelo Decreto-Lei nº 159, de 06/12/1938.

De acordo com Lima (2018), essas terras pertenciam ao Estado do Maranhão, mas em 1940 foram usucapidas por Porcínia Crescêncio Lemos, a qual alguns anos depois as vendeu para Jamil Vieira Santos. Este, em busca de aumentar suas terras, ampliou a demarcação de sua área, sem o consentimento dos posseiros que ali viviam, dando a entender que ali houve o processo de grilagem da área do povoado e das áreas circunvizinhas. Essas terras ainda pertenceram a uma empresa, que comercializava o coco babaçu; durante esse tempo houve grandes derrubadas das palmeiras do babaçu, mas logo esse contexto de derrubadas dessa palmácea foi substituído por pastos para o gado, o que concorreu para o encerramento das atividades daquela empresa.

Em 1984 essas terras foram vendidas para outro empresário, que visando à criação de gado tentou, de maneira forçada, retirar as famílias daquele local, usando a estratégia de proibir os posseiros de plantarem em suas roças ou de coletarem o coco babaçu que ali existia. Para que suas ordens fossem cumpridas, ele colocou “jagunços” para vigiar os posseiros, gerando confrontos entre eles, o que ocasionou a morte de um pistoleiro (RELATÓRIO, 1984).

Após esse fato, o então proprietário ingressou na Comarca de Bacabal, com uma Ação de Manutenção de Posse contra sete das quase cem famílias que ali habitavam. Foi indicado que:

Independente das violências praticadas contra os lavradores o proprietário em 1985, ingressou na Comarca de Bacabal, com um Ação de Manutenção de posse contra apenas sete das quase cem famílias ali residentes, cuja ação foi contestada em tempo hábil, pelas sete famílias mencionadas, pelas demais ali residentes, através do Escritório de Assistência Jurídica da Diocese de Bacabal e da Vice Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção (RELATÓRIO, 1984, fl.2.).

A supracitada ação favoreceu o latifundiário, dando a ele o direito de Medida Liminar de Proteção Possessória. **O mandado foi cumprido** pelo Oficial de Justiça em 23 de novembro de 1985, um sábado, que não era um dia útil para o cumprimento de expediente forense (RELATÓRIO, 1984).

O clima de tensão aumentou no então povoado, haja vista que:

[...] no dia 22 de janeiro 1988, foi assassinado com três tiros de revólver, na calçada da casa de sua cunhada na Rua Osvaldo Cruz na cidade de Bacabal,

por volta de 12:20 o lavrador Manoel Neco Pereira, vulgo “Manoel Tintinho”, morador do povoado Aldeia e um dos réus da Ação **de Manutenção de posso** [...] (RELATÓRIO, 1984, fl.3).

Foi identificado um suposto assassino, mas este não foi condenado, o que intensificou ainda mais as ameaças contra os posseiros. Em menos de um mês do assassinato de Manoel Tintinho, o povoado Aldeia foi invadido no dia 14 de fevereiro de 1988, em uma tarde de carnaval; neste dia entrou no povoado uma caçamba blindada, que continha vários furos na carroceria com os canos das armas de fogo, atirando e provocando pânico geral, além de incendiarem trinta casas dos lavradores e neste mesmo dia assassinaram o lavrador Trazibe Teixeira da Conceição, de 64 anos. Para que pudessem se livrar da chacina total, os lavradores do povoado saíram correndo em direção à mata, pois se encontravam impossibilitados de se defenderem (INVASÃO).

Após toda essa perseguição sofrida pelos lavradores do povoado Aldeia, eles contaram com a intervenção da Igreja Católica, do próprio governo do Estado do Maranhão e das grandes manifestações do povo em geral, de maneira que aquelas terras foram desapropriadas pelo Governo Federal (BRASIL, 1985) e os lavradores puderam continuar morando e trabalhando na mesma. Nesse caso, a Portaria INCRA (SR-12) nº 79, de 30 de novembro de 1995, criou o PA Aldeia.

Uso e Cobertura da Terra do PA Aldeia

Estudos sobre o Uso e a Cobertura da Terra objetivam à caracterização da ocupação atual de um determinado espaço geográfico com o intuito de subsidiar a definição e efetivação de ações, planos, projetos e programas, bem como ações de monitoramento e resolução de conflitos derivados da ocupação territorial, o que deve considerar as potencialidades e as limitações ao uso. Assim, as classes de uso e cobertura da terra definidas foram baseadas em adaptações às classificações recentes que trataram do bioma Amazônico (Ferreira *et al.*, 2019) no Maranhão, além de IBGE (2013). Para tanto, fez-se necessário o reconhecimento das díspares classes de uso com base no conceito de função e forma, cujo critério foi agregar e selecionar os usos de

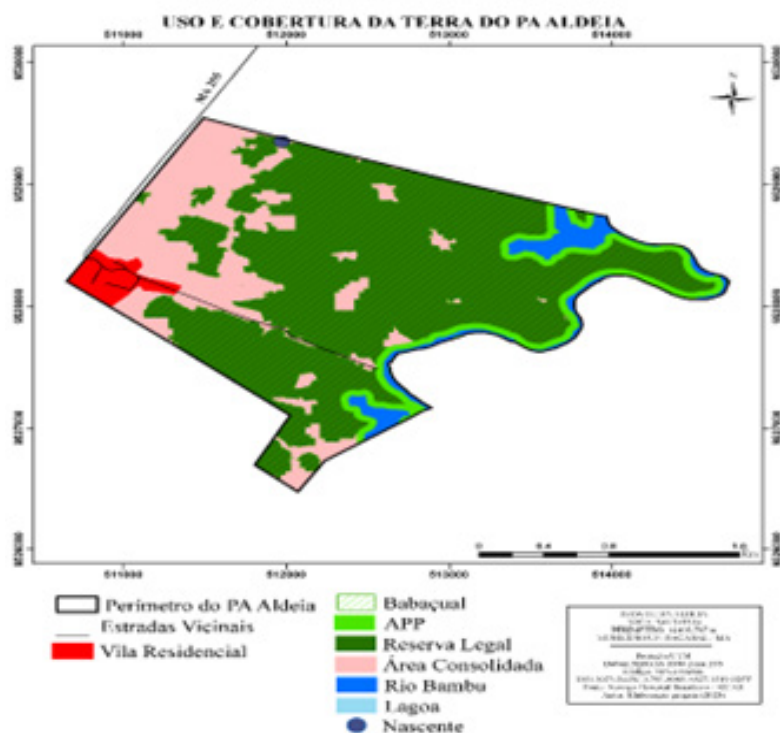
maior interesse tendo em vista as particularidades do Projeto de Assentamento Aldeia.

No PA Aldeia, um dos principais problemas identificados é a condição de acesso às áreas que fazem seu limite, particularmente no sentido da Área de Reserva e dos lotes de produção uma vez que a Avenida Bambu foi interrompida pela força das chuvas e os beneficiários perdem tempo para chegar às áreas de cultivo e proceder fiscalização (Costa, 2023).

A reserva legal do PA Aldeia não se encontra descaracterizada. Os moradores do PA relataram, que fazem de tudo para manter a floresta preservada, buscando sempre orientações e fazendo rondas a fim de evitar danos que podem ser causados por pessoas que não pertencem ao assentamento.

Nesse contexto, se torna importante a existência de informações espaciais precisas que apresentem a dinâmica da cobertura e uso da terra na área do PA Aldeia, conforme classes apresentadas na Figura 3, a saber: Área de Preservação Permanente; Babaçual; Rio Bambu; Lagoas; Área em cultivo; Área consolidada/Vila residencial; e Reserva Legal.

Figura 3 - Mapa de uso e cobertura da terra do PA Aldeia, Bacabal – MA



Fonte: Costa (2023).

Considerando que a área total do PA Aldeia equivale a 543,7455 hectares, tem-se que a classe com maior participação (Quadro 1) é a Reserva Legal com 64,01% (Figura 3) seguida por Área Consolidada (22,19%), Área de Preservação Permanente (6,80%), Vila Residencial (2,79%), Lagoa (2,92%) e Rio Bambu (1,29%). Tais dados revelam que esse PA deve manter áreas com forte agregação de valor tendo em vista que as classes Reserva Legal, APP e rio Bambu/Lagoa totalizam 74,01% do PA, o que potencializa para a indução de cadeias produtivas para além do extrativismo do babaçu, agricultura e pecuária.

Quadro 1 – Classes de uso e cobertura da terra do PA Aldeia, Bacabal - MA

Classe de uso e cobertura da terra	Área (hectare)	% sobre o total do PA
APP	36,9883	6,80
Área Consolidada	120,6344	22,19
Reserva Legal	348,0957	64,01
Rio Bambu	7,0333	1,29
Lagoa	15,8689	2,92
Vila Residencial	15,1382	2,79
Total	543,7455	100,00

Fonte: Costa (2023).

Impactos Ambientais

Para o entendimento da dinâmica dos elementos ambientais e sociais do PA referido, foram realizadas entrevistas não padronizadas com beneficiários e representantes com intuito de adicionar dados e informações sobre a dinâmica territorial a partir de intervenções humanas e seu impactos (Quadro 2).

Conforme foi relatado pelos moradores do PA Aldeia, um dos principais problemas enfrentados por eles é extração ilegal de madeira “por gente de fora” (Nascimento, 2023), ou seja, está ocorrendo a supressão da vegetação e comprometimento da flora e fauna associada, o que pode alcançar até o coco babaçu. Devido à predominância do babaçu na vegetação do citado PA foi informa-

do que houve e ainda há conflitos com os fazendeiros, que moram no entorno do PA, e que na maioria das vezes as palmeiras são derrubadas por eles, com o agravante de que não é feita a recuperação dessas áreas. Adiciona-se que os fazendeiros do entorno estão acabando com a vegetação nativa e usando veneno para que aquelas áreas fiquem limpas e sejam usadas como pastagem para criação de animais.

A caça ilegal, por seu turno, é feita por pessoas que são de fora do PA; também sobressai-se a pesca realizada fora do tempo. Essa prática foi constatada até com os peixes que estão em desova, o que ocorre por intermédio de curral ou a tapagem (Nascimento, 2023).

Outro problema enfrentado pelos moradores do referido PA é o não recolhimento dos resíduos sólidos (lixo), que são queimados nos quintais de casas da vila residencial ou nas moradias nos lotes de produção, podendo gerar vários danos para o meio ambiente. Sobre a distribuição de água, esta é realizada por meio de poços artesianos, que foram feitos pela Prefeitura de Bacabal. O problema é que, segundo relatos dos entrevistados, a água desses poços é salobra e muitas vezes a bomba instalada dá defeito e o reparo não ocorre de imediato. Nesse caso, os moradores ficam sem água em suas residências, têm que atravessar a MA 245 e buscar esse precioso líquido na comunidade vizinha. Quando acontece de uma bomba queimar ou parar de funcionar, a prefeitura não dá suporte com o carro pipa.

O Quadro 2 demonstra de forma sucinta os principais impactos ambientais e medidas mitigadoras do PA Aldeia.

Outra atividade com significância na modificação do ambiente é a roça no toco. Esta é uma forma de agricultura denominada itinerante, que é conduzida pelos pequenos produtores (Siminski; Fantini, 2007). Mas durante a entrevista não padronizada foi relatado que em Bacabal “80% da agricultura não usa mais fogo” (Fontinelle, 2023) porque a produção é mecanizada. Mas ainda ocorre em muitas das vezes a limpeza da roça de forma antiga, ou seja, com a retirada e queimada da vegetação ali existente. Soma-se a isso que “por falta de acompanhamento técnico acontece algumas coisas desagradáveis”, como extração ilegal de madeira e caça ilegal - guariba e pássaros (Fontinelle, 2023).

Quadro 2 - Matriz de impactos ambientais no PA Aldeia, Bacabal - MA

Atividade	Aspecto ambiental	Impacto ambiental	Medidas Mitigadoras
Exposição de resíduos sólidos no solo	Geração de resíduos sólidos (embalagens plásticas, metálicas e em vidro, papelão etc.)	Contaminação do solo; Contaminação da água	Palestras sobre a importância da biodiversidade na conservação e preservação do Bioma Amazônico.
Queima de resíduos sólidos	Geração de varredura de limpeza dos lotes; Acúmulo inadequado de resíduos sólidos	Infertilidade do solo; Alteração da paisagem	Ações de manejo dos resíduos sólidos em parceria com a prefeitura, Incra e Associação do PA
Deficiência de recursos hídricos	Comprometimento do consumo de água	Escassez do recurso natural água	Ampliação da capacidade instalada de armazenamento em caixas d'água, no povoado Aldeia do Odino; Ações de parceria para otimizar o uso e armazenamento de água via poços artesianos
Supressão da vegetação	Perda da área de vegetação original	Comprometimento da biodiversidade; Redução da flora do Bioma Amazônico	Palestras sobre a importância da cobertura vegetal na conservação do Bioma Amazônico; Fiscalização, em forma de parceria, a fim de evitar corte ilegal de madeira e redução da flora e fauna associadas ao Bioma Amazônico
Queimadas da vegetação	Vegetação degradada	Migração de espécies nativas para outras áreas florestadas ou morte de animais, comprometendo a biodiversidade do Bioma Amazônico	Palestras educativas para os beneficiários do PA sobre o manejo da flora e fauna associada ao Bioma Amazônico
Queimadas para roça	Geração de fumaça e fogo Manejo inadequado do solo	Redução da produtividade do solo; Degradação do solo; Infertilidade do solo; Alteração da paisagem; Emissão de gases na atmosfera	Palestras educativas para os beneficiários do PA sobre ações adequadas para uso de queimadas; Implementação do sistema plantio direto com desenvolvimento da técnica trituração da capoeira; Integração lavoura-pecuária-floresta em parceria com Embrapa

Fonte: Costa (2023).

Em se tratando da produção agropecuária no PA Aldeia, os beneficiários cultivam o arroz, o milho, o feijão e a mandioca; esta citada por último está sendo comercializada com a empresa AmBev, o que tem concorrido para a redução da produção da farinha, que era uma das fontes de renda e de alimentação dos assentados; segundo moradores do PA, a venda da mandioca para a empresa Ambev, gera mais lucro para eles do que a produção da farinha. A população do citado assentamento também cria galináceos e o gado bovino.

O turismo como alternativa

A globalização trouxe uma tendência que possibilita conciliar meios de produção diversificados capazes de movimentar a economia de forma incisiva e positivamente quando bem planejados e geridos, como por exemplo o turismo. Essa prática social, que manuseia atributos com valor excêntrico e diferenciado ao habitual do turista/ visitante de uma determinada área, pode ser indutora de melhorias da qualidade de vida em unidades da federação como o Maranhão (Ferreira, 2020) e particularmente em Assentamento de Reforma Agrária.

Com isso, o desenvolvimento turístico necessita que seja efetivamente planejado e principalmente aceito pela comunidade interessada como é o caso do PA Aldeia a fim de ofertar os serviços e produtos turísticos, integrando-o a outras atividades locais (Ferreira; Rocha; Costa, 2023).

Com base nas visitas técnicas pode-se afirmar que o PA Aldeia ainda não despertou para a atividade turística com intuito de incluir a população local em todo o processo, embora os beneficiários e ocupantes demonstrem anseios positivos no desenvolvimento da mesma, haja vista que são cientes das potencialidades e oportunidades de exploração de várias modalidades de turismo. Soma-se a isso que o segmento de turismo rural está em crescimento em todo o Brasil, de maneira que ante o incremento da população urbana e propagação de valores socioculturais citadinos, aquelas comunidades que se organizarem sairão na frente e se tornarão mais atrativas, gerando renda para a própria população e isso deve ser sustentado no turismo de base local. Nesse caso, indicam-se as seguintes possibilidades: cardápio de comidas tí-

picas com base no coco babaçu; passeios de lanchas e canoa nas lagoas e no rio Bambu; caminhadas ecológicas na Área da Reserva a fim de usufruir da ocorrência arbórea do babaçu; participação e/ou observação direta na casa de farinha durante o manuseio da mandioca destinada à fabricação de farinhas e bolos; etc (Costa, 2023).

É importante destacar que foi sancionada a Lei nº 11.333, de 27/08/2020 criando a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo, o Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Maranhão como incentivo à prestação de serviços turísticos nessa unidade da federação. Contudo, não foi encontrado durante a pesquisa, uma lei que incentive o turismo rural no âmbito estadual e tampouco municipal. Porém, ficou evidenciado o potencial turístico do PA Aldeia.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Historicamente, o povoado Aldeia do Odino é mais antigo que o próprio município de Bacabal e antes de se tornar um Projeto de Assentamento Federal em 1995, os beneficiários e ocupantes passaram por várias dificuldades, que incluíram ateamento de fogo em moradias, mortes e tentativas de tomada da terra por parte de particulares. Para que haja melhoramento naquelas terras é necessário a regularização fundiária conforme pretende o citado TED INCRA/UFMA, cujo objetivo almeja à melhoria da qualidade de vida dos beneficiários a partir do conhecimento e resolução dos problemas enfrentados pelos mesmos, buscando adensar cadeias produtivas e primando pela sustentabilidade.

A partir da análise dos impactos ambientais no PA Aldeia, recomenda-se:

- Visando evitar impactos ambientais negativos na área escolhida para a Reserva Legal, deve-se priorizar a conservação para o equilíbrio e manutenção do meio ambiente;
- A realização de palestras é necessária, para que seja explicada a importância da biodiversidade na conservação e preservação do Bioma Amazônico;
- A coleta e destinação dos resíduos sólidos produzidos pelos moradores desse PA devem ser realizadas pela Prefeitura Municipal de Bacabal, ou

por outra forma recomendada pelo INCRA, pelos menos três vezes na semana, o que impediria a disseminação e a propagação de doenças e do fogo;

- Deve-se, de modo geral, evitar qualquer dano à flora, à fauna e aos recursos hídricos, com efetiva participação dos beneficiários do PA Aldeia e em parceria com o INCRA e instituições de ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/ Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo do Maranhão. **Diagnóstico dos Principais Problemas Ambientais do Estado do Maranhão**. São Luís: LITHOGRAF, 1991.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. **Proposta de Áreas Alternativas para Solução de Conflitos da Gleba Santa Teresa, localizada no município de Bacabal – MA**. São Luís: MDA/INCRA-SR (12), 1985.

BRASIL. CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR. **Recibo de Inscrição do Imóvel Rural de Assentamentos de Reforma Agrária no CAR, 2015**. Disponível em: <http://www.car.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2023.

CAVALCANTE, L. G.; LEITE, A. de O. S. Aplicação da Matriz de Leopold como ferramenta de avaliação dos aspectos e impactos ambientais em uma fábrica de botijões. **Rev. Tecnol. Fortaleza**, v. 37, n. 1, p. 111-124, jun. 2016.

CORREIA FILHO, F. L. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão: relatório diagnóstico do município de Bacabal**. Teresina: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2022**. Goiânia: CPT Nacional, 2023.

COSTA, A. C. S. **Dinâmica socioambiental no PA Aldeia em Bacabal – MA**. São Luís, 2023. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal do Maranhão.

DURANTE, L. C.; ROSSETO, O. C.; NORA, G. D.; VENERE, P. C.; RABELO, O. da S.; TEIXEIRA, R. F. da S. Impactos ambientais e infraestrutura de assentamentos da Reforma Agrária em Minas Gerais, Brasil. **Sustainability in Debate**. Brasília, v. 11, n. 3, p. 465-484, dez/2020.

FERREIRA, A. J. de A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11082009-141934/>. Acesso em: 15 dez. 2010.

FERREIRA, A. J. de A.; BANDEIRA, A. M.; TEIXEIRA, E. H. G.; MUNIZ, G. P. S.; COELHO, I. R. C.; CALDAS, J. M.; SANTOS, L. C. A. dos; MASSULLO, Y. A. G.; ROCHA, P. do N. **Diagnóstico do Tema “Ocupação, Uso e Cobertura da Terra do Bioma Amazônia do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão”**. São Luís: SEPE, 2019.

FERREIRA, A. J. de A. (Org.). **Geografia do turismo no estado do Maranhão, Brasil: reflexões teóricas e aplicabilidades**. 1ª ed. Saarbrücken, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

FERREIRA, A. J. de A.; ROCHA, P. do N.; COSTA, A, C. S. Potencialidade turística e desenvolvimento local: possibilidades no Projeto de Assentamento Árvores Verdes, Brejo – MA. In: XVII Encontro Humanístico da UFMA, 2023, São Luís. **E-book do XVII Encontro Humanístico da UFMA: Ciências, Humanidade e Reconstrução Democrática**. São Luís: EDUFMA, 2023, v.1, p. 2008-2019.

FONTINELLE, F. M. Os problemas agrários, principais problemas e potencialidades do município de Bacabal. [Entrevista cedida a] Antonio Ferreira. Bacabal – MA, 07 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manual Técnico de Uso da Terra**. 3ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. População do município de Bacabal. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/bacabal/pesquisa/23/27652>. Acesso em: 31 out. 2023.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC. **Indicadores Ambientais do Estado do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2009.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC. **Sumário Executivo do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão – Etapa Bioma Amazônico**. São Luís: IMESC, 2019.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC. **Sumário Executivo do Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão (ZEE-MA):** meio físico-biótico – etapa Bioma Cerrado e Sistema Costeiro. 2. ed. São Luís: IMESC, v. 1, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMAS AGRÁRIA – INCRA. **O que são Projetos de Assentamentos.** Disponível em: < <http://zip.net/bgthmX> > ou < <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/9608> >. Acesso em 23 de outubro de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMAS AGRÁRIA – INCRA. **Assentamentos de reforma agrária no Maranhão:** distribuição espacial, inserção nas economias locais/regionais e estratégias de desenvolvimento. São Luís: IMESC/UFMA, 2024.

INVASÃO de terras gera conflitos. **Jornal de Bacabal**, Bacabal – MA, Ano I, Nº 22, p. 2, 23 a 29 de agosto de 1984.

LEITE, T. A., SOBRAL, I. S., BARRETO, K. F. B. Avaliação dos impactos ambientais e sociais como subsídio para licenciamento ambiental do projeto de assentamento de reforma agrária Maria Bonita I, Poço Redondo/ SE. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 31, n. 2, p. 69-81, 2011.

LIMA, K. K. S. de; LOPES, P. F. M. A qualidade sócioambiental em assentamentos rurais do Rio Grande do Norte, Brasil. **Ciência Rural**, v. 42, n.12, p. 2295-2300. dez., 2012.

LIMA, D. de S. **Franciscanos e missão:** atuação da Diocese de Bacabal e da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terra no Médio Mearim (1970-1980). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social/CCH. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 209 f, 2018.

MICHALISZYN, V. L. **Planejamento agrário e gestão ambiental em projetos e assentamentos de reforma agrária.** Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Departamento de Solos, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas.** São Paulo: Hucitec, 1994.

NASCIMENTO, A. L. S. do. Principais problemas e potencialidades do PA Aldeia. [Entrevista cedida a] Antonio Ferreira. Bacabal – MA, 06 jun. 2023.

OLIVEIRA, A. U. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira [recurso eletrônico]**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

RELATÓRIO povoado Aldeia. Arquivos da Diocese de Bacabal e Província Nossa Senhora da Assunção. Bacabal: Cúria Diocesana, 1984.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, L. F. O. **Métodos alternativos para a recuperação de nascente em uma propriedade rural no assentamento Padre Jozimo em São José do Povo – MT**. Monografia (Graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental) – Instituto de Ciência Agrária e Tecnológica, Universidade Federal de Mato Grosso. Rondonópolis, 2018.

SIMINSKI, A; FANTINI, A. C. Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmicos da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. **Ciência Rural**, 37, p. 690-696, 2007.

SOUSA, M. L; ALENCAR, A. S. (Orgs.). **Assentamentos Sustentáveis na Amazônia: agricultura familiar e sustentabilidade ambiental na maior floresta tropical do mundo**. Brasília: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2020.

CAPÍTULO 12

QUESTÃO AGRÁRIA E AMBIVALÊNCIAS NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA MUNDIALIZADO NO CAMPO MOÇAMBICANO

Lucas Atanásio Catsossa

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-B

INTRODUÇÃO

Desde a primeira década do século XXI, a temática referente à expansão do agronegócio no campo moçambicano tem despertado a atenção dos geógrafos e não geógrafos. Neste debate, a Geografia, pela sua tradição de ter um olhar crítico na análise das dinâmicas e dos processos socioespaciais, sobretudo, quando se trata de compreender os mecanismos de expansão do agronegócio no campo, tem buscado trazer à superfície as ambivalências que caracterizam esse processo. No contexto da mundialização da agricultura capitalista, Moçambique está inserido de forma subordinada a hegemonia do capitalismo financeiro como mero fornecedor de mercadorias agrícolas essenciais para a industrialização dos países de destino destas. Significa que o território moçambicano, é usado apenas como um espaço de acumulação e reprodução ampliada do capital, papel desempenhado por Moçambique durante a colonização portuguesa.

As relações sociais e produtivas em curso em Moçambique, estão enraizadas no *neocolonialismo agrário*, por demandarem a ocupação de extensas áreas de terras para a produção de *commodities* agrícolas para a exportação. Em Moçambique, o *neocolonialismo agrário* se intensifica a partir da primeira década do século XXI, sobretudo, após a crise econômico-financeira de 2007/8, cujos sinais iniciaram em 2006. Sendo um país pobre, alegadamente, com terras férteis livres e inutilizadas, acessíveis para quem delas necessita

para a sua exploração capitalista, e com mão-de-obra abundante e barata, e onde os governantes, de forma desesperada, procuram tirar o seu povo da miséria, Moçambique passou a ser cobiçado por setores dominantes do capitalismo financeiro globalizado.

QUESTÃO AGRÁRIA E AMBIVALENCIAS NA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO CAMPO MOÇAMBICANO

O desenvolvimento capitalista na agricultura moçambicana tem sido caracterizado por um movimento desigual e contraditório (Catsossa, 2020a; Catsossa & Fabrini, 2020), que aliás, é inerente ao que Oliveira (2024) chamou de *capitalismo monopolista mundializado*. As desigualdades e as contradições que se verificam no âmbito da expansão do capitalismo monopolista na agricultura moçambicana são típicas do que Harvey (2005) chamou de *produção capitalista do espaço*. Por onde se expande, o capitalismo monopolista busca reproduzir as desigualdades e contradições, pois, são inerentes ao seu metabolismo no âmbito da sua reprodução ampliada. Esse cenário é reportado no Brasil por Oliveira (2024), um país, cuja formação socioespacial foi marcada por profundas desigualdades e contradições geradas pela agricultura capitalista, cujas práticas agrícolas, num determinado período, foram exportadas para Moçambique (Catsossa, 2017b, 2020a, 2020b).

O desenvolvimento capitalista na agricultura, de acordo com Oliveira (2024), a sua materialidade, gera situações de progresso, e de forma simultânea, reproduz o retrocesso. Para este autor, o lado desenvolvimentista do capitalismo monopolista na agricultura está no fato de ao mesmo tempo se revelar progressista, e simultaneamente, mostrar-se retrógrado. No caso moçambicano, o desenvolvimento capitalista na agricultura, é ambivalente, pois, se manifesta de forma dúbia, tanto pela modernidade, como na barbárie.

Para além disso, há manifestação de outro elemento inerente a lógica capitalista de produção do espaço no campo moçambicano. A expansão do capitalismo monopolista no campo moçambicano, simultaneamente, tem permeado lutas de classe. Neste processo, diferentes frações de poder disputam os territórios visando a materialização dos seus interesses, de um lado, o campesinato, e

o outro, o agronegócio (Catsossa, 2020a). No entanto, o que em está em disputa no campo moçambicano, não é um território qualquer, mas sim, território produzido sob viés capitalista, ou seja, *território capitalista*. Aliás, nas sociedades capitalistas (e/ou de classes), a disputa por territórios, é inerente a lógica do modo capitalista de produção na agricultura. Oliveira (2024), explica que:

Outro aspecto que caracteriza o território capitalista é que ele está em disputa. Isto é, está sendo disputado pelas classes sociais que formam esse território: burguesia, proletariado, camponato e proprietários de terra. Essas classes sociais lutam pela apropriação do território capitalista que está sendo disputado. E essa disputa se faz porque a terra foi transformada em mercadoria. Transformada porque ela não é uma mercadoria ao pé da letra. Ou seja, não é produto do trabalho humano (Oliveira, 2024, p. 138).

No caso moçambicano, o Estado é o ponto de partida para a compreensão das ambivalências no âmbito da expansão do capitalismo monopolista na agricultura. Na República de Moçambique, a terra é propriedade do Estado, e cabe essa entidade, determinar as condições do uso e aproveitamento dela, sobretudo, para a sua exploração capitalista por parte das corporações agrícolas. Para além disso, o Estado tem criado condições para acomodar os interesses do capitalismo financeiro globalizado. Tal processo passa por rever a legislação inerente a acumulação e reprodução ampliada do capital. A revisão da Política de Terras de 1995 e sua respetiva legislação – Lei de Terras 19/97, e a Lei de Florestas e Fauna Bravia, faz parte desse processo (Catsossa, 2023).

Ao flexibilizar a legislação, a ideia é tornar favorável o ambiente de negócio no país, e por via disso, atrair mais o Investimento Direito Externo (IDE), através do qual, sonha-se em tirar Moçambique nos escombros da miséria e da fome, fenômenos sociais que prevalecem a mais de 50 anos de independência. A flexibilização da legislação tem permitido a entrada massiva do IDE para o setor da agricultura, cujas corporações capitalistas, têm se beneficiado de extensas áreas de terras por meio de concessões feitas pelo Estado, às vezes, sem nenhuma transparência e autodeterminação dos camponeses, donos consuetudinários das terras. No entanto, a corrida por terras agrícolas no país, se intensificou a partir da primeira década do século XXI, logo após a crise de

2007/8. Para atrair o IDE, o Estado chegou a criar o que ficou conhecido por “Corredores de Desenvolvimento”.

Neste processo, o Estado criou seis (6) “Corredores de Desenvolvimento”, dos quais, (i) Corredor de Maputo; (ii) Corredor do Limpopo; (iii) Corredor da Beira, (iv) Vale do Zambeze, (v) Corredor de Nacala, e (vi) Corredor Pemba-Lichinga (Catsossa, 2020a). Destes “Corredores de Desenvolvimento”, os que mais foram alvo do capital financeiro globalizado foram os Corredores de Nacala, Beira, Maputo e Maputo, e isso, deve-se a existência, não apenas de terras férteis, mas também uma cadeia logística (ferrovias, estradas e portos), os quais permitissem o escoamento das *commodities* agrícolas para o mercado internacional. No entanto, a maior parte dos investimentos privados, estão concentrados nos corredores de Nacala e Beira, ambos localizados nas regiões norte e centro respetivamente.

Só no Corredor de Nacala, 33 corporações agrícolas, concentravam aproximadamente 936.716,08 há, terras estas que eram usadas para a produção de *commodities* agrícolas destinadas à exportação (Catsossa, 2020a, 2023; Catsossa & Fabrini). Vários outros estudos (Matavel, Dolores e Cabanelas, 2010; UNAC & GRAIN, 2015; Selemene, 2017; Mandamule, 2017; Mandamule & Bruna, 2017; Catsossa, 2017b; Bruna, 2019, 2021). O Corredor de Nacala, chegou a ser inserido no que se chamou de «*Projeto das Estratégias de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala*», idealizado pelo governo japonês através da JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão) em coordenação com o governo moçambicano, através do qual, pretendia-se promover a produção de *commodities* agrícola destinadas à exportação (Catsossa, 2020a).

Para além disso, no Corredor de Nacala, cerca de 14,5 milhões hectares de terras haviam sido alocados ao ProSAVANA, um programa agrícola, cuja implementação envolvia os governos de Moçambique, Brasil e Japão. O ProSAVANA era irmão gêmeo (e/ou primogênito) do PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), implementado a partir dos finais da década de 1970 no cerrado brasileiro. Ao ser exportado para Moçambique logo na primeira década do século XXI, com o nome de ProSAVANA, o obje-

tivo era “replicar” a mesma experiência do cerrado brasileiro, mas desta vez, no Corredor de Nacala sob alegações de combate a fome e a miséria, como se de fato, o PRODECER tivesse tido esse no Brasil (Catsossa, 2027a). As evidências apontam que o PRODECER gerou um desenvolvimento desigual e contraditório, resumido naquilo que Graziano da Silva (1982) chamou de *modernização dolorosa*.

Nos últimos anos, o Corredor Pemba-Lichinga também tem sido alvo do capital financeiro globalizado. Em Cabo Delgado, por exemplo, foi criado o *Centro de Promoção de Desenvolvimento Económico de Cabo Delgado (CP-DECD)* para atender os interesses da acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Para que fosse possível a materialização desse interesse, o Estado destinou grandes extensões de terras estimadas em cerca de 25.000 hectares (Catsossa, 2023), sem nenhuma auscultação pública, e sem debate público. Recentemente, foi noticiado que a multinacional petrolífera italiana, ENI, que se dedica a exploração do gás na bacia no Rovuma, em Cabo Delgado, tenciona apostar na agricultura industrial. Numa primeira fase, o projeto agrícola da ENI, poderá ocupar uma área de 150.000 ha, sendo que o interesse é obter 300.000 ha (Profile, 2025).

O Corredor da Beira, tem sido alvo do capitalismo monopolista mundializado, apropriando-se de extensas áreas de terras. No Corredor da Beira, a maior parte das corporações agrícolas, estão concentradas na província de Manica, sobretudo, nos distritos de Gondola, Sussundenga, Macate, Sussundenga e Vanduzi. A Portucel Moçambique, é das corporações agrícolas que detém extensas áreas de terras, estimadas em mais de 200.000 ha, as quais são usadas para a produção de eucaliptos, cujas plantações estão distribuídas nos distritos de Bárue, Gondola, Manica e Sussundenga. Nos corredores de Limpopo e Maputo, respetivamente, verifica-se também a expansão do agronegócio.

O destaque vai para o distrito de Massingir na província de Gaza, que desde a primeira década do século XXI, passou a ser alvo do capital financeiro. Por exemplo, no distrito de Massingir, cerca de 30.000 ha foram concessionados ao projeto PROCANA, uma iniciativa que se dedica ao plantio de cana-de-

-açúcar em grande escala para a produção de etanol. Este projeto gerou uma série de contradições, pois, para além da terra, apropriou-se também da água, situação que gerou conflitos e disputas pelo uso desse recurso natural com os camponeses locais (Bruna, 2021). Por sua vez, no distrito de Massingir, destaca-se a empresa *Massingir Vale Farms*, detém uma área de cerca 13.000 ha, nas quais produz capim-elefante, conhecido também por muzema destinado à exportação para o mercado chinês e/ou árabe. O capim-elefante é um produto usado para alimentar os animais (gado bovino), visando melhorar a produção da carne e leite. As terras usadas por essa empresa agrícola tem sido alvo de disputas, uma vez que as mesmas, são reivindicadas pelos camponeses locais (Rádio Moçambique, 2022).

Na província de Maputo, o destaque vai para o Grupo Bananalândia, uma empresa agrícola de capitais sul-africanos que se dedica a produção em grande escala de bananas destinadas à exportação, a qual detém cerca de 5.141 ha, e consta que explora apenas cerca de 900 ha de toda terra e sua posse (O PAÍS, 2021). A expansão do agronegócio no campo moçambicano é caracterizada pela implantação do que Santos (2013) chamou de ditadura e/ou tirana do dinheiro globalizado. Neste processo, muitos camponeses são expropriados e expulsos das suas terras, as quais, são usadas para a plantação de monoculturas diversas destinadas à exportação para o mercado internacional. No entanto, os camponeses não perdem apenas a terra em si, mas também outros recursos naturais necessários para a sua reprodução social, como, por exemplo, as florestas (onde extraem lenha, plantas medicinais, frutos silvestres, mel, etc.) como também a água (que corre pelos rios que estão dentro dos seus territórios), o que torna impossível o uso comunitário desse recurso natural.

Entretanto, nalgumas vezes, logo a seguir a territorialização das empresas agrícolas, são instaladas as cercas com arrame farpado, algumas delas, ligadas a corrente elétrica. Esse cenário se verifica no distrito de Gurué, província da Zambézia, e a Murrimo Macadâmias Ltda, uma empresa de capitais sul-africanos que se dedica a produção de macadâmias. Igualmente, esse cenário contraditório verifica-se no distrito de Sussundenga, província de Manica,

e a MAX IN MOZ, uma empresa agrícola de capitais sul-africanos. Essas duas empresas agrícolas, após se instalarem, logo a seguir, investiram na colocação de cercas elétricas, cercando toda a área concedida a elas pelo Estado, sem a observância da legislação.

Figura 1. Propriedades do agronegócio cercadas por cercas elétricas em diferentes contextos geográficos do país



Fonte: o autor (2017; 2021)

No caso da MAX IN MOZ, por exemplo, dentro da sua propriedade havia ainda camponeses que resistiam deixar as suas terras serem tomadas pela empresa. No entanto, a empresa acabou por colocar a cerca em toda a área com as unidades de produção camponesa por dentro. A Hoyo-Hoyo Agribusiness, é outra empresa do agronegócio localizada em Ruace, no distrito de Gurúé, que cercou com arrame farpado a sua propriedade. Para além da cerca, em torno da sua propriedade, nota-se também a presença de segurança privada e armada (Catsossa, 2020a). No entanto, há empresas que não colocam após se implantar, mas reforçam os mecanismos de monitoramento das suas propriedades. Pode-se citar o caso da AgroMoz (Agronegócios de Moçambique),

que explora terra em Lioma, no distrito de Gurué. Para da segurança privada e armada, a AGROMOZ usa também as lideranças comunitárias para o controle do seu território. Neste sentido, as lideranças comunitárias são captadas pela AGROMOZ e colocadas a seu serviço como meios repressivos dentro das comunidades. Toda a tentativa de mobilização social em reivindicação das terras, é frustrada (Catsossa, 2020a).

No entanto, tanto a colocação de cercas, sejam elas elétricas ou não, como também a contratação de seguranças privadas e cooptação das lideranças comunitárias por parte das empresas para garantir o controle territorial, visa impedir que os camponeses voltem a ocupar novamente as terras. Ademais, os camponeses são também cercados por plantações de chá e eucaliptos, e esse cenário se verifica em muitos lugares do país. No entanto, as províncias de Nampula, Zambézia e Manica, são as que lideram com o cercamento dos camponeses pelas monoculturas de chá e eucaliptos.

Figura 2. Comunidades camponesas cercadas por monoculturas em alguns contextos geográfico em Moçambique



Fonte: O autor (2017, 2018)

No entanto, esse cenário contraditório do desenvolvimento capitalista no campo moçambicano, tem gerado conflitos sociais e disputas territoriais. É importante realçar que os conflitos sociais e as disputas territoriais, não são apenas por terras, mas também pelo uso de outros recursos naturais inerentes a sobrevivência dos camponeses. Um dos recursos naturais que tem permeado conflitos sociais e disputas pelo seu uso, é a água. No âmbito da expansão do agronegócio no campo, esse recurso natural tem sido apropriado pelas empresas do agronegócio para uso exclusivo da irrigação das lavouras. Esse cenário verifica-se em muitos lugares do país, sobretudo, no distrito de Sussundenga, na província de Manica, e no distrito de Monapo, na província da Zambézia. No distrito de Sussundenga, após se territorializar, a empresa MAX IN MOZ, para apropriou-se também da água. A apropriação da água pela MAX IN MOZ, deu-se de duas formas distintas. A primeira, foi através do desvio do rio Revué, onde a água é direcionada para uma, construída pela própria empresa. Já a segunda, deu-se pela apropriação do curso natural da água, sobretudo, um rio que passa dentro da sua propriedade.

Figura 3. Apropriação da água pela MACS IN MOZ em Sussundenga



Fonte: O autor (2021)

As margens do rio apropriado pela MAX IN MOZ (imagem à esquerda), são usadas pelos camponeses para a produção de uma variedade de produtos alimentares, como, por exemplo, verduras, cebola, batata-doce, milho, feijões, para além de cana-de-açúcar. Uma vez que a MAX IN MOZ usa agro-tóxicos no processo de pulverização das suas lavouras, obviamente, a água

desse rio tem sido contaminada. Essa contaminação ocorre frequentemente durante o escoamento da água pluvial no período chuvoso. Tendo em conta que os camponeses usam a mesma água do rio para irrigar as suas áreas de produção, é possível que as suas culturas e terras estejam sendo contaminadas. A apropriação da água também se verifica no distrito de Monapo, província de Nampula, e a responsável, é a empresa produtora de sisal, a qual detém mais de 5.000 ha (Catsossa, 2020a). Tal como a terra, em Monapo, a água é também disputada, de um lado, pelos camponeses, e do outro, pela empresa.

LUTAS E RESISTÊNCIAS ANTICAPITALISTAS NO CAMPO MOÇAMBICANO

A semelhança do que vem acontecendo em muitos países do mundo, onde os camponeses, de forma coletiva, se insurgem contra a expansão do agronegócio em seus territórios, denunciando as perversidades, defendendo os seus territórios e levantando a bandeira da soberania alimentar, em Moçambique a situação não é diferente. Historicamente, os camponeses moçambicanos sempre se mobilizaram para se oporem aos interesses das classes dominantes. Cientes e conscientes de que a liberdade era a melhor coisa de se lutar, os camponeses moçambicanos têm transformado o campo num espaço político, através do qual procuram fazer política, defendendo o seu projeto de sociedade, diferente do que a classe dominante (capitalista e moderna) tenta lhes impor em seus territórios.

As mobilizações populares contra a expansão do agronegócio no campo moçambicano, ganharam expressão global a partir da primeira década de século XXI. Foi a partir deste período que os camponeses moçambicanos globalizaram as suas ações políticas, tendo, contudo, estabelecido alianças de cooperação com outros povos, sobretudo, latino-americanos do Brasil, e asiáticos do Japão, para de forma conjuntam, lutarem contra o que consideravam de agenda colonial, ou seja, neocolonialismo agrário (Catsossa, 2017a, 2017b, 2018, 2019, 2020a, 2020b). Em Moçambique, os camponeses estão organizados em organizações associativas, a partir das quais, de forma coletiva, se insurgem contra a expansão do agronegócio em seus territórios.

Das organizações associativas de camponeses existentes no país, o destaque vai para a União Nacional de Camponeses (UNAC), a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), sem, no entanto, deixar de lado o papel desencadeado pela Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), a Justiça Ambiental (JA!) e a Livaningo. No âmbito das lutas e resistências contra a expansão do agronegócio no campo, essas organizações associativas têm se juntado, para coletivamente travarem o processo de acumulação e reprodução ampliada do capital, que se dá por meio da espoliação, expropriação e expulsão dos camponeses dos seus territórios.

Porém, de todas essas organizações associativas de camponeses, a UNAC, é dos únicos movimentos campesinatos moçambicanos que é membro da Via Campesina, o maior movimento campesino global, o qual conta com representação regional em muitos continentes do mundo. No Brasil, a UNAC é parceira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o maior movimento camponês latino-americano. Ademais, mantém parcerias com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), com a FASE/Brasil, dentre outros movimentos sociais brasileiros. No entanto, das organizações associativas de camponeses existentes em Moçambique, a UNAC é que tem muitos membros ao nível do país, e as estatísticas de 2020, apontam que tinha cerca de 150.000.

No campo, maior parte das mobilizações sociais em protesto contra a expansão do agronegócio tem sido desencadeados pelos membros associativos da UNAC, os quais tem contestado abertamente a expansão do agronegócio. No entanto, os camponeses têm contestado a sua expropriação e expulsão das suas terras pelas empresas do agronegócio. Ao contestar a expansão do agronegócio em seus territórios, os camponeses entendem que a sua existência enquanto sujeitos, está diretamente ligado com a sua permanência nela. É por esta razão que grifam com letras maiúsculas nos dísticos, dizendo “*Não nos arranque a terra, porque dependemos dela*”, conforme ilustra a figura 4.

Figura 4. Camponeses moçambicanos em defesa da terra



Fonte: <https://www.facebook.com/p/UPC-Uni%C3%A3o-Provincial-de-campon%C3%AAs-100075618498913/> e <https://www.flickr.com/photos/105467405@N04/>.

Porém, as reivindicações dos camponeses moçambicanos nas suas lutas e resistências, não se cinge apenas em permanecer na terra. Se no passado, a terra é que estava no centro da questão agrária no campo moçambicano, atualmente, outros elementos ganharam centralidade: a soberania alimentar. Entretanto, nos primeiros anos do surgimento da União Nacional de Camponesas (UNAC), as lutas e resistências estavam centradas no acesso e permanência na terra por parte dos camponeses. Mas, a partir da primeira metade do século XXI, as lutas e resistências camponesas ganharam nova roupagem, ao incluir-se a soberania alimentar nas suas pautas. A UNAC entende que a expansão do agronegócio no campo, para além de ocasionar a expropriação dos camponeses, é ao mesmo tempo, uma ameaça a soberania alimentar dos camponeses.

Figura 5. Militantes da UNAC em defesa da terra e da soberania alimentar



Fonte: <https://viacampesina.org/en/2025/04/mozambique-unac-celebrates-the-international-day-of-peasant-struggle/>

O ProSAVANA, um programa agrícola de matrizes neoliberais que pretendia fazer do Corredor de Nacala, um espaço de acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global, é que despertou a luta camponesa em defesa da soberania alimentar em Moçambique. Coletivamente, os camponeses gritavam “*ProSAVANA* não [em nossos territórios], queremos soberania alimentar”, em protesto contra a expansão do agronegócio no Corredor de Nacala. No contexto das lutas e resistências contra o ProSAVANA no Corredor de Nacala, as organizações camponesas criaram a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», uma plataforma, através da qual, de forma conjunta, debatiam as pautas e traçavam caminhos possíveis para tornarem as suas lutas e resistências mais efetivas.

Foi assim que os camponeses moçambicanos conseguiram derrotar o ProSAVANA, um programa agrícola que se apresentava como a solução para a fome e a miséria, ocultando as perversidades geradas pelo seu primogênito do cerrado brasileiro – o PRODECER (Catsossa, 2020b, 2024; Catsossa). No entanto, a defesa da soberania pelos camponeses tem sido um dos mecanismos de luta e resistência contra a entrada de Organismos Geneticamente Modificados (OGM’s) em seus territórios. Os camponeses entendem que os OGM’s não permitem a diversidade no campo. Igualmente, entendem que os OGM’s representam um risco existencial para as sementes nativas/crioulas, as quais estão em sua posse. Para estes sujeitos do campo, a única forma de proteger as sementes nativas/crioulas, é lutar e resistir contra os OG’s. como forma de evitar o desaparecimento das sementes nativas/crioulas, a UNAC tem desenvolvido ações visando criar bancos de sementes em todo o território nacional. A ORAM, é outra organização camponesa que estado a criar bancos de sementes nativas/crioulas pelo país.

Figura 6. Exposição de sementes crioulas/nativas pelos camponeses durante o II Conferência Internacional Camponesa sobre Terra



Fonte: o autor (2017), acervo particular da UNAC (2020) e da ORAM (2020)

Portanto, essa tem sido a geografia das lutas e resistências camponesas contra a expansão do agronegócio no campo moçambicano. Para os camponeses moçambicanos, a agroecologia, é a única alternativa sustentável e saudável. Para além de ser o garante da diversidade ecológica no território, a agroecologia é responsável pela produção de alimentos de qualidade e saudáveis para o consumo humano, pois, o processo produtivo, não depende do uso de agrotóxicos. Ao defenderem a agroecologia, os camponeses, entendem que é o único caminho, não apenas para a preservação do Planeta Terra, mas também das vidas e espécies que nele se desenvolve, incluindo, a espécie humana.

O agronegócio representa o que popularmente ficou conhecido de *ecocídio*, que é uma tipificação do crime contra a humanidade, começando pelo Planeta Terra, devido ao seu caráter destrutivo no âmbito da sua expansão no campo. Em contraponto ao ecocídio, tem surgido vozes em defesa de uma agricultura para a vida, neste caso, a agroecologia. No entanto, a defesa de uma

(agri)cultura para a vida, é um ato revolucionário, através do qual, os camponeses de todo o mundo buscam romper com o atual modelo de produção que se tem mostrado hegemônico no campo baseado na agricultura em grande escala, isto no extrativismo agrário, traduz-se numa ameaça contra a humanidade.

Neste sentido, o caminho alternativo já é conhecido, o qual passa por abraçar os sistemas agrícolas ambientalmente mais sustentáveis, que se baseiam na (bio)diversidade e na coexistência pacífica entre os povos e os saberes tradicionais. No entanto, o desafio dos camponeses moçambicanos nessa primeira metade do século XXI, passa por construir um projeto alternativo baseado em sistemas agrícolas sustentáveis de base agroecológica, em oposição ao que tem sido apresentado e defendido pelas classes dominantes da sociedade moçambicana, inclusive, pelos membros do governo interessados no agronegócio.

CONCLUSÃO

A capitalismo monopolista mundializado em expansão no campo moçambicano tem merecido a atenção do Estado, e isso, pode ser explicado pela quantidade de terras que estão nas mãos das corporações do agronegócio, com maior intensidade para os corredores de Nacala e da Beira. Como consequência direta disso, a terra está cada vez mais concentrada nas mãos de poucos no campo moçambicano. A violência, os conflitos socioambientais e as disputas pelo uso da terra e outros recursos naturais, com destaque para a água, a sua ocorrência tornou-se mais frequentes no campo moçambicano. A concentração da terra nas mãos de poucos, sobretudo, das grandes corporações agrícolas, as desigualdades sociais, a pobreza, a fome e a ocorrência frequente de violência, conflitos e disputas, são sinais de que não há democracia no campo moçambicano.

Para a democratização do campo, há necessidade da realização da reforma agrária, que aliás, tem sido defendida pela União Nacional de Camponeses (UNAC), como também pela Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP) da Igreja Católica. Em Moçambique, o Estado tem promovido aquilo que não se come, no lugar de investir em políticas públicas e em programas para fomentar a produção de comida que via diretamente na mesa dos cida-

dados. Ninguém come eucaliptos, capim-elefante, sisal, algodão, dentre outras monoculturas. O Estado tem alocado extensas áreas de terras para a plantação dessas monoculturas inúteis para a segurança alimentar dos moçambicanos, no lugar de garantir mais terras para os camponeses, aqueles que de fato, produzem comida que vai diretamente a mesa dos cidadãos. O campo moçambicano é um território em disputa, de um lado, os camponeses querendo usá-lo para garantir a sua reprodução social, produzindo os seus alimentos com base no seu “modo de vida”, e do outro, o agronegócio onde busca apropriá-lo, para através dele, extrair lucros extraordinários por meio da produção de *commodities* destinadas à exportação.

REFERÊNCIAS

BRUNA, Natacha. **Reflexões sobre o Modelo de Desenvolvimento Rural e Cooperação no Corredor de Nacala**. Cadernos de Estudos Africanos n. 37, p. 185-211, 2019.

BRUNA, Natacha Rivi. **Extractivism, rural livelihoods and accumulation: in a climate-smart world – the rise of green extractivism**. Thesis, Erasmus University Rotterdam, Holanda, 2021.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Discursos e realidades do agronegócio: do PRODECER no cerrado brasileiro ao ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique**. Dissertação [Mestrado em Geografia], UFGD, Dourados, 2017a.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e desafios do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. In: **Revista Nera**, p. 151-178, Presidente Prudente, 2017b.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio no Corredor de Nacala em Moçambique**. Tese [Doutorado em Geografia], UFGD, Dourados, 2020a.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. ProSAVANA (re)visitado: neocolonialismo agrário e a fracassada tentativa de monopolização do território em Moçambique. In: MORETTI, E. C. (Org). **Olhares geográficos: a produção social da natureza**. 1ª edição; TotalBooks, p. 246-283, 2020b.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. Questão agrária, estrangeirização de terras e fome na África: desafios para Moçambique no alcance à “fome zero” na era de globalização neoliberal. In: CATSOSSA, Lucas Atanásio & MORETTI, Edivaldo Cesar (Orgs). **Processos e dinâmicas geográficas no Moçambique contemporâneo**. Editora: TotalBooks, p. 14-61, Porto Alegre, 2023.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**. RIET, Dourados, v. IV, n. 1, p. 99-129, 2024.

CATSOSSA, Lucas Atanásio; FABRINI, João Edmilson. As contradições do desenvolvimento capitalista no Corredor de Nacala em Moçambique: entre a modernidade e a barbárie. In: FABRINI, João Edmilson; MONDARDO, Marcos; GOETERTT, Jones Dari (org.). **A cruzada na fronteira**. 1. ed. Porto Alegre: TotalBooks, p. 246-283, 2020.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. 1ª edição; Editora: Annablume, São Paulo, 2005

MANDAMULE, Uacitissa. **Processos e debates relacionados com DUATs: estudos de caso em Napula e Zambézia**. In: MANDAMULE, U. (Coord). Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique. Maputo: Escolar Editora, p. 153-199, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa; MANHICANE JR., Tomás. **Os mercados de terras rurais no corredor da beira: dinâmicas e conflitos**. OR n. 72, OMR, Maputo, 2019.

MANDAMULE, Uacitissa & BRUNA, Natacha. **Investimentos, migrações forçadas e conflitos de terras: representações sociais de populações reassentadas no Corredor de Nacala**. In: FEIJÓ, João (Org). Movimentos migratórios e relações rural-urbanas: estudos de casos em Moçambique. 1ª Edição; Editora: Alcance editores, p. 215-236, Maputo, 2017.

MATAVEL, Nilza; DOLORES, Silvia & CABANELAS, Vanessa. **Os senhores de terra: análise preliminar sobre a usurpação de terras em Moçambique**. Ed. JA! & UNAC, Maputo, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Grilagem, mercado de terras e conflitos no Matopiba e na Amazônia. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros & ALVES Vicente Eudes Lemos (Orgs). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. Editora: FFLCH, p. 137-170, São Paulo, 2024.

O PAÍS. Grupo Bananalândia tem nova unidade de processamento de bananas. 2017. Disponível em: <https://opais.co.mz/grupo-bananalandia-tem-nova-unidade-de-processamento-de-bananas/>. Acesso: 11/07/2025.

PROFILE. Ein aposta em 150 mil hectares para produzir 130 toneladas de óleo vegetal e criar 120 mil empregos em Moçambique. 2025. Disponível em: <https://profile.co.mz/eni-aposta-em-150-mil-hectares-para-produzir-130-mil-toneladas-de-oleo-vegetal-e-criar-120-mil-empregos-em-mocambique/>. Acesso: 20/06/2025.

RÁDIO MOÇAMBIQUE. Gaza: conflito de terras ameaça inviabilizar projeto de produção agrícola em Massingir. Disponível em: <https://www.rm.co.mz/gaza/confelito-de-terra-ameaca-inviabilizar-projeto-de-producao-agricola-em-massangir/>. Acesso: 20/06/2025.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 23ª edição; Editora: Record, São Paulo, 2013.

SELEMANE, Thomas. A economia política do Corredor de Nacala: consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique. Observador Rural – Documento de Trabalho, nº 56, OMR, Maputo, 2017.

SILVA, Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

UNAC & GRAIN: Os usurpadores de terras do Corredor de Nacala: uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique. Maputo, 2015.

Bloco 3 – Políticas Públicas e Movimentos Sociais



CAPÍTULO 13

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS COMUNIDADES CAMPELINAS

Leonardo Cunha Borges

Jurcelio Henrique de Araújo

Ramofly Bicalho

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-C

INTRODUÇÃO

Este capítulo pretende analisar as relações entre as políticas educacionais e os movimentos sociais direcionados às áreas camponesas, que abrangem o contexto da Educação do Campo. Essa temática é fundamental para atender às demandas educacionais das populações que vivem no campo, levando em consideração suas características peculiares de viver, trabalhar e, conseqüentemente, enfrentar os desafios que garantem a sua sobrevivência.

Nesse sentido, os movimentos sociais e as políticas para a Educação do Campo desempenham papel significativo na promoção de ações sociais em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Visa-se ampliar o conceito de educação de modo a adequá-lo às necessidades camponesas, considerando e valorizando as tradições, o modo de vida e o trabalho. É importante garantir condições que favoreçam a permanência digna das famílias em seus territórios, os quais se encontram sob a pressão do avanço do agronegócio nas zonas rurais e do desenvolvimento urbano.

A Educação do Campo constitui um processo educativo destinado às áreas camponesas, englobando escolas presentes em comunidades agrícolas responsáveis pela produção de alimentos provenientes da agricultura familiar. Esses territórios resultam da ocupação de camponeses que vivem em assentamentos e outras áreas não urbanas, onde prevalece uma cultura marcada por

saberes peculiares, que dependem de um meio ambiente equilibrado para assegurar sustento digno e contínuo (MOLINA, 2006).

Essa modalidade educacional enfrenta diversos obstáculos, como a distância geográfica, a diversidade cultural e, principalmente, a carência de infraestrutura adequada. Os movimentos sociais desempenham papel crucial na elaboração e implementação das políticas públicas relacionadas à Educação do Campo. Suas lutas e mobilizações têm contribuído para o reconhecimento e a legitimação dessas políticas, uma vez que reivindicam que as experiências político-pedagógicas acumuladas em suas trajetórias sejam incorporadas às políticas públicas em todos os níveis governamentais.

Desse modo, os movimentos sociais defendem uma abordagem participativa na formulação das políticas educacionais do campo, fomentando o diálogo entre educadores, estudantes, comunidades rurais e gestores públicos, com vistas ao desenvolvimento de políticas que atendam às reais necessidades dessas populações.

As mobilizações em prol da Educação do Campo buscam o fortalecimento do homem do campo em oposição à reincidência de políticas assistencialistas e compensatórias, que perpetuam a precariedade e o fechamento de escolas em comunidades campestres. Esses movimentos reivindicam melhorias na infraestrutura, na formação de professores, no acesso a recursos pedagógicos e na garantia de igualdade de oportunidades educacionais entre áreas rurais e urbanas.

A Educação do Campo é um empreendimento coletivo, construído pelo povo em colaboração com o Estado. Afinal, as políticas públicas voltadas a essa modalidade são fundamentais para promover cidadania, inclusão social e desenvolvimento sustentável nas áreas rurais. O engajamento dos movimentos sociais é essencial para assegurar que essas políticas sejam eficazes, relevantes e sensíveis às necessidades das comunidades camponesas em todo o território brasileiro.

Este estudo, de caráter qualitativo contribuiu com o desenvolvimento da tese de doutorado do pesquisador Leonardo Cunha Borges, tendo como objetivo analisar os principais desafios associados à expansão do agronegócio e seus

impactos sobre o modo de vida camponês. Nesse sentido, pretende-se examinar a situação de duas comunidades rurais próximas ao município de Catalão, sendo que na comunidade Cisterna, ainda existe uma escola em funcionamento, e na comunidade Olhos D'Água, a escola foi fechada. Diante dessas diferentes realidades, busca-se investigar as interações entre as atividades dos movimentos de luta pela terra e a relevância das políticas de Educação do Campo nesse contexto de resistência das famílias camponesas (MOLINA, 2011).

Para fundamentar o desenvolvimento teórico desta pesquisa, foram utilizadas as contribuições de autores como Miguel González Arroyo, Mônica Molina, Ramofly Bicalho e Roseli Salete Caldart, referências nos debates sobre desigualdades sociais, movimentos sociais e políticas públicas educacionais. Suas obras, disponíveis em plataformas como SciELO, Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES, foram analisadas e selecionadas conforme a pertinência para a compreensão das realidades específicas das comunidades camponesas.

Segundo CELLARD (2008, p. 295):

“[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.”

A pesquisa foi dividida em duas etapas. Inicialmente, foram empregados métodos de pesquisa documental e bibliográfica para fundamentar os dois capítulos teóricos. Em seguida, a pesquisa de campo utilizará a etnografia, registrando em diário de campo os principais eventos históricos dessas comunidades. Considerando a hipótese qualitativo fenomenológica, compreender o comportamento humano requer a análise das relações que moldam interpretações, pensamentos, sentimentos e ações (LÜDKE; MEDA, 1986, p. 26-27).

Posteriormente, o método comparativo será empregado para analisar similaridades, diferenças e contrastes que caracterizam as experiências de vida

no passado, identificando desafios atuais e compreendendo as perspectivas futuras dessas comunidades.

Espera-se compreender como as atividades dos movimentos sociais e as políticas públicas de Educação do Campo contribuem para assegurar qualidade de vida, educação gratuita e de qualidade, bem como para fortalecer a agricultura familiar. Essas informações subsidiarão a aplicação do método comparativo na última etapa da pesquisa, fundamentando a conclusão do trabalho de campo. Segundo COLLIER (1993, p. 5), esse método “compara semelhanças ou diferenças entre os dados, privilegiando analogias ou contrastes, podendo ser empregado paralelamente ao método histórico, comparando dados presentes com dados passados”.

Nesse sentido, a pesquisa de campo busca analisar os principais desafios enfrentados pelas famílias das comunidades Cisterna e Olhos D'Água, situadas na mesorregião Sul de Goiás. O objetivo é investigar os avanços e retrocessos relacionados à disponibilidade e ao acesso às políticas públicas educacionais voltadas ao campo, bem como relatar as histórias de luta pela terra, considerando as experiências de vida compartilhadas por homens e mulheres camponeses.

Esses sujeitos são responsáveis pela produção da agricultura familiar, que garante o abastecimento de alimentos saudáveis e a segurança alimentar do país. Na última década, o agronegócio expandiu significativamente as áreas de monocultivo, batendo recordes de produção e exportação de commodities, mas também provocando impactos ambientais que comprometem o modo de vida camponês. A etapa final do processo consistirá na análise e sistematização das categorias de estudo. Como afirmam LÜDKE e ANDRÉ (1986, p. 44):

“Quando não há mais documentos para analisar, quando a exploração de novas fontes leva à redundância de informação ou a um acréscimo muito pequeno, em vista do esforço despendido, e quando há um sentido de integração na informação já obtida, é um bom sinal para concluir o estudo.”

Considerando essas transformações, a Educação do Campo completou 25 anos em 2023. Durante esse período, as famílias camponesas tiveram suas trajetórias marcadas por lutas e reivindicações fundamentais para a garantia

de seus direitos à terra. Esses eventos alcançaram repercussão mundial, organizados por meio das ações dos movimentos sociais em conjunto com a classe trabalhadora do campo.

A busca por garantias constitucionais desses sujeitos persiste, diante da necessidade de resistir às pressões da elite agrária, detentora de extensas áreas de terra e dos meios de produção agroindustriais. Historicamente, as classes dominantes mantiveram suas bases de poder dentro e fora do Congresso Nacional, sustentadas pela exploração agropecuária e pela concentração fundiária, fatores que ampliaram as desigualdades sociais e os conflitos pela terra.

Nesse contexto, a Educação do Campo tem origem na radicalidade pedagógica dos movimentos sociais e se insere no complexo cenário das políticas públicas, estabelecendo relações com o Estado. Contudo, a falta de professores qualificados compromete a qualidade da educação oferecida (CALDART, 2012).

A Educação do Campo tem como foco a escola, mas luta para descentralizar a concepção tradicional de educação, buscando não se limitar à lógica institucional. Como destaca CALDART (2011, p. 149-150):

“Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.”

Assim, a Educação do Campo alinha-se à luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido socialmente, ao mesmo tempo em que critica o paradigma dominante, que desvaloriza os agentes primários como construtores de saber. Essa resistência se manifesta na construção de referências próprias para enfrentar os problemas gerados por uma lógica de produção voltada exclusivamente para os interesses do capital.

DESENVOLVIMENTO

A Educação do Campo surgiu como uma resposta crítica à educação padronizada no Brasil, voltada principalmente à realidade das pessoas que vivem e trabalham nas áreas rurais. Essa crítica não se dirige à educação enquanto prática pedagógica, mas à desconexão entre os modelos educacionais tradicionais e as necessidades específicas dos trabalhadores camponeses, que enfrentam conflitos entre diferentes projetos para o campo, impactando tanto a educação quanto o projeto nacional (CALDART, 2012). Assim, torna-se necessário evitar a imposição de modelos homogêneos que desconsiderem a diversidade cultural e as especificidades rurais, privilegiando uma abordagem contextualizada, participativa e sensível às demandas históricas das comunidades.

Historicamente, a Educação do Campo se articulou com as lutas sociais por terra, trabalho e igualdade, especialmente em áreas de reforma agrária, reforçando seu caráter crítico e emancipador (CALDART, 2012). As primeiras manifestações desse movimento surgiram como ações práticas, ligadas às demandas por acesso à terra, condições dignas de vida e à efetivação de direitos sociais, refletindo uma profunda inter-relação entre educação, trabalho e justiça social.

A participação ativa dos movimentos sociais se mostra fundamental para fortalecer políticas inclusivas e garantir uma educação gratuita, de qualidade e voltada ao desenvolvimento integral das comunidades rurais (MOLINA, 2017). É por meio dessas lutas que a Educação do Campo se estabelece como um projeto de transformação social, capaz de produzir conhecimentos críticos e autônomos, que respeitam e valorizam a cultura local.

A Educação do Campo, portanto, não se configura apenas como uma proposta alternativa, mas como uma prática crítica que confronta paradigmas tradicionais da educação rural e desafia estruturas que vão além do ensino formal, refletindo diretamente na sobrevivência das populações camponesas.

Essa dimensão crítica é teórica e prática ao mesmo tempo: confronta concepções pedagógicas hegemônicas, questiona políticas públicas descontextualizadas e propõe alternativas que dialogam com a realidade concreta das co-

munidades. A prática da educação rural deve estar, necessariamente, conectada à vida social e econômica do campo, integrando saberes tradicionais, experiências locais e conteúdos curriculares relevantes, evitando reproduzir padrões urbanos que não atendem às necessidades do meio rural.

A Educação do Campo não pode ser compreendida apenas em termos pedagógicos, mas como um movimento de resistência que produz concepções teóricas próprias, criticando políticas e projetos educacionais que negligenciam a realidade do campo.

No entanto, obstáculos como a busca por economicidade, baixa demanda de alunos, dificuldades de transporte e precariedade das estruturas escolares ilustram os desafios enfrentados pelas comunidades (RODRIGUES et al., 2017; CALDART, 2017). Esses elementos exigem uma análise crítica da formação de educadores, da educação profissional, do desenho pedagógico das escolas rurais e dos conteúdos curriculares, visando à construção de um modelo educativo sensível às necessidades locais.

As comunidades Cisterna e Olhos D'Água exemplificam os desafios enfrentados pelo campo brasileiro. Nessas regiões, o acesso à educação é dificultado pelo avanço do agronegócio, que reduz a área cultivável da agricultura familiar, promove o êxodo rural e contribui para a exploração da força de trabalho, degradação ambiental e perda da biodiversidade (MATTOS, 2024; FERNANDES, 2009).

A Educação do Campo, nesse contexto, deve funcionar como espaço de resistência e valorização das tradições culturais, fortalecendo a identidade local e promovendo a inclusão social (ARROYO, 2007). Ao integrar práticas pedagógicas, culturais e ambientais, a escola rural atua como instrumento de fortalecimento comunitário, permitindo que os estudantes compreendam e atuem criticamente sobre sua realidade.

Um dos principais desafios da Educação do Campo é a formação e valorização dos professores. Programas como o Pronacampo e a Licenciatura em Educação do Campo possibilitam a inserção de docentes oriundos das próprias comunidades, promovendo articulação entre escola, território e identidade (MOLINA, 2017).

No entanto, a ausência de políticas estruturadas, incentivos adequados e condições de trabalho dignas, associadas à precariedade do transporte escolar e à distância das comunidades, compromete a qualidade do ensino e perpetua desigualdades históricas (SAVIANI, 2011; RODRIGUES et al., 2017). Assim, a valorização do professor rural deve ser integral, contemplando não apenas reconhecimento simbólico, mas também suporte institucional, formação continuada, remuneração adequada e oportunidades de desenvolvimento profissional.

O impacto do agronegócio sobre o meio ambiente e a vida camponesa exige atenção especial. O uso intensivo de agrotóxicos, monoculturas e degradação do solo afeta a saúde da população, compromete a sustentabilidade das práticas agrícolas e prejudica a permanência das famílias no campo (SCHE-RER-WARREN, 2008). Frente a isso, os movimentos sociais desempenham papel estratégico na denúncia dessas práticas e na promoção de alternativas de desenvolvimento sustentável, baseadas na agroecologia, solidariedade e valorização do campesinato. A Educação do Campo se torna, assim, um instrumento político de resistência, que não apenas forma cidadãos críticos, mas também fortalece a capacidade das comunidades de defender seus direitos, territórios e modos de vida.

A escola do campo deve integrar dimensões sociais, econômicas e ambientais, promovendo conhecimento contextualizado, consciência crítica e protagonismo juvenil. Projetos educativos que articulam saberes locais e conhecimentos científicos, como práticas de cultivo sustentável, preservação ambiental e história local, fortalecem a identidade camponesa e estimulam a participação comunitária.

Ao mesmo tempo, a escola funciona como espaço de sociabilidade, onde se discutem problemas concretos do território, fomentando a autonomia e a organização coletiva. Essa abordagem pedagógica fortalece os sujeitos do campo, permitindo-lhes enfrentar os desafios impostos pelo capital e pelo avanço do agronegócio, ao mesmo tempo em que promove cidadania, solidariedade e sustentabilidade.

As políticas públicas desempenham papel central na consolidação da Educação do Campo, mas enfrentam desafios consideráveis. É necessário ga-

rantir continuidade, financiamento adequado, articulação entre diferentes níveis de governo e efetividade na execução de programas e projetos educacionais. O desmonte de políticas públicas, o corte de investimentos e a ausência de planejamento estruturado fragilizam conquistas e reforçam a importância da mobilização social, da participação dos movimentos camponeses e do protagonismo de universidades e institutos federais no desenvolvimento de programas de formação docente e ações comunitárias (ARROYO, 2007; MOLINA, 2017).

Ademais, a Educação do Campo deve ser compreendida como projeto político-pedagógico de emancipação, inspirada na pedagogia da autonomia de Paulo Freire (1996), que enfatiza o diálogo, a reflexão crítica e a valorização da cultura local. A escola rural, nesse sentido, não apenas transmite conteúdos, mas fortalece a capacidade dos estudantes de compreender e transformar a realidade em que vivem, promovendo cidadania ativa e consciência ambiental.

O ensino contextualizado contribui para a permanência das famílias no campo, para a preservação de saberes tradicionais e para a construção de alternativas de desenvolvimento baseadas na agricultura familiar, na sustentabilidade e na justiça social.

Em síntese, a Educação do Campo se configura como projeto contra-hegemônico, capaz de enfrentar as desigualdades estruturais e os impactos do agronegócio sobre a vida rural. A valorização da agricultura familiar, a preservação ambiental, a formação e valorização dos professores e a promoção de políticas educacionais contextualizadas são fundamentais para fortalecer o campesinato.

A escola rural torna-se espaço estratégico de resistência, produção de conhecimento e fortalecimento comunitário, garantindo às populações camponesas condições de permanecer e prosperar em seus territórios, preservando sua identidade, cultura e modos de vida diante das pressões econômicas e sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As desigualdades sociais e econômicas que marcam a realidade das comunidades campesinas configuram um dos maiores desafios à consolidação de uma educação de qualidade no campo. A precariedade das condições de vida,

associada à baixa escolaridade de muitos pais e à escassez de recursos financeiros, compromete diretamente o acesso e o desempenho escolar das crianças e jovens que vivem nesses territórios. Essas desigualdades refletem um quadro de exclusão histórica, no qual as populações rurais foram sistematicamente marginalizadas das políticas públicas e dos investimentos governamentais em educação, saúde e infraestrutura básica (BICALHO, 2017).

Diante desse cenário, torna-se urgente a formulação e a implementação de políticas que tenham como objetivo central a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades em nível nacional. Compreender a Educação do Campo significa reconhecer que a escola não é um espaço isolado, mas parte de um conjunto mais amplo de direitos sociais que garantam condições dignas de permanência das famílias em seus territórios.

Assim, discutir a qualidade da educação envolve necessariamente abordar questões relacionadas à moradia, à saúde, ao saneamento básico, ao acesso à alimentação adequada e à geração de trabalho e renda para os camponeses. A interconexão desses fatores evidencia que a Educação do Campo é uma política pública multidimensional, exigindo articulação entre diferentes setores da sociedade e do Estado.

O estudo em desenvolvimento busca investigar os fatores que interferem na oferta da Educação do Campo, destacando os desafios que impactam tanto o acesso quanto a qualidade do ensino. Entre esses fatores, a falta de infraestrutura escolar é recorrente: muitas escolas rurais funcionam em prédios improvisados, com salas multisseriadas e ausência de recursos pedagógicos adequados, limitando a efetividade do aprendizado.

A carência de professores capacitados e a descontinuidade das políticas de formação docente agravam essa situação, gerando um ensino muitas vezes descontextualizado da realidade camponesa (MOLINA, 2017). Além disso, a precariedade da infraestrutura também reflete diretamente na motivação dos estudantes, que percebem o ensino como distante de suas necessidades e interesses, comprometendo a permanência e o engajamento escolar.

Outro desafio constante, refere-se ao transporte escolar. Em muitas comunidades, os estudantes percorrem longas distâncias em estradas precárias, enfrentando dificuldades que comprometem tanto a frequência quanto o desempenho acadêmico. Esse problema, além de provocar evasão escolar, contribui para a sobrecarga das famílias, que muitas vezes precisam arcar com custos adicionais para garantir a frequência de seus filhos às aulas (CALDART, 2012). As implicações sociais desse contexto são amplas, pois impactam diretamente a organização familiar e a disponibilidade de tempo para atividades produtivas ou comunitárias, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade social e educacional.

No entanto, experiências exitosas demonstram que tais dificuldades podem ser superadas por meio da adoção de políticas públicas eficazes, planejadas e executadas em diálogo com as comunidades locais. O Pronacampo (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), ainda que com limitações, evidencia que investimentos em infraestrutura escolar, formação continuada de professores, ampliação do transporte escolar e ações de valorização da cultura local contribuem significativamente para a construção de uma educação inclusiva e transformadora. Esses programas se destacam por promover a inserção de docentes oriundos das próprias comunidades, fortalecendo a relação entre escola, território e identidade cultural, além de possibilitar a contextualização dos conteúdos curriculares às práticas sociais e produtivas do campo.

Estudos científicos evidenciam que o fortalecimento da Educação do Campo requer ações articuladas entre as diferentes esferas do poder público federal, estadual e municipal, bem como a participação ativa de movimentos sociais e organizações comunitárias. Somente a partir de uma atuação coordenada será possível promover uma educação digna, emancipadora e de qualidade, capaz de transformar a vida das populações camponesas.

Essa transformação, embora analisada aqui a partir do município de Catalão, pode servir como referência para outras regiões do Brasil, demonstrando que a educação, quando associada ao compromisso político e social, se torna instrumento de resistência, emancipação e cidadania.

Contudo, enfrentar os desafios da Educação do Campo também implica reconhecer a centralidade das comunidades camponesas na produção de alimentos, na preservação ambiental e na manutenção de modos de vida sustentáveis. Mais do que garantir o acesso à escola, trata-se de construir políticas educacionais que valorizem a cultura do campo, fortaleçam a agricultura familiar e promovam a superação histórica das desigualdades sociais que afetam milhões de brasileiros. Isso inclui a criação de espaços de aprendizado que incorporem práticas de agroecologia, conhecimentos tradicionais, atividades culturais e experiências coletivas, permitindo que os estudantes compreendam a complexidade de seu território e desenvolvam competências para atuar de forma crítica e autônoma.

As comunidades camponesas enfrentam, ainda, desafios complexos relacionados a fatores políticos, sociais e econômicos, como fechamento de escolas rurais, precariedade da infraestrutura, escassez de professores capacitados e desvalorização da cultura local, comprometendo a efetividade do processo educativo (CALDART, 2012).

Esses desafios reforçam a necessidade de políticas públicas que respeitem a realidade local e promovam a participação da comunidade no planejamento e na execução das ações educativas. É fundamental que os projetos de educação rural integrem dimensões sociais, ambientais e culturais, permitindo que a escola funcione como espaço de resistência, produção de conhecimento e fortalecimento da identidade camponesa.

A implementação de políticas públicas para a Educação do Campo deve ser compreendida como um compromisso com a justiça social, a emancipação e a preservação da diversidade cultural. Garantir o acesso à educação de qualidade no campo significa promover equidade, fortalecer a agricultura familiar, proteger o meio ambiente e assegurar que as famílias possam permanecer em seus territórios com dignidade.

Enfim, a educação rural, portanto, transcende a transmissão de conteúdos formais: ela representa uma estratégia de resistência histórica, construção de cidadania e transformação social.

CONCLUSÃO

O avanço do agronegócio tem interferido diretamente no modo de vida das famílias camponesas, promovendo a expansão de monoculturas, a redução das áreas destinadas à agricultura familiar e ameaçando a segurança alimentar nacional. Esses fatores contribuem para o êxodo rural e dificultam a manutenção das tradições e saberes locais, além de provocarem impactos ambientais significativos, como degradação do solo, contaminação de recursos hídricos e perda da biodiversidade (MATTOS, 2024).

A precarização das estruturas escolares e a ausência de políticas de formação docente contextualizada reforçam a necessidade de ações governamentais alinhadas à realidade do campo, capazes de ampliar a oferta de escolas e valorizar os profissionais da educação rural (BICALHO, 2017).

Nesse contexto, os movimentos sociais desempenham papel estratégico, promovendo a luta por direitos, a reforma agrária justa e a efetivação das políticas públicas, fortalecendo o protagonismo das comunidades e assegurando que a educação no campo seja um instrumento de desenvolvimento social, cultural e econômico.

A pesquisa de campo sobre as comunidades Cisterna e Olhos d'Água evidencia como o modelo produtivo predominante e os impactos do agronegócio criam obstáculos ao acesso à educação e à valorização cultural, interferindo na sustentabilidade das práticas agrícolas familiares (ARROYO, 2007).

Nesse sentido, conclui-se que o fortalecimento do campesinato por meio de educação e políticas públicas adequadas contribui para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Afinal a Educação do Campo é fundamental para promover desenvolvimento sustentável, cidadania e autonomia das comunidades rurais. Políticas públicas equilibradas, que considerem a realidade do campesinato e regulem os impactos do agronegócio, são essenciais para proteger a agricultura familiar, reduzir desigualdades sociais, conservar o meio ambiente e garantir a permanência das famílias no campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação do campo: notas para uma análise de um processo em construção. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007. p. 103-126. Disponível em: https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educacao_do_campo_e_pesquisa_-_questes_para_reflexo.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.

BICALHO, Ramofly. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 210–224, 2017. DOI: 10.12957/teias.2017.24758.

BICALHO, Ramofly. A concepção de Educação do Campo no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 42, n. 2, p. 297–310, 2017. DOI: 10.5216/ia.v42i2.46007.

BICALHO, Ramofly dos Santos. Alfabetização no MST: experiências com jovens e adultos na Baixada Fluminense. 2. ed. Campinas: Editora Komedi, 2007.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto de Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. p. 25-54. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644>. Acesso em: 6 set. 2025.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: MDA, 2012. p. 227-260.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: DOURADO, Luiz Fernandes (org.). *Educação básica no Brasil: políticas e práticas*. São Paulo: Xamã, 2017. p. 133-150.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do campo e território camponês. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. p. 191-214.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educacao_do_campo_e_pesquisa_-_questes_para_reflexo.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.

RODRIGUES, Mônica Castagna; MOLINA, Roseli Salete; CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: história, práticas e desafios atuais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 701-719, jul./set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017175763>. Acesso em: 6 set. 2025.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos; OLIVEIRA, L. M. T. Políticas públicas em educação do campo: interfaces entre movimentos sociais e atores políticos institucionais. *Revista Cocar*, v. 12, n. 23, p. 133–154, 2018.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos; SILVA, Marizete Andrade da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 10, n. 2, p. 135–144, 2016.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. O projeto político-pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: trajetórias de educadores e lideranças. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais e a construção da cidadania*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAPÍTULO 14

O AGRO DE PRONTIDÃO: A HORA E A VEZ DOS ATAQUES AOS CONTEÚDOS DOS LIVROS DIDÁTICOS

Fábio José da Silva Nascimento

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-D

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Encastelado no poder desde os primórdios do período colonial, o agro¹ acostumou-se a estabelecer ditames no cenário nacional em torno de seus próprios interesses. Ao longo dos tempos, cultivos alternaram-se entre florescimento, apogeu e declínio, tecnologias foram superadas por novos inventos e a interação mercantil se intensificou com a evolução dos meios de mobilidade e de comunicação. Entretanto, o perfil dos ocupantes dos centros de comando permaneceu praticamente inalterado, quando muito com algum efeito cosmético. É justamente nesse ponto que reside a força do latifúndio. Esta configuração se enquadra em um esforço deliberado de “mudar para que fique tudo como está” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 19).

As pautas mais proeminentes desse setor são demasiadamente conhecidas e, portanto, cabe apenas citá-las sem maior aprofundamento: enfraquecimento da legislação ambiental, regularização fundiária de terras griladas, retirada de direitos ancestrais de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, caiçaras, dentre outros assemelhados), ampliação da gama de pesticidas pulverizados em lavouras, retardamento de ações efetivas em prol da reforma agrária, financiamento a taxas de juros baixas, renegociação *ad aeternum* de dívidas fiscais e bancárias e meios estruturantes para escoamento da produção (SOUZA, 2019).

¹ Nesse texto, o termo agro designa um conjunto de forças políticas e econômicas que dão suporte ao agronegócio e defendem seus interesses em diferentes campos de atuação.

O acúmulo de benesses direcionadas ao agro está diretamente relacionada à sua eficácia como operador político. Enquanto o crime organizado foi ganhando gradativamente espaços no aparelho de Estado, esse setor condicionou-se informalmente como parte integrante do poder público de tal maneira que é impensável atualmente garantir a governabilidade em ambiente democrático sem ceder a seus imperativos.

Representado por diversas entidades como a Confederação Nacional da Agricultura (CNI) e a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA), o agro também exerce pressão sobre governos por meio de seus numerosos representantes nas duas casas do parlamento brasileiro. Esse agente político possui “nome e sobrenome”: Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mais conhecida como “bancada ruralista”. São os porta-vozes de um setor que, mais recentemente, tem se dirigido para outros campos de atuação, com destaque para a influência em resultados de pesquisas científicas e em abordagens presentes em livros didáticos voltados à educação básica.

No tocante à influência em resultados de pesquisas científicas, chama a atenção a cooptação de pesquisadores renomados para o direcionamento de seus estudos a conclusões que atendam aos interesses dos grandes agentes do setor agropecuário. O caso mais emblemático ocorreu recentemente na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Na ocasião, um pesquisador vinculado a essa instituição foi acusado de distorcer os resultados de uma investigação sobre efeitos nocivos de dois pesticidas à saúde de trabalhadores rurais (FREITAS, 2025).

O episódio reacendeu dilemas éticos sobre a existência de conflitos de interesse entre financiadores/apoiadores de pesquisas científicas e a condução desses estudos, uma vez que, no exemplo descrito anteriormente, uma entidade mato-grossense de produtores de milho e soja participou diretamente da coleta de dados sobre a exposição de lavradores ao glifosato e ao paraquate, agrotóxicos supostamente causadores de patologia graves como câncer, mal de Parkinson, depressão e doença de Alzheimer.

Além de financiar essa pesquisa e de acompanhar o desenvolvimento de todas as suas etapas, a referida entidade selecionou os trabalhadores rurais que

deveriam compor a amostra, indicou laboratórios para a coleta de urina desses lavradores e custeou o transporte do material coletado até a UNICAMP. Posteriormente, esse estudo passou a ser utilizado como referência para se contrapor a deliberações voltadas ao banimento dos referidos herbicidas por autoridades sanitárias.

Um outro flanco de atuação do agro não menos perturbador para a ciência é a tentativa de impor uma ingerência a conteúdos críticos ao setor em obras didáticas distribuídas gratuitamente para todas as escolas públicas da educação básica no Brasil. Antes de adentrar nesse tema, principal foco deste texto, convém ressaltar a importância e os critérios adotados na seleção oficial desses alfarrábios, realizada regularmente pelo Ministério da Educação (MEC).

PNLD: DIMENSÕES E CRITÉRIOS DE ESCOLHA

O Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) é a mais abrangente, regular e sistemática política pública de distribuição gratuita de obras didáticas, literárias e pedagógicas do Brasil. Os impressos são disponibilizados às redes públicas de ensino de todos os entes federados mediante adesão prévia.

Em um país de dimensões continentais e com inúmeras discrepâncias na disposição de meios de acesso ao conhecimento, o PNLD tem se apresentado como uma importante política de enfrentamento a tais disparidades, garantindo que recursos de qualidade alcancem milhões de estudantes brasileiros².

Os critérios de avaliação do PNLD são definidos em editais e abalizados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na legislação vigente, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesses certames, livros didáticos e literários são aferidos em termos de qualidade da linguagem, adequação curricular e pedagógica, projeto gráfico, organização do conteúdo, e respeito à diversidade étnico-cultural.

² Em 2024, o PNLD investiu 2,1 bilhões de reais na aquisição de 194,6 milhões de obras direcionadas a 31 milhões de estudantes da educação básica. De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), esse montante foi 79% superior ao valor empregado no ano anterior para certames da mesma natureza (MINISTÉRIO ?, 2024).

Por fim, cabe ressaltar que as comissões técnicas de avaliação do PNLD são compostas por docentes com vasta experiência profissional e elevada formação acadêmica em diferentes áreas do conhecimento. Embora existam salvaguardas oficiais voltadas a garantir a lisura do referido processo avaliativo, representantes de segmentos produtivos como a mineração e a agropecuária têm verbalizado, sobretudo por meio da imprensa, o seu descontentamento com abordagens consideradas “negativas” e “desatualizadas” (KOLKE, 2025). Em termos práticos, desejam fazer uso de seu poderio econômico para reorientar as deliberações institucionais e moldar um projeto de nação assemelhado à sua fisionomia (NANNINI; CASIMIRO, 2022).

Dentre as entidades que defendem os interesses do agronegócio na tentativa de modificar conteúdos de livros didáticos, destaca-se a associação “De Olho no Material Escolar” (DONME). Criada em 2021, essa organização é formada por aproximadamente 300 pessoas físicas vinculadas a 70 empresas (KOLKE, 2025), mantidas no anonimato³.

ENTRE A CIÊNCIA E O CERCEAMENTO: AS PRESSÕES PRÓ-AGRO

A associação “De Olho no Material Escolar” argumenta que a maioria do conteúdo relacionado ao agronegócio em livros didáticos oficialmente referendados é negativa ao setor. Essas reclamações são variadas. Dentre os conteúdos que mais geram queixas, destacam-se: a) o uso de mão de obra em condições análogas à escravidão por grandes proprietários rurais; b) a supressão de vegetação provocada pela ampliação das áreas de pastagens e campos agrícolas, sobretudo no Cerrado e na Amazônia; c) a utilização demasiada de pesticidas em lavouras; d) a adoção de nomenclaturas como “latifúndio improdutivo” e “agrotóxicos” por parte de uma parcela expressiva de autores(as), dentre outras abordagens.

³ O patrulhamento aos livros didáticos referendados pelo MEC não é realizado exclusivamente pela organização “De olho no Material Escolar”. Líderes religiosos em posse de cargos públicos também têm atuado para realizar proselitismo ou censurar essas obras. Recentemente, a Secretaria de Educação de Sorocaba (SP) vetou a adoção de um impresso voltado à alfabetização. De acordo com o bispo evangélico Clayton César Maciel Lustosa, autoridade máxima dessa pasta, o material foi retirado do acervo a ser distribuído nas escolas municipais por fazer suposta “apologia ao Diabo” (SCINOCCA, 2025).

Conferir invisibilidade a práticas que mancham a reputação do agro em livros didáticos tem se revelado uma indisfarçável estratégia dos grupos de apoio a esse setor, sobretudo quando não é possível fazer uso de eufemismos. Essa tentativa de ocultação se revela em abordagens constrangedoras a esse segmento da economia, tais como a exposição do trabalho análogo à escravidão (prática recorrente em ambientes remotos, distantes da presença do Estado) e a grilagem de terras.

Embora não seja uma prática exclusiva do cenário rural, a submissão de trabalhadores(as) ao labor forçado infringe não somente a legislação trabalhista. Essa situação marcada por condições degradantes de trabalho e moradia, jornadas exaustivas e endividamento do trabalhador como forma de impedir a sua saída, é passível de outro tipo de punição, conforme dispõe o artigo 149 do Código Penal Brasileiro: multa e oito anos de reclusão (MIRAGLIA, 2015)⁴.

Entretanto, em grande parte dos casos de trabalho análogo à escravidão flagrados no campo por autoridades, são celebrados termos de ajuste de conduta que não estabelecem sanções penais aos causadores dessa violação aos direitos humanos, normalmente restringindo as punições ao pagamento de direitos trabalhistas.

Situações como a descrita em parágrafos anteriores não inibem a continuidade da prática delituosa e denotam a mentalidade de uma elite rural com dificuldades, em pleno século XXI, de assimilar a proclamação da Lei Áurea. Portanto, essa abordagem possui grande relevância e não pode ser suprimida de livros didáticos.

No tocante à grilagem de terras⁵, trata-se de uma prática ilegal desencadeada ao longo dos tempos em várias unidades federativas brasileiras, a exemplo da ocorrida no oeste baiano, recém descortinada pela “Operação Faroeste”⁶.

4 Em 2024, mais de mil operações organizadas pelo Ministério do Trabalho resgataram 2.004 trabalhadores em condições análogas à escravidão. Desde 1995, aproximadamente 65 mil pessoas foram retiradas desse estado degradante no Brasil (PASSOS, 2025).

5 Vocábulo designado para caracterizar a invasão, a ocupação, o loteamento e a obtenção ilícita da propriedade de terras públicas sem a devida autorização oficial e em dissenso com a legislação vigente. Em outros termos, é a apropriação particular de terras públicas por meio da invasão, do desmatamento e da violência, frequentemente acompanhada de fraude documental.

6 Trata-se de uma série de ações desencadeadas pela Polícia Federal brasileira, visando apurar o suposto envolvimento de membros do judiciário estadual baiano em crimes que envolvem grilagem de terras (na região oeste da Bahia, grande produtora de grãos), venda de sentenças, formação de quadrilha, dentre outros delitos.

Entretanto, cabe ressaltar que, atualmente, esse fenômeno ocorre predominantemente na Amazônia⁷, onde existe uma grande extensão de terras pertencentes ao Estado sem uso definido (a exemplo da extração madeireira por manejo sustentável ou da proteção integral em unidades de conservação legalmente delimitadas).

Omitir a grilagem de terras de livros didáticos não contribui apenas para a invisibilidade de um crime contumaz. Significa também negligenciar as suas nefastas consequências, a exemplo da expulsão de indígenas, quilombolas e ribeirinhos de seus territórios ancestrais, muitas vezes realizada com o emprego de violência desencadeada por milícias contratadas por grandes latifundiários.

Em parceria com acadêmicos da Universidade de São Paulo (USP)⁸, a organização “De olho no Material Escolar” criou o seu próprio acervo para se contrapor a informações contrárias aos interesses do agronegócio. Conhecida como “Agroteca”, essa biblioteca virtual supostamente oferece obras baseadas em sólido conteúdo científico, capazes de gerar perspectivas positivas para discentes, conforme indica o seu sítio eletrônico.

Entretanto, grande parte do acervo da “Agroteca” nega que o Brasil seja o principal consumidor mundial de agrotóxicos, ou “defensivos agrícolas”, como prefere a DONME. Mudar a nomenclatura não altera a natureza desses agroquímicos, ou seja, continuam sendo veneno.

No mais, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil lidera o *ranking* mundial do consumo de veneno em lavouras do mundo, considerando apenas as dez nações com maior área

7 Na Amazônia, as florestas públicas ainda sem uso definido somam aproximadamente 51 milhões de hectares, ou seja, uma área equivalente ao território da Espanha. Até o final de 2020, de acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), cerca de 14 milhões de hectares dessas vastas extensões florestadas (28% do total) estavam ilegalmente registradas como propriedade privada no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ademais, estima-se que 66% do desmatamento ocorrido atualmente na Amazônia está inserido no perímetro declarado irregularmente como particular (WWF, [s.d.]).

8 Recentemente, a organização “De Olho no Material Escolar” encomendou uma investigação à Fundação Instituto de Administração (FIA) - entidade privada sem fins lucrativos criada em 1980 por docentes do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) - com o intuito de analisar o conteúdo de livros didáticos brasileiros destinados à educação básica. De acordo com os resultados desse estudo, foram verificadas 94 obras referendadas pelo Ministério da Educação. Esse levantamento sinalizou 472 citações positivas e 746 menções negativas relacionadas ao agro nesses materiais (KOIKE, 2025).

plantada (FREITAS, 2024). Em nosso território, são aplicados, em média, doze quilos de pesticidas por hectare plantado, quantitativo inferior a pulverização realizada na Indonésia (6,5 kg/ha), na Argentina (5,9 kg/ha) e nos Estados Unidos (3 kg/ha)⁹.

O negacionismo da organização “De olho no Material Escolar” não se restringe ao uso demasiado de pesticidas em lavouras brasileiras. A DONME também não poupa esforços para questionar a responsabilidade de grandes pecuaristas no desmatamento de biomas nativos do Brasil.

No tocante ao bioma amazônico, existem diversos estudos que destacam o avanço da pecuária como principal causa de destruição de áreas florestadas nesse domínio. Entre 1985 e 2023, o MapBiomas¹⁰ constatou, por imagens de satélite, um crescimento de aproximadamente 363% de extensões de pastagens na Amazônia.

Esse percentual corresponde a uma expansão de cerca de 12,7 milhões de hectares para números próximos a 59 milhões de hectares nesse intervalo de 39 anos, um avanço de 46,3 milhões de hectares em menos de quatro décadas. Em 2023, aproximadamente 14% das terras florestadas da Amazônia tinham se tornado pastagens, com maiores ocorrências no Pará, Acre, Amazonas e Rondônia (MAPBIOMAS, 2024).

Aproximadamente 90% das extensões desmatadas na Amazônia foram primordialmente utilizadas para criar gado. Posteriormente, parte dessas áreas foi direcionada para uso agrícola, sobretudo ampliando espaços para a monocultura de soja (MAPBIOMAS, 2024).

Em contraponto à DONME, pesquisadores como Cordeiro (2022), Ramos (2021) e Dantas (2022) ressaltam o risco de desconstrução da história e da realidade brasileira ao se modificar o conteúdo de livros didáticos de forma não

9 A organização “De olho no Material Escolar” é financiada pela Croplife Brasil, entidade que representa as maiores fabricantes transnacionais de agrotóxicos. Até 2023, essa instituição era presidida por Christian Lohbauer. Após esse ano, ele abdicou do cargo para assumir a vice-presidência da DONME (KOIKE, 2025).

10 Rede colaborativa que agrega centros de ensino superior, organizações não governamentais e empresas de tecnologia, responsável por analisar informações sobre biomas brasileiros e temas correlatos.

criteriosa, apenas para impor o viés político de grupos dominantes em obras escolares. Nannini (2022) sinaliza que esse tipo de mobilização é uma tentativa de legitimação de um modelo produtivo excludente, concentrador e predatório.

A sanha da DONME de modificar conteúdos supostamente desatualizados ou negativos relacionados ao agro desconsidera que os conteúdos presentes em didáticos são baseados em estudos científicos verificáveis. Estes seguem os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação e são elaborados por experientes profissionais, reconhecidos por sua excelência em suas respectivas áreas de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “De Olho no Material Escolar” é um braço de poder criado pelo setor agroindustrial para consolidar o seu projeto político-ideológico no Brasil. Sua atuação visa defender o agronegócio como “locomotiva” da economia nacional, responsável pela introdução da modernidade em atividades outrora consideradas estagnadas.

Dentre os supostos avanços festejados por esse setor como símbolo de melhoria de produtividade, destacam-se: a) a introdução de tecnologias avançadas no campo; b) segurança alimentar da população brasileira; c) a atração de divisas ao país e; d) a geração de impostos e postos de trabalho ao longo da cadeia produtiva.

Esse discurso tenta convencer uma parcela expressiva da opinião pública brasileira sobre as variadas benesses ofertadas ao país pelo agronegócio. Entretanto, obscurecem externalidades negativas, nas quais a tal “modernidade” reproduz práticas atrasadas, marcadas pela precarização do trabalho, pela degradação socioambiental e pela concentração fundiária e de renda.

Além de subjazer questões que incomodam o agro, as iniciativas da organização “De Olho no Material Escolar” exercem coerção social pelo emprego de um sofisticado e diversificado aparato midiático, com destaque nos discursos disseminados em telejornais, jornais impressos, músicas, revistas de ampla circulação e filmes.

Nesses “informes publicitários”, são construídos falsos consensos em torno de uma imagem demasiadamente valorizada do agronegócio. Esse conjunto de práticas coercitivas se esmera em retirar a autonomia do(a) professor(a) no processo pedagógico e, concomitantemente, inibe o desencadeamento do pensamento crítico discente.

A ingerência indevida de grupos à direita no espectro político em livros didáticos possui um propósito claro: normalizar o negacionismo nos principais materiais de apoio à aprendizagem do país. Não se trata de uma contraposição com argumentos factíveis ou capazes de referendar uma reanálise dessas obras. Suprimir abordagens que incomodam ao agro é o principal interesse em questão, com eventuais substituições de conteúdos científicos por outros tão “verdadeiros” quanto a eficácia de vermífugos no tratamento de Covid-19.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo. A hegemonia do agronegócio do campo à educação: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana). Rio de Janeiro: PPFH/UERJ, 2022. 421 p.

DANTAS, J. S. A ofensiva das frações de classe bolsonaristas no desmonte da educação básica pública: escola sem partido, escolas cívico-militares, homeschooling e o ‘agro’ de olho no material escolar. **Além dos Muros da Universidade**, v. 7, n. 2, p. 31-39, 10 jul. 2022.

FREITAS, Helén. Associação de sojeiros do MT colheu amostras para estudo da UNICAMP sobre agrotóxicos. **Repórter Brasil**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/07/associacao-sojeiros-mt-amstras-estudo-agrotoxicos-unicamp/>. Acesso em: 09 set. 2025.

KOIKE, Beth. Agro pede alteração de conteúdos em livros didáticos, **Globo Rural**, São Paulo, 27 ago. 2025. Disponível em: <https://globorural.globo.com/google/amp/cultura/noticia/2025/08/agro-pede-alteracao-de-conteudos-em-livros-didaticos.ghml>. Acesso em: 06 set. 2025.

MAPBIOMAS. Destaques do Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra: BIOMA AMAZÔNIA. 01 Set. 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/10/03/mais-de-90-do-desmatamento-da-amazonia-e-para-abertura-de-pastagem/>. Acesso em: 08 set. 2025.

MINISTÉRIO da Educação. Investimento do MEC em livro didático é 79% maior em 2024, Brasília, 27 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/investimento-do-mec-em-livro-didatico-e-79-maior-em-2024>. Acesso em: 12 set. 2025.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. Trabalho Escravo Contemporâneo: Conceituação à Luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. 2. Ed. Ltr Editora, 2015.

NANNINI, Warllen Torres. A consolidação do agronegócio como modelo de produção hegemônico no Brasil e as externalidades da sua expansão. AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 72–127, 2022. DOI: 10.48075/amb.v4i1.28157. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28157>. Acesso em: 14 set. 2025. <https://doi.org/10.48075/amb.v4i1.28157>

NANNINI, Warllen Torres; CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. “Agro”, a principal base de sustentação da extrema direita bolsonarista: aprofundamento das desigualdades e barbárie socioambiental. In: SOUZA, Aurélio Dias de Marco; CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros (Orgs.). Pesquisas sobre direitos no Brasil. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. E-book (PDF,). ISBN 978-85-8413-300-0. p. 133-161

PASSOS, Gésio. Apesar de avanços, trabalho análogo à escravidão no país ainda é alto. **Agência Brasil**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2025-01/apesar-de-avancos-trabalho-analogo-escravidao-no-pais-ainda-e-alto>. Acesso em: 10 set. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 9-156.

RAMOS, Mariana Franco. Lobby do agronegócio se organiza para “fiscalizar” material escolar. De olho nos ruralistas. São Paulo/SP, 2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/06/lobby-do-agronegocio-se-organiza-parafiscalizar-material-escolar/>. Acesso em: 11 set. 2025.

SCINOCCA, Marcel. Bispo evangélico e secretário de Sorocaba manda retirar livro infantil da rede municipal por suposta apologia ao diabo. Sorocaba (SP), 03 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2025/09/03/bispo-e-secretario-de-sorocaba-manda-retirar-livro-infantil-da-rede-municipal.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2025.

SOUZA, M. A. de. A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate. In: **Revista Geografia em Atos** (Geoatos online), v. 03, n. 10, p. 50-72, jan-abr, 2019.

WWF. Grilagem. [s.l.] [s.d] Disponível em: https://www.wwf.org.br/nossos-conteudos/conceitos_/grilagem/ Acesso em: 08 set. 2025.

CAPÍTULO 15

O AGRÁRIO NO ESTADO BRASILEIRO: INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO SOCIAL, POLÍTICAS AGRÍCOLAS E QUESTÃO SOCIAL

Jean Magno Moura de Sá

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-E

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa refletir sobre o papel do agrário na formação social brasileira, sua influência na formulação das políticas agrícolas e na questão social. A guisa de introdução reflexiva, procuraremos ressaltar alguns momentos significativos em torno das políticas agrícolas no Estado brasileiro e como isso tem influência na questão social do país, atravessada pelo capitalismo e pela luta de classes.

A partir da consciência do capitalismo como modo de produção hegemônico, procuramos refletir como o Estado capitalista, mediante conjunturas favoráveis ou mesmo desfavoráveis da luta de classes envolvidas por correlações de força a cada período histórico, molda políticas públicas no intento de se obter vantagens e assegurar os interesses últimos da classe proprietária.

Importante percebermos como essas políticas agrícolas vêm construindo no país uma formação social pautada no autoritarismo, violência, concentração da propriedade privada da terra e contribuindo de forma bastante significativa para o que se denomina como *questão social* a partir da relação no nosso país entre agricultura e capitalismo.

O artigo busca levantar aspectos preliminares para a análise da questão a que se propõe. Longe de esmiuçar os problemas, procuramos aqui jogar mais luz sobre o cenário e avançar na sua compreensão. Iniciaremos com uma breve incursão da relação do capitalismo e agricultura. Em seguida, o objetivo será compreender melhor como a questão agrária vincula-se à formulação de polí-

ticas públicas. Finalmente, faremos uma breve reflexão acerca da relação da questão agrária com a questão social. A intenção nesse encadeamento é obter mais elementos para contribuir nessa discussão. Sigamos preparando o terreno.

ESTADO CAPITALISTA E AGRICULTURA

No clássico *A origem da família, da propriedade privada e estado*, Engels (2019) aponta o surgimento do Estado como forma de assegurar os interesses dos proprietários frente aos não proprietários por quaisquer formas. Ao mesmo tempo percebemos que a ideologia prevalecente é a de uma suposta neutralidade do Estado que estaria tão somente ocupado em assegurar uma ordem social harmônica. Com o tempo, esse trabalho ideológico ganha sofisticação: poderes autônomos, autoridades constituídas, instrumentos legais, estruturas coercitivas, uso legítimo da força etc.

Para o escopo desse artigo, interessa-nos a propriedade privada da terra e as políticas agrícolas. A terra que já foi de uso comum e que ainda teima em sê-lo para alguns grupos na atualidade, a exemplo de povos indígenas, quilombolas dentre outros, resistindo ao modelo capitalista, é o grande objetivo a ser conquistado.

Em torno do objetivo de monopolizá-la (ainda que em decorrência disso se chegue a esgotá-la), inúmeras políticas agrícolas, agrárias e os sujeitos e seus interesses estiveram e continuam envolvidos nessa dinâmica.

Marx em *O Capital (Livro I)* já revelava que o capitalismo, no intuito dos seus objetivos de lucros a qualquer preço, é ao mesmo tempo destruidor do homem e da terra. Em sua sanha por mais lucros numa corrida desenfreada, transforma tudo em mercadoria e exaure os dois na atividade produtiva.

Desde o seu surgimento, o sistema capitalista intensificou o processo de transformação do mundo, não somente a natureza, mas também as relações de trabalho entre os homens uma vez que “[...] a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2013, p. 574). O capitalismo expropria ao mesmo tempo os recursos da natureza e os frutos do trabalho.

Essa relação insustentável do capitalismo com a natureza também pode ser sentida em outros ramos da atividade produtiva a ponto dessas preocupações terem se generalizado e cada vez mais se tornado uma interrogação. Entretanto, para o escopo do presente artigo, nosso foco será a relação do capitalismo com a agricultura. Ao analisar essa relação, Marx (2013, p. 572-573) revela o que ele denominou de ruptura ou fratura metabólica.

Nesse processo de busca por mais terras, mercados e produtos, vastas áreas foram conquistadas em todo o mundo a ferro, fogo e sangue conforme podemos observar no processo de acumulação primitiva do capital (ibidem, p. 531-532). No seu processo de surgimento e consolidação, o capitalismo foi (e segue até hoje) ampliando seus tentáculos para as mais diversas atividades e espaços.

Antes de ser taxado de renegado, em sua primeira fase, Kautsky (1980), recorrendo às análises de Marx nos mostra como o capitalismo provoca a concentração de riqueza nos campos. E nessa jornada, as grandes propriedades vão absorvendo as pequenas e proletarizando o setor mais pobre do campesinato.

Segundo Kautsky (1980, p. 27-28) a agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria, seguiria leis próprias mas não significando oposição ou antagonismo inconciliável entre as duas. Na verdade fazem parte de um mesmo progresso de conjunto. A exploração agrícola moderna é impossível sem dinheiro ou sem capital, é pois uma exploração capitalista ainda que sob formas particulares (Ibid., p. 76).

O campesinato torna-se com isso o setor a ser conquistado pela vanguarda da classe trabalhadora no intuito de contribuir para a destruição do capitalismo, mas esse trabalho sempre se constituiu um desafio.

O programa agrário defendido por Lênin na revolução russa era enfático no combate ao latifúndio, mas não somente isso. Defendia também a estatização de todas as terras juntamente com o fim da propriedade privada da terra (LÊNIN, 2002, p. 222).

Especificamente no caso da agricultura, o modelo patronal avançou por cima de outros modelos produtivos tradicionais vinculados à terra. Amin (1977, p. 40), a título de exemplo, denunciava o cinismo descarado num artigo de um

correspondente anônimo da revista inglesa *The Economist* que, ao se referir ao futuro do Sahel africano, defendia que o destino dos criadores seminômades da região seria desaparecer para que fosse assegurada a vocação da região de produção de carne para o mundo desenvolvido.

O capitalismo sempre enxergou essas periferias do mundo como mercados consumidores de seus produtos e como produtores para suas necessidades de matéria-prima. Segundo Ianni (2004, p. 100), o capitalismo acaba englobando as áreas e modelos pré-capitalistas integrando-as a sua lógica ao modificar a lógica pré-capitalista ou simplesmente anexando-as ao modelo hegemônico.

Entretanto, Shanin (2008, p. 25) nos mostra a perseverança e flexibilidade do campesinato na resistência a esse processo de “desaparecimento” frente ao capitalismo. Ainda que, tal qual outros setores, sejam governados por outros, a saída é a consciência e auto-organização dessa resistência.

O certo é que a resistência ao capitalismo sempre cobra um preço muito alto para os que se aventuram nesse percurso, seja na cidade ou no campo. A seguir abordaremos algumas dessas questões vinculadas à realidade brasileira, carente de políticas públicas que construam efetivamente uma realidade mais justa.

QUESTÃO AGRÁRIA E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS NO BRASIL

Neste item, mostraremos como a questão agrária e os embates de projetos societários apresentam-se como pano de fundo no processo de formulação de políticas públicas no Brasil.

Boneti (2007) elenca que é fundamental para compreendermos o processo de surgimento de uma política pública, termos consciência de que os agentes envolvidos nas definições das políticas públicas são oriundos das relações entre o Estado, as classes sociais e a sociedade civil.

A história do nosso país sempre esteve muito vinculada à questão da terra. Ela foi tomada dos povos indígenas, foi disputada por nossos primeiros colonizadores e outras nações europeias e continua sendo negada até hoje a todos aqueles que a reivindicam como instrumento de trabalho e lugar de vida,

sobretudo povos, comunidades tradicionais e trabalhadores sem-terra. Sempre foi sinônimo de poder e prestígio. E em seu chão houve muito autoritarismo e sangue derramado.

Em geral, as leis de terras desde o império têm sido a forma como o Estado vem ao longo da história do nosso país acomodando, ou favorecendo e contrariando interesses dos diversos setores envolvidos na disputa pelo uso e posse da terra, sobretudo, garantindo vantagens no cômputo geral à classe proprietária, já que o latifúndio nunca foi questionado nessas legislações (IANNI, op. cit., p. 175).

A Lei de Terras de 1850, a pretexto de organizar a propriedade privada de terras devolutas do Império, na verdade tornou-as quase impossível de serem conquistadas ou adquiridas por trabalhadores livres (MARTINS, 2010, p. 41-42).

O preço das terras foi encarecido e suas localizações e disponibilidades foram mantidas praticamente em monopólio por fazendeiros e funcionários do governo. O único objetivo foi garantir força de trabalho para as grandes plantações (IANNI, op. cit., p. 14-16).

O Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, optou pelo modelo que após a “libertação dos escravos” tornou cativa a terra por meio da restrição do seu acesso somente mediante compra. Essa é a matriz estrutural e histórica que nos moldou no que somos hoje: um modelo de economia concentracionista (MARTINS, 2010, p. 10). Nos Estados Unidos por meio do *Homestead Act*, a terra era passível de livre ocupação pelos homens livres, mesmo os ex-escravos.

Em sua clássica obra *Coronelismo, enxada e voto* (LEAL, 1975) localiza o município na Primeira República, como a base das relações de poder na qual se movimentavam os coronéis chegando até o presidente da república, assegurando compromissos políticos. Segundo Leal (1975), a ausência do poder público constituído no interior do país, favorecia o fortalecimento desse fenômeno.

Martins (2010, p. 48) lembra que a movimentação de tropas pelos coronéis, formadas na maioria das vezes por seus jagunços, a pretexto de

assegurar a ordem política da República quase sempre coincidia com a “tentativa de usurpação de terras e expulsão de concorrentes”.

O mandonismo, outro fenômeno da política no país, caracterizado pelo domínio pessoal e arbitrário frente a um grupo, era proporcionado, segundo Carvalho (1997), principalmente pela posse da terra dentre outros recursos estratégicos.

Por exemplo, na Guerra do Contestado, os coronéis eram contra a entrega de lotes a colonos estrangeiros já que essa demanda ia contra os interesses do coronelismo local que buscava impedir a distribuição das terras para os que não a possuíam e até privar da terra aqueles que já a possuíam (IANNI, op. cit., p. 122).

A exploração agrícola no nosso país sempre foi subordinada à indústria. Inicialmente quando esta estava localizada no exterior, principalmente na Europa e América do Norte. Essa subordinação manteve-se quando também surgiu no centro-sul do país uma indústria incipiente, é claro sem se desmancharem os vínculos externos imperialistas (Ibid., p. 246).

O capital estrangeiro está enraizado no campo brasileiro, seja diretamente como capital, seja como estrangeiro proprietário de terras e produtor agrícola, seja de forma associado à burguesia nacional. Essa burguesia rural extrapola o campo em atuação. Em muitos casos, é rural e industrial ao mesmo tempo. Frequentemente, se pode ver nas atuações dos grupos econômicos seu envolvimento de forma simultânea nas dimensões financeira, industrial, agrícola e comercial (Ibid., p. 151).

Durante uma entrevista junto a um agente do ramo financeiro e questionado como o banco poderia lhe ajudar se ele fosse um proprietário de grande extensão de terras, o agente respondeu a ele que se for um proprietário com o título da terra, o banco emprestaria tudo e quando perguntado o que seria esse tudo, ele respondeu: “tudo significa tudo; emprestamos para você cortar a mata, queimar a mata e plantar os pastos; emprestamos para as cercas e os currais, comprar as rezes, iniciar a pecuária; emprestamos tudo” (Ibid., p. 150). A uma taxa de juros tão baixa que chega a ser negativa, na verdade esse tudo, é tudo e muito mais. “Essa expansão do capitalismo no campo, portanto, tem-se bene-

ficiado, em grau crescente, da participação do Estado nos negócios agrícolas” (IANNI., 2004, p. 150).

O Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 garantia ao trabalhador do campo a possibilidade de ser registrado em carteira profissional, um contrato de trabalho, disciplinava o trabalho do menor e da mulher e outras questões referentes a lida no campo. Juntamente com as reformas de base do governo João Goulart, serviu como estopim para o golpe militar e a instauração no país por 21 anos de uma ditadura que tinha dentre seus principais apoiadores a burguesia agrária.

Já sob a tutela do governo militar, em novembro de 1964 é promulgada a Lei nº 4504, Estatuto da Terra, que longe de resolver os conflitos no campo somente serviram para dar continuidade a esses. Apesar da lei prever a ação do Estado para assegurar que a terra cumprisse seu papel socioeconômico, somente no final da ditadura alguns assentamentos foram criados com base em terras devolutas e desapropriações (SCHMITZ; BITTENCOURT, 2014, p. 599-600).

Ainda que o Estatuto da Terra, à primeira vista, tivesse dispositivos progressivos discutidos ainda no projeto do governo João Goulart, os mesmos, como poderemos ver em outros dispositivos, nunca saíram do papel. A orientação geral continuou sendo a expropriação da terra de setores populares e a apropriação de amplas parcelas do território do país por grupos privados. E mesmo com a caracterização de que tais dispositivos nunca sairiam do papel, o Estatuto da Terra só foi aprovado mediante forte pressão social interna, favorável à tese desenvolvimentista, e externa de organismos internacionais, a exemplo da FAO e CEPAL (LEME, 2024, p. 14-15).

Como nos alerta Rua (s/d, p. 14), como podemos ver no exemplo do Estatuto da Terra, nada garante que uma decisão a nível de política pública se torne ação nem que a demanda que originou uma possível política pública seja prontamente atendida, isto é, não existe uma vinculação automática entre uma decisão sobre uma política pública e sua implementação, assim como também não existe vinculação entre o conteúdo da decisão e o resultado de uma possível implementação da política pública.

Sob o pretexto de modernizar a agricultura no Maranhão, o então governador José Sarney instituiu a Lei nº 2.979, de 17 de junho de 1969, que na verdade serviu como catalisador de processos de grilagem, desorganização da produção campestre, violência no campo e concentração fundiária no Estado (AMARAL NETO, 2019, p. 04).

A expropriação/apropriação de terras durante a ditadura militar foi gritante. Durante a constituinte, os movimentos sociais conseguiram inserir um dispositivo, o artigo 51 dos Atos das Disposições Transitórias, que previa a revisão das concessões de terras do período. Entretanto, o dispositivo nunca saiu do papel (PRIETO, 2017, p. 13).

Em contexto muito recente, o atual governador do Estado do Maranhão, Carlos Brandão do PSB fez aprovar a Lei nº 12.169, de 19 de dezembro de 2023, apelidada pelos movimentos sociais que atuam no campo de “Lei da Grilagem”. A lei proíbe que comunidades tradicionais (quilombolas, quebradeiras de coco babaçu etc.) utilizem seus dispositivos para regularizar suas posses. Entretanto, amplia de 200 para 2.500ha a extensão de terras que posseiros, leia-se grileiros, podem regularizar suas posses junto ao Estado (CASTRO, 2024).

Também em contexto recente, temos a aprovação da Lei nº 14.701, promulgada em 28 de dezembro de 2023, que instituiu a tese do “Marco Temporal”, que coloca em estado de ameaça diversas terras indígenas no país, mesmo aquelas já demarcadas. A lei aprovada no Congresso com forte atuação da “bancada ruralista” tem objetivos explícitos. Segundo Portela et al (2024), A atuação da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) baseada nos fundamentos históricos da organização fundiária do país que se centrou na acumulação primitiva, no latifúndio, monoculturas agroexportadoras é um grave risco aos direitos dos povos originários e aos ecossistemas brasileiros.

O Brasil, observado desde os anos 1960, ensaiou um processo de reversão de sua pauta exportadora, mas não conseguiu sustentá-lo. Vive hoje fortes constrangimentos em sua economia, operando com um câmbio excessivamente desvalorizado, grande dependência de componentes importados, limites tecnológicos e todas as consequências da condição predominante de produtor e exportador de commodities agrícolas e minerais. Um modelo que serve a poucos em detrimento de muitos.

A conciliação de classes serve para gerar uma falsa sensação de que todos os atores estão ganhando alguma coisa e evitar a sensação de que um ou outro grupo tenha a sensação de que foi derrotado completamente. Rua (s/d, p.14) chega a essa conclusão a respeito das disputas em torno das políticas públicas pelos diversos sujeitos envolvidos nessa negociação.

A lógica que permearia a não reforma agrária do governo Lula seria a não indisposição com o agronegócio, deixando de fazê-la nas áreas de seus domínios e fazendo-a em áreas onde possa ajudar o agronegócio (OLIVEIRA, 2007, p. 177-178).

Oliveira (2007, p. 178) dispara sua crítica ácida e certa, denunciando o que poderia ser considerado um pacto da mediocridade entre os governos do PT e os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. O governo fingindo que estaria realizando a reforma e os movimentos fingindo que acreditam.

O que Oliveira (2007, p. 153) nos ajuda a enxergar é que em pleno século XXI, as elites agrárias do nosso país continuam a oferecer a barbárie para a sociedade em se tratando da organização fundiária do nosso país. As estatísticas sobre os conflitos e a violência no campo continuam a assombrar aqueles que sonham com um país mais justo.

Enfim, Neves (2019, p. 329) chama atenção para a questão agrária no âmbito das sociedades capitalistas ocidentais como “expressão de modos de problematização das formas de expansão do capitalismo no campo”. Uso e controle da terra ou territórios e diferenças produtivas do ponto de vista tecnológico em relação com a natureza estariam na base dessas disputas históricas. Em que pese as opções pelas vias de enfrentamento da questão agrária serem mais reformistas ou mais radicais, a questão permanece bem atual e suas consequências ou influências na questão social mais preocupantes do que nunca (ibidem, p. 345).

A demanda por mais reflexões acadêmicas e práxis profissionais e políticas na dimensão da conexão da questão agrária com a questão social torna-se uma exigência diuturna nessa complexa realidade como veremos no item seguinte.

QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL

Oliveira e Faria (2009, p. 15) colocam que o processo histórico da grilagem das terras devolutas no Brasil é parte constitutiva do capitalismo rentista que nele se desenvolveu. Concordamos e salientamos que essa dinâmica, sem sombra de dúvidas, agravou a questão social no país elevando as crises cíclicas do capitalismo a outros patamares na atual conjuntura.

A questão social, expressão criada no fim do século XIX, marcaria as disfunções da sociedade industrial emergente (ROSANVALLON, 1998, p. 23). Procuraremos aqui neste item, mostrar como a questão agrária e a questão social possuem uma relação direta. Yamamoto (2001, p. 10) indica que é essencial para a compreensão das políticas públicas percebermos que elas estão localizadas no campo das disputas entre visões de mundo, projetos societários e diferentes interesses de classe.

Pastorini (2004, p. 20) ressalta que as discussões e embates em torno da caracterização de uma “nova questão social” em oposição a uma “antiga questão social” não ajuda nesse processo. Ainda que existam elementos novos, há traços constitutivos e essenciais ligados à sua origem que não podem simplesmente ser ignorados ou rechaçados. No seu entender, seria mais proveitoso reconhecermos que existem diferentes questões sociais ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo e das sociedades industriais que foram em dadas épocas respondendo a questões sociais surgidas em seus processos.

A título de exemplo, apontando a complexidade de uma época ligada ao Estado providência, (ROSANVALLON, 1998, p. 137), defende a entrada do “terceiro setor” na ordem do dia para cumprir os objetivos que o próprio Estado e o mercado não estariam mais conseguindo garantir. Entretanto, Yazbeq (2001, p. 37) denuncia esse modelo que cada vez mais diminui a intervenção do Estado na “questão social” apelando para solidariedade social, mascarando alternativas privatistas para a questão social por meio do envolvimento da família, organizações sociais e a comunidade.

As ações oriundas desse modelo são pontuais e incapazes de alterações significativas nas necessidades sociais. Na verdade, essas ações e sua dinâmica

serviriam mais para se impedir a retirada do véu que cobre no capitalismo a dinâmica por trás das desigualdades sociais.

Gohn (2010) aponta como a época presente no tocante a disputas políticas marca a cena com novos sujeitos na arena: os movimentos sociais. E esses sujeitos pautam suas demandas o que gera novas questões sociais ou no mínimo trazem à superfície questões até então ignoradas ou invisibilizadas. Na história do país, conforme a correlação de forças presente na luta de classes, que em alguns momentos mostra refluxo ou ascenso do explorados e oprimidos, é possível perceber recuos ou avanços nesse processo de disputa política por parte de movimentos sociais mais antigos e consolidados.

Na dimensão refletida no presente artigo, não foi diferente. Um movimento a ser destacado no campo brasileiro foi o das Ligas Camponesas onde um setor mais radicalizado chegou mesmo a defender a luta armada inspirada na Revolução Cubana.

Atualmente, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), que se reivindica herdeiro das ligas, é um dos mais importantes movimentos sociais no campo no nosso país. Sua luta vem evoluindo desde sua fundação e podemos identificar que além de terra como local de trabalho e moradia, suas reivindicações ampliaram para crédito, assistência técnica e produção/comercialização de forma cooperativada (Ibid., p. 145-146), além de um viés agroecológico que enfrenta o modelo da agricultura patronal baseada ainda no pacote tecnológico da revolução verde.

Em resumo, podemos ver como as demandas do campo dialogam com a questão social, uma vez que o projeto de reforma agrária do MST está pautado em quatro eixos: 1) democratização do acesso à terra; 2) desenvolvimento e ampliação de uma agroindústria local de pequeno e médio porte; 3) educação em todos os níveis; e 4) alteração do modelo tecnológico agrícola, atualmente centrado em oligopólios, multinacionais (Ibid., p. 147).

O atual modelo é girado para agroexportação de commodities a partir de grandes latifúndios com todo um suporte por parte dos diversos governos em diferentes épocas do nosso país sempre relegando a sua própria sorte a classe não-proprietária.

Essa dura realidade no campo brasileiro vem por décadas contribuindo para o fenômeno do êxodo rural e o consequente inchaço das grandes cidades. Kautsky (1980, p. 328) já era taxativo em relação ao que motivava esse êxodo. Esse fenômeno cessaria tão logo o trabalhador do campo encontrasse serviço satisfatório e todas as demais condições para uma vida digna lá mesmo no campo.

A riqueza produzida no campo e tão bem propagandeada pelo agro-negócio, não chega aos trabalhadores, concentra-se cada vez mais e mais. Segundo Ianni (1991, p. 05) é gritante o largo descompasso entre o pujante desenvolvimento econômico que o Brasil chegou a alcançar e o seu precário desenvolvimento social. Desemprego, déficit habitacional, deficiência em diversos serviços públicos a exemplo de saúde e educação, fome e insegurança alimentar etc são elementos a serem enfrentados na questão social do Brasil e já são parte da história do país, atravessaram diversos momentos do nosso desenvolvimento, tratados como problema político ou como problema de polícia.

Tomando como exemplo o Maranhão, o problema de nossa economia se especializar na produção e exportação de commodities são os efeitos decorrentes de oscilações no mercado internacional a exemplo do que aconteceu com a crise de 2008 (DINIZ, 2013, p. 103) que trouxe um rescaldo de desemprego para o Estado.

A mudança desse quadro ainda é uma realidade muito distante, o MATOPIBA, programa do governo federal, criado durante o governo Dilma pode contribuir na piora desse situação, uma vez que ameaça os territórios de povos e comunidades tradicionais na sua área de atuação. Novos investimentos em torno dessa especialização da economia de commodities irão corroborar também com a piora desse quadro (Ibid., p. 107). É mais do mesmo: desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social. O bolo continua crescendo sem nunca ser repartido. E uma reestruturação agrária que contemplasse os historicamente alijados poderia trazer um cenário de maior justiça social no Maranhão (Ibid., p. 107).

Enfim, o modelo do latifúndio e a monocultura para exportação de commodities são dois dos principais aspectos relativos à questão agrária no Brasil. Desde os tempos coloniais esse foi o modelo fundiário e produtivo adotado na periferia do capitalismo (NEDER; SILVA; MESQUITA, 2018). De lá para os dias atuais, intensificou-se a concentração fundiária e a intensidade da exploração da terra de maneira insustentável aumentando a desigualdade social e a degradação ambiental no campo.

Mazoyer e Roudart (2010, p. 515) denunciam a situação extrema do latiminifundismo, muito presente nos campos da América Latina ao lado de imensidões de hectares na maioria das vezes subexplorados que praticamente monopolizam as terras agrícolas, camponeses pobres ficam espremidos em pequenas áreas sem condições de produzir nem o básico necessário para alimentar suas famílias.

Segundo Marques (2020, p. 14) nesse processo de formação da propriedade privada da terra no nosso país e a relação com a própria constituição do Estado e das relações capitalistas moldando a formação territorial do país, foram naturalizados o saque e a rapina das terras públicas como formas legítimas de acumulação no campo.

Esse modelo sempre funcionou para os poderosos. O país viu passar por sua história barões do açúcar, barões do café e barões da borracha, reis do gado e reis da soja. E nesse percurso, milhares de camponeses, indígenas, quilombolas, mortos ficaram pelo caminho somente com os sete palmos de terra garantidos deste latifúndio. Tal qual o poema, fica o sonho de ver a terra ser dividida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos mostrar o entrelaçamento e o aprofundamento da questão social com a questão agrícola e agrária no capital. Nesse percurso, observamos um franco domínio dos interesses da burguesia agrária prevalecendo. É também visível a nítida relação entre o agrário e o Estado brasileiro.

Todo esse percurso não foi feito sem resistência por parte dos explorados e oprimidos. A um custo muito alto, a resistência ainda se faz presente no campo brasileiro. Em alguns momentos de intensa violência e ameaça, podemos perceber a riqueza dialética em torno da realidade concreta que mostra a unidade de luta como a alternativa viável para o não desaparecimento total e assim forjaram-se as condições para o contraponto ao sistema e sua violência: a unidade de povos da floresta, a unidade entre campo e cidade, a unidade entre os de baixo contra os de cima.

Essa resistência é fundamental, pois seguem avançando os interesses da burguesia agrária, herdeira do escravismo, e que sempre teve dificuldade em diferenciar o público do privado. Políticas públicas são pensadas em termos de instrumentos legais e estruturas estatais para garantir os interesses do setor agrário. A questão que fica é: até quando isso será suportável? Até quando a terra será cativa?

REFERÊNCIAS

AMARAL NETO, Roberval. “LEI SARNEY DE TERRAS”: conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980. SIMPÓSIO ANUAL DE HISTÓRIA, 30, 2019, **Anais...** Recife-PE: 2019. p. 01-16. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564957352_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf. Acesso em 16 de julho de 2025.

AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária (A dominação do capitalismo sobre a agricultura). In AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 09-40.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro**. 2.ed. Editora Unijuí: Ijuí, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997, 229-250.

CASTRO, Mariana. Lei que limita direito à terra de comunidades tradicionais maranhenses é questionada na Justiça. **Brasil de Fato**, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/11/lei-que-limita-direito-a-terra-de-comunidades-tradicionais-maranhenses-e-questionada-na-justica>. Acesso em 16 de julho de 2025.

DINIZ, Fabiana Araujo. Novos investimentos no Maranhão: um cenário desenvolvimentista? In **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, pp.89-108, jul.-dez. 2013. Disponível em: <http://www.cadernosdo-desenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/139>. Acesso em 19 de julho de 2025

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A “questão social” no capitalismo. In **TEMPO-RALIS** / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001. pp. 09 – 32.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A questão social**. São Paulo em perspectiva. 5(1):2-10, janeiro/março, 1991. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_01.pdf. Acesso em 20 de julho de 2025.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3.ed. São Paulo: Proposta, 1980.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-omega, 1975.

LEME, Adriana Salay. “Mexa na estrutura”: Josué de Castro, a reforma agrária e o golpe de 1964. **Dossiê – Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 44, nº 97, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/fTv4kvS9htXfNRK-DxN9FQWw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 de julho de 2025.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O programa agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907**. Goiânia: Alternativa, 2002.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES, M. I. M. Propriedade da Terra, Estado, Relações Capitalistas e Formação Territorial Brasileira. In: CRUZ, Rita de Cássia A da. e CARLOS, Ana Fani A. (orgs.), **Brasil, presente!** São Paulo, Ed. FFLCH, 2020. Disponível em https://drive.google.com/file/d/13corxuVnbZE81lkHHyKHuwmNo9PndrAw/view?usp=drive_link. Acesso em 10 de agosto de 2025.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

NEDER, Henrique Dantas; SILVA, José Ribamar Sá; MESQUITA, Benjamin Alvino. A expansão das commodities e as transformações do espaço rural: América Latina e Brasil. In: 6th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies, 2018, Brasília. **Desenvolvimento e transformações agrárias: BRICS, competição e cooperação no Sul Global**. Brasília: Published by:BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS), 2018.

NEVES, D. P. Questão Agrária: Configurações de Disputa de Modelo de Agricultura. In: CASTRO, E. **Pensamento Crítico Latino-Americano**. São Paulo: Annablume: 2019. p. 317-352. Disponível em https://drive.google.com/file/d/13Whlc9quetb9OjkhQu4KRahHkUmjBnbo/view?usp=drive_link. Acesso em 10 de agosto de 2025.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007. Cap. 8. Pag. 104-179. https://drive.google.com/file/d/147qGDgT3Ku14S-_dXeZX3AvHYtUeuHNm/view?usp=drive_link. Acesso em 10 de agosto de 2025.

OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C. S.: O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: **Anais. XII Encuentro de Geógrafos de América latina**, 2009. Caminando em uma América Latina em Transformación. Montevideo, Uruguai: Universidad de la República, 2009a. V. 1. p. 01-15. Disponível em https://drive.google.com/file/d/145Dp09pJAihEczn5dhhRcGI3_1poCOfm/view?usp=drive_link. Acesso em 11 de agosto de 2025.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “Questão Social” em debate**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

PORTELA, Roberto Campos et al. Marco temporal: o projeto político do agronegócio e a ameaça aos direitos dos povos indígenas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 147(3), 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Hq8cYhN5CHt9q8YTJJMh6GM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 de julho de 2025.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mercator/a/XLfjxSkqJSjjgbWB9xwJTmd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 de julho de 2025.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**: repensando o Estado Provisória. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos, s.n.t. (mimeo.); Disponível em <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>. Acesso em: 19 de julho de 2025.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 23-47. https://drive.google.com/file/d/13_Zz1TzBpJwXVIhpObTz0usn-mLA6qU4/view?usp=drive_link. Acesso em 29 de julho de 2025.

SCHMITZ, Arno Paulo; BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo. O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico: Roberto Campos versus Celso Furtado. In **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 3 (52), p. 539-576, dez. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In **TEMPORALIS** / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001. pp. 33 – 40.

CAPÍTULO 16

RAÍZES DA RESISTÊNCIA: A POLÍTICA DO PRO-MANDIOCA E OS AGRICULTORES FAMILIARES DE VARGEM GRANDE - MA

Chirlene Pessoa Sousa

José Sampaio de Mattos Júnior

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-F

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, a mandioca tem sido um alimento essencial na agricultura familiar. No estado do Maranhão, esse cultivo assume papel central como fonte de segurança alimentar, uma vez que o cultivo ocorre em um sistema caracterizado por relativa mecanização. Nessas condições, segundo Souza, Fukuda e Santos (2008), a mandioca é frequentemente consorciada com outras culturas típicas da agricultura familiar, como o arroz, feijão e milho, condicionados a uma prática agrícola tradicional.

Nesse contexto, o município de Vargem Grande ocupa uma posição de destaque na região imediata de Itapecuru Mirim. De acordo com os dados do SIDRA/IBGE (2006-2017), o município destinou uma área de 36.719 hectares para plantio de mandioca, o que levou, em 2017, à institucionalização da Lei Municipal nº 608/2017, conhecida como Política do Pró-Mandioca, que constituiu um marco importante na tentativa de fomentar a cadeia produtiva da mandioca, articulando produção local, consumo institucional e valorização dos saberes tradicionais.

Torna-se pertinente destacar que a iniciativa municipal de valorização da cadeia produtiva da mandioca não é inédita, pois em 13 de junho de 2008, o Projeto de Lei nº 2891 propôs o Programa Nacional de Fomento à Produção e Comercialização da Mandioca e seus Derivados (Pró-Mandioca). A proposta de âmbito nacional do Pró-Mandioca visava estimular o uso da mandioca como

substituto do trigo, buscando reduzir a dependência brasileira das importações desse cereal, que representavam 75% do consumo em 2008. O projeto previa a adição de 30% de fécula de mandioca ao trigo destinada a órgãos públicos, como parte de uma iniciativa para incluir esse produto na merenda escolar.

No entanto, a implementação foi vetada devido às dificuldades de fiscalização, pois a confirmação da composição da farinha exigiria análises laboratoriais complexas. Diante desse contexto, a proposta deste artigo é analisar os efeitos da Política do Pró-Mandioca sobre as configurações produtivas dos agricultores familiares do Assentamento Padre Trindade, situado na zona rural de Vargem Grande.

O Assentamento configura-se como campo empírico privilegiado para averiguar as repercussões da Lei nº 608/2017 na tentativa de compreender, em escala local, os desafios e as potencialidades da aplicação de uma política pública voltada a cadeia produtiva da mandioca. Para a exploração do objeto de estudo a metodologia a ser seguida combina procedimentos qualitativos e quantitativos, os dados secundários do Sistema IBGE/SIDRA (2006 - 2022), as observações empíricas, as fotografias e roda de conversa, buscaram captar percepções, memórias e experiências relacionadas à produção mandioca e à política pública no Assentamento Padre Trindade.

Adicionalmente, serviram de subsídios analíticos as informações dos 104 questionários aplicados nas comunidades que fizeram parte do projeto de pesquisa “Análise da cadeia de valor da farinha e elaboração do perfil socioeconômico dos produtores da Rede Mandioca no Maranhão” (2019 - 2023). Essa investigação permitiu compreender as práticas produtivas que existem no município de Vargem Grande, assim como a atuação coletiva das famílias de agricultores com vínculo com a Rede Mandioca, coordenada pela Cáritas Regional Maranhão, que tem fomentado a valorização da cadeia produtiva da mandioca (Carneiro; Lima Neto; Mattos Junior, 2024).

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira contextualiza a mandioca no cenário produtivo maranhense e a posição do município de Vargem Grande nesse processo. A segunda discute os fundamentos e objetivos da Política do Pró-Mandioca. A terceira seção analisa os

efeitos da lei no Assentamento Padre Trindade, enquanto a quarta reflete sobre a desconfiança e seletividade na adesão à política, considerando experiências passadas e o contexto sociopolítico atual.

A MANDIOCA NO CONTEXTO PRODUTIVO MARANHENSE E A POSIÇÃO DE VARGEM GRANDE

No Maranhão, a produção de mandioca é amplamente difundida e conduzida predominantemente por agricultores familiares, mantendo práticas tradicionais que consideram fatores como qualidade do solo, pluviosidade, disponibilidade de trabalho, necessidades de consumo, perspectivas de comercialização e características dos produtos a serem plantados (Woortmann & Woortmann, 1997). Nesse contexto, a agricultura familiar deve ser compreendida como uma prática social total, que integra aspectos naturais, econômicos e sociais, refletindo a apropriação simbólica do território pelo grupo (Haesbaert, 2005).

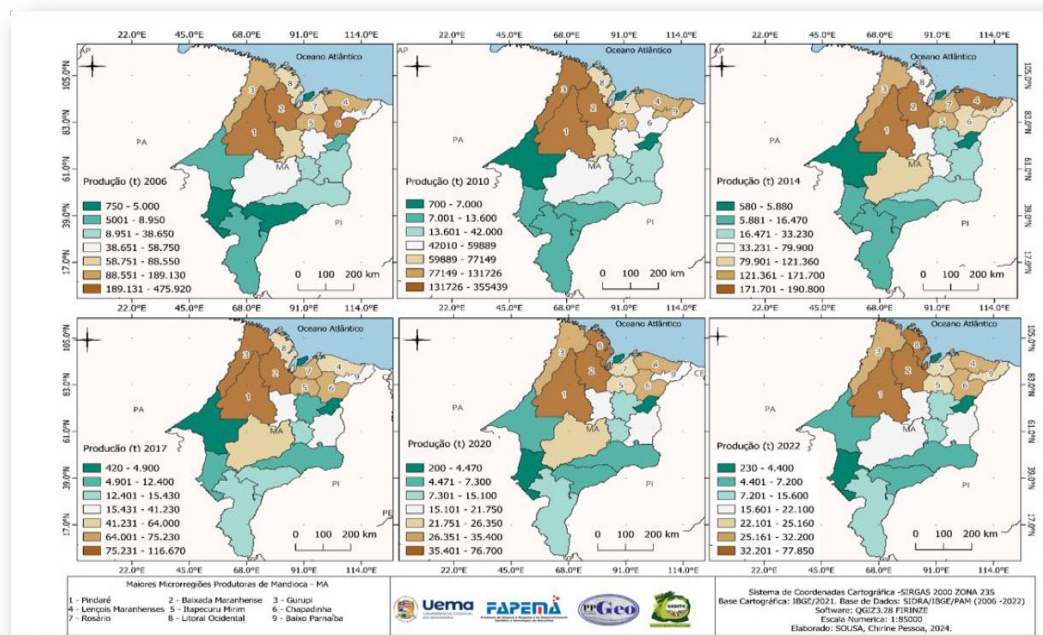
O cultivo da mandioca representa não apenas uma atividade econômica, mas práticas integradas que definem a vida social e cultural das comunidades rurais, mostrando a territorialidade da produção (Fernandes, 2008). Segundo o Censo Agropecuário de 2017, o Maranhão possuía 102.375 agroindústrias rurais, das quais 69.526 destinavam-se à produção de farinha de mandioca, correspondendo a 68% do total (IBGE, 2017).

Apesar dessa predominância, desafios como falta de organização associativa, ausência de cooperativas eficientes e rede de apoio limitada dificultam o acesso a melhores preços, recursos financeiros e tecnológicos, restringindo o potencial de desenvolvimento da atividade (Pinheiro, 2021). Historicamente, a mandioca foi tratada como produto de subsistência, em contraste com culturas voltadas ao mercado, como algodão, arroz e couro (Ottati, 2013). Técnicas rudimentares, baixa produtividade e concentração fundiária limitaram seu desenvolvimento.

A falta de planejamento estratégico e de investimentos consistentes contribuiu para uma economia pouco dinâmica, incapaz de sustentar o crescimento agrícola e gerando disparidades regionais (Sodré, 2017; Ottati,

2013), como evidencia o Mapa 1. Além disso, a introdução de culturas como soja e eucalipto intensificou a concentração de renda e elevou o custo de vida para a população nativa (Ottati, 2013), revelando a subvalorização sistemática da mandioca no estado.

Mapa 1 – Microrregiões produtoras de mandioca no Maranhão (2006–2022)



Fonte: IBGE/SIDRA

Com base no Censo Agropecuário de 2017, o Maranhão contabiliza 1.187.118 estabelecimentos agropecuários familiares e, entre 2006 e 2022, consolidou-se como o quinto maior produtor de mandioca do Brasil, com 20.078.119 toneladas, o que equivale a 5% da produção nacional. Nove microrregiões concentram 82% dessa produção, com destaque para Pindaré, responsável por 19%, seguida por Baixada Maranhense, com 13%, Gurupi, com 10%, Lençóis Maranhenses e Itapecuru Mirim, ambas com 8%, Chapadinha, com 7%, Rosário, com 6%, Litoral Ocidental Maranhense, com 5%, e Baixo Parnaíba, também com 5%. Esse panorama evidencia a mandioca como eixo da economia rural e da segurança alimentar do estado (IBGE, 2017).

Apesar da relevância, o rendimento permanece baixo, em torno de 8,0 t/ha, colocando o Maranhão na última posição nacional ao longo da série 2006–2022. Segundo Souza, Fukuda e Santos (2008) e Pinheiro (2024), esse

desempenho está ligado à persistência de sistemas tradicionais, como o corte e queima e o cultivo em capoeiras.

Ainda assim, a mandioca sustenta práticas de resiliência comunitária, como apontam Kovtun, Santos e Constantino (2020), e apresenta múltiplas finalidades, que vão do consumo humano à alimentação animal, conforme Pinheiro (2021). Além disso, fortalece atividades agroindustriais voltadas à fabricação da farinha de mesa, da fécula e da cachaça artesanal tiquira, típica de microrregiões como Lençóis Maranhenses, Baixo Parnaíba e Munim.

A tiquira, além de integrar o comércio do centro histórico de São Luís, vem sendo valorizada por iniciativas de reconhecimento com Indicação Geográfica, conforme destacam Almeida, Nascimento e Melo (2023). Em 2018, outro marco ocorreu com a parceria entre o governo estadual e a AMBEV, que utilizou mandioca maranhense na cerveja Magnífica.

Ressalta-se que essa ação gerou contratos antecipados de compra e beneficiou mais de 500 famílias, que passaram a comercializar o quilo do produto por R\$0,50, valor superior ao praticado por atravessadores. Nessa lógica, a política foi reforçada pela redução da alíquota do ICMS em cervejas que utilizassem no mínimo 15% de fécula de mandioca (Maranhão, 2019).

Dessa forma, embora a mandiocultura tenha destaque econômico e cultural, seu desenvolvimento ainda exige políticas estruturantes voltadas ao escoamento, à regularização fundiária e à assistência técnica, especialmente em municípios como Vargem Grande. Localizado na Mesorregião Norte, na Região Geográfica Intermediária de São Luís e na Região Imediata de Itapecuru Mirim, Vargem Grande possui 1.957,7 km², população de 43.261 habitantes (IBGE, 2022) e forte vínculo com a agricultura familiar.

Destaca-se que, do total de estabelecimentos rurais, 95% são familiares, dos quais 45% pertencem a proprietários e 17% a assentados em processo de regularização; ademais, cerca de 50% dos agricultores residem em suas áreas produtivas. Confirmando Abramovay (1992), a agricultura familiar constitui uma forma de vida ancorada no território, na qual o espaço de moradia e o espaço produtivo se entrelaçam, revelando o enraizamento das práticas agrícolas e de autoconsumo.

Portanto, é nesse contexto que se insere o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Mandioca (Pró-Mandioca), instituído pela Lei Municipal nº 608/2017, voltado ao fortalecimento da produção, ao consumo local e ao apoio à agricultura familiar, valorizando saberes tradicionais e buscando maior sustentabilidade.

PRÓ-MANDIOCA EM VARGEM GRANDE (MA): POLÍTICA PÚBLICA, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A promulgação da Constituição Federal de 1988 conferiu maior autonomia política aos municípios brasileiros, permitindo-lhes elaborar suas próprias leis orgânicas e desenvolver políticas públicas adaptadas às suas realidades locais. A partir dessa assertiva, o município de Vargem Grande (MA) instituiu o Pró- Mandioca, com o objetivo central de desenvolver a cadeia produtiva da mandioca e fortalecer as atividades produtivas locais.

A política se articula com formas de organização já presentes na área periurbana, em comunidades quilombolas e em áreas de assentamentos rurais no município. Nesse contexto, e entre esses territórios, destaca-se o Assentamento Padre Trindade (Figura 1) onde a produção de mandioca está diretamente relacionada à reprodução social e econômica das famílias agricultoras.

Figura 1- Localização do município de Vargem Grande no estado do Maranhão, com destaque para o território do Assentamento Padre Trindade



Fonte: autores (2023)

O Assentamento Padre Trindade, localizado na zona rural do município de Vargem Grande e formado a partir da luta pela terra organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), carrega em sua base o discurso da eficácia econômica da comunidade assentada e do desenvolvimento local (Bernat, 2017; Silva, 2002). Dista da sede do município: cerca de 15,4 km, com uma área de 1.432,1500 hectares, possui capacidade para assentar 50 famílias, e sua localização geográfica está sob as coordenadas: S 3° 36' 43" - W 44° 01' 14".

Constituído na área da antiga Fazenda Salva Terra, muitas dessas famílias já haviam trabalhado na fazenda, mas foram expulsas do local após se recusarem a pagar o foro exigido pelos antigos proprietários. Embora essas famílias estivessem naquele momento residindo em Vargem Grande, uma parte significativa delas tinha origem nos municípios vizinhos, a saber, Nina Rodrigues e Presidente Vargas, municípios onde o MST já havia consolidado suas ações de base.

Os estudos de Fernandes (2008), entendem que o território é constantemente produzido a partir da luta pelo acesso à terra, configurando-se como uma expressão de relação de poder e de resistência social. Nesse contexto, quando políticas públicas, como o Programa Pró-Mandioca são articuladas de forma estratégica às dinâmicas locais de produção e resistência, assumem papel fundamental na consolidação das práticas produtivas e da organização social da agricultura familiar, fortalecendo a permanência das famílias no território e promovendo o desenvolvimento local.

De acordo com entrevista concedida pelo Secretário Municipal de Agricultura (2023), o programa Pro-Mandioca foi idealizado no primeiro mandato do atual prefeito, com o propósito de substituir a tradicional “roça de toco” por sistemas mais produtivos e sustentáveis. A proposta não apenas inovou em nível municipal, como também mobilizou parcerias com a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio (SEMAC), o Programa de Desenvolvimento Territorial (PRODETER), promovido pelo Banco do Nordeste, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Cooperativa Agroextrativista dos Pequenos Agricultores Rurais de Vargem Grande (COOPERVAG).

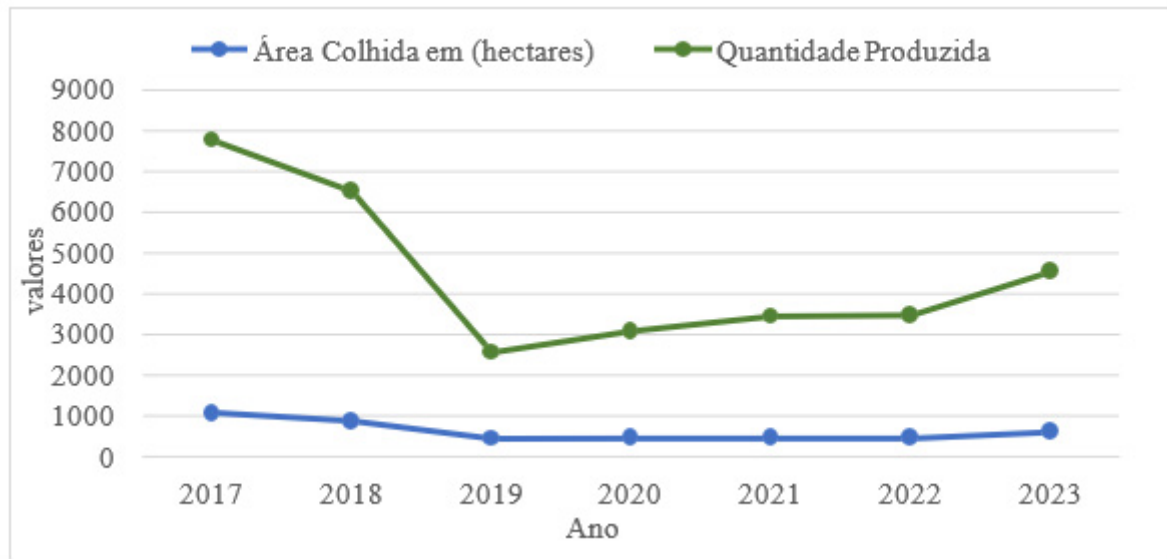
Alinhada a essa perspectiva, a proposta da Lei prevê um conjunto de diretrizes, detalhadas em seu Art. 2º, que incluem: a identificação de áreas propícias ao cultivo; capacitação de técnicos e agricultores; fornecimento gratuito de manivas-sementes; incentivo à industrialização e ao consumo da mandioca; criação de arranjos produtivos locais; e promoção do acesso ao crédito e ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva. Assim sendo, entre as ações, destaca-se a criação da Unidade Técnica Experimental da Mandiocultura (UTEM), com foco na produção e distribuição de material genético, o que, conforme Pinheiro (2019), é uma condição essencial para o aumento da produtividade da cultura.

A partir dessas diretrizes, a seleção desse produtor familiar se dá por meio de chamadas públicas, priorizando comunidades organizadas, com no mínimo 30% de participação feminina, localizadas em áreas de fácil acesso. Desse modo, a prefeitura disponibiliza o maquinário, e as comunidades entram com o combustível para o preparo do solo, compondo um arranjo de corresponsabilidade institucional e comunitária. Outro aspecto relevante da Lei foi sua articulação com o setor privado, quando, em 2019, uma parceria com a AMBEV possibilitou a comercialização de 300 toneladas de mandioca para a produção da cerveja Magnífica, cuja base é a fécula da raiz.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a iniciativa do Pró-Mandioca tenha como fatores principais a consolidação da cadeia produtiva da mandioca no município de Vargem Grande, os dados do SIDRA/IBGE (2017-2023) indicam uma tendência de decréscimo após a publicação da Lei nº 608/2017 (Gráfico 1). A produção apresentou oscilações significativas nesse período: em 2017, foram colhidas 7.796 toneladas em 1.075 hectares, enquanto em 2019 a área cultivada caiu para 467 hectares, refletindo na redução da produção para 2.569 toneladas.

Gráfico 1 – Produção e Área Colhida de Mandioca – Vargem Grande (2017 -2023)



Fonte: Adaptado de SIDRA/IBGE (2017-2023)

A partir de 2020, percebe-se um crescimento mais acentuado, principalmente em 2023, quando a produção atingiu 4.560 toneladas em 620 hectares. A análise dos dados pode ser vista por dois primas: de um lado, os desafios enfrentados pelos produtores rurais, como as restrições impostas pela Covid-19, acesso limitado a insumos e políticas públicas com execução irregular, de outro, a retomada da produção, o que pode indicar os efeitos da política do Pró-Mandioca no município.

Dessa forma, a iniciativa pública surge como alternativa institucional para fortalecer a mandiocultura local, embora seus resultados dependam de condições estruturais e não se manifestem de forma imediata. O Assentamento Padre Trindade foi o primeiro do município a participar do projeto, devido ao potencial produtivo do solo e à organização da comunidade.

Entretanto, a proposta técnica do programa foi baseada na mecanização, na adubação química e na entrega de material genético selecionado, o que confrontou práticas historicamente consolidadas, como o consorciamento de culturas, a produção da roça no toco e a autonomia na escolha de variedades de mandioca. Nessa perspectiva, o tensionamento entre a política pública e a prática tradicional pode ser exemplificado pela maneira como esses produtores familiares utilizaram os espaços destinados exclusivamente à mandioca.

Diante disso, muitos agricultores optaram por consorciar o cultivo com milho e feijão, evidenciando uma lógica produtiva voltada à segurança alimentar e ao uso racional do solo. Triches e Schneider (2010) explicam que práticas inovadoras em territórios rurais enfrentam resistência, pois confrontam hábitos e estruturas estabelecidas, exigindo negociação e readaptação local.

A manutenção dessa lógica, mesmo diante do incentivo à venda da raiz, evidencia um processo de resiliência territorial, no qual a mandioca se mantém como símbolo de autonomia alimentar e econômica. Nesse contexto, a perspectiva de Ploeg (2014) ajuda a compreender como a agricultura familiar se reinventa frente às imposições do mercado.

Do ponto de vista da comercialização, os dados da pesquisa indicam que a mandioca ainda é destinada majoritariamente à produção de farinha, preferência explicada tanto pela tradição local quanto pela infraestrutura disponível no Assentamento Padre Trindade. A casa de produção do assentamento estudado é uma edificação simples de aproximadamente 5 m², coberta por telhas, com paredes desgastadas, piso de terra batida e poucos equipamentos tecnológicos.

O processamento da mandioca segue métodos tradicionais, com torração em forno a lenha e utensílios de madeira. O uso da farinheira é cobrado entre R\$10 e R\$20 por saco/paneiro de 50 kg, valor destinado à manutenção e à energia dos equipamentos; as embalagens não são padronizadas nem rotuladas.

A farinha produzida é vendida a cerca de R\$200 o saco de 50 kg do tipo branca e R\$175 do tipo d'água, geralmente adquirida por atravessadores que se deslocam ao assentamento. A comercialização da farinha de mandioca ainda enfrenta desafios estruturais, como, por exemplo, a estrada de acesso ao assentamento limita o escoamento da produção, tornando o transporte impraticável durante o período chuvoso.

Essa condição contribui para a dependência dos agricultores dos atravessadores, que compram a preços abaixo do valor de mercado. Para Cassol, Salvate e Schneider (2016), essa situação evidencia a atuação dos “mercados imersos”, alternativas diante da ausência ou ineficácia dos canais convencionais de comercialização.

Apesar da vigência da Lei do Pró-Mandioca, nem todas as famílias do assentamento foram incorporadas ao programa. A resistência observada não representa recusa ao desenvolvimento, mas a tentativa de preservar práticas que garantem segurança alimentar, coesão social e identidade territorial. Durante a roda de conversa realizada no Assentamento Padre Trindade, foi possível perceber que a resistência inicial de alguns agricultores decorreu principalmente de experiências anteriores com políticas públicas malsucedidas, como projetos de incentivo à caprinocultura, e não de desconhecimento ou desinteresse pelo Pró-Mandioca.

Eu paguei empréstimo pelo programa, eles pediram para comprar cabras sendo que a gente não tem costume de criar cabras para tirar leite. A água aqui é muito difícil e muitas cabras acabaram morrendo de sede, agonizando por causa do calor, a água aqui é um problema, fica lá no final do assentamento, é muito longe, é de poço, é salobra (Extrato da entrevista, 2023).

A entrevistada referia-se à implementação de uma usina de beneficiamento de leite de cabra para pasteurização e produção de iogurte, projeto elaborado para fornecer leite ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e à merenda escolar. A usina foi construída por meio da parceria entre a ACCOVAG (Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Vargem Grande), a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado, por intermédio da AGERP. Apesar da infraestrutura instalada, a usina jamais chegou a operar efetivamente, resultando em frustração e endividamento para os agricultores que haviam aderido à proposta; o caso ilustra uma das consequências desfavoráveis da desconexão entre a formulação de políticas públicas e os modos de vida e práticas produtivas dos territórios rurais.

No município de Vargem Grande, como assinalado por Rodrigues (2017), a caprinocultura é predominantemente extensiva e voltada ao corte, e não à produção leiteira, além de apresentar graves limitações em manejo sanitário, reprodutivo e nutricional. Nesse sentido, a ausência de assistência técnica continuada e o desencontro entre a política implementada e o contexto territorial resultaram em baixa adesão e perdas para os agricultores. Além disso, a fala da interlocutora traz à tona um fator estrutural determinante, que é a dificuldade de

acesso à água, que compromete diretamente as iniciativas de produção animal e irrigação de hortaliças, como também foi relatado por diversos participantes da pesquisa.

No município de Vargem Grande, o abastecimento é majoritariamente realizado por meio da captação de poços, segundo dados de Correia Filho *et al.*, (2011), dos 43 poços cadastrados, 33 são voltados ao abastecimento urbano, 2 para uso doméstico e animal, e 8 sem informações específicas, nenhum está destinado à irrigação ou múltiplos usos, o que demonstra a carência de infraestrutura adequada para atender as necessidades do campo.

Os dados da pesquisa: “Análise da cadeia de valor da farinha e elaboração do perfil socioeconômico dos produtores da Rede Mandioca no Estado do Maranhão” confirmam esse cenário. No Assentamento Padre Trindade, 100% dos agricultores afirmaram utilizar água de açude, enquanto nenhum declarou acesso a poço artesiano. Quanto ao sistema de irrigação, os dados da pesquisa apontam que apenas 1 agricultor do Padre Trindade utiliza irrigação, enquanto 6 não utilizam, o que revela a limitação no uso de tecnologias produtivas que poderiam melhorar a eficiência do cultivo, especialmente em períodos de estiagem.

Nessa perspectiva, esse quadro é reforçado por Simonato *et al.* (2019, p. 266), ao analisarem “os déficits estruturais de saneamento básico e abastecimento de água em áreas rurais, os autores apontam que a ausência de investimentos, a distância entre comunidades e a falta de vontade política são fatores que perpetuam a ineficiência” dos serviços básicos em territórios como o Padre Trindade.

Portanto, a desconfiança desses agricultores em relação a novas políticas públicas, como o Pró-Mandioca, está diretamente ligada à memória de programas anteriores mal implementados, à vulnerabilidade das infraestruturas locais e à inadequação de políticas descontextualizadas da realidade dos territórios. A partir da narrativa dos agricultores, evidencia-se a necessidade de políticas públicas que respeitem as territorialidades, que promovam escuta ativa, e que fortaleçam as estratégias já consolidadas pela agricultura familiar, como a produção da mandioca, integrando assistência técnica continuada, infraestrutura adequada e diálogo entre agentes institucionais e comunidades locais.

CONCLUSÃO

Apesar de sua relevância histórica e cultural, a mandioca, atividade tradicional do estado do Maranhão, tem enfrentado uma série de desafios no contexto da modernização agrícola. Os produtores de mandioca, em particular, lidam com a falta de políticas públicas eficazes e a concorrência de culturas mais lucrativas, como a soja, por exemplo.

Neste cenário, nossa pesquisa dedicou-se ao estudo da influência do Pró-mandioca no trabalho dos agricultores familiares do município de Vargem Grande, com foco no Assentamento Padre Trindade. Para tal, analisamos de forma detalhada a importância da agricultura familiar na mandiocultura e os efeitos das políticas públicas no desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.

Os resultados obtidos confirmam que o objetivo proposto foi alcançado, uma vez que a pesquisa revelou avanços e transformações significativas decorrentes da implementação do Pró-mandioca em Vargem Grande. Entretanto, é importante salientar que os agricultores do Assentamento Padre Trindade não vivenciaram em sua totalidade a aplicação da Lei nº 608/2017; essa dissonância pode ser atribuída, em grande parte, à forma como a política foi implementada, sem um alinhamento adequado com as práticas culturais e os saberes dos locais.

Nos principais achados da pesquisa, constatou-se que muitos agricultores optaram por não participar do projeto devido à incerteza quanto à rentabilidade da proposta e à eficácia do projeto. Acrescenta-se que a premissa de que 70% da produção seria destinada à AMBEV, que havia estabelecido recentemente uma parceria com a prefeitura, gerou desconfiança entre os produtores. Ademais, aqueles que não participaram do projeto continuaram a comercializar a farinha d'água por meio de vendas diretas ou para atravessadores que se deslocam até o assentamento.

Apesar de reconhecerem a inferioridade do rendimento nesse tipo de comercialização, os agricultores preferem a segurança de uma compra garantida e pagamento à vista, assim como também foi possível verificar o endividamento de alguns deles com o projeto da usina de beneficiamento de leite, que, embora

tenha sido instalada no município, nunca entrou em operação. A demonstração desse histórico de ações malsucedidas pode ter contribuído para a relutância dos agricultores em participar de novos projetos, como o Pró-mandioca, cujo ineditismo gerou baixa repercussão no Assentamento Padre Trindade.

No que se refere aos principais efeitos da Lei do projeto em questão, que propõe a mecanização da produção com técnicas de cultivo avançadas, incluindo adubação com calcário e NPK, espaçamento entre linhas e monocultivo, observou-se que essas práticas divergem substancialmente das tradições agrícolas dos agricultores familiares do assentamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M.; NASCIMENTO, J. S.; MELO, S. S. C. de. Aguardente de Mandioca Tiquira: um potencial de Indicação Geográfica para o Estado do Maranhão. **Cadernos De Prospeção**, [S.l.], v. 16, n. 5, p. 1728-1741, 2023.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

BERNAT, Isaac Giribet. MST na regional Itapecuru: uma história da luta pela terra no Maranhão. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA GT6, 9., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: SINGA, 2017. Tema: Debatendo a(s) reforma(s) agrária(s) e os assentamentos rurais.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 2.891-A, 13 de junho de 2008**. Cria o Programa Nacional de Fomento à Produção e Comercialização da Mandioca e seus Derivados - PROMANDIOCA - e dá outras providências. São Paulo, 13 jun. 2008.

CARNEIRO, M. S.; LIMA NETO, E. J. de; MATTOS JUNIOR, J. S. de. **Rede Mandioca do Maranhão: perfil socioeconômico, práticas produtivas e de comercialização**. São Luís: EDUEMA, 2024.

CASSOL, A.; SALVATE, N.; SCHNEIDER, S. Mercados Imersos: uma perspectiva de análise institucional e relacional das trocas econômicas e do intercâmbio mercantil. **Política & Sociedade**, [S.l.], v. 15, n. 33, p. 314, 2016.

CORREIA FILHO, F. L.; GOMES, É. R.; NUNES, O. O.; LOPES FILHO, J. B. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Maranhão**: relatório diagnóstico do município de Vargem Grande. Teresina: CPRM, 2011. 45 p.

FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do Território**. São Paulo: UNESP, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf Acesso em: 20 jul. 2024.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE: SIDRA, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuário-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 24 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA –SIDRA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE: SIDRA, 2019.

MARANHÃO (Estado). Lei nº 11.011, de 24 de abril de 2019. Altera a Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão, para alterar a alíquota de ICMS nas operações com cervejas compostas com fécula de mandioca, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Maranhão, 24 abr. 2019.

OTATI. Ana Maria Aquino dos Anjos. **As dinâmicas e as desigualdades regionais de desenvolvimento no estado do Maranhão**. Doutorado (Tese em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PINHEIRO, J. C. D. **A realidade da Mandioca no Maranhão**. 2. ed. São Luís: Editora Pascal, 2019.

PINHEIRO, J. C. D. **Resultados de pesquisas com mandioca**. São Luís. Editora Pascal, 2021.

PLOEG, J. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-14, fev. 2014.

RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. **Revista Brasileira de História**, [S.l.], v. 37, p. 69-95, 2017.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2002.

SIMONATO, D. C.; FIGUEIREDO, R. A.; DORNFELD, C. D.; ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Saneamento rural e percepção ambiental em um assentamento rural. **Revista Retratos de Assentamentos**, São Paulo, v. 22, n. 2, 2019.

SODRÉ, Ronaldo Barros. **O Maranhão Agrário: dinâmicas e conflitos territoriais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGEO), Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

SOUZA, Luciano da Silva; FUKUDA, Wânia Maria Gonçalves; SANTOS, Vanderlei da Silva. **Cultivo, processamento e usos da mandioca para o Estado do Maranhão, com ênfase no Território da Cidadania dos Lençóis Maranhenses**. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, 2008. TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc.**, [S.l.], v. 19, n. 4, dez. 2010.

VARGEM GRANDE. Decreto nº 81, em 17 de novembro de 2017. Dispõe sobre a regulamentação do incentivo a cadeia produtiva da mandioca no município de Vargem Grande – MA e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Vargem Grande, MA, 17 nov. 2017.

VARGEM GRANDE (MA). **Lei Municipal nº 608, de 17 de fevereiro de 2017**. Institui política pública voltada ao fortalecimento da produção e consumo de alimentos, com foco na sustentabilidade, valorização dos saberes locais e apoio à agricultura familiar. Vargem Grande, 17 fev. 2017.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. **O trabalho da terra**. Brasília, DF: Editora UnB, 1997.

CAPÍTULO 17

O FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO COMO ESTRATÉGIA DE DESCAMPESINIZAÇÃO DO CAMPESINATO: O MARANHÃO COMO CENÁRIO NO CONTEXTO DO MATOPIBA

Flávio Pereira de Oliveira

Ednalva Alves Lima

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-G

INTRODUÇÃO

A educação do campo no Brasil fundamentada nas reivindicações e lutas dos movimentos sociais do campo, que desempenharam um papel decisivo para a materialização da política educacional no campo, a partir do início dos anos 2001 afirma-se como ação educativa da classe trabalhadora campesina, em sua diversidade de territórios e sujeitos e se concretiza como um espaço efetivo de lutas históricas e de afirmação dos sujeitos que vivem e produzem no meio rural.

Ao mover-se nesse espaço de contradições, a Educação do Campo parte da radicalidade pedagógica dos movimentos que a engendraram para, no contexto da sociedade neoliberal, em oposição à classe e à ideologia que a concebeu, também reivindicar/disputar políticas públicas educacionais do campo e uma escola crítica que responda às indagações do espaço no qual se inscreve e que seja capaz de formar sujeitos críticos aptos a participar e influenciar a agenda política nacional para a superação das estruturas opressoras socioeconômicas e ambientais.

A escola do campo nesse contexto, mais do que um direito social, prescrito na Carta Magna brasileira representa um território simbólico de resistência, no qual se travam embates em torno da permanência na terra, da valorização

da cultura camponesa e da construção de alternativas frente às desigualdades estruturais.

Neste cenário, compreender a escola do campo, no campo, implica também analisar as dinâmicas territoriais que perpassam o mundo rural, marcadas por tensões, conflitos e disputas entre modelos distintos de desenvolvimento: de um lado, o campesinato que reivindica uma agricultura familiar e sustentável; de outro, o agronegócio que avança sobre territórios, impondo monoculturas, tecnologias e *commodities*, do agronegócio para um mercado globalizado.

No Maranhão, tais tensões assumem contornos específicos diante da expansão do MATOPIBA — região estratégica para o agronegócio que integra áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O avanço desse projeto territorial tem provocado não apenas impactos ambientais e sociais, mas também a desestruturação das comunidades rurais e de seus modos de vida. Entre os efeitos mais visíveis, destaca-se o fechamento de escolas do campo, como expressão de uma política que ignora as especificidades da educação do/no campo, nega o direito inalienável à educação, fragiliza os vínculos comunitários e intensifica o processo de expulsão dos camponeses de seus territórios. A retirada da escola dos territórios rurais representa, uma forma de violência simbólica e material contra uma geração de crianças, jovens e adultos.

Diante desse cenário, o presente ensaio tem como objetivo discutir a educação do campo no contexto das dinâmicas territoriais que perpassam pela escola do/no campo, destacando as tensões e embates em torno das disputas do campo que se movimentam entre a agricultura patrimonialista e o campesinato. Busca-se analisar as implicações do avanço do MATOPIBA no Maranhão, em especial os efeitos do fechamento das escolas do campo, compreendendo suas causas e consequências para o descampesinato.

Para tanto, e com base nas “lentes” filosóficas do Materialismo Histórico e Dialético, que apreende a realidade desde uma perspectiva materialista, o debate apoia-se em referenciais críticos da educação do campo, buscando evidenciar que a luta pela escola do/no campo é também uma luta pela terra, pela identidade camponesa e pela justiça social. Como base de dados, além da literatura pertinente, fez-se frente ao Fórum paraense de educação do campo, bem como ao Inepdata/catálogo de escolas para o levantamento de escolas paralisadas e/ou fechadas.

DINÂMICAS TERRITORIAIS E A ESCOLA DO/NO CAMPO: TENSÕES, CONFLITOS E EMBATES

O processo histórico da questão agrária no Brasil se define pelos conflitos de ocupação e controle da terra e avança em espiral através das dinâmicas econômicas e estratégicas de planejamento das políticas públicas de ocupação territorial do espaço agrário.

Isto posto, dois modelos de produção coexistem em tensão: a agricultura voltada para o agronegócio no mercado global de um lado e a agricultura familiar camponesa - que ainda desempenha um papel central na produção de alimentos e na luta pela terra como espaço de vida, de outro.

O agronegócio, pautado na monocultura; no uso intensivo de agrotóxicos (“agromorte”) que compromete a saúde dos trabalhadores provocando em muitos casos sequelas irreparáveis; na exclusão social e redefinição dos territórios camponeses - expulsando famílias / expropriando-as de suas terras; no aprofundamento do desemprego (no campo e na cidade); na precarização do trabalho e práticas análogas ao trabalho escravo; e, na exportação de *commodities*, Além do comprometimento ambiental (desmatamento, perda de biodiversidade, degradação do solo, poluição da água, emissão de gases do efeito estufa e desequilíbrio hídrico), essa “modernização” do campo, travestida de progresso também resulta em homogeneização cultural. Para Arroyo (2007, p.14), “o campo e seus povos, a agricultura e tradição camponesas, as formas de vida, saberes, cultura desses povos são vistos como uma espécie em extinção frente ao agronegócio”.

Conectado ao capital financeiro e a grandes cadeias de produção, o agronegócio move-se pela lógica de especialização produtiva, alta mecanização e inserção no mercado mundial. Apesar do discurso de grande gerador de renda e divisas as mesmas são obtidas às custas da espoliação de mão de obra barata e grandes impactos ambientais negativos. Destacando-se a concentração e exploração de terras em biomas frágeis e o uso indiscriminados de agroquímicos nas plantações, como já demonstrado anteriormente. Essas questões entre outras demonstram os aspectos comprometedores desse mode-

lo de mercantilização da terra, em que a mesma deixa de ser vista como algo dotado de vida e passa a ser vista como um ativo financeiro.

No contraponto, a agricultura familiar se posiciona como protetora da diversidade produtiva e cultural do setor rural. Ela também se baseia no relacionamento com a comunidade, com as tradições e uso sustentável dos recursos naturais, não é apenas uma forma de produção, mas também um modo de vida.

Os camponeses a seu tempo, são atores centrais para a soberania e a segurança alimentar, pois produzem a maioria dos produtos que abastecem os mercados internos com mantimentos que vão diretamente para os pratos da população. Ao defender a terra como espaço de reprodução social, cultural e ecológica, a agricultura familiar camponesa disputa o modelo hegemônico e reivindica uma reforma agrária com garantias de políticas agrícolas de acesso ao crédito, assistência técnica e uma comercialização equitativa.

Nesse sentido, a questão agrária configura-se como um campo de lutas entre o capital (que vê a terra como mercadoria) e a vida (um local para reprodução social e cultural). hoje parece estar constituída como um campo de disputas entre o capital (que concebe a terra como mercadoria) e a vida (como espaço de reprodução social e cultural). A agricultura familiar não só se opõe a este modelo paradigmático de exploração da terra, do meio ambiente e dos trabalhadores, mas, aponta alternativas para uma sustentabilidade rural mais justa, inclusiva que defende a terra como bem comum e a vida como o valor supremo.

Nesta conjuntura, a Educação do Campo que se originou das necessidades e lutas da classe camponesa, organizada em movimentos sociais do campo se expressa através de uma variedade de territórios e sujeitos portanto, se estabelece como um espaço que simboliza as lutas históricas e a afirmação dos indivíduos que vivem e trabalham nas zonas rurais.

Para Caldart,

O vínculo de origem da Educação do campo é com os trabalhadores ‘pobres do campo’, trabalhadores sem-terra, sem trabalho, mas primeiro com aqueles já dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra ‘o estado da coisa’, para aos poucos buscar ampliar o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo. (2009, p, 41).

Ao atuar nesse contexto de contradições a Educação do Campo se fundamenta na abordagem pedagógica radical dos movimentos que a originaram. Ela busca, dentro da sociedade neoliberal e em contraste com as classes e ideologias que a criaram, reivindicar políticas públicas educativas voltadas para o campo, representadas por uma escola crítica que responda às indagações pertinentes ao seu espaço e capaz de formar indivíduos críticos aptos a participar e impactar a agenda política nacional com o objetivo de superar as estruturas opressoras socioeconômicas e ambientais.

Assim, os movimentos sociais desempenharam um papel decisivo nos rumos das políticas educacionais, no caso, da Educação do Campo. “No vazio e na ausência dos governos os próprios movimentos tentam ocupar esses espaços, mas cada vez mais cresce a consciência do direito e a luta pela Educação do Campo como política pública”. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 14, apud SILVA, 2018 p.8).

Concernente com sua historicidade a educação do campo objetiva assegurar que os trabalhadores possam acessar o conhecimento produzido na sociedade, enquanto simultaneamente desafia e analisa criticamente o modelo de saber predominante e a hierarquia epistemológica inerente a essa sociedade. Essa hierarquia deslegitima os protagonistas da Educação do campo como criadores de saberes e se opõe à formação de referências autônomas capazes de abordar problemas dentro de uma lógica alternativa de produção e trabalho, que não se restringe à atividade produtiva voltada para o capital.

A escola do campo se configura como um espaço estratégico de resistência cultural e política frente ao avanço do agronegócio e ao modelo de modernização excludente que marca a realidade do campo no Brasil. Não só “a escola” como qualquer outra, mas, a representação e afirmação de um projeto educativo a serviço da luta pela terra, pela reforma agrária, pela valorização dos saberes tradicionais e pela construção de alternativas sustentáveis que rompam com a lógica nefasta do capital.

A escola do campo, se coloca como trincheira de resistência ao reafirmar sua persistência na afirmação do lugar central do campesinato na produção de alimentos saudáveis e guardiões da vida comunitária.

Como projeto político-pedagógico, a escola do campo busca romper com a lógica urbana e padronizada de uma educação apenas para a cidade. Em seu currículo a integração de saberes locais dos povos do campo, da floresta e das águas, aliadas a práticas agrícolas sustentáveis e à história de luta das comunidades rurais fortalece a identidade camponesa. Ao mesmo tempo, assume a função de formar sujeitos críticos, conscientes e preparados para enfrentar as injustiças socioambientais e propor caminhos para a soberania política e a justiça social.

Portanto, mais do que uma instituição de ensino, a escola do campo, no campo, não é apenas uma instituição educacional, é acima de tudo, um espaço de articulação e mobilização, onde a educação, oriunda das práticas sociais, se enraíza nas condições concretas da vida rural e se projeta como instrumento político de transformação e mudança. Sua presença reafirma a certeza que a terra não é meramente uma commodity, mas espaço de reprodução da vida, da cultura e da esperança coletiva.

O MATOPIBA E O FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO NO MARANHÃO: CAUSAS, EFEITOS E IMPLICAÇÕES PARA O CAMPESINATO

O Estado do Maranhão entra na rota desenvolvimentista, à maneira do capital, sobretudo, nos idos das décadas de 70 e 80 do século XX, capitaneado ou levado a efeito pela expansão do capital na Amazônia brasileira. Esse feito, desde então, tem sido responsável por inúmeros conflitos por terra e faz com que o Maranhão desponte como um dos estados da federação brasileira com maior número de violência no campo. Isso porque camponeses e indígenas, sobretudo, tentam resistir às investidas com que o grande capital faz frente para expropriar os territórios e expulsar os camponeses (as) de suas terras: espaço de vida.

Nas palavras de Oliveira e Givigi (2023), sobre essa engrenagem de colonização, ainda que sob um discurso de desenvolvimento, progresso e modernização da agricultura, nada mais representa o projeto do capital que se movimenta, fronteira adentro, com o mesmo *modus operandi* iniciado lá em

1500, quando da chegada dos portugueses para instaurar o genocídio daquelas (as) não quistos à “civilização” eurocentrada. Sobre isso, sustentam os autores que:

A retórica sobre o projeto ancorava-se não no discurso desenvolvimentista de integrar a Amazônia ao país por meio de ocupação de terras ‘disponíveis’ de maneira ordenada e sistêmica e, assim, se evitaria e/ou solucionaria conflitos existentes entre projetos econômicos, camponeses e indígenas (Flávio e Givigi, 2023, p. 46).

Nota-se disso que as terras do campo brasileiro foram sendo incorporadas ao poderio das elites agrárias que desde sempre foram beneficiadas com terras públicas desde o sistema político (sesmarias) que ordenou a expropriação das terras pelos potentados dos poderes políticos e econômicos. Importante salientar que essas duas frentes de poder – à maneira da elite agrária - não disputam somente a terra, mas estão organizados – de maneira representativas – para, igualmente e em concomitância, disputar e controlar o parlamento, de onde incidem em políticas à sua maneira. Sobre isso, Fernandes sustenta que:

Essas regras são determinadas por lei, a partir de princípios que representam interesses de uma classe, e são votadas no Congresso Nacional pela maior parte dos parlamentares eleitos democraticamente. Assim, os capitalistas, também denominados *ruralistas*, procuram sempre que possível deslocar as políticas relativas à questão agrária para o mercado (Fernandes, 2008, p. 7).

A chamada bancada ruralista ou como é conhecida no jargão popular, a bancada do boi, da bala e da bíblia, tem ocupado – de maneira reacionária – o parlamento, tanto na câmara dos deputados federais, quanto no senado para, de um lado, tentar barra todo e qualquer projeto que venha em favor da reforma agrária e, de outro, tentar fazer avançar mecanismos “legais” para o controle da propriedade privada da terra; bem como em desmantelamento de normativos/dispositivos jurídicos da política ambiental para fazer avançar o agronegócio.

Assim, o campo brasileiro foi e vem sendo re-configurado desde uma perspectiva de reduzir os espaços agrários à produção de mercadorias e não

de re-produção da vida, a custo de muita violência. Nesse sentido, Oliveira e Givigi destacam que “só em 2019, dos 68 assassinatos de indígenas registrados no país, 19 foram executados no Maranhão” (Oliveira e Givigi, 2023, p. 46). Isso indica que o processo de extermínio do campesinato, agora por meio de expressões moderna do mesmo projeto, segue operando seu curso à revelia de.

Colaborando com essa discussão, Fernandes (2008, p. 6), ao abordar sobre as dinâmicas empreendidas na disputa pelo campo, a partir das forças antagônicas (a do campesinato e a do patronato rural), afirma que esses embates resultam em inúmeros conflitos, pois se:

[...] de um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A *conflitualidade* gerada pelo capital em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades”.

Fernandes nos adverte para o fenômeno da recampesinização do campesinato, que se caracteriza como um produto inerente da engrenagem da agricultura capitalista, ou seja, é uma relação de causa e efeito de um sobre o outro. Assim, para o campesinato continuar sendo a expressão da resistência ao avanço extremado e sem fronteiras do agronegócio, precisa ou é forçado a se reinventar na disputa pela terra. Afinal, essa tem sido sua razão de ser desde o hasteamento da primeira cerca.

A história segue e chegamos ao século XXI com problemas estruturais no campo porque a estrutura político-jurídica, para além de ser aparelhada pelos representantes dos *homens de negócios*, segue à lógica do projeto da agricultura patronal, o que impede o avanço rumo a instituição de uma reforma agrária com justiça social. Ora, se se encaminhar a posse e o uso das terras, conforme prescrito na Constituição Federal de 1988, o agronegócio não se movimenta aos territórios para produzir commodities. É sobre isso e por conta disso, que o estado brasileiro não encaminha a reforma agrária.

O desenvolvimento – destrutivo – do capital, em tempos históricos, vai se reinventando para continuar sendo o modo societal dominante e globalizado. Uma das suas expressões pode ser ilustrada por meio do agronegócio, compre-

endido como a modernização da agricultura ao progresso e ao desenvolvimento. Na direção disso, Leite e Medeiros (2012, p. 83-84), destacam que:

No que diz respeito ao perfil do agronegócio hoje, o que se observa é, por um lado, sua tendência a controlar áreas cada vez mais extensas do país e, por outro, a concentração de empresas com controle internacional. Tomando o caso da soja como exemplo, verifica-se que, até 1995, a Cargill destacava-se como a grande empresa com unidades de esmagamento no Brasil.

Em que pese essa afirmação datar de 2014, ainda persiste como expressão de atuação do agronegócio. Isso pode ser comprovado a partir do Matopiba¹, compreendido como um espaço geopolítico, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, por isso, MATOPIBA. Fernandes (2008, p. 6) tem uma definição que, a nosso ver, recai sobremaneira ao Matopiba, qual seja, “a agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento”. Eis aí uma definição política que mais se apropria a esse empreendimento, porque, ao contrário do que é sustentado no discurso oficial, o agro não é pop, o agro é sinônimo de destruição ambiental, violência e miséria.

O MATOPIBA é, pois, a expressão do agronegócio que se evidencia no cenário nacional como a última fronteira agrícola, compreendendo dois Biomas brasileiros, o Cerrado e a Amazônia, a ser explorada – à exaustão – pela agricultura de mercado aos interesses dos impérios alimentares. Esses dois Biomas seguem ameaçados de desaparecer se a lógica de produzir commodities não for barrada. Sob o discurso de transformar e desenvolver as terras degradadas pela pecuária extensiva em terras altamente produtivas, incorporaram esse dois Biomas à lógica do mercado: porque no *reino do capital* tudo é transformado em mercadoria.

Pensando sobre isso, o que a COP30, pensada para acontecer em Belém do Pará vai discutir, quais os interesses que estão em jogo, quem dita as regras, que perspectiva de sociabilidade humana vai centralizar o debate? Esses são questionamentos da ordem do dia e que preocupa o campesinato, vez que tem sido o agronegócio que tem ditado o direcionamento do que se entende por desenvolvimento. Qual desenvolvimento?

¹ Instituído por meio da Portaria nº 244, de 12 de novembro de 2015, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Imagem 1 - expressões da agricultura de mercado



Fonte: MST/2024

Essa imagem, por um lado, ilustra como o campo do agronegócio, capitaneado pelo Matopiba, tem sido reduzido a um espaço de produção não de alimentos, mas de commodities a ser exportada ao exterior para a obtenção de lucro, poder e dominação da elite agrária, por outro, e como pano de fundo expressa a “limpeza ou higienização” demográfica de camponeses, quilombolas, indígenas e outros que são expulsos para que sua territorialização fosse possível.

Segundo Oliveira e Givigi, são várias as formas de desocupação dos camponeses dos seus espaços de vida, que são encaminhadas pelo agronegócio. Os autores destacam que:

[...] uma das formas de expulsar, eliminar e ou exterminar as interferências dos espaços geográficos onde serão implantados os empreendimentos que reluzem ao desenvolvimento econômico, consiste na não implantação de políticas públicas estruturantes, necessárias para a fixação do homem do campo em seus territórios (Oliveira e Givigi, 2023, p. 60).

Logo, esse feito se constitui num projeto que é pensado – intencionalmente – e operacionalizado pelo Estado, vez que sobre esse recai o dever de oferta e garantir políticas públicas de fomento à vida no campo. Se o Estado não cumpre com as prerrogativas que lhes prescrevem o ordenamento jurídico, é porque tem sido controlado para operacionalizar em defesa dos interesses fracionários da bancada dominante.

Daí que, se de um lado tem-se o progresso e o desenvolvimento, do outro há miséria, fome, violência e pobreza constituindo assim a contradição desse projeto societal. Assim, a fome e as violências de toda natureza no campo são o reflexo do projeto de desenvolvimento adotado e tem paternidade reconhecida pelo conjunto da sociedade brasileira. E é importante observar que os custos da questão ambiental e sociocultural gerados não são colocados na conta desse projeto. Disso, deve se ocupar o Estado, que se tornou uma estrutura para encaminhar/administra a outra face do desenvolvimento.

Imagem 3 – a outra face



Fonte: MST/2024

A imagem acima remete várias análises que devem ser trazidas para se entender e compreender a complexidade dos impactos desse projeto ao camponato. Dentre tantos, queremos aqui destacar o fechamento de escolas no campo, como efeito da chegada do progresso e do desenvolvimento, à maneira do Matopiba/agronegócio.

Vale ressaltar que a escola representa para os camponeses (a) a continuidade da existência das comunidades. A escola, nesse horizonte - porque ela, também, pode ser tomada para outras finalidades - se institui lugar político de luta que exerce função de re-produzir o modo de viver e das relações estabelecidas, quando faz frente aos saberes e práticas sociais como os conteúdos autorizados para os processos de escolarização.

Evidente que se está falando de uma escola que se institui desde os princípios e concepções da Educação do/no Campo, em que sua razão de ser está

na/para a disputa do campo e, no interior disso, à manutenção do modo campesino de re-pensar as existências. Fora dessa lógica, se processa o ruralismo pedagógico. Nessa direção, Silva (2023, p. 7) sustenta que “[...] para uma família camponesa, a perda do acesso à terra impõe seu suicídio social [...]”. Por isso mesmo o papel e a função social da escola na disputa do espaço que se faz território de territorialidades.

Quando uma escola é fechada, encerra-se os horizontes que alimentam o campo do campesinato, porque, como sustentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), *escola é vida na comunidade*. Daí que se a escola permanece de pé e de portas abertas aos filhos (as) dos camponeses (as), haverá resistência, o que incorre em problemas para a territorialização do agronegócio.

Sendo oportuno observar que o campo, inerente a esse modelo de agricultura, é um campo sem gente, sem relações sociais, sem cultura, Fernandes (2008), porque, somente, importa a produção de mercadorias. Por isso, pouco importa a escola. Aliás, essa é fator de risco à sua oxigenação.

No Brasil, no período de 2020 a 2023, o número de escolas que foram fechadas, segundo dados do Fórum Paraense de Educação do Campo², levantados no ano de 2024, somaram um total de 160.695 escolas. Desse total, 51.522 estavam localizadas na zona urbanas, e 109.173 na zona rural.

Esse cenário retrata e traduz a atenção com que o estado brasileiro tem dispensado para a educação e, em particular, para as populações do Campos, das Águas e das Florestas. Esse retrato guarda algum tipo de relação com o avanço do agronegócio nos territórios camponeses, ou sua manifestação é inerente a fatores de naturezas outras?

Como tem sido encaminhada as tratativas para esse feito, as comunidades têm sido ouvidas sobre os conselhos de educação têm sido consultados, considerando suas prerrogativas, vez que a legislação, sobre essa matéria, disciplina os procedimentos. Essas e outras são questão que precisam alimentar os debates e reflexões diante das investidas de fechamento de escolas, sobretudo, no

2 Disponível em: <https://sumauma.com/wp-content/uploads/2025/02/Fechamento-escolas.pdf>. Acesso em 22 de set. de 2025.

campo, pois há em curso um projeto que nega o campo do campesinato, isso é fato. À luz disso, compreender que se está diante de um movimento que se estende de Norte a Sul do país e que requer sua contenção por parte do campesinato, pois disso depende sua existência.

No contexto do Matopiba e no Maranhão, esse fenômeno se movimenta na medida da movimentação do campo da agricultura convencional, pois, se os camponeses são expulsos de suas terras, por extensão disso, suas escolas são desmanteladas. Ou seja, a causa do fechamento de escolas no campo no Estado do Maranhão, guarda relações – diretamente - com a expropriação dos territórios de comunidades e povos tradicionais, em que pese as justificativas sustentadas pelos governantes serem outras, dentre elas, aquelas vinculadas à nucleação em escolas polos.

Há aqui uma dissonância com o que prescreve e determina a lei Ordinária da educação nacional, Lei número 9394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para não falar de crime de responsabilidade por parte dos entes que integram o federalismo educacional brasileiro. Conforme dispostos do artigo 28, a educação às populações rurais/do campo deve ser ofertada na medida das suas formas culturais e considerando suas peculiaridades. Diante disso, o que revelam os dados?

No Maranhão, segundo dados do Inepdata/catálogo de escolas³, extraídos por esta pesquisa em setembro de 2025, o número de escolas rurais paralisadas e/ou fechadas, considerando as dependências administrativas - municipal e estadual - soma-se um total de 1.436 escolas. Desse total, considerando os 135 municípios – área de abrangência do Matopiba – foram 1.007 escolas.

Esses dados revelam, por um lado, que a educação e a escola do campo não constituem prioridade nas agendas governamentais, por outro, pode sustentar que há sim interferência direta do Matopiba na produção desse cenário que beira o extermínio do campesinato. Isso porque, “[...] o que vem ocorrendo não

3 Disponível em: https://anonymousdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educação%20Básica%2F_portal%2FCatálogo%20de%20Escolas&Page=Lista%20das%20Escolas&P1=dashboard&Action=Navigate&ViewState=0i9lh-doe401qeg726sn2st8s9q&P16=NavRuleDefault&NavFromViewID=d%3Adashboard~p%3As-fl56n9k0qs70741. Acesso em 23 de set. de 2025.

é apenas ‘converter’ em mercadoria algo que não o era, mas um efetivo processo social de expropriação” Fontes (2008, p. 28), que, no caso em questão, a terra é reduzida à lógica de mercadoria, rentável à oxigenação do capital.

CONSIDERAÇÕES: POR QUE CONTINUAR O DEBATE?

O texto se pretendeu a trazer reflexões crítico-argumentativas, desde uma perspectiva ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos da corrente filosófica do Materialismo Histórico e Dialético, sobre as dinâmicas das forças político-ideológicas que incidem nos processos agrários e na re-configuração do campo, seja o campo do campesinato, ou o da agricultura patrimonialista. Objetivou-se com isso, perceber e compreender como o campo vem sendo movimentado e qual projeto se evidencia, ou se materializa com maior expressividade.

Para tanto, centralizou-se os estudos a partir de dois projetos que – de maneira distinta – disputam o campo em razão, ou em detrimento, tanto das concepções que alimentam sobre esse lugar (espaço geopolítico) e às finalidades que a ele se destinam. Foi discutido e evidenciado que, se por um lado, o campo do patronato rural brasileiro, a partir do que se pretende o Matopiba, ao descampesinizá-lo, reduz esse espaço para a produção de mercadorias à oxigenação, sistêmico-metabólica, do modo de produção capitalista; por outro, se movimenta – de maneira contra hegemônica – o campo do campesinato, ou da agricultura familiar que entende esse lugar desde o biocentrismo para a re-produção do modo camponês de pensar as existências: humana e da natureza.

À luz das reflexões sobre a educação do campo, no ‘campo’ das disputas contra hegemônicas, objetivando perceber os desafios do presente para a (in) existência do campesinato, infere-se, desse debate, que o fechamento de escolas no campo tem correspondência *sine qua non* para o extermínio do modo camponês de pensar as existências: humana e da natureza. Isso implica e configura num dos principais desafios para o campesinato: fazer a resistência e o enfrentamento de combate ao fechamento das escolas, pois, *escola é vida na comunidade*.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Políticas de formação de educadores(as) do campo. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 27, n. 72, ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jL4tKcDNvCggFcg6sLYJhwG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Inepdata. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas>. Acesso e: 22 de set. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 244, de 12 de novembro de 2015. Brasília, 2015.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGt-MsYG3f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2025.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 21, p. 23-36, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 173-224, 2008.

LEITE, Sergio Pereira e MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: R. S. CALDART, I. B. PEREIRA, P. ALENTEJANO e G. FRIGOTTO (Orgs.), **Dicionário da Educação do Campo** (p. 83-84). São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012.

LIMA, Eloisa Aparecida Cerino; FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo. Rural Education / Educação Rural, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350284434_EDUCACAO_DO_CAMPO_COMO_PROJETO_DE_DESENVOLVIMENTO_E_DE_VIDA_PARA_O_CAMPO. Acesso em: 24 set. 2025.

OLIVEIRA, Flávio Pereira de. **Prosas pedagógicas: girando saberes em Educação do Campo ante à ofensiva do capital**. Orientadora: Ana Cristina Nascimento Givigi. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa-BA, 2020. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/ppgeducampo/docs/category/17-turma-2018>. Acesso: 22 de set. 2025.

SILVA, Maria do Socorro. Educação do campo e políticas educacionais. *Revista Educação & Políticas*, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 23-41, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/download/46390/25492/195101>. Acesso em: 24 set. 2025.

SILVA, José Ribamar Sá. Prefácio. In: CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues e SILVA, Paulo Roberto de Sousa. **Políticas e práticas pedagógicas de educação do campo no Maranhão**. São Luís- MA: Viegas, 2023.

Bloco 4 – Educação, Formação e Resistência



CAPÍTULO 18

A “COMVIVÊNCIA” PEDAGÓGICA COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS AGROECOLÓGICOS

Ivolanda Magali Rodrigues da Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-H

INTRODUÇÃO

Este artigo fala de uma proposta formativa que busca integrar a racionalidade e objetividade científica com a revalorização de saberes “outros” na construção de conceitos e práticas integrativas eficientes.

Este trabalho faz parte de uma trajetória de implementação de ambientes formativos em uma escola de ensino médio integrado da rede estadual do estado do Rio de Janeiro. Esta unidade de ensino fica localizada na cidade de Magé na Estrada da Conceição, nº 4601 no distrito de Conceição de Suruí, na região da Baixada Fluminense.

A proposição desta pesquisa é que se concretizem modelos metodológicos orgânicos que possibilitem e intensifiquem o viés agroecológico da formação dos Técnicos em Agropecuária. Um trabalho prático com ações praxiológicas que buscam fortalecer a formação em curso, por meio de experiências inovadoras tendentes a transformações qualitativas e não apenas aderente a novos dispositivos sociais postos com base na lógica da oferta.

Para desenvolver o estudo proposto foram alinhados objetivos que permitissem melhor direcionar todo o trabalho. O objetivo principal é o de “Estruturar e potencializar ações estratégicas, neste caso, integrando a Agroecologia e a ComVivência Pedagógica.

ComVivência Pedagógica é uma proposta metodológica cunhada por Mauro Guimarães e Noeli Granier (2022), que possibilita vivências pedagógi-

cas a educadores ambientais em formação, com experiências de imersão em espaços formativos, o que pode permitir novas maneiras de se posicionar acerca das relações estabelecidas entre os seres humanos e a natureza.

Algumas dissertações e teses já abordaram a temática e vários artigos foram publicados discutindo os impactos dessa metodologia. O livro Educação ambiental e a “ComVivência Pedagógica”: emergências e transformações no século XXI, organizado por Mauro Guimarães, (2022), explicita os princípios formativos que compõem a proposta metodológica.

Fomentar caminhos para posicionar a escola como referência integrativa de disseminação de saberes (ambiente formacional), está atrelado a busca por uma relação estruturada entre os diversos conhecimentos ali existentes.

Para alcançar esta posição entendemos que devemos fazer com que a escola por meio de uma estruturada relação de ComVivência entre todos os integrantes do ambiente, se perceba como espaço integrador (educativo) pedagógico de caráter formal e não formal, na formação de formadores educadores ambientais.

E para que esse posicionamento ocorra, buscamos identificar rumos que possam transformar a escola em um espaço que funcione como ferramenta (permanente) de fomento e formações.

Na busca de transformar este ambiente, e com base nessa pluralidade de saberes, entendemos poder fortalecer as ações de formação de formadores por meio das práticas de ComVivências significativas que bricolam a formação do profissional, a responsabilidade ambiental e a potência investigativa deste espaço integrador (a escola).

Boff (2003) ressalta que devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

É neste processo de somar e integrar forças que este trabalho se intensifica em sua aplicabilidade. Ao falar sobre a formação de jovens profissionais

responsáveis por potencializar a produção de alimentos sem agredir intensamente os recursos naturais em potencial. Buscamos neste decorrer fortalecer uma perspectiva de formação profissional responsável ambientalmente, justa socialmente e aberta e acessível para todos.

METODOLOGIA

Para iniciar os estudos sobre os rumos desta trajetória buscamos em Carlos Rodrigues Brandão (2008) uma formulação sobre a Pesquisa Participante. E o autor diz que a pesquisa participante deve ser considerada um “repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos, destinados a superar a oposição sujeito/objeto no interior de processos que geram saberes e na sequência de ações que aspiram gerar transformações”

E foi verificando neste perfil múltiplo da pesquisa uma sintonia com a ComVivência Pedagógica, que é uma proposta teórica e uma estratégia metodológica adotada em um processo formativo, que percebemos que estruturar um ambiente educativo pautado na vivência coletiva das experiências formativas é uma ação integradora/formadora. Como afirma Guimarães (2021): “A ComVivência Pedagógica como proposta metodológica apresenta a experiência como aprendizado vivencial de forma coletiva, pela experientiação entre os participantes, na interação com o contexto proposto por essa intencionalidade educativa de formação”.

Optamos por esta metodologia que busca pelo envolvimento de toda a comunidade escolar e a interação entre investigadores e situações investigadas, contrapondo à dinâmica hegemônica e ainda nos remete a identificar a convivência como um caminho fecundo de formações integradas e fortalecidas.

Por meio de vivências e investigações propositivas durante a formação dos participantes desta pesquisa, busca-se sintetizar a aplicabilidade deste método estratégico formativo. A ComVivência Pedagógica consolida a ideia de que apresentar um ambiente educativo que permita diversas dimensões de realidades e as possibilidades e limites das ações, no caso em tela, de formação de profissionais agroecológicos, torna potente a formação de formadores.

Neste sentido, percebemos que a imbricação da ComVivência Pedagógica com o rigor da pesquisa estruturada, diante da multireferencialidade de saberes, proporciona caminhos ricos em processos formativos.

Macedo et al., (2009), traz uma importante reflexão sobre os perfis avaliativos seguidos a partir de orientações de agências avaliativas “externas”, numa lógica produtivista e que não reconhece o rigor científico das pesquisas qualitativas, “Pertencimento e afirmação estão incluídos aí como valores que produzem no momento as trilhas do novo rigor”.

Estas trilhas do novo rigor apresentam ideias aplicáveis sobre o âmbito das pesquisas qualitativas, sem desqualificar o modelo quantitativo, mas, somando papéis e atitudes expressivas que agradem todas expectativas, não apenas de números. sem nos levar a um obscurantismo extremamente preocupante produzido pela ética produtivista da “formação” (MACEDO et al, 2009).

No processo de busca por métodos que facilitem entendermos o caminhar desta pesquisa buscamos envolver os praticantes de forma efetiva, inclusive na escolha do dispositivo de informações. Assim, para observar as impressões dos praticantes sobre a metodologia aplicada e ainda entender o público ali descrito foi escolhido produzir materiais de áudio. Neste caso a escolha foi pelo modelo de dispositivo de áudio PodCast, onde momentos dialógicos foram gravados e disponibilizados em plataformas de livre e fácil acesso.

Para a produção deste material ocorreram encontros formativos durante as práticas das disciplinas de Planejamento e Projetos e Práticas Agroecológicas, e todos os alunos que estavam matriculados nas disciplinas participaram das atividades até o final da proposta e apenas dois destes não se colocaram para gravar o primeiro episódio do PodCast, mas se colocaram para participar das seguintes edições. No total participaram quatorze praticantes com falas no episódio.

A construção coletiva do **PodCast** revelou-se como um dispositivo pedagógico inovador, no qual a voz dos estudantes ganhou centralidade no processo de produção de conhecimento. A partir da elaboração de roteiros, organização de pautas e momentos de gravação, os discentes puderam exercitar não apenas habilidades técnicas, mas, sobretudo, a escuta, a cooperação e a corresponsabilidade. Esse processo favoreceu o fortalecimento de vínculos,

permitindo que a diversidade de perspectivas se entrelaçasse em uma narrativa plural, expressando a multirreferencialidade presente na própria prática educativa.

Além do produto final – os episódios gravados – o percurso constituiu-se como experiência formativa em si mesma, capaz de integrar dimensões cognitivas, afetivas e sociais. A produção do áudio foi, portanto, mais do que um exercício de registro: transformou-se em espaço de diálogo e de autoria compartilhada, em que os praticantes se reconheceram como sujeitos ativos na construção de sentidos sobre suas práticas agroecológicas. Dessa forma, o PodCast emergiu como um **artefato pedagógico multirreferencial**, fortalecendo a ideia de que a educação pode ser vivida como processo de criação, alteridade e emancipação coletiva.

Todos os praticantes desta pesquisa contribuíram coletivamente para a produção do dispositivo de áudio, seu roteiro e edição. Nas figuras a seguir estão os caminhos para acessar ao material resultante da edição dos áudios dos praticantes desta itinerância em pesquisa formativa integradora.

Temos: o Link para acessar o PodCast, que exige apenas um clique em cima do desenho em azul para acesso ao conteúdo e;

Apresentamos ainda dois códigos QR que possibilitam o acesso por meio do uso da câmera de um aparelho celular.

Quadro 1 – Caminhos para acessar a plataforma de áudio dos depoimentos dos praticantes da pesquisa.

Link para acesso ao PodCast	Código QR para Acessar a plataforma	Código QR para Acessar a plataforma (com logo própria)
 https://soundcloud.com/podcastcomvivencias/tracks		

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As conexões estabelecidas nesta dinâmica formativa que aporta subsídios para a consolidação de uma proposta metodológica, podem ser ouvidas e analisadas neste dispositivo de áudio acima apresentado.

Ao se apresentar e falar da aplicabilidade deste processo formativo (da ComVivência Pedagógica) e da formação de formadores em contextos diferenciados, os participantes da elaboração do dispositivo de áudio, falam de suas vivências efetuadas em investigações anteriores e as atuais.

A escola como ambiente formativo pode se posicionar como espaço de permanente referência da formação de formadores. Este espaço integrador e formativo ali gerado, ou descoberto se encontra com a metodologia apresentada pela ComVivência Pedagógica e nos permite retomar a perspectiva da dimensão do ato educativo como proposta de formação reflexiva, efetiva e urgente.

Buscar um rompimento das características conservadoras do perfil educacional é caminhar na direção de um horizonte em que o ensino se faz vivo, dinâmico e comprometido com a realidade dos sujeitos. Romper com a “armadilha confortável” significa permitir que a escola se transforme em espaço de criação, de experimentação e de diálogo, onde a construção de saberes não esteja reduzida a práticas repetitivas, mas se projete como experiência transformadora. Essa perspectiva dialoga com Freire (1996), ao defender que a prática educativa só se realiza na autonomia e na possibilidade de o estudante ser sujeito de sua própria formação.

Nesse sentido, o ambiente formativo que se constituiu ao longo deste processo reafirma o poder da bricolagem pedagógica, na qual a reflexão se combina à imersão, dando corpo a um território educativo capaz de provocar, instigar e mobilizar novas formas de compreender e agir no mundo. Ardoino (1998) já destacava que a multirreferencialidade se torna fundamental para compreender a complexidade do fenômeno educativo, pois possibilita que diferentes olhares e linguagens se cruzem, ressignificando as práticas.

Ao valorizar as vivências individuais e coletivas como dimensões indissociáveis da formação do técnico em agropecuária, o percurso investigativo

mostrou que aprender é também exercitar o encontro com o outro, em suas múltiplas vozes e perspectivas. Para Larrosa (2002), a experiência é sempre aquilo que nos acontece, que nos atravessa e nos transforma — e foi justamente isso que os estudantes puderam experimentar ao assumir papéis ativos no processo.

O exercício da escuta e da corresponsabilidade produziu um espaço em que as diferenças se tornaram fonte de enriquecimento. Esse movimento encontra eco em Lévinas (2008), ao compreender a alteridade como abertura ética ao outro, e em Buber (2001), quando destaca a centralidade do encontro “Eu-Tu” na constituição do humano.

O alto índice de adesão voluntária à gravação do PodCast, com mais de 90% dos praticantes participando ativamente, ilustra não apenas o engajamento discente, mas também o fortalecimento de um espaço-tempo de pertencimento e corresponsabilidade.

Cada fala registrada não se restringe a um depoimento isolado, mas constitui fragmento de um processo mais amplo de autoria coletiva, no qual as percepções formativas se entrelaçam e revelam o início de uma jornada em direção a uma educação que integra sensibilidade, criticidade e emancipação.

Ao se colocarem como protagonistas no processo de construção do PodCast, os estudantes puderam experimentar uma forma de aprender que ultrapassa os limites da sala de aula e se aproxima de suas próprias vivências. Cada etapa — do planejamento à gravação — se transformou em oportunidade de reconhecer a própria voz, partilhar saberes e se enxergar como parte ativa de um coletivo em formação. Essa experiência permitiu que os discentes percebessem a si mesmos não apenas como receptores de conteúdos, mas como autores de conhecimento, capazes de dialogar com o mundo a partir de sua realidade concreta e de sua prática cotidiana.

Esse movimento revelou também a potência do aprendizado vivido em comunidade. O exercício de ouvir uns aos outros, de respeitar tempos, hesitações e descobertas, produziu um espaço de confiança em que as diferenças se tornaram fonte de enriquecimento e não de barreira.

Nesse contexto, a **ComVivência Pedagógica** se materializou em um modo de ser e estar no processo educativo, permitindo que os estudantes compreendessem que a formação técnica em agropecuária não se restringe ao domínio de práticas produtivas, mas se amplia para incluir dimensões de alteridade, solidariedade e compromisso com a coletividade. Assim, cada estudante pôde experimentar o valor de sua própria trajetória ao mesmo tempo em que contribuiu para a construção de uma experiência comum e transformadora.

Em síntese, a experiência formativa revelou que quando o estudante é convidado a assumir a centralidade no processo educativo, sua participação deixa de ser apenas uma etapa obrigatória e passa a constituir um exercício de pertencimento e de criação coletiva.

O PodCast, nesse contexto, se tornou mais do que um produto pedagógico: transformou-se em símbolo da potência de cada voz, do reconhecimento das diferenças e da capacidade de construir juntos novos caminhos para a educação.

Esse protagonismo estudantil, tecido na prática e na escuta mútua, reafirma que aprender é também um ato de transformar-se, de renovar a alteridade e de cultivar sentidos que permanecem para além do tempo escolar, irradiando-se para a vida em comunidade e para o futuro profissional desses jovens. “Quando a voz do estudante encontra espaço, a educação floresce em pertencimento e transformação.

CONCLUSÕES

Este estudo sinalizou que a abordagem da prática educativa pode ser construída em uma postura reflexiva integrada a fazeres criativos. Considerar a ação e reflexão como práxis está inerente e imbricado no processo que potencializa as relações de ComVivência Pedagógica como caminho estruturado para elaboração de ambientes formativos.

Na busca de uma lógica de sentidos deste trabalho avançamos no debate de proposição do fortalecimento do ambiente escolar como potencializador de ações estratégicas que integre ComVivências e a caminhada da formação de

profissionais integrados a uma relação estruturada e referenciada na integração de saberes.

A agroecologia, neste estudo, aparece como viés formacional que alavanca a integração dos que compõem o ambiente formativo transformando a escola em um espaço integrador (educativo), pedagógico que acolhe rituais de formações de caráter formal e não formal, na formação de formadores.

Esse embarque nas práticas de uma proposta reflexiva se desenha e define quando todos os praticantes do diálogo desenvolvido demonstram potenciais caminhos de construção e reconstrução de práticas e conceitos. E como praticante desta pesquisa que busca horizontalizar as possibilidades, a autora destaca que a auto formação é inevitável, pois as relações citadas pelos alunos participantes do “Podcast” são contagiantes. Todos transmitem conhecimento, todos recebem estímulos formadores, todos podem criar, todos podem observar, opinar, debater e transformar.

Tudo isso feito por caminhos trilhados de pensamentos autônomos e ricos em processos integrativos. Uma integração reflexiva potencializada pelo método aqui apresentado e praticado, conduz um pensamento prático e reflexivo de “alteridade transformadora”, e em momento de decisões na vida destes que praticam uma formação técnica profissionalizante, esta natureza de olhar intimamente as potencialidades dos pares, estimula o posicionamento autônomo.

A autonomia aprimorada e identificada durante o processo, fortalece ainda mais a premissa da multireferencialidade.

REFERÊNCIAS

ARDOINO, Jacques. **Multirreferencialidade em Educação**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BOFF, Leonardo. **Civilização Planetária: desafios à sociedade e ao cristianismo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, 132 p. ISBN:8575420836.

BRANDÃO, Carlos, R.; BORGES, Maristela, C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 6, n. 1, 2008. DOI: 10.14393/REP-2007-19988. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2001.

GUIMARÃES, Mauro.; GRANIER, Noeli. B.; EDER, Sofia. A experiência significativa do ser mais ambiental na “convivência pedagógica” – encontros em Paulo Freire. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 14, n. esp., p. 575-595, 14 dez. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação, n. 19, 2002.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 2008.

MACEDO, Roberto. S.; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álam. **Um rigor outro sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências antropológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009. 174 p. ISBN:978-85-232-0636-9.

CAPÍTULO 19

NÃO FECEM A NOSSA ESCOLA! MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIAS DA EEB SÃO SEBASTIÃO

Maria Helena Romani Mosquen
Doi: 10.48209/978-65-5417-560-I

INTRODUÇÃO

Este relato aborda a temática “NÃO FECEM A NOSSA ESCOLA! MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIAS DA EEB SÃO SEBASTIÃO” com o objetivo de compreender a mobilização da comunidade escolar para assegurar a continuidade da escola. A partir das memórias de resistência, o texto destaca as estratégias coletivas adotadas pela comunidade para preservar o acesso à educação e garantir a existência da instituição, mesmo diante da determinação de fechamento da escola. Tem o propósito de compartilhar a história de luta e mobilização da comunidade da EEB São Sebastião para garantir a continuidade da escola. Inspirar e motivar outras comunidades a se mobilizarem e lutarem por seus direitos e interesses. Destacar as estratégias utilizadas pela comunidade para resistir ao fechamento da escola.

A realização deste relato de experiência sobre a resistência da comunidade da EEB São Sebastião se justifica pela importância de documentar e compartilhar as histórias de luta e mobilização das comunidades que lutam por seus direitos e interesses. Ao relatar essa experiência, podemos inspirar e motivar outras comunidades a se mobilizarem e lutarem por seus direitos, além de preservar a memória da luta e resistência da comunidade da EEB São Sebastião para futuras gerações.

Com a municipalização, turmas do 6º ao 9º serão encerradas, as crianças teriam de ser transferidas para outras escolas, entre as opções estariam escolas no centro da cidade, uma escola cívico-militar, além de escolas municipais.

“No 6º ano, a maioria [dos alunos estão] com 11, 12 anos, é uma idade muito difícil para fazer uma mudança drástica, porque sair de uma escola menor, acolhedora, onde todos se conhecem, têm uma convivência, e ir para um espaço maior onde tem um público bem maior de estudantes e uma outra dinâmica traz impactos na vida destas crianças e adolescentes.

O debate do fechamento da escola que está nos cartazes são opiniões, relatos e sentimentos dos estudantes. O espaço da escola, como lugar de vida, de partilha e solidariedade abre caminho para que os estudantes possam dividir, além das alegrias e sonhos, suas dores e frustrações. A Escola de Educação Básica São Sebastião tem uma história junto à comunidade. Pais e mães que têm seus filhos na escola, também foram estudantes da mesma. Esta escola tem pertencimento/identidade com o bairro.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para relatar as ações da comunidade na resistência para não fechar a escola da EEB São Sebastião será baseada em: Narrativas de experiência das ações e estratégias utilizadas pela comunidade para resistir ao fechamento da escola, destacando as principais lideranças, decisões e ações tomadas ao longo do processo. Descrição de eventos e atividades realizadas pela comunidade, como: Reuniões com autoridades governamentais e educacionais Manifestações e manifestações públicas; Abaixo-assinados e coletas de assinaturas; Campanhas de conscientização e mobilização; Inclusão de depoimentos de membros da comunidade, professores, estudantes e outros atores envolvidos na resistência, para fornecer uma visão mais profunda e pessoal da experiência, destacando as motivações da resistência. As dificuldades e desafios enfrentados; As lições aprendidas e os resultados alcançados; Essa metodologia permitiu uma abordagem qualitativa e descritiva das ações da comunidade.

ESFORÇOS COLETIVOS CONTRA O FECHAMENTO DA ESCOLA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

O Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010, dispõe sobre a política de Educação do Campo. Esse decreto também possibilita uma mudança de conceito de campo: mais do que perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. O decreto institui uma Política Nacional de Educação do Campo.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por: escola do campo aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo (BRASIL, 2010, p. 01).

Este é um fator importante, definido pelo IBGE, pois define a escola do campo aquela situada no campo e também a escola que atende alunos do campo, mesmo situada no perímetro urbano. Os municípios precisam ter diretrizes explícitas de educação do campo, a fim de dar novas possibilidades ao acesso à educação e permanência na escola. É inviável que educandos do campo estudem em escolas urbanas e serem tratados como alunos urbanos, isso é negar a existência da população do campo. De acordo com o parecer tem-se a possibilidade de entender que os sujeitos do campo são sujeitos com saberes – cultura – trabalho. Entender que o campo é diverso, reconhecer e trabalhar com os conhecimentos e saberes.

Isso nem sequer foi cogitado em relação à EEB SÃO SEBASTIÃO. Houve uma invisibilidade dos sujeitos sociais do campo que frequentavam a escola ser escola do campo, ter proposta pedagógica, Projeto Político Pedagógico. O público das escolas do campo que fecharam foram estudar na EEB SÃO SEBASTIÃO. Além de ser desconsiderado esse decreto o fechamento da escola e muitos são os impactos socioculturais gerados na vida campesina, pois a comunidade rural fica fragilizada, uma vez que, quando isso acontece, “a articulação dos moradores em projetos comuns que assegurem seus direitos fica comprometida” (KRAMER, 2006, p. 3). Ao refletir sobre essa perspectiva, nega-se os impactos socioculturais gerados pelo fe-

chamento da EEB São Sebastião. Dessa forma, fechar uma escola do campo é permitir “a inserção da infância, adolescência e juventude nos centros e escolas urbanas, Fechamento de escolas do campo: impactos socioculturais nas comunidades rurais para sua socialização nos valores e na culturas urbanas” (ARROYO, 2007, p. 160).

Fechar a Escola de Educação Básica São Sebastião é crime porque é uma escola que atendia estudantes das escolas isoladas do território campesino que fecharam como as escolas da Linha Pinheirinho, Escola da Linha Jacutinga, Escola da Linha Três Curva, Linha Bela Vista das Flores e Linha Tupancy, e Linha Lageado Direito e as estudantes do Território Campesino foram para a EEB São Sebastião. Fotos das escolas fechadas em território campesino, dos quais os estudantes passaram a estudar na EEB São Sebastião.

Figura 1 – Fotos

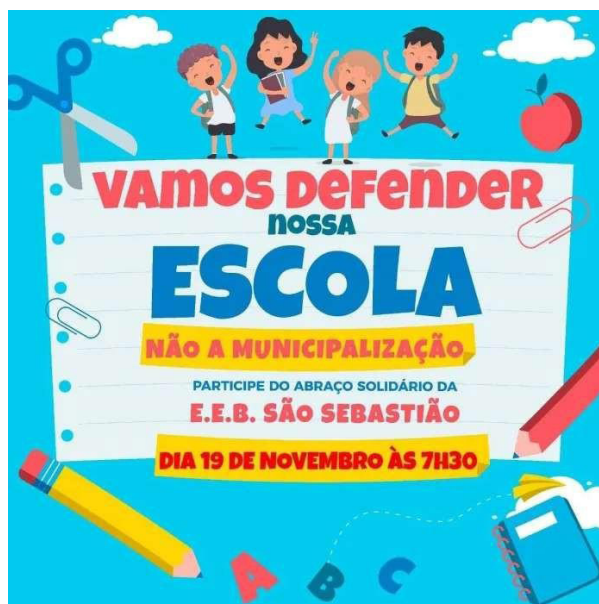


Fonte: Arquivo da autora

A comunidade escolar, reconhecendo a importância da participação coletiva, articulou-se com uma comissão formada por mães e pais de estudantes. Essa comissão passou a se reunir regularmente, mapeando as necessidades da

escola, ouvindo diferentes vozes e identificando estratégias para promover a transparência e a participação de todos. Com uma agenda clara, foram planejadas ações para combater a conduta antidemocrática observada, fortalecendo os canais de comunicação entre escola, família e estudantes, e estabelecendo compromissos de respeito aos princípios democráticos, equidade e responsabilidade. A partir desse movimento, a comunidade abriu espaço para encontros periódicos, debates abertos e a implementação de medidas que assegurem a participação efetiva da comunidade na tomada de decisões, promovendo um ambiente escolar mais justo e colaborativo.

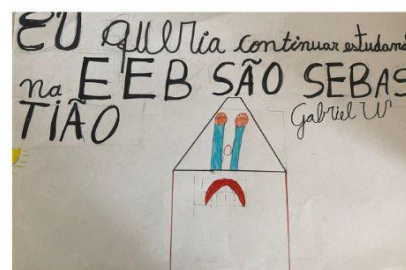
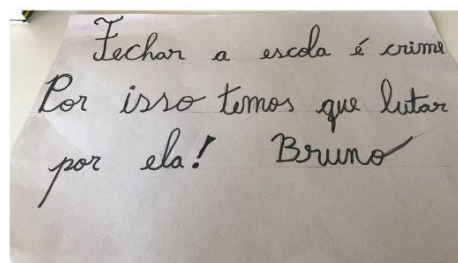
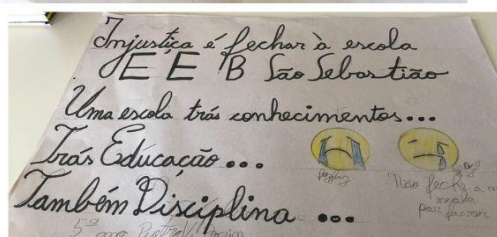
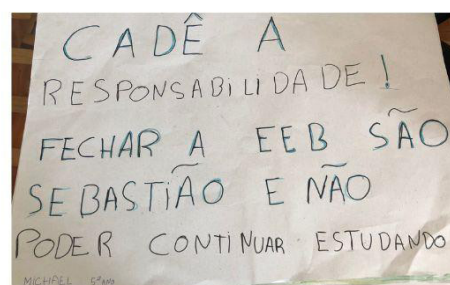
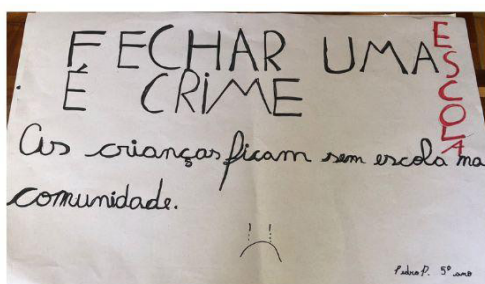
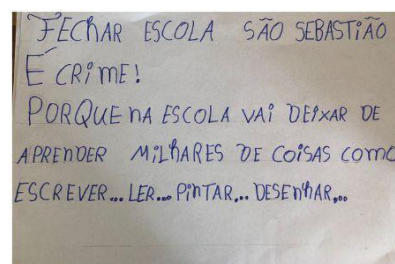
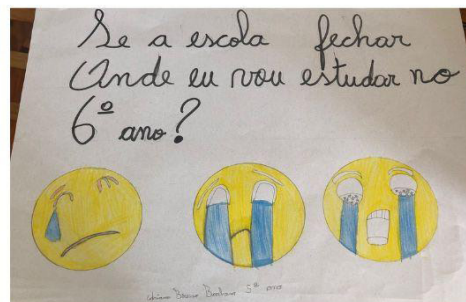
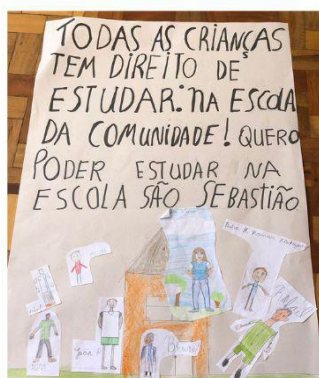
Figura 2 – Convite



Fonte: APP da escola

A campanha nacional realizada pelo MST : “*Fechar escola é crime*”³. É preciso entender que Fechar Escola é Crime, pois é direito ter escola e educação de qualidade no campo. Como diz a canção “Não vou sair do campo pra poder ir pra escola. Educação do Campo é direito e não esmola”. Música cantada pelos estudantes no último dia de aula na EEB São Sebastião. Esta campanha também chega à Escola São Sebastião na resistência, que é refletida nas produções dos estudantes.

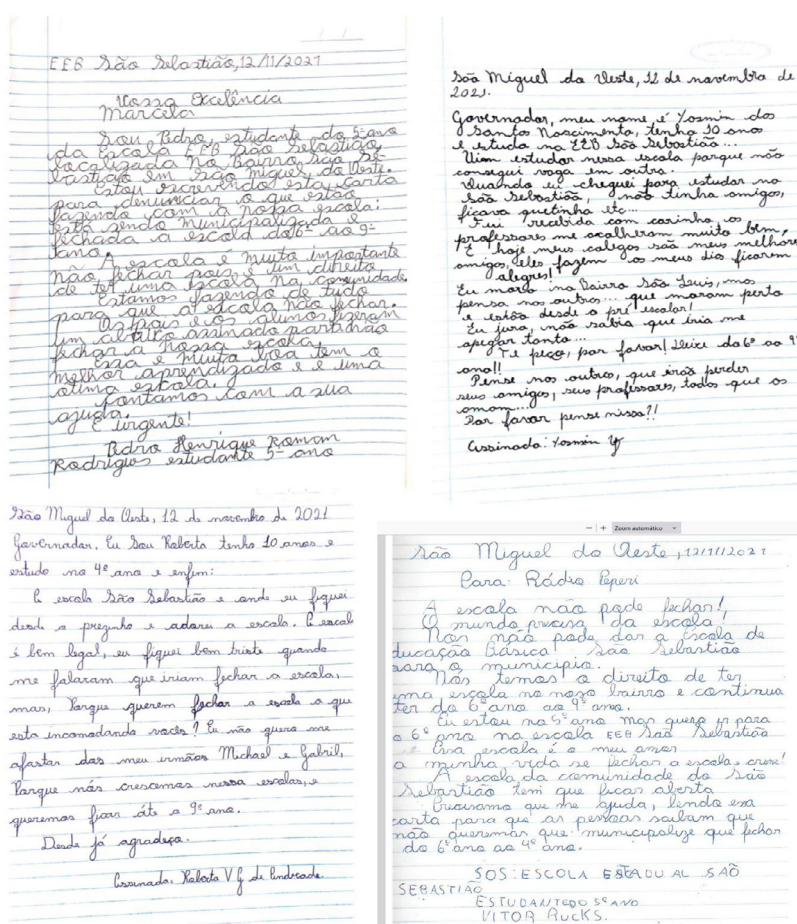
Figura 3 - Produção dos estudantes



Fonte: Arquivo da autora

Cartas são documentos que comunicam e a escola começa um movimento de escrever cartas para entidades governamentais, representantes de movimentos sociais e meios de comunicação. Diversas autoridades como o prefeito, vereador, governador, deputados estaduais, para a coordenadoria regional da Educação, ministério público, para rádio, jornal, sindicatos, Movimentos Sociais as quais foram entregues na tentativa de chamar atenção para a defesa da escola. As cartas foram escritas com sensibilidade e carinho, com a letra e o sonho dessas crianças e adolescentes viverem em uma escola livre.

Figura 3: Cartas dos estudantes



Fonte: Arquivo da autora

Poesia, também é um jeito especial de expressar a resistência a “Escola é vida na comunidade” que foram replicadas e entregues à comunidade e à população do município.

Figura 4: poesias

QUEREMOS ESTUDAR!

Tem muitas crianças...
Precisando de Escola:
Muitas pessoas vão chorar pela escola...
Escola é muito importante...
Para todos...
Não podemos deixar...
Que feche a nossa Escola!
Pois, queremos aqui
na Escola Estadual São Sebastião!

Autor: Adriano Bressa Barboza
Estudante do 5º ano
EEB São Sebastião

Minha Escola!

Da minha linda e querida
Escola São Sebastião...
Jamais esquecerei dos professores...
Que ficou o doce saber...
É o lugar de fazer:
Amigos...Companheiros...Colegas...
Onde todos são gente...
Somos camarada...
Essa Escola é a minha casa!

Autor: Marco Antonio Haupenthal
EEB SÃO SEBASTIÃO

A ESCOLA EEB SÃO SEBASTIÃO

A Escola São Sebastião
Tudo é diversão...
E aprendemos de montão.
Tudo simples, mas feito de coração.
Para alegrar a multidão
Local onde as crianças:
Amam...
Se divertem...
E aprendem a lição...
Esse local que eu falo
É a minha Escola São Sebastião
Pela qual tenho grande admiração!

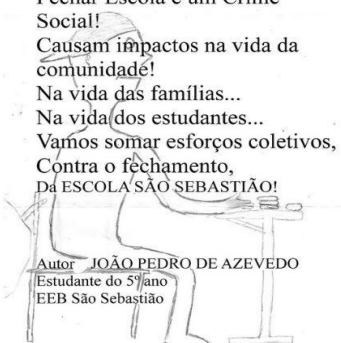
Autor: Rafael Shardelotto Batista da Silva
Estudante do 5º ano
EEB São Sebastião



Fechar Escola ...

Fechar Escola é um Crime Social!
Causam impactos na vida da comunidade!
Na vida das famílias...
Na vida dos estudantes...
Vamos somar esforços coletivos,
Contra o fechamento,
Da ESCOLA SÃO SEBASTIÃO!

Autor: JOÃO PEDRO DE AZEVEDO
Estudante do 5º ano
EEB São Sebastião



A ESCOLA É BOA!

Fechar ela não tem necessidade.
Escola é para estudar.
Na escola tem educação.
Escola é lugar de aprendizagem.
A escola tem muitas coisas pela frente.
Fechar a escola é crime.
Quando se fecha a escola o conhecimento acaba...
Acaba a felicidade e ter escola ...
Todo dia !

Autor: MICHAEL RUAN GIONGO DE ANDRADE
5º ANO

AMO ESCOLA!

Hoje eu acordei...
Me arrumei...
Coloquei a minha mochila...
E não Gostei da notícia...
Que recebi...
Nossa escola só vai ter
Os anos iniciais...
E eu vou para os anos finais...
Estou muito triste com isso!

Autora: Natália Iasmin Harter Streais

5º ano – 2021

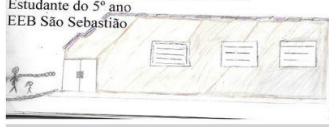
EEB São Sebastião



Fechar Escola ...

Fechar Escola é um Crime Social!
Causam impactos na vida da comunidade!
Na vida das famílias...
Na vida dos estudantes...
Vamos somar esforços coletivos,
Contra o fechamento,
Da ESCOLA SÃO SEBASTIÃO!

Autor: JOÃO PEDRO DE AZEVEDO
Estudante do 5º ano
EEB São Sebastião



Não fechar As escolas!

A escola é um espaço de:
Convivência...
Conhecimento...
Educação...
Concentração...
A escola é o lugar
Que foca para sempre
Na memória das pessoas.
Fechar escolas é crime...
Temos que lutar pela
Escola Estadual São Sebastião.

Autor: Bruno Rugeri Erlo
EEB São Sebastião

Fechar Escola...

Fechar escola é errado...
Fechar escola é desterritorializar...
Fechar escola é matar o conhecimento...
Fechar escola é deixar as crianças na ignorância...
Fechar escola da comunidade é Crime!

Autor: Pedro Henrique Roman Rodrigues
Estudante do 5º ano
EEB São Sebastião



Fonte: Arquivo da autora

Um abaixo-assinado organizado pela comissão de pais e mães circulou pela comunidade e reuniu mais de 800 assinaturas contra a municipalização da escola. Além disso, a comissão solicitou uma reunião com o prefeito Wilson Trevisan, o qual não aceitou o abaixo-assinado, referindo-se a ele como algo ultrapassado, além de salientar que a decisão não teria volta pois seria um direito do município.

A realização de uma manifestação em frente à Prefeitura de São Miguel do Oeste constitui uma ação estratégica e simbólica de repúdio ao processo de municipalização da EEB São Sebastião. Trata-se de um ato público que fortalece a mobilização da comunidade escolar e amplia a pressão sobre as autoridades municipais e estaduais.

Figura 5 - Manifestação



Fonte: Arquivo da autora

O **Abraço solidário** na EEB São Sebastião, a comunidade se reuniu em frente à escola para demonstrar sua resistência à municipalização. Estudantes, pais, avós, tios, vizinhos e comunidade se fizeram presentes em um ato simbólico de repúdio, realizado através de um abraço solidário à escola.

Figura 6 - Abraço solidário



Fonte: Arquivo da autora

As faixas nos muros da escola EEB São Sebastião não eram apenas enfeites; eram manifestações visíveis da voz coletiva da comunidade escolar. Elas carregavam mensagens de resistência, esperança e pertencimento, denunciando ameaças de fechamento e exigindo a continuidade do ensino básico e público. Cada faixa contava uma história de participação, reunindo estudantes, docentes, funcionários e familiares em um ato comum de mobilização. Ao serem vistas ao atravessarem os portões, elas lembravam a todos que a escola não é apenas um prédio, mas um espaço de formação, inclusão e memória, capaz de resistir às pressões externas quando a comunidade se organiza para defesa do direito à educação.

Figura 7 - Faixas (contribuição do SINTE regional de São Miguel do Oeste)



Fonte: Arquivo da autora

A cobertura pela imprensa é um instrumento fundamental para dar visibilidade e ampliar o alcance da pauta referente à não municipalização da EEB São Sebastião. A presença do tema em jornais impressos, rádios, portais de notícias, televisões locais e redes sociais institucionais pode contribuir para informar a comunidade escolar e a sociedade em geral sobre os riscos, impactos e motivações que envolvem o processo de municipalização. Dessa forma, a veiculação na imprensa não se limita a um registro informativo, mas se torna um meio de dar legitimidade à luta, evidenciar a importância da permanência da EEB São Sebastião sob gestão estadual e fortalecer a mobilização coletiva em defesa da educação pública de qualidade.

Figura 8 - Reportagens



Fonte: Portal Desacato

DOSSIÊ: O Ministério Público tomou conhecimento de todas as informações por meio do DOSSIÊ recebido em fevereiro de 2022. O documento, entregue de forma oficial e registrado nos autos, continha dados detalhados, depoimentos, anexos e indícios que permitiram às autoridades compreender melhor a gravidade da situação relatada. A partir do recebimento, foi possível iniciar a análise técnica do material, identificar possíveis responsáveis, bem como avaliar a necessidade de diligências complementares e medidas judiciais cabíveis. O DOSSIÊ, portanto, representou um marco inicial fundamental para a abertura das investigações e para o direcionamento das ações subsequentes do órgão ministerial.

Figura 9 - Dossiê da Mobilização



Fonte: Arquivo da autora

CONCLUSÃO

O fechamento das escolas do campo e os consequentes processos de desterritorialização dos estudantes devem, conforme previsto na Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, ser precedidos da manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino. Tal instância deve considerar a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise diagnóstica dos impactos decorrentes da ação e a manifestação da comunidade escolar envolvida. No entanto, observa-se que, no caso da EEB São Sebastião, não foi realizado estudo de viabilidade ou de impacto social acerca do fechamento da unidade. Tal desconconsideração é particularmente grave, visto que a instituição atende majoritariamente estudantes oriundos do território campestre e, à luz da referida legislação, é caracterizada como Escola do Campo.

O Dossiê onde relatava toda a organização da comunidade escolar contra a municipalização, não foi o suficiente para ter uma ação do Ministério Público. Talvez possamos contribuir para que em outras escolas não ocorra a municipalização, com o registro do esforço coletivo da não municipalização da EEB São Sebastião, mesmo assim, toda a mobilização com os estudantes, professores, Associação de Pais e Professores, comunidade, sindicatos, os movimentos sociais, imprensa, cartas, cartazes, conversas com vereadores, entrega de um Dossiê ao Ministério Público de São Miguel do Oeste, abaixo-assinado ao prefeito e ao governador do estado de SC, nada foi possível para reverter a municipalização. Porém, contribuir com o debate na formação de crianças, adolescentes, jovens em territórios campestres, corresponde a uma demanda social, com projeto político pedagógico específico para o campo, com metodologias, estruturas curriculares e conhecimentos que levem em conta a sua singularidade e se contraponham a programas de escolas cívico-militares, e escolas de centros urbanos para onde foram vários estudantes da EEB São Sebastião, perdendo, assim, a interação e o vínculo com a comunidade. Outro ponto relevante a destacar é que nos documentos da Escola no Projeto Político Pedagógico da Escola, não constava os princípios da Educação do campo, mesmo sendo nuclearização com cinco comunidades campestres, recebendo um percentual de estudantes egressos do campo, é um ponto relevante que contribuiu para fechar a escola. De acordo com DECRETO Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 Dispõe sobre a política de educação do campo II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. Precisamos ficar atentos, as legislações se as escolas atendem estudantes do território campestre, precisa contar nos documentos da escola e garantir essa identidade, também é fator que contribui na garantia da luta pela permanência da escola na comunidade, pois têm legislações que a fortalecem, e as escolas urbanas estão vulneráveis nesse sentido.

REFERÊNCIAS

ARROYO, MIGUEL GONZALEZ. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. Cadernos Cedes. Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157- 176, maio/ago. 2007.

KREMER, ADRIANA. **Educação e Desenraizamento:** processo de Nucleação das Escolas no Município de Bom Retiro – SC. 29ª Reunião anual da ANPED, 2006. Disponível em: 29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT06-2313--Int.pdf. Acesso em: 5 mai. 2025.

CAPÍTULO 20

FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO A PARTIR DO ESTUDO DA AVIFAUNA

Juan Camilo Perez
Ivonne Buenaventura
Albertina Maria Ribeiro Brito de Araujo
Kiwa Perez Buenaventura
Doi: 10.48209/978-65-5417-560-J

INTRODUÇÃO

A observação das aves é uma ferramenta poderosa para a educação do campo, pois o conhecimento sobre aves silvestres oferece aos estudantes e às comunidades campesinas oportunidades para refletir sobre ecologia, conservação e biodiversidade de maneira prática e envolvente (MORAIS et al., 2021; NOGUEIRA et al., 2015). Essa abordagem pode ser integrada ao currículo escolar ou a projetos comunitários, proporcionando uma forma dinâmica e interativa de ensino-aprendizagem que fortalece a educação do campo, desde as práticas pedagógicas até as políticas educacionais desenvolvidas para atender às necessidades das comunidades camponesas. Nesse sentido, a educação do campo busca adaptar a formação às realidades e aos contextos únicos das áreas rurais, valorizando suas particularidades culturais, econômicas e sociais.

Do ponto de vista pedagógico, a importância das aves como elemento de conscientização ambiental é inquestionável, uma vez que esse grupo de vertebrados é comum e conspícuo, podendo ser observado em diferentes ambientes. Assim, professores de ensino fundamental e médio podem utilizá-las como recurso para sensibilizar os estudantes quanto à conservação da biodiversidade e à preservação dos ambientes naturais, atualmente ameaçados pelas inúmeras atividades antrópicas que descaracterizam seus habitats, tais como desmatamentos, extração ilegal de madeira, ampliação das fronteiras agrícolas, poluição, industrialização e queimadas (SANTOS; CADEMARTORI, 2008).

Fortalecer processos educativos comunitários nas escolas do campo e promover ações resilientes com os ecossistemas é fundamental para o desenvolvimento humano integral. A observação de aves possibilita uma prática pedagógica alternativa, de caráter multidisciplinar, que favorece uma concepção sistêmica do conhecimento, permitindo integrar saberes científicos, culturais e sociais (MORAIS et al., 2021). Essa abordagem favorece o diálogo entre a ciência, a educação e a conservação da natureza, abrindo espaço para discussões sobre agroecologia e turismo de base comunitária.

Os lineamentos metodológicos se baseiam na Pesquisa-Ação-Participativa, abordagem que combina métodos qualitativos e quantitativos e pressupõe o envolvimento ativo da comunidade em todas as etapas do processo investigativo (PERUZZO, 2016). Nessa perspectiva, a pesquisa-ação-participativa tem como foco o reconhecimento da avifauna local para discutir seus valores ambientais e construir, de maneira cooperativa, soluções para a conservação das espécies, além de estimular o diálogo sobre práticas de turismo comunitário e a possibilidade de futuros projetos de extensão universitária.

Nesse contexto, o objetivo da experiência realizada na Escola Noêmia de Carvalho, no município de Serraria-PB, foi o de fortalecer a educação do campo e no campo por meio de ações educativas relacionadas ao reconhecimento das aves, integrando atividades de extensão universitária da UFPB (Campus III). Compreende-se que a troca de saberes entre universidade, crianças e professores é fundamental para o desenvolvimento de ações de conservação e para a promoção de alternativas econômicas sustentáveis que beneficiem as comunidades, os agroecossistemas e a biodiversidade de forma geral.

OBSERVAÇÃO DE AVES

De acordo com Dias e Figueira (2010), a prática de observação de aves, também conhecida como *birdwatching*, caracteriza-se como uma atividade de lazer e também educacional, fundamentada na observação desses animais em seu meio natural. Pode ser realizada de forma simples, mas também com recursos como binóculos, telescópios de campo e câmeras fotográficas, possibilitando variantes como a fotografia, a pintura e a ilustração da natureza.

Segundo Dias (2011), a observação de aves tem sido considerada a atividade mais sustentável entre aquelas associadas ao ecoturismo, pois combina os aspectos lúdicos dos passeios com uma vertente recreativa de cunho científico, cultural e econômico. Trata-se de uma prática em acelerado crescimento, que envolve os participantes em uma experiência ecológica e educativa que antecede e se estende para além da visita e da fotografia.

No contexto da educação do campo, a observação de aves representa uma estratégia pedagógica interdisciplinar capaz de articular ciência, cultura e sensibilização ambiental. Sua aplicação nas escolas possibilita ampliar a percepção dos estudantes sobre a biodiversidade local, fortalecendo valores de conservação e estimulando práticas agroecológicas vinculadas aos agroecossistemas onde estão inseridos.

ORNITOLOGIA SOCIAL

A ornitologia social é um campo emergente que explora as interações entre aves e sociedades humanas. Esse conceito abrange tanto a maneira como as aves impactam a vida social, cultural e econômica das comunidades, quanto a forma como as sociedades influenciam a vida das aves.

Nessa perspectiva, o conhecimento científico dialoga com saberes tradicionais e práticas comunitárias, permitindo compreender o papel das aves como indicadores ecológicos e como elementos culturais que mobilizam afetos, histórias e identidades coletivas. Ao ser aplicada em comunidades camponesas, a ornitologia social contribui para fortalecer vínculos comunitários e para valorizar a biodiversidade como patrimônio natural e cultural.

PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA

Toda pesquisa-ação é, por definição, participativa; contudo, adota-se a expressão completa pesquisa-ação-participativa (PAP) para destacar que nem toda “ação” desencadeada em uma investigação científica se enquadra nessa abordagem. Nesse caso, a ação deve assegurar ao grupo investigado a participação ativa em todo o processo – do planejamento à execução e à interpretação

dos resultados – com o objetivo de buscar soluções coletivas para problemas locais (PERUZZO, 2016).

A origem desse método remonta à América Latina, especialmente à Colômbia, com o trabalho de Orlando Fals Borda, considerado um dos precursores da *Investigación-Acción-Participación* (IAP), que vinculou pesquisa científica ao compromisso político e social de transformação da realidade. No Brasil e em outros países latino-americanos, a IAP se conecta às contribuições de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, enquanto a vertente da pesquisa-ação é amplamente discutida por Michel Thiollent (DE AGUIAR SILVA, 2024).

A PAP ou IAP se estrutura em um ciclo contínuo de diagnóstico, ação, reflexão e replanejamento. No contexto da educação do campo com foco na avifauna, esse ciclo foi aplicado da seguinte forma:

Diagnóstico e planejamento: identificação das necessidades e interesses da comunidade rural em relação à avifauna, além do planejamento de atividades educativas, como saídas de campo e estudos de habitat.

Ação e implementação: realização das atividades propostas, incluindo a observação de aves, a criação de hortas e jardins atrativos para espécies locais, a construção de comedouros e o desenvolvimento de materiais educativos (ilustrações, exposições itinerantes, guias de bolso).

Reflexão e avaliação: coleta de feedback de professores e estudantes sobre as atividades, bem como avaliação do impacto das ações na sensibilização ambiental e nas práticas agroecológicas locais.

Ajustes e continuidade: replanejamento das atividades com base nos resultados obtidos, reforçando a continuidade do ciclo ação–reflexão como caminho para o fortalecimento da educação do campo.

Assim, a PAP/IAP oferece uma base metodológica coerente com os princípios da educação do campo, pois valoriza os saberes locais, promove a participação comunitária e fortalece a integração entre conservação da biodiversidade, práticas agroecológicas e processos formativos de base emancipatória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As experiências realizadas na Escola Municipal Noemia de Carvalho no município de Serraria. Teve como objetivo, fortalecer a educação do campo por meio de atividades lúdicas centradas na avifauna, a participação ativa dos alunos e o envolvimento da comunidade escola, destacando o interesse em promover a participação ativa e visando a promoção da sustentabilidade dos subsistemas alimentares ou agroecossistemas, com evidência de mudanças na conscientização ambiental e na valorização das aves na região.

Imagem 1: Registro das atividades de campo



Fonte: Acervo dos autores

Realizou-se a exposição itinerante de aves, composta por 45 fotografias impressas e plastificadas dos municípios de Bananeiras e Serraria, assim como algumas artes ilustradas pelas crianças das escolas do campo.

Imagem 2: Exposição itinerante de fotografias de aves



Fonte: Acervo dos autores

Esta exposição tem participado de várias ações nas escolas do campo, na Universidade Federal da Paraíba UFPB Campus III, no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) e em cenários externos à universidade.

A exposição itinerante de aves é uma amostra da beleza e diversidade da avifauna dos municípios envolvidos, com ela se consegue dimensionar a importância das aves nos agroecossistemas rurais e se levantam diálogos de ações de conservação.

A qualidade das propostas na educação do campo é de fundamental relevância e necessária para todos os seres do planeta, já que nestas escolas estão sendo formados os presentes e futuros humanos responsáveis para manter a água limpa e os ecossistemas saudáveis em comunhão com uma agricultura sustentável que consiga acompanhar a tecnologia livre de agrotóxicos e contaminantes.

CONCLUSÕES

As possibilidades pedagógicas proporcionais que podem ser exploradas pelos educadores a partir da observação de aves são imensas, assim como é possível trabalhar de forma interdisciplinar. Apropriação de novos conceitos, aplicação de conhecimentos teóricos, reconhecer-se como parte do meio, são habilidades que são exploradas e estimuladas durante e após esta atividade (Morais et al.,2021).

É um grande desafio para os educadores relacionar educação e meio ambiente que termine com a formação dos educandos de forma consciente, comprometidos com a vida e com a transformação da sociedade, cabendo, portanto, aos educadores garantir situações socioambientais e práticas que possibilitem agir e atuar de forma transformadora na sociedade e ambiente como um todo. Dessa forma se faz necessário estabelecer relações entre casa e escola, dois universos distintos que deveriam ser unidos pela educação (Nogueira et al.,2015).

A experiência proporciona valiosas lições sobre abordagens pedagógicas eficazes, integração comunitária e o papel da cultura na educação ambiental. Sensibilizar, educar e formar crianças e jovens do campo com ajuda do estudo da avifauna é um desafio para a equipe, sabemos que há uma carência nas informações no ensino básico e fundamental a respeito do manejo e conservação de espécies silvestres, nesse sentido é de muito valor a troca de conhecimentos a partir das extensões universitárias que realizam atividades e ações que caminham para a sustentabilidade dos agroecossistemas rurais.

A observação de aves possibilita assim, uma prática pedagógica alternativa para a educação ambiental, quanto ao reconhecimento das aves, que habitam o ambiente em que vivem, despertando o interesse pela natureza ao compreender a diversidade e revelando atitudes para buscar soluções de conservação, envolvendo componentes curriculares da escola com enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, estimulando o desenvolvimento de uma compreensão integrada ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

DE AGUIAR SILVA, Luís Fabiano. A Investigação-Ação-Participativa, instrumento de transformação social: contribuições de Orlando Fals Borda e Paulo Freire. **Revista Territorial** (ISSN 2317-0360), v. 13, p. 153-180, 2024. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/article/view/15644>

DIAS, Reinaldo; FIGUEIRA, Victor. O turismo de observação de aves: um estudo de caso do município de Ubatuba/SP-Brasil. **Tékhné-Revista de Estudos Politécnicos**, Barcelos, v. 8, n. 14, p. 85-96, 2010. Disponível em: https://scielo.pt/scielo.php?pid=S1645-99112010000200006&script=sci_arttext

DIAS, Reinaldo. A. biodiversidade como atrativo turístico: o caso do turismo de observação de aves no município de Ubatuba (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, Diadema, v. 4, n. 1, p. 111-122, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5906>

MORAIS, Rosiane et al. Observação de aves como estratégia didática para a educação ambiental em uma escola de campo. **ACTIO: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/actio/article/view/12932>

NOGUEIRA, Mayra et al. Observação de Aves e atividades lúdicas no ensino de ciências e educação ambiental no Pantanal (MS). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 187-203, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/1959>

PERUZZO, Cicília. Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. **Encontro Anual da Com-pós**, v. 25, p. 1-22, 2016. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/55834793/epistemologiaemetododapesquisa-acao...ciciliaperuzzo.modelo-compos2016._3270-libre.pdf

SANTOS, Marcelo Fischer Barcellos; CADEMARTORI, Cristiana Vargas. Chave didática de identificação da avifauna do campus Unilasalle – Canoas: ferramenta para o ensino e conhecimento da biodiversidade local. **Revista de Ciências Ambientais**, Canoas, v. 2, n. 1, p. 41-56, 2008. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Rbca/article/view/127>

Bloco 5 – Patrimônio Cultural e Saberes Tradicionais



CAPÍTULO 21

TERREIROS DE MINA EM SÃO LUÍS - MA: ESPAÇOS SAGRADOS DE RESISTÊNCIA CULTURAL E ESPIRITUAL

Rossane Maciel Pereira

Ademir Terra

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-K

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco os Terreiros de Mina de São Luís – MA, compreendidos como espaços sagrados de resistência cultural e espiritual. Falar sobre a diversidade religiosa e cultural do Maranhão é um desafio que nos leva a conhecer a história da Mina maranhense e a vivenciá-la a partir de seus terreiros. Reconhecido como a terra do Tambor de Mina, o Maranhão abriga casas tradicionais como a Casa das Minas-Jeje, a Casa de Nagô e a Casa Fanti-Ashanti, que construíram identidades próprias e se consolidaram como referência de preservação da ancestralidade (Ferretti, 2001).

Nos terreiros, cultuam-se voduns, orixás, caboclos e gentis, organizados em famílias e nações, que expressam a força da ancestralidade e o vínculo com a espiritualidade. Essas práticas mantêm relação estreita com o catolicismo popular, incorporando festas como a do Divino Espírito Santo, Santa Bárbara, São João e Santa Luzia, evidenciando o sincretismo religioso e cultural que caracteriza o Tambor de Mina em São Luís.

Nesse sentido, os terreiros não são apenas espaços religiosos, mas lugares sagrados que concentram fé, cultura e resistência, revelando modos próprios de organização social e de preservação da memória.

Para compreender esse universo, a pesquisa parte de questionamentos centrais: qual a importância da Mina na sociedade maranhense? Os terreiros ainda se configuram como espaços sagrados? De que forma resistem à intolerância religiosa?

A justificativa para este estudo reside na necessidade de dar visibilidade a esses espaços, muitas vezes marginalizados, mas fundamentais para a compreensão da identidade cultural ludovicense. Com base nisso, o objetivo geral é analisar os Terreiros de Mina de São Luís como lugares de fé, cultura e resistência. De forma específica, busca-se compreender suas características culturais, identificar o papel do Tambor de Mina na religiosidade local, e discutir sua atuação frente ao preconceito religioso.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, por ser a mais adequada para compreender a complexidade do universo religioso e cultural dos Terreiros de Mina. Primeiramente, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental em repositórios acadêmicos, especialmente de universidades maranhenses, incluindo teses, dissertações, artigos e periódicos, que serviram de base teórica.

Na etapa seguinte, foram feitas visitas a diferentes Casas de Mina em São Luís, com entrevistas a babalorixás, mães e filhos de santo. Esse contato direto possibilitou observar a organização dos terreiros, os rituais, as festas e as formas de resistência diante da intolerância religiosa, valorizando as memórias e experiências dos praticantes.

A opção pela pesquisa qualitativa justifica-se por permitir analisar valores, crenças e significados atribuídos pelos sujeitos, indo além dos números e captando nuances da religiosidade de matriz africana (Minayo, 2001; Flick, 2009). Utilizou-se ainda o método fenomenológico, que busca compreender as experiências vividas a partir da percepção dos participantes (Husserl, 2006). No contexto dos terreiros, esse método foi válido para interpretar o espaço sagrado não apenas como local físico, mas como território carregado de significados culturais, sociais e espirituais.

RELIGIÃO, CULTURA E RESISTÊNCIA: OS TERREIROS DE MINA EM SÃO LUÍS/MA COMO LUGARES SAGRADOS

A Geografia Cultural tem se consolidado como campo fértil para compreender a interação entre espaço, símbolos e práticas sociais. Nessa perspectiva, conceitos como cultura, lugar e espaço sagrado permitem analisar os terreiros de Mina não apenas como espaços físicos, mas como territórios de memória e identidade.

“O termo “cultura” foi inserido pela primeira vez na geografia alemã, através do livro *Antropogeografia*, de 1882, do autor Friedrich Ratzel. Nesta obra, foram estudados os princípios culturais da diversidade das repetições dos homens e das civilizações, adotando um seguimento ora político, ora etnográfico.”

Segundo Claval (1995), Ratzel analisou a cultura,

[...] sob seus aspectos materiais, como conjunto de artefatos mobilizados pelo homem na sua relação com o espaço. As ideias que a sustentam e a linguagem que exprimem não são quase nada invocadas [...] A ideia de luta pela vida limita, portanto, o interesse que tem Ratzel pelos fatos da cultura e dá à sua obra uma posição essencialmente política (Claval, 1995, p. 13).

Através de sua obra, Ratzel estabeleceu uma base teórica para o desenvolvimento da Geografia Humana, tornando-se um grande defensor do ambientalismo. Na França, Paul Vidal de La Blache introduziu a prática dos estudos culturais, elaborando o conceito de ‘gênero de vida’, que expressa a relação entre a sociedade e os recursos, caracterizando uma condição de alto controle. Essa colaboração histórica foi fundamental para a formação do pensamento geográfico moderno.

Para Sauer (2003), o principal objetivo dos estudos geográficos era analisar as paisagens culturais de acordo com sua morfologia a partir da ação externa supra orgânica da cultura.

Parte superior do formulário

Segundo Ducan (2003), Sauer entendia a cultura

[...] como uma entidade supra orgânica, com suas próprias leis, pairando sobre os indivíduos, considerados como mensageiros da cultura, sem autonomia. A cultura era assim, concebida como algo exterior aos indivíduos de um grupo social; sua internalização se faz por mecanismos de condicionamento, gerador de hábitos, entendidos como cultura. [...] nesta visão não havia conflitos, predominando o consenso e a homogeneidade cultural (Ducan, 2003, p. 81).

No Brasil, a Geografia Cultural se desenvolveu como campo de estudos científicos a partir de 1993, quando, segundo Corrêa (2009) com a criação do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura (NEPEC), o qual, ajudou a consolidar os estudos do subcampo no Brasil, constituindo: textos, periódicos e edições de livros tendo como organizadores Zeny Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa.

A análise do conceito de cultura, lugar e espaço sagrado que abordaremos na presente pesquisa dialoga com as abordagens realizadas por alguns autores que reputamos como essenciais ao estudo da temática, como Paul Claval, Zeny Rosendahl, Roberto Lobato Correa, Werther Holzer.

Um dos autores de destaque na abordagem da geografia cultural é Claval (1997). Ele enfatiza que, para colocar o homem no centro de suas análises, a geografia cultural moderna se constituiu em torno de três eixos, que são necessários e complementares: primeiro, ela parte das sensações e percepções; segundo, a cultura é estudada através da ótica da comunicação; terceiro, a cultura é aprendida na perspectiva da construção da identidade, insistindo-se no papel do indivíduo e nas dimensões simbólicas da vida coletiva. Esses três processos se complementam à medida que as informações que constituem a cultura devem ser respeitadas nas relações que elas estabelecem.

Yi-Fu Tuan (1979) reforça essa visão ao destacar que o lugar é construído pela experiência e pelo significado atribuído pelas pessoas, sendo, portanto, mais do que uma simples localização: é um centro de significados.

Em suas reflexões posteriores, Tuan (1979) afirma que o lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas, ultrapassando a noção de simples localização. Ele é, portanto, uma entidade única, marcada por história, sim-

bolismo e afetividade, que adquire sentido a partir da relação entre os sujeitos e o espaço que habitam

Na perspectiva humanística, autores como Edward Relph e Anne Buttimer também destacam que o lugar não pode ser reduzido a um dado físico ou mensurável, mas deve ser entendido como fenômeno existencial da experiência humana, carregado de percepções, valores e identidades. Essa abordagem surge como resposta crítica às leituras quantitativas e mecanicistas da geografia, propondo um olhar interpretativo que valoriza a subjetividade e a experiência vivida no espaço

Em diálogo com o conceito de lugar, a noção de espaço sagrado constitui outra categoria relevante. Para Zeny Rosendahl (2002), o homem consagra o espaço porque sente necessidade de viver num mundo sagrado, de mover-se em um território impregnado de espiritualidade.

Um grupo religioso, mais que qualquer outro, tem a necessidade de se apoiar em um objeto, em uma parte da realidade que permanece, porque ele próprio não tem a pretensão de mudar, ao contrário de todas as instituições e costumes que se transformam, e das ideias e experiências que se renovam (Rosendahl, 2002, p. 34).

O espaço sagrado diferencia-se dos demais justamente pela percepção coletiva de que nele há uma manifestação do divino. Assim, “tudo é potencialmente sagrado, mas apenas em alguns lugares o potencial é realizado” (Rosendahl, 2002, p. 68), sendo esse reconhecimento resultado das práticas, ritos e crenças da comunidade que o vivencia

Essa visão é complementada por Brandão (1995), ao afirmar que:

O espaço sagrado (...) não se limita ao físico, mas é tecido pela interação entre natureza, comunidade e os seres espirituais que habitam o mundo invisível. O sagrado é construído pela relação de respeito, ritual e reciprocidade entre os seres humanos e as forças da natureza, que são vistas como manifestações do divino (Brandão, 1995, p. 29).

Dessa forma, o sagrado é construído na relação de respeito, ritual e reciprocidade entre seres humanos e forças espirituais, revelando-se como território de identidade, pertencimento e fé.

No caso dos Terreiros de Mina, essas três categorias se entrelaçam. O terreiro é espaço de transmissão cultural, lugar de pertencimento e resistência, e território sagrado, onde os adeptos experienciam a presença do divino por meio dos voduns, orixás, caboclos e encantados.

O Maranhão se destaca no cenário nacional pela riqueza de suas manifestações religiosas afro-brasileiras. O Tambor de Mina surgiu em São Luís durante o período escravocrata, a partir da presença de africanos e seus descendentes, que trouxeram consigo tradições, rituais e práticas religiosas (Ferretti, 2001). Essa religião consolidou-se em casas históricas, como a Casa das Minas-Jeje, fundada por Maria Jesuína; a Casa de Nagô, originada por duas africanas, Josefa e Joana; e a Casa Fanti-Ashanti, criada por Euclides Ferreira.

Essas casas são referências não apenas pela antiguidade, mas por sua importância simbólica e organizacional. A Casa das Minas, por exemplo, mantém a tradição jeje, cultuando voduns específicos e preservando cânticos em sua língua original. Já a Casa de Nagô ampliou o culto, incorporando não apenas voduns, mas também orixás e caboclos, o que permitiu a ramificação da religião em diversos outros terreiros na capital e no interior do Maranhão.

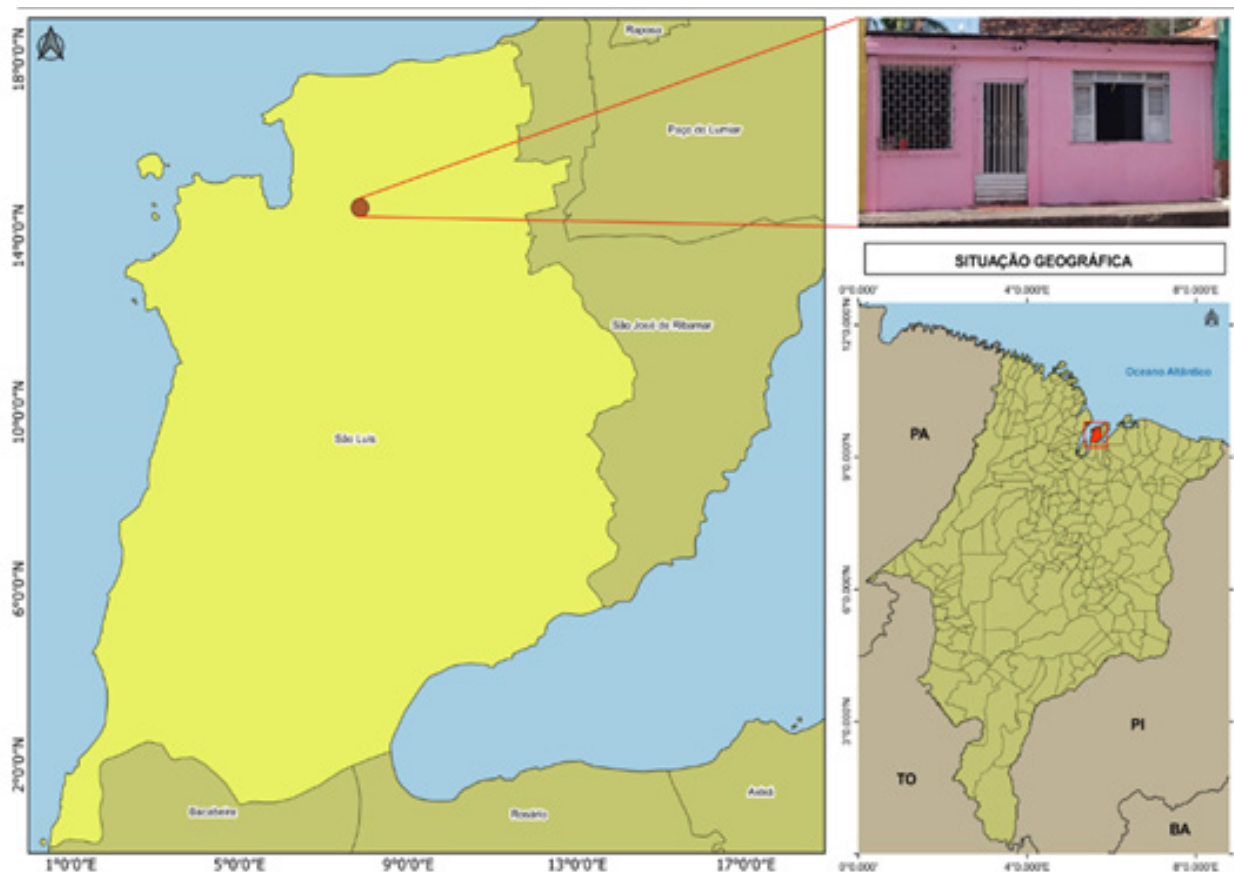
O Tambor de Mina caracteriza-se pela pluralidade espiritual: cultuam-se voduns e orixás africanos, gentis (nobres e figuras históricas associados ao universo espiritual) e caboclos (entidades surgidas nos próprios terreiros brasileiros). Essa diversidade reflete a complexidade da formação cultural do Maranhão, onde se mesclam elementos africanos, indígenas e europeus.

Um dos aspectos mais marcantes do Tambor de Mina é o sincretismo religioso. Rituais e festas frequentemente dialogam com o calendário católico, como ocorre nas celebrações do Divino Espírito Santo, de Santa Bárbara, São João, São Pedro e Santa Luzia. Elementos como a ladainha e a missa são incorporados às festas, sem que isso signifique perda da identidade afro-religiosa. Pelo contrário, o sincretismo se configurou como estratégia de sobrevivência cultural diante da imposição do catolicismo e da repressão às práticas africanas (Ferretti, 1995).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Terreiro de Mina Nossa Senhora Santana, localizado na Rua Desembargador Sarney Costa, no bairro de Fátima, em São Luís, foi o principal espaço observado no trabalho de campo.

Figura 1 - Mapa de localização do Terreiro Nossa Senhora Santana



Fonte: IBGE
Org. Maciel, 2023

Fundado em 1982 por Pai Cliger Rodrigues de Sousa, o terreiro representa uma das muitas casas que mantêm viva a tradição do Tambor de Mina na capital maranhense. A trajetória do dirigente está intimamente ligada à sua espiritualidade desde os 16 anos de idade, quando iniciou seu caminho religioso.

Pai Cliger Rodrigues, destaca que a Casa das Minas mantém sua originalidade, enquanto a Casa de Nagô deu origem a diversos outros terreiros em São Luís e no interior.

Sobre a história da mina maranhense, pai Cliger Rodrigues nos relatou que:

“O tambor de mina é uma religião afro-brasileira praticada no Maranhão, estabelecida em São Luís em meados do século XIX, onde existem dois tipos de nação de tambor de mina no estado, a nação jeje onde nós pais de santo consideramos a mais antiga a qual firmou suas raízes na casa das minas jeje (Querebentã de Toi Zomadonu), este é o terreiro mais antigo de nossa cidade, onde sua construção se deu por volta de 1840. E temos também a nação nagô, construída no mesmo período permanecendo até hoje na casa de nagô. Ambas as casas permanecem no mesmo bairro de origem Madre Deus (Centro Histórico), são casas que ainda mantêm o seu mesmo legado até hoje.”

Pai Cliger Rodrigues ainda destacou:

“A casa das minas possui uma característica própria, por não possuir terreiros filiados a sua nação, ela se destaca como única em São Luís seguindo o mesmo gênero desde a sua fundação. Suas entidades são de uma única linha os voduns e seus cânticos são sempre na sua linha de formação a jeje. Por outro lado, temos a casa de nagô, esta apresenta uma cultura diferente, mesmo sua construção ter sido em período semelhante a casa das minas esta casa além dos voduns lá se cultua, os orixás e encantados, os caboclos ou gentis, que são espíritos de nobres, turcos, reis, índios, etc.

Essa fala revela não apenas a dimensão espiritual, mas também a entrega pessoal que sustenta a rotina da casa. O terreiro funciona dentro da própria residência do pai de santo, o que reforça a ligação entre vida cotidiana e espaço sagrado, mostrando que, para ele e sua comunidade, o sagrado não é apartado do profano, mas atravessa todas as dimensões da vida.

No altar da casa, podem ser vistos elementos tradicionais, como imagens de santos católicos, atabaques, cabaças e objetos de oferenda, evidenciando o sincretismo que marca a religião. Os tambores (atabaques) ocupam posição central, pois são responsáveis por dar ritmo às celebrações e estabelecer a comunicação com as entidades espirituais.

Figura 2 - Altar do Terreiro de mina Nossa Senhora Santana



Fonte: Maciel, 2023

Já dona Graça (74 anos), com décadas de participação nos rituais, relembra como, no passado, os terreiros eram sustentados pela colaboração da comunidade e por doações, em contraste com as dificuldades financeiras enfrentadas atualmente. Esses relatos mostram tanto a permanência quanto as transformações que marcam os terreiros ao longo do tempo.

“Como era bom no passado, coisas boas que se foram e não voltam mais, ‘águas passadas não movem moinhos’, não dá para comparar a nossa época com a época de vocês. Hoje os gastos são muitos, alguns chegam a exigir coisas caras e isto vai de ‘fio a pavio’ e ainda passa de pai para filhos. Deus me guarde, são tantas coisas, no meu tempo as coisas eram diferentes, tudo mais fácil. Por ocasião das festas, chefes de terreiros ganhavam muitas coisas, graças as amizades que tinham com médicos, advogados, comerciantes, dentre outros que se tornavam ‘juizes da festa’ e davam sua contribuição antecipada, como saco de arroz, saco feijão, farinha e muitas outras coisas. Nessa época os encantados ganhavam tantas coisas que até sobravam”.

Dona Graça nos informou que:

“Tudo era bem à vontade, o terreiro ganhava muita coisa e ainda tinha criações de aves, porcos etc., fora isso, as filhas de santo colaboravam com o que faltasse e quem não tinha como contribuir, ajudava nos serviços da casa como lavar, passar as roupas dos encantados, serviço era o que não faltava. Tudo muito diferente do que é visto hoje”.

A organização interna dos terreiros também é significativa: o babalorixá ou mãe de santo coordena espiritualmente a casa; a mãe pequena auxilia na

condução; os abatazeiros tocam os tambores, garantindo a ligação entre o mundo material e espiritual; e os rodantes recebem os encantados, mantendo viva a tradição do transe religioso. Essa hierarquia, porém, é atravessada por forte cooperação e sentimento comunitário, reforçando a dimensão coletiva da religião (Nina Rodrigues, 1935; Bastide, 2011).

Ainda se destaca que as festas e rituais do Terreiro Nossa Senhora Santana revelam a riqueza da religiosidade afro-maranhense. Celebrações em homenagem a entidades como Maria Padilha, Caboclo Roxo, além das festas do Divino Espírito Santo e de Santa Bárbara, reafirmam o caráter sincrético e comunitário do tambor de mina. Nessas ocasiões, cânticos, tambores, oferendas e procissões envolvem não apenas os filhos da casa, mas também toda a comunidade do entorno.

Um dos momentos mais marcantes é o banho de axé, considerado a abertura simbólica das festividades.

O “banho de axé” é um evento emblemático realizado em colaboração entre a Secretaria Estadual de Igualdade Racial e a Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão. Em 2023, o evento foi marcado pelo lançamento de uma campanha contra o racismo religioso, promovida pela Secretaria de Igualdade Racial. Nesse contexto, diversos terreiros de Minas puderam se manifestar, exibindo faixas que clamavam por respeito à sua religiosidade.

Figura 3 - Banho de Axé 2023: Abertura oficial do carnaval em São Luís



Fonte: Maciel, 2023.

Além de enfatizar o direito à fé, essa iniciativa visa evidenciar a contribuição significativa dos povos negros africanos, que foram trazidos como cativos, para a formação da sociedade maranhense, influenciando costumes, culinária, religião e outras manifestações culturais.

E além do “banho de axé”, São Luís celebra outra grande festividade cultural no dia 8 de setembro, em comemoração ao aniversário da cidade. Nesta data, representantes de religiões de matriz africana se reúnem em uma grandiosa procissão dos Orixás, que é uma homenagem a Dom Luís, Rei de França, considerado o patrono da cidade.

Esta procissão, que ocorre há mais de 50 anos, já está consolidada no calendário das festividades culturais afro-brasileiras e é organizada pela Federação de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros do Maranhão, com o intuito de preservar e perpetuar essa tradição. O percurso da procissão inicia-se em frente à prefeitura da cidade e tem como destino a Igreja do Desterro.

A importância desses eventos, como o “banho de axé” e a procissão dos Orixás, reflete a resistência cultural e religiosa dos povos de matriz africana, que, segundo Durkheim (1996), cooperam para a coesão social e na manutenção das tradições. Assim, as manifestações religiosas e culturais não apenas reverberam a riqueza da herança africana, mas também atuam como um meio de afirmação identitária e luta contra a discriminação e o preconceito. A conexão entre a religiosidade e a cultura popular é um testemunho da resiliência dos grupos afro-brasileiros e de sua contínua influência na sociedade contemporânea do Maranhão.

Apesar de sua importância histórica e cultural, os Terreiros de Mina enfrentam constantemente o preconceito e a intolerância religiosa.

De acordo com Santos (2016),

A intolerância religiosa é uma forma de pensar e de agir. Ser intolerante, em termos de religião, é pensar que seu credo é melhor, ou mais certo do que os outros. Ser intolerante, em termos de religião, é agir como se somente o seu credo pudesse existir e ser cultuado. Ser intolerante é ser preconceituoso, é violentar a liberdade de escolha de outro ser humano. Ser intolerante em termos de religião, é não conseguir entender que a escolha da fé é subjetiva e deve atender exclusivamente ao seu contentamento pessoal. É não conseguir alcançar que cada um pode crer, ou não crer, seguir ou não seguir, o que quiser (Santos, 2016, p. 51).

A fim de romper as barreiras do racismo e do preconceito religioso, é fundamental debater mecanismos capazes de combater a desigualdade racial no Brasil. Nesse contexto, em janeiro de 2023, o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.532/23, que tipifica como crime de racismo a injúria racial e protege a liberdade religiosa. Essa legislação estabelece penalidades que variam de dois a cinco anos de reclusão para aqueles que cometerem tais crimes (Brasil, 2023).

Nos Terreiros de Mina em São Luís, a luta contra o racismo religioso se traduz em um ato de união entre as diferentes casas de culto. Quando ocorre um episódio de racismo, os membros de diversos terreiros se solidarizam e se apoiam mutuamente na defesa contra essa violência. Infelizmente, muitos desses casos permanecem invisíveis para a sociedade, e apenas um número reduzido ganha destaque na mídia, como foi o caso do ataque à Casa Fanti Ashanti em 2022. Nesse incidente, um grupo de evangélicos se posicionou em frente ao terreiro, realizando uma manifestação contra a casa e ofendendo a mãe Kabeca, zeladora do local.

Em solidariedade à Casa Fanti Ashanti, vários grupos religiosos se reuniram e realizaram uma passeata pelo bairro, clamando por respeito e paz. Exemplos de intolerância religiosa, como esse, revelam o quanto as religiões que não se alinham às tradições cristãs, especialmente fora do rito católico ou evangélico, enfrentam repressão e violência.

Os relatos dos dirigentes dos Terreiros de Mina em São Luís evidenciam a presença de discriminação. O uso da indumentária típica do povo do axé, que inclui vestimentas brancas e colares de contas, e o som dos atabaques, frequentemente incomodam alguns vizinhos. Além disso, há uma associação equivocada entre as religiões de matriz africana e práticas demoníacas, levando a sociedade a acreditar que os rituais promovem o mal. Essa demonização, particularmente por parte de grupos evangélicos, é preocupante, pois as entidades e orixás são frequentemente retratados como demônios, perpetuando estigmas e alimentando a intolerância religiosa.

Essa situação, conforme aponta Matta (1980), que analisa a relação entre religião e cultura no Brasil, destaca a importância de promover um diálogo

intercultural que respeite as diversas manifestações de fé. O reconhecimento e a valorização das práticas religiosas de matriz africana são essenciais para construir uma sociedade mais inclusiva e plural, onde todos possam coexistir em respeito e harmonia.

Pai Cliger Rodrigues afirma que:

Em outras práticas religiosas também se toca instrumentos e ninguém fala nada. Em nosso tambor temos que pedir autorização policial, pois se não tivermos a polícia chega e manda parar porque alguém denunciou. (...) o barulho é nosso direito no tambor, como qualquer outra religião faz em seu culto, nós fazemos assim e vamos continuar fazendo, porque é ancestral, não é de hoje. Estávamos aqui antes de muitos vizinhos, eu sei que muitas pessoas irão denunciar, mais vamos continuar pois é nosso direito, está no Estatuto de Igualdade Racial e na Constituição Federal. Nós temos o direito de desenvolver as nossas práticas religiosas.

Nos lugares sagrados, os pais e mães de santo relatam que estes espaços sofrem abusos da intolerância religiosa, os olhares repulsivos e os desrespeitos dos que são contrários as práticas do tambor de Mina, emanam todos os tipos de repúdio. Como o caso ocorrido enfrente o terreiro do pai de santo Nery da Oxum, em setembro de 2023, no ato um membro de uma igreja evangélica começou a gritar palavras ofensivas contra os integrantes da casa. Revoltados com o caso, vários membros de outros terreiros se juntaram em apoio ao pai Nery e foram juntos denunciar o caso a delegacia.

Pai Paulo de Aruanda, em repudio ao ocorrido, asseverou que:

Nós queremos respeito pela nossa religião, e nós não vamos parar enquanto não houver uma resposta dos órgãos públicos certos, para poder nos proteger e nos defender dessas pessoas que se julgam líderes religiosas, mas são pessoas que estão ali para proclamar o ódio, o racismo, a intolerância religiosa.

Compreende-se assim, que a cultura e a religiosidade afro-brasileira sofrem um estigma desde longa data, como mencionamos anteriormente, há uma tendência de as igrejas consideradas cristãs perseguirem os fiéis das casas de povo de santo, usando um discurso único, religião do satanismo.

De acordo com Cardoso (2013):

A não compreensão do valor histórico/cultural que as religiões de matrizes africanas possuem impulsiona o preconceito com os praticantes da fé, a discriminação e a segregação social. As religiões afro-brasileiras ainda constituem a minoria em quantidade de fiéis e se mantêm na invisibilidade em muitos lugares para se protegerem dessa cultura de ódio e intolerância fomentada pelos seguimentos neopentecostais no Brasil, que apoiam a destruição de terreiros e o exorcismo de seus frequentadores (Cardoso, 2013, p. 37).

Cada vez mais casos de intolerância e racismo religioso são evidenciados todos os dias, quando um terreiro, um filho de santo ou componente de qualquer religião de culto africano e afro-brasileiro são vítimas deste tipo de preconceito, todos os demais também são, pois em tempos sombrios dar as mãos, manter-se informado e conhecedor de seus direitos é fundamental.

Em 2023 a justiça brasileira registrou em torno de 176.000 casos de racismo e intolerância religiosa, representando um aumento de 17% em 14 anos, esses números consideram aqueles que foram adiante e buscaram a justiça. Porém há aqueles que sofrem diariamente e não falam, por se sentirem acuados com medo diante de tanto preconceito.

No dia 7 de janeiro deste ano foi decretado o Dia da Liberdade de Cultos Religiosos, que foi criado como referência à 1ª lei sob esse aspecto, datada do século XIX (um projeto de lei de 7/1/1890). Um passo avançado, porém, há muito a ser feito e desconstruir nesse sentido, onde mãe e pais de santo deixem de ser assassinados, terem seus terreiros invadidos e profanados, de serem insultados e vítimas de preconceitos e discriminações de toda a parte, entre outros crimes e casos de racismo religioso, violências diversas.

Por fim, é importante reconhecer que o papel dos terreiros na promoção da cultura de paz vai além da religiosidade. Eles funcionam como espaços de formação comunitária, onde as interações sociais transcendem as barreiras impostas pela intolerância e criam redes de solidariedade. A luta por justiça, respeito e aceitação não é apenas espiritual, mas também política e social, como afirmam autores como Aureanice Corrêa (2006), que defende a importância da geografia cultural para entender o papel dos terreiros na construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Conforme visto aqui, do ponto de vista teórico, os resultados dialogam diretamente com a Geografia Cultural. O conceito de lugar, conforme Yi-Fu Tuan (1979), aparece com clareza na vivência dos entrevistados: o terreiro é mais do que um espaço físico, é centro de significados, de afetividade e de pertencimento. Já a noção de espaço sagrado, discutida por Rosendahl (2002), manifesta-se nas falas dos praticantes, que reconhecem no terreiro o local de encontro com o divino e de reafirmação de sua identidade.

Pode-se afirmar que os Terreiros de Mina em São Luís cumprem múltiplos papéis: são espaços de espiritualidade, pois possibilitam a vivência da fé; de preservação cultural, porque mantêm tradições que resistiram ao tempo e às adversidades; e de resistência social, já que enfrentam preconceitos e reafirmam diariamente sua legitimidade.

A fé que se manifesta nos cânticos, nos toques de tambor e nas festas coletivas transcende o âmbito religioso, transformando-se em ato político de afirmação identitária. Apesar das dificuldades financeiras, da intolerância religiosa e da invisibilidade social, os terreiros se mantêm firmes como lugares de memória, pertencimento e luta, reafirmando sua importância histórica e cultural não apenas para a comunidade afrodescendente, mas para toda a sociedade maranhense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido permitiu compreender que os Terreiros de Mina em São Luís/MA se configuram como espaços sagrados que articulam fé, cultura e resistência. Mais do que locais de culto, esses territórios simbolizam a preservação da memória ancestral e da identidade afrodescendente, mantendo vivas tradições que atravessaram séculos de opressão e preconceito.

Os resultados mostraram que os terreiros permanecem como lugares de pertencimento, nos quais a religiosidade se manifesta por meio de ritos, festas, cânticos e oferendas que expressam a força do axé e a ligação com os ancestrais. A análise evidenciou também o papel relevante dessas casas na vida comunitária, atuando como pontos de sociabilidade e solidariedade, além de guardiãs da cultura maranhense.

Contudo, os relatos colhidos nas entrevistas e as observações de campo confirmaram que a intolerância religiosa ainda constitui um dos maiores desafios enfrentados pelos praticantes. Depredações, estigmas e discursos discriminatórios mostram que a luta pela liberdade de culto continua atual. Diante disso, a união entre as casas se fortalece, revelando que a resistência coletiva é parte intrínseca da vivência religiosa e cultural dos terreiros.

A contribuição deste estudo está em dar visibilidade a esses espaços muitas vezes marginalizados pela cultura dominante, ressaltando sua importância no âmbito da Geografia Cultural e das Ciências Humanas. Reconhecer os terreiros como territórios simbólicos significa também valorizar a diversidade religiosa e cultural do Brasil, reconhecendo-os como patrimônio imaterial de relevância histórica e social.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil: Contribuição a uma Sociologia das Interpenetrações de Civilizações**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Sagrado e o Profano: Ensaio sobre a experiência religiosa afro-brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRASIL. **Lei nº 14.532, de 26 de dezembro de 2023**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar como crime a injúria racial e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2023. Seção 1, p. 2.

CARDOSO, Tainá Machado. **Religiosidade e discriminação a partir da análise dos Terreiros de Umbanda e Candomblé no Município de Rio das Ostras (RJ)**. Monografia de Graduação, Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro das Ostras, RJ, 2013.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. UFSC 1995.

CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia Cultural. In: INÁ Elias de Castro et al (Org). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, A. de M. (2006). O terreiro de candomblé: uma análise sob a perspectiva da geografia cultural. **Textos Escolhidos De Cultura E Arte Populares**, 3(1). Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tecap/article/view/12620>.

DUCAN, James. O supra orgânico na Geografia Cultural Americana. In: CORRÊA, R.L. et al. (Org.). **Introdução a Geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins fontes, 1996 [1912].

FERRETTI, Mundicarmo. **Pureza nagô e nações africanas no tambor de mina do Maranhão**. Ciências sociais e religião. Porto Alegre ano 3, n. 3, 2001.

FERRETTI, Sérgio. **Repensando o Sincretismo**. São Paulo/ São Luís: EDUSP/ FAPEMA, 1995.

FLICK, U. **Métodos de pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HUSSERL, Edmund. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura**. Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1980.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

RODRIGUES, Nina. **O Animismo Fetichista dos Negros da Bahia**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2ª edição 2002.

SANTOS, Babalawô Ivanir dos Santos [et al.] (organizadores). **Intolerância religiosa no Brasil: relatório e balanço = Religious intolerance in Brazil: report account /**. Edição bilingue – Rio de Janeiro: Klíne: CEAP, 2016.

SAUER. Carl. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L. et al. (Org.) **Introdução a Geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TUAN, Yi-Fu. Space and place: Humanistic Perspective. In: Gale, S.; Olsson, G. (eds.). **PHILOSOPHY IN GEOGRAPHY**. Dordrecht, Reidel, 1979 a, p. 387 – 427. (publicado originalmente em: **PROGRESS IN GEOGRAPHY**. (6) 211 -252, 1974).

CAPÍTULO 22

LA CONSERVACIÓN DE LOS CONOCIMIENTOS AGRÍCOLAS TRADICIONALES ANDINOS Y LAS POLÍTICAS PÚBLICAS ACTUALES EN PERÚ: EL CASO DE DOS COMUNIDADES CAMPESINAS EN JUNÍN

Claudia F. Loarte Ruiz

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-L

INTRODUCCIÓN

La agricultura andina tradicional local ha heredado y construido sistemas agrícolas complejos a lo largo del tiempo, desarrollados para sus condiciones locales mediante estrategias agrícolas acertadas, producto de la investigación de los pequeños agricultores; cuyo conocimiento y prácticas agroecológicas ancestrales en el campo han permitido que se adapten cultivos a las condiciones de los suelos y climas locales, que se desarrollen técnicas adecuadas y propias para mantener y manejar dichos suelos y el agua, y para el manejo de una producción diversificada compuesta por plantas cultivadas y silvestres, asegurando su autoconsumo, la preservación de su medioambiente y favoreciendo su soberanía alimentaria. Sin embargo, aun conociendo de su importancia, dichos conocimientos y prácticas tradicionales en la agricultura se encuentran vulnerables a perderse por estar siendo abandonadas paulatinamente; el éxodo de los jóvenes del campo a las ciudades que trae el envejecimiento del campo, la falta de servicios básicos en el área rural, los diferentes costos de producción por insumos foráneos, la depauperación de los suelos, la falta de apoyo por parte del Estado y la poca valoración de los conocimientos tradicionales, son factores que causan esta realidad.

Reconociendo que es el Estado quien posee directamente el compromiso de defender, revalorar y mantener el conocimiento tradicional, así como

priorizar a la pequeña agricultura familiar con una gestión sostenible de recursos en la agricultura, mediante diversas Instituciones de gobierno que han venido desarrollando, adaptando y ejecutando programas que involucran directa o indirectamente dichos objetivos, a fin de satisfacer la demanda social y los compromisos con las organizaciones internacionales; pero donde no se conoce específicamente como estas políticas estarían apoyando en la conservación de estos conocimientos o en la posible adopción de nuevas prácticas agroecológicas por parte de los pequeños agricultores andinos, es que se realiza la presente investigación que busca hacer un estudio respecto a la normativa actual implementada en la Región de Junín, provincia de Huancaayo y distrito de Quilcas, para intentar describir sus alcances en torno a la conservación y fomento de los conocimientos agrícolas tradicionales en un ecosistema andino de montaña a través de la valoración de los pobladores de las comunidades campesinas de Quilcas.

Para desarrollar el estudio se buscó determinar aquellas políticas y sus herramientas de gestión (programas) que podrían tener acción sobre los conocimientos agrícolas tradicionales; describir el estado dichos conocimientos en las comunidades de estudio y finalmente, en rescatar, en lo posible, las incidencias de dichas políticas en cuanto a su capacidad de mantener o fomentar estos conocimientos. Es así que, en el marco investigativo, se consideraron aquellas políticas que, de forma general, indican fomentar directa o indirectamente los conocimientos tradicionales y que se habrían ejecutado en la localidad de estudio en los últimos años con regularidad y aquellas que fomentarían modelos de agricultura “más ecológicos”; por lo tanto, se consideró evaluar dentro de las políticas agrarias, ambientales, culturales, sociales y alimentarias (VALDIVIA, et al, 2021), considerando la dificultad que representa la falta de denominaciones y conceptos sobre “conocimientos agrícolas tradicionales” dentro de la política existente.

DESARROLLO DE LA INVESTIGACIÓN

En el presente estudio se utilizó el método científico no experimental, de tipo cuantitativo y cualitativo, de nivel descriptivo transversal, con datos recopilados de campo a través de encuestas, entrevistas y testimonios, con el aporte de especialistas y expertos locales en el tema de estudio.

La investigación se realiza en tres fases definidas como: Investigación de las Políticas Públicas relacionadas; Investigación de los conocimientos agrícolas tradicionales de las comunidades campesinas en estudio; y la investigación sobre los Programas Públicos ejecutados en la zona de estudio.

En la primera fase se utiliza la compilación de información secundaria, a través de la revisión, recopilación y organización de leyes, normas y programas públicos de los ámbitos agrario, ambiental y social (desde el 2000 en adelante) y se contó con entrevistas a 6 tipos de agentes, del sector público y la sociedad civil involucrados, como líderes de la comunidad, funcionarios públicos de diferentes instituciones (agrarias, ambientales, sociales), representantes de movimientos agroecológicos, académicos, especialistas legales y especialistas agroecológicos; haciendo un total de 26 actores. Se desarrolló la clasificación y el análisis aplicando el concepto de policy -mix (BRYNARD, 2009).

En la segunda fase, se desarrollan entrevistas semiestructuradas a informantes clave de las comunidades, especialistas locales y servidores públicos, y testimonios de líderes comuneros, a través de una muestra no probabilística de tipo intencional sujeta a los siguientes criterios: que conozcan del tema, que sean líderes o reconocidos en el tema y con la disposición de compartir sus conocimientos. Es así como, se entrevistó a 05 representantes de las comunidades campesinas, 18 funcionarios públicos y 7 especialistas académicos y agroecológicos locales, y se tomaron 10 testimonios de líderes reconocidos. Mediante esta información se obtuvieron los conocimientos y prácticas agrícolas tradicionales aplicadas actualmente por las comunidades campesinas; se conocieron sobre los programas públicos ejecutados y se seleccionaron,

para una siguiente fase, aquellos que cumplían con: una posible incidencia sobre los conocimientos y prácticas tradicionales agrícolas o agroecológicas, su ejecución durante el período 2017 y 2021-22 y la participación significativa de los integrantes de las comunidades en ellos. Asimismo, se definieron los factores e indicadores para la valorización de ellos en la siguiente fase.

Durante la tercera fase, se realizan encuestas directas, mediante formularios desarrollados con la tecnología ODK Collect de Arc Gis Survey 123, a comuneros participantes de los tres programas públicos determinados y donde la muestra definida por programa estuvo dada de la siguiente manera: el Programa AGRORURAL: 28 y 9 comuneros de CC de Quilcas y Rangra respectivamente; el Programa ECAs -SENASA: 20 y 06 comuneros de CC de Quilcas y Rangra respectivamente y el Programa Saberes Ancestrales: 10 y 08 comuneros de CC de Quilcas y Rangra respectivamente.

Para la valorización de los programas se utilizó un formulario standard a escala Likert de cinco grados y con preguntas distribuidas en un total de 7 factores, donde las variables dependientes se operativizaron a través de los factores identificados en la fase anterior y las variables independientes se definieron como comunidad campesina, género y edad. El procesamiento de la información recolectada se realizó mediante el uso del programa estadístico SPSS, calculando los factores de cada sujeto y transformándolos a una escala de 1 a 100; agrupándolos según cada variable y calculando los promedios por grupo; y aplicando ANOVA de un factor y comparando los promedios obtenidos, con un grado de significancia del 5% y confianza del 95%. Tomando como hipótesis que “los promedios a comparar no difieren entre sí”, e hipótesis alternativa como “los promedios a comparar (al menos uno) difieren entre sí”.

El estudio se desarrolló en Junín, en la provincia de Huancayo, en el distrito de Quilcas, en las comunidades campesinas de Quilcas y Rangra, con territorios ubicados entre las coordenadas 11°51'34" y 11°56'00" LS y 75°11'40" y 75°15'20" LW; y 11° 53' 21.845" LS y 75° 13' 57.796" LW, respectivamente.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Los resultados de la investigación están agrupados según las fases del estudio que son 3 y se detallan a continuación:

FASE I: Investigación de Políticas Públicas relacionadas con conocimientos tradicionales: Se analizaron 68 Normas entre: Política Nacional y Políticas Sectoriales, Leyes, Planes y Programas Nacionales y Sectoriales, Programas Presupuestales y Estrategias Nacionales; en el Tabla N°1 se presentan las principales leyes existentes a razón de su importancia. A razón de esto, las categorizamos en los siguientes 05 rubros:

a) Políticas de Protección de Conocimientos y Prácticas Tradicionales:

Las principales normas de este rubro son: Ley 27811 y Ley 28216, desde la vigencia de estas normas, se inicia un reconocimiento real y una existencia legal de los conocimientos o saberes ancestrales colectivos dándoles la valoración de propiedad colectiva y la definición de conocimientos colectivos, con justificación de uso, de registro y de obtención ganancias por el uso de terceros, por tal motivo, el Estado en su rol de garantizar derechos, los protege y a partir de esto, se han dado avances normativos y acciones respectivas en favor de los conocimientos tradicionales, a lo largo de los últimos años.

b) Políticas sobre Comunidades Campesinas y Agricultura Familiar: Son políticas que directamente respaldan a la propiedad y actividad de las comunidades campesinas. A través de las cuales la legislación protege y legitima las tierras comunales, aunque no se exhibe mayor normativa complementaria que apoye esta protección de la propiedad, básica para el desarrollo y mantenimiento de los conocimientos tradicionales. Respecto a la normativa que trata a la agricultura familiar, se reconoce como un acierto por el respaldo postergado al campesinado, pero su principal carencia es no haber desarrollado esta normativa con un enfoque integrado y multisectorial. Estas Leyes serían: Ley 24656, Ley 24657, Ley N° 30355 y la ENAF 2015- 2021 y su Reglamento.

c) Políticas de promoción a la agricultura ecológica, sustentable o agroecología: Estas normas brindan la plataforma para el desarrollo de sistemas sostenibles, con prácticas medioambientalmente saludables y respetando la integridad cultural, porque incorporan en la legislación actual y ponen en evidencia para el desarrollo agrícola del país, la importancia de técnicas sostenibles que pueden ser tradicionales o de desarrollo más reciente. Estaríamos precisando dos normas: Ley N°29196 y PLANAE 2021-2030

d) Políticas de fomento y apoyo para el área rural: Esta normativa resalta la relativa importancia de la utilización de los conocimientos agrícolas tradicionales, tácitamente, mediante la revaloración de la nutrición y la alimentación tradicional y local, e induce a que se realicen y fiscalicen prácticas adecuadas de inocuidad de alimentos a las Instituciones pertinentes. Asimismo, durante sus acciones asistenciales y sus ejecuciones, se pretende incluir a la pequeña producción local, dentro de ella a la ecológica, es decir, generar mercado y, por ende, promocionar e incentivar ese sector de la agricultura. Así tenemos normas como: Estrategia Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional 2013-2021; y Plan Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional 2015-2021, ENDIS.

e) Políticas de conservación de agrobiodiversidad y servicios ecosistémicos: Esta normativa ha procurado rescatar y aprovechar los conocimientos ancestrales en favor del medioambiente y de los recursos biológicos relacionados a dichas prácticas. Asimismo, revalorar y promocionar los saberes ancestrales mostrándolos en su integridad como es la transversalidad de ellos, no solo por los temas que abarca un conocimiento cultural de una localidad, sino por la influencia de ellos hacia diversos sectores de la sociedad. Cabe resaltar al PLANGRACC, que es el primer Planeamiento que incluye la denominación “técnicas agroecológicas”, y por consiguiente sus principios, para definir los conocimientos ancestrales, dando importancia y revalorándolos en sus ejes estratégico, sin embargo, no presenta acciones concluyentes hacia este fin de revalorización efectiva.

Componentes clave para el mantenimiento de estos conocimientos tradicionales: Los especialistas entrevistados identificaron 31 factores claves, que se clasificaron en seis categorías priorizados en orden de importancia según los entrevistados:

- **El componente Conocimiento**, es el componente más destacado. Reconocen 6 puntos claves que se inician con la difusión de los conocimientos agrícolas tradicionales a través de las escuelas locales para lograr valorar, respetar y perennizarlas en sus localidades. Además de un trabajo con la academia para investigación e innovación y una gestión del conocimiento adecuada por parte del Estado (local, regional o nacional), con la respectiva revaloración y reconocimiento en su alcance como prácticas agroecológicas, la cual pasa por una reivindicación (económica y en actitudes concretas) y una difusión masiva de esta valoración y con la respectiva capacitación de los funcionarios y técnicos de campo.

-**El componente Político**, donde se destaca la voluntad política desde lo más alto del Gobierno para el cambio y las mejoras; la modificación de la visión con respecto a los conocimientos tradicionales y las conceptualizaciones y definiciones teóricas adecuadas para los conocimientos y las prácticas que desarrollan una agricultura sostenible, para tener de donde partir en el desarrollo y promoción de acciones desde el gobierno. También se precisa de un programa específico y de la intersectorialidad en las ejecuciones.

-**El componente de Recursos productivos**, se indican 04 factores interrelacionados, con priorización de la formalización pendiente por parte del Estado de las tierras colectivas, y del apoyo a la producción de quienes mantienen sus conocimientos agrícolas tradicionales.

-**El componente de Mercado**, que se basa en la necesidad de los comuneros por colocar su producción y que influye en mantener sus conocimientos agrícolas por el requerimiento del mercado.

-**El componente Económico**, se resalta la deuda pendiente de la instalación del Fondo para la protección de derechos colectivos, entre otros como el pago por derechos ambientales y aumento de presupuesto direccionado a mantener estos conocimientos.

-El componente de Alianzas, donde consideran que la principal debe darse con la academia para priorizar el rescate ante la pérdida continua de ellos en campo.

Respecto a la Revisión de los Programas Públicos: Los resultados mostraron que la mayoría de los programas incluyen entre sus lineamientos, la revaloración y mantenimiento a los saberes y conocimientos tradiciones involucrados con el medioambiente o/y el agro, ninguno presenta acciones directas; excepto los programas culminados para esta fecha y que tuvieron poco alcance del Ministerio del Ambiente – MINAM. Respecto a los presupuestos asignados a los diferentes programas, lamentablemente, casi todos los programas (exceptuando los asistenciales) por sí solos cuentan con bajo presupuesto, no necesariamente están relacionados o articulados entre ellos y algunos se encuentran finalizando sus fases o estas ya finalizaron. Asimismo, si bien todos los programas incluyen el tema de prácticas más ecológicas en el agro, ninguno determina o precisa una línea de acción enfocada solo a la conservación de los conocimientos agrícolas tradicionales, ni a las prácticas agroecológicas modernas o innovadoras.

FASE II: Investigación de los Conocimientos Agrícolas Tradicionales

Agrícolas: De las entrevistas y testimonios realizados a los informantes claves, se obtuvieron respuestas de los siguientes temas:

a) Sobre los Conocimientos y Prácticas Tradicionales que manejan actualmente: Se encontraron diferentes conocimientos agrícolas tradicionales agrupados en 12 estrategias agrícolas. Estos conocimientos se mantienen en las zonas altas para una agricultura de autoabastecimiento y en asociación con la ganadería. Entre los saberes más firmemente practicados están: la rotación de cultivos, el descanso de tierras (incluso hasta por 10 años como se da en Rangra), la asociación de cultivos con hasta de 10 cultivos manejados en una misma parcela en Rangra, el uso de semillas propias (ambas comunidades son consideradas “guardianes de semillas” de papa nativa), el uso de estiércol de su ganado. Entre las herramientas, el uso de la chaquitacla por el terreno escarpado de las zonas altas y medias. También, en ambas comunidades, se dan con regularidad las faenas comunales a pesar de ser una causa del abandono de las comunidades. Sin

embargo, los conocimientos en campo que están cayendo en desuso son las señas o indicadores biológicos y es en la comunidad de Quilcas donde ya no se practican con regularidad a pesar de conocerlos. Solamente las señas o indicadores hidrometeorológicos siguen usándose en las dos comunidades, pero podrían caer en desuso por el cambio en el clima que se está experimentando. De igual manera, con el uso de pesticidas naturales. Otra practica que los comuneros de Rangra están intentando retomarla, porque se ha dejado de usar en la zona, es el trueque de productos para retomar una actividad comercial ancestral con las comunidades vecinas.

b) Sobre las Prácticas agroecológicas no tradicionales incorporadas o utilizadas: Pocas prácticas se han ido incorporando en las comunidades por los resultados que obtuvieron con ellas y fueron enseñadas desde los programas privados de ONGs locales. Algunas de ellas, actualmente, son reforzadas por los técnicos del Estado mediante diferentes programas y son enseñadas juntamente con otras prácticas similares y no siempre se logran incorporar nuevas técnicas e insumos y simplemente son utilizadas por los comuneros de forma dependiente de las capacitaciones y ante las entregas de insumos de dichos técnicos.

De los resultados se presentan que, prácticas como la forestación y la gestión de agua mediante micro reservorios son desarrollados solo con la dirección de los técnicos estatales, por los costos altos que estos implican, así como los biohuertos. En lo que respecta a los abonos orgánicos, el biol es el más difundido y el más utilizado en ambas comunidades, pero muy pocos lo usan rutinariamente, lo que nos define que les falta capacitarse al respecto o precisarían de un seguimiento por parte de sus capacitadores. Con relación a otros insumos o técnicas para el manejo de plagas y enfermedades, las conocen, las practican durante las capacitaciones o en parcelas de vecinos, es decir muy pocas veces, pero no las incorporaron como una práctica corriente. Con respecto a la mezcla de prácticas tradicionales y convencionales de agricultura, afirmaron que depende de las zonas se aprovechan y utilizan ambas como una medida de complementariedad entre ellas. Mayormente se presentan en las zonas intermedias y bajas, donde puede ingresar el tractor en algunas parcelas o en parte de

ellas y en los lugares de mayor pendiente se usa la chaquitaclla”. También es común, mezclar los fertilizantes (orgánicos y químicos), porque les representa una mejor opción para la producción para la venta y les ha dado buenos resultados en la productividad. Con respecto a los pesticidas, mencionan que los usan porque los derivados de plantas ya no dan buenos resultados y generalmente la producción de estas zonas va al mercado y prefieren no arriesgarla.

Tabla N°1: Importancia de la principal normativa en favor de conocimientos tradicionales

AÑO	SECTOR	LEYES EN FAVOR DE CONOCIMIENTOS Y PRÁCTICAS TRADICIONALES	IMPORTANCIA RESCATABLE
1997	MIDAGRI /MINAM	Ley No. 26839 Ley sobre la Conservación y el Aprovechamiento Sostenible de la Diversidad Biológica	Reconocimiento de la importancia de la propiedad de los conocimientos ancestrales ligados al sistema en el que se desarrollan los mismos.
2002	PCM	Ley 27811 Régimen de protección de los conocimientos colectivos de los pueblos indígenas vinculados a los recursos biológicos.	Leyes iniciadoras de la protección de conocimientos colectivos y su acceso en relación con la biodiversidad.
2004	MINAM	Ley 28216 Ley de Protección al Acceso a la Diversidad Biológica Peruana y los Conocimientos Colectivos de los Pueblos Indígenas.	
2008	MIDAGRI	Ley N° 29196 De Promoción de la Producción Orgánica o Ecológica	Reconocimiento de la producción agrícola en sistemas sostenibles, con prácticas medioambientalmente saludables y respetando la integridad cultural. Primera Ley que resalta principios agroecológicos
2012	MIDAGRI	Plan de Gestión de Riesgos y Adaptación al Cambio Climático (PLANGRACC 2012-2021)	Primer Planeamiento que incluye las denominaciones de técnicas agroecológicas para definir los conocimientos ancestrales, dando importancia y revalorándolos.

2013	MIDIS	Estrategia Nacional de Desarrollo e Inclusión Social “Incluir para Crecer” (ENDIS)	Apoya en la mejora de la producción de la pequeña agricultura mediante prácticas saludables y brinda visibilización del adulto rural y sus conocimientos
2014	MINAM	Ley N° 30215 Ley de Mecanismos De Retribución Por Servicios Ecosistémicos (MERESE)	Medida de compensación hacia los generadores y transmisores de conocimiento continuo
2015	MIDAGRI	Ley N° 30355 Promoción y Desarrollo de la Agricultura Familiar	Norma que rescata a la agricultura familiar e intenta apoyar en técnicas acordes a ellas.
2016	MIDAGRI	Reglamento sobre Formalización del Reconocimiento sobre Zonas de Agrobiodiversidad	Revalora la unidad que se forma entre la agrobiodiversidad, los conocimientos al respecto y el agroecosistema
2018	MINAM	Ley N° 30754 Ley Marco sobre Cambio Climático y Reglamento	Recupera, valoriza y utiliza los conocimientos tradicionales de los pueblos indígenas u originarios y su visión de desarrollo armónico con la naturaleza, en el diseño de las medidas de mitigación y adaptación
2021	MIDAGRI	Plan Nacional Concertado para la Promoción y Fomento de la Producción Orgánica o Ecológica - PLANAE 2021- 2030	Resalta la generación de incentivos a la producción agropecuaria ecológica por beneficios ecosistémicos
ACTUAL	MINAM	Estrategia Nacional ante el Cambio Climático al 2050 – ENCC	Recoge de forma directa la importancia de los conocimientos ancestrales ante el Cambio Climático y la adaptación respectiva, así como rescata el valor intrínseco de ellos para enlazarse con técnicas modernas generando mayor beneficio y nuevas técnicas.

Fuente: Elaboración propia

En lo que respecta a la agricultura convencional en Quilcas, se presenta en la zona baja y en la zona intermedia, puesto que algunos de los comuneros lo realizan dentro de sus propias parcelas. Sobre la comunidad de Rangra, ellos afirman que, en la zona media se realizan prácticas de agricultura convencional y tradicional conjuntamente en algunas de sus propias parcelas pero que ningún comunero realiza solo agricultura convencional.

c) Sobre la Promoción de prácticas sostenibles desde las Entidades Públicas: Según los resultados del estudio, los encuestados han indicado que ninguna Institución o nivel de gobierno impulsa ni promueve directamente sus conocimientos agrícolas tradicionales. Por el contrario, reconocen que hay voluntad en apoyar prácticas agropecuarias sostenibles, donde algunas de ellas son parte de sus prácticas tradicionales y otras se complementan para la realización de una agricultura más sostenible. Los comuneros entrevistados resaltan un cambio en las intervenciones estatales, ahora suelen resaltar temas como agricultura más saludable, con buenas prácticas o “sana”, es decir, más sostenible. Sin embargo, mencionan que existe una falta de coordinación y continuidad entre las Instituciones que las promueven. Según lo respondido, AGRORURAL, SENASA E INIA del MIDAGRI, poseen una presencia relativamente más constante y consideran que promueven prácticas sostenibles acordes con sus prácticas tradicionales.

d) Sobre las Razones para mantener y difundir sus conocimientos o incorporar nuevos: Según las respuestas de los entrevistados, estas prácticas en campo obtenidas como herencia, han venido supliendo la falta de apoyo y tecnología no brindada por el Estado, convirtiéndose en la mejor alternativa en campo. Asimismo, son apreciadas por haberlas recibido desde sus ancestros, haber sido desarrolladas para ese clima, suelo y variedades nativas o locales; y cuyos cultivos producidos son considerados aptos para su propio consumo, como productos sanos. De igual forma, el creciente mercado por productos saludables y producción sostenible les hace valorar sus prácticas propias. Esta misma razón es de importancia cuando se espera incorporar nuevas prácticas sostenibles, así como el reconocimiento de la conservación de los suelos y el ser prácticas no dañinas para la salud.

e) Sobre los Factores que inciden en el detrimento de sus conocimientos tradicionales: Según los entrevistados, los factores que influyen están dados por temas económicos como: costos de insumos y mano de obra, comentan que con los agroquímicos la producción es con menos tiempo en campo y menos costosa; por temas sociales como: cambio en las actividades productivas del comunero, quedando pocos comuneros experimentados en temas tradicionales en el campo y frente a una alta presencia de tecnología convencional en las zonas más favorecidas para cultivos; por temas de mercado como: el precio y la apariencia del producto con una necesidad de incremento de demanda (cercana); por temas climáticos como: los cambios rápidos que se dan actualmente en el clima que modifican los resultados que brindaban los conocimientos en campo por la influencia; y por temas de invisibilidad por parte del gobierno, donde este no les brinda apoyo idóneo y preciso.

FASE III: Investigación de los Programas Públicos Ejecutados en zona de estudio en relación con los conocimientos agrícolas tradicionales:

a) Valoración del PP0068 de AGRORURAL – MIDAGRI en relación con sus conocimientos agrícolas tradicionales: Respecto a la percepción que tuvieron los comuneros de Quilcas y Rangra, se aprecia una valoración baja de forma general. Resalta que, valoran la consideración del conocimiento y prácticas tradicionales o perfeccionamiento u optimización (32.4%) por encima de los demás factores, principalmente porque apoya nuevas técnicas compatibles con las ancestrales y consideran que los conocimientos tradicionales son respetados como base de la intervención del programa. En ese mismo sentido, el manejo o uso de los conocimientos tradicionales tuvo una valoración de 19.1% basada en que se propicia o apoya el uso de técnicas tradicionales de forma rutinaria y la conservación de la comunidad (14.3%) porque consideran que fomentan las prácticas comunitarias, apoya en acciones para mantener la comunidad y apoya en acciones para reconstrucción de acciones o prácticas comunitarias. Asimismo, la baja valoración al fomento o difusión del conocimiento y de las prácticas tradicionales (5%), se

indican porque consideran una falta de apoyo en la divulgación de los conocimientos y una falta de horizontalidad en las interlocuciones o capacitaciones durante las intervenciones del programa. Cabe resaltar que el programa buscaría la recuperación de las capacidades productivas de suelos agrarios y sus servicios ecosistémicos, y podrían darse con el apoyo a estos conocimientos locales para la conservación del medioambiente, valorado este último con 10.3%. Respecto al factor comunidad campesina, son los comuneros de Quilcas quienes aprecian más la consideración del conocimiento y prácticas tradicionales o perfeccionamiento u optimización, principalmente porque apoya nuevas técnicas compatibles con las ancestrales. La influencia del factor género se ve reflejada en la valoración del manejo o uso de los conocimientos tradicionales en consideración de que apoya el uso de técnicas tradicionales de forma rutinaria. La influencia de la edad es marginal, pero se puede vincular con una mayor valoración para la conservación de la comunidad entre los encuestados con edades entre 51 – 65 años, esto se podría explicar por un respeto y apoyo a las prácticas comunitarias y en el apoyo para la reconstrucción de acciones comunitarias.

b) Valoración del Programa Escuelas de Campo de SENASA - MIDAGRI en relación con sus conocimientos agrícolas tradicionales: Respecto a la percepción que tuvieron los encuestados participantes del Programa, comuneros de Quilcas y Rangra, se aprecia que valoran el manejo o el uso del conocimiento y prácticas tradicionales mostrado en el programa (42.1%) porque propicia la utilización de técnicas tradicionales de forma rutinaria, también el fomento o difusión del conocimiento agrícola tradicional (40.1%), consideran que existe apoyo en la divulgación de los mismos, a través de la intervención de sus propios comuneros; así como una horizontalidad en las interlocuciones o capacitaciones durante la intervención del programa. En ese mismo sentido, la sostenibilidad de las expresiones de las culturas e idioma (28.1%), porque recoge o incentiva terminología y nomenclatura local y la conservación de la comunidad (23.1%) porque consideran que se

fomenta prácticas comunitarias, se apoya en acciones para mantener la comunidad y en acciones para la reconstrucción de acciones o prácticas comunitarias. La valoración baja resultó el factor de cultura de conservación o de recursos naturales (16.4%) se indican porque consideran que falta apoyo a las organizaciones de conservadores in situ, con sus conocimientos que favorecen al medioambiente.

El género se muestra como marginal en estos resultados, pero se puede identificar la influencia en la difusión del conocimiento y de las prácticas tradicionales. La influencia del factor comunidad campesina, referente a Quilcas, se ve reflejada en la valoración del manejo o uso de los conocimientos tradicionales en relación del apoyo del uso de técnicas tradicionales de forma rutinaria. Respecto a la influencia de la edad se identifica una mayor valoración del factor rescate o recuperación de saberes, a través de mantener los conocimientos tradicionales, apoyar un proceso de aprendizaje: mediante restitución de prácticas locales y la enseñanza entre comuneros de prácticas tradicionales.

c) Valoración del Programa Saberes Productivos - Pensión 65 – MIDIS en relación con sus conocimientos agrícolas tradicionales: Respecto a la percepción que tuvieron los encuestados participantes, comuneros de Quilcas y Rangra, del Programa, en términos generales es alta. Valoran la recuperación de saberes (56.3%) por encima de los demás factores, principalmente porque apoya en crear una interrelación entre los comuneros y la sociedad (representada por los participantes, servidores públicos y autoridades), apreciaron también un proceso de (re)aprendizaje en talleres de diversos conocimientos locales y sienten que están aportando en el mantenimiento de sus conocimientos agrícolas tradicionales mediante un traspaso generacional de ellos. En ese mismo sentido, la difusión del conocimiento agrícola tradicional tuvo una valoración alta y cercana (51.3%), donde apreciaron el ser los protagonistas y directos de la transmisión cultural. De igual forma, la conservación de la comunidad (50.8%) y la sostenibilidad de las expresiones culturales e idioma (50.6%), fueron de importancia para ellos por relacionarse con el respeto a las prácticas comunitarias y revaloración de la comunidad y sus integrantes; así como,

el uso de la terminología propia y nomenclatura usualmente utilizada y propia y el uso de sus propios términos al expresarse. La baja valoración a un perfeccionamiento de las técnicas o manejo de estas (12.5%) se debe a que estas presentaciones se dan a públicos jóvenes o personas locales que no podrían brindar aporte al respecto. El programa se da principalmente para que los comuneros muestren sus conocimientos para beneficiarlos socialmente; lamentablemente no persigue objetivos adicionales y no se enlaza con otros programas que puedan considerar lo expuesto en aprovechamiento y apoyo.

De los resultados se reconoce una influencia del género como marginal, pero existe mayor valoración respecto al factor comunidad o conservación de la comunidad entre las encuestadas, esto se podría explicar por el sentimiento de valoración y cohesión que se presenta ante el respeto y revaloración a las prácticas comunitarias y a la afectividad o unión que se generan en las interrelaciones durante estas actividades. Con relación al factor comunidad campesina, son los comuneros de Quilcas quienes expresan apreciar más un (re)aprendizaje de los conocimientos locales en los diversos talleres y actividades, así como valoran la interrelación desarrollada entre los comuneros y la sociedad. Respecto a la edad, se presenta con el valor a la difusión del conocimiento agrícola tradicional y respecto a la sostenibilidad de las expresiones de culturas e idioma, representan mayor valor para aquellos adultos mayores de mayor edad.

Se puede precisar que existen 04 normas que han incidido directamente sobre dichos conocimientos y a su vez ellas han incentivado la inclusión de estos conocimientos en mayor normativa y estas serían: Las normas de protección de los conocimientos colectivos y para su registro y uso: Ley 27811 y Ley 28216, (Ruiz, 2006), la norma que promueve la agricultura ecológica y orgánica: Ley N° 29196 y el Plan para la reducción de los riesgos climáticos, y vulnerabilidades: PLANGRACC. A esto, cabe resaltar que, la Estrategia contra el cambio climático - ENCC al 2050 se encuentra recogiendo diversas mejoras y especificaciones para el fomento de los conocimientos agrícolas tradicionales y podría ser una gran herramienta en favor del mantenimiento y promoción de ellos.

La normativa que trata a la agricultura familiar, a pesar de que es un acierto como reconocimiento y respaldo postergado al campesinado, posee como principal carencia el no haber sido desarrollada con un enfoque integrado y multisectorial, pues posee varias aristas para un apoyo efectivo a la pequeña agricultura familiar, rural y al no definir una acción de agricultura sostenible basada o apoyada por conocimientos locales desde sus objetivos, podría no dar un aporte significativo en campo.

Asimismo, presenta una falta de enfoques a largo plazo para su ejecución, considerando una inclusión que busque reactivar la economía rural de forma sostenible y desde su conocimiento. Sin embargo, podemos reconocerle que identifica a la familia campesina como portadora de conocimientos ancestrales, gran avance en el reconocimiento de su valor por sí misma. Se expresa, el impulso a estas familias hacia un desarrollo sustentable (implicando reconversión a tecnologías más ecológicas de ser el caso), mediante el apoyo y respeto de sus diferencias y conocimientos locales y con el soporte técnico acorde y se reconoce intrínsecamente la característica de sus conocimientos nacidos y difundidos dentro de la comunidad (TORRES, 2018).

Sin embargo, falta apoyo directo a ellos detallados en sus acciones estratégicas y sus líneas de acción, así como en las metas a alcanzar. Sobre las políticas de promoción a la agricultura ecológica, orgánica o sostenible, estas incorporan objetivos que permitirían la oportunidad del ingreso y la participación del conocimiento tradicional en el desarrollo innovativo propuesto, la diferenciación de sistemas de producción ecológico regional y propuestas de acción innovadoras en el sector como los beneficios por servicios ecosistémicos, que podrían formalizar un sistema de respaldo al agricultor ecológico, masificar la producción ecológica y aminorar el abandono del agro, pero se tendría que definir el propósito hacia el cual desarrollarse (LOARTE, 2023).

Sin embargo, en estas normas no se ha dado la real visualización a los conocimientos agrícolas tradicionales (agroecológicos) como base de una agricultura sostenible propia y de generación local, para lograr desarrollar su efectiva transmisión y promoción, ni se han especificado ni conceptualizado las terminologías adecuadas que eviten confusiones en la ejecución de las normas actuales y normas futuras (LOARTE, 2023).

Con respecto de las normas ambientales y de servicios ecosistémicos, permiten la acción más directa de los tres niveles del Estado y principalmente de los más cercanos al agroecosistema y los saberes locales, resaltando y revalorando la unidad que se forma entre la agrobiodiversidad, los conocimientos al respecto y el agroecosistema (LLOSA et al., 2021).

Así tenemos que, se evidencian normas de sectores diferentes, en su mayoría más generalistas, que reconocen la importancia de su relación con una producción sostenible y saludable; su interrelación con la agrobiodiversidad y el agroecosistema donde se desarrollan; su valor como técnicas locales desarrolladas y continuas; al igual que su utilidad en el desarrollo de acciones para la mitigación y adaptación ante el cambio climático. Se resaltan normas más específicas, que les brindan respaldo y seguridad a quienes las generan; y aquellas que los reconoce intrínsecamente como técnicas agroecológicas, abriendo ambas, una base para el desarrollo de diversas acciones y conceptualizaciones y reconocimientos.

También, podemos apreciar un avance, aunque no unificado, en favor de los conocimientos agrícolas tradicionales de parte de las legislaciones que han venido desarrollándose, teniendo en consideración que muchas se desprendieron de los acuerdos a nivel internacional y que debían considerarse en la legislación actual. Aunque la mayoría de estas leyes no han actuado directamente sobre dichos conocimientos, han definido su importancia basados en su utilidad respecto al cambio climático, el desarrollo sostenible y/o la conservación del medioambiente, etc. Ninguna ha revalorizado estos conocimientos como plataforma de sabiduría local para generar nuevo conocimiento local o para adaptarlas, ante los cambios, y evitar su desuso (LOARTE, 2023).

CONCLUSIONES

1) Sobre las Políticas Públicas respecto a la conservación de los conocimientos agrícolas tradicionales andinos en las comunidades campesinas de Quilcas, Junín:

- La normativa peruana actual incorpora, desde hace poco más de dos décadas, el reconocimiento de los conocimientos y prácticas tradicionales existentes en el país

- No existen normas actualmente que efectivicen el rescate, respeto y revaloración de los conocimientos y prácticas tradicionales de manera directa, específica y eficiente porque ningún plan o estrategia los ha determinado como tal (conocimientos y prácticas “en la agricultura”).
- Actualmente, ningún programa público considera a los conocimientos y prácticas agrícolas tradicionales ni como objetivos ni como metas.
- Varios programas presupuestales incluyen a los conocimientos agrícolas tradicionales como elementos o acciones para alcanzar sus objetivos, pero no como fin u objetivo del programa.

2) Sobre las comunidades campesinas de Quilcas respecto a los conocimientos agrícolas tradicionales:

- A pesar de que las comunidades campesinas de Rangra y Quilcas son muy tradicionalistas respecto a sus conocimientos y prácticas agrícolas, expresan su preocupación ante la pérdida de sus usos.

3) Sobre la valoración por parte de los comuneros de Quilcas acerca de los programas públicos respecto a los conocimientos agrícolas tradicionales:

- Con respecto al apoyo de la conservación y consideración de sus conocimientos y prácticas agrícolas tradicionales, observamos que es baja para los programas técnicos como son SENASA y AGRORURAL y es de media para la intervención asociada al programa asistencialista Saberes Productivos.
- Respecto a prácticas más sostenibles impartidas o promocionadas, los resultados indican que no se están adoptando en campo completamente, por fallas propias del planeamiento y ejecución de los programas.

REFERENCIAS

BRYNARD, P. **Mapping the factors that influence policy implementation.** Journal of Public Administration, v 44, n 3.1, p. 557-577, 2009.

Decreto Supremo N° 012 – 2009 MINAM. 2009. Política Nacional Ambiental. Diario Oficial El Peruano. Perú. Disponible en: <http://www.minam.gob.pe>

Decreto Supremo N° 046- 2016 MIDIS. 2016. Política Nacional de Inclusión Social. Diario Oficial EL Peruano. Perú. Disponible en: <http://www.midis.gob.pe>

Decreto Supremo N°002-2016 MINAGRI. 2016. Política Nacional Agraria. Diario Oficial El Peruano. Perú. Disponible en: <http://www.midagri.gob.pe>

Decreto Supremo N°056-2020 MINCUL.2020. Política Nacional de Cultura. Diario Oficial El Peruano. Perú. Disponible en: <http://www.mincul.gob.pe>

LLOSA, E. y RUIZ, M. **Conocimientos tradicionales. Experiencia de registro de plantas medicinales en Cusco**. Lima: SPDA, 2021.

LOARTE, C. Análisis de la política agraria sobre las prácticas agroecológicas Un estudio en las comunidades campesinas de Quilcas, Rangra, Huahuanca, Casacancha y San Pedro de Saño. En: **Buen vivir y saberes locales: Sistemas andinos y agroecología**. Buenos Aires: CLACSO, 2023. p.121-166.

RUIZ, M. **La protección jurídica de los conocimientos tradicionales: algunos avances políticos y normativos en América Latina**. Lima: SPDA, 2006.

Torres, J. **El Perú no se entiende sin las Montañas**: Programa de pequeñas donaciones del fondo para el medioambiente Mundial PPD Perú, Programa de las Naciones Unidas para el desarrollo PNUD, MINAM, 2018.

CAPÍTULO 23

“O HOMEM COLETIVO SENTE A NECESSIDADE DE LUTAR”: O CAMPESINATO VISTO A PARTIR DA OBRA “CABRA MARCADO PARA MORRER”

Jeison Barros dos Santos

Laiany Rose Souza Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-560-M

Resumo: O campesinato marcado pelos seus processos de resistência e reinvenção dentro da história mundial do capitalismo, designa não apenas um setor da economia, mas uma classe social distinta. Tendo em vista essa configuração busca-se realizar o debate da questão agrária brasileira a partir do cinema através da obra de Eduardo Coutinho “Cabra Marcado para Morrer” de 1984. Essa proposta surge na disciplina de Geografia Agrária que envolveu diferentes linguagens, dentre elas o cinema e a música, também realizamos revisão de literatura, em que foram revisitadas obras de autores clássicos e atuais. O campo brasileiro visto por meio dessas diferentes linguagens nos sensibilizou pensar elementos do passado e do presente a fim de explicar a realidade da vida camponesa, uma vez que, a partir de suas cenas, o documentário coloca a prova como a estrutura fundiária vigente serve aos interesses do capital agrícola. E nessa cilada estão inseridos os trabalhadores da terra, que a tem como única e exclusiva fonte de renda e de subsistência, sendo constantemente explorados, excluídos e perseguidos. Mesmo com esse cenário devastador e sangrento os camponeses seguem resistindo e se reinventando. Porque como nos lembra Chico Science e Nação Zumbi, em Monólogo ao Pé do Ouvido: “o homem coletivo sente a necessidade de lutar”.

Palavras-chave: campesinato; ligas camponesas; luta pela terra; resistência; cinema, música.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de discussões na disciplina de Geografia Agrária, do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho, localizado no município de Itabaiana.

A disciplina envolveu diferentes linguagens e fomentou que cada estudante pudesse apresentar na sua linguagem o debate da questão agrária a fim de amalgamar os conhecimentos construídos ao longo do período e como forma de ampliar os horizontes do debate sobre a questão agrária de forma crítica, aqui escolhemos trabalhar com cinema e música para tratar da condição do campesinato brasileiro.

A metodologia utilizada é de natureza qualitativa explicativa, de temporalidade longitudinal (Menezes *et al.*, 2019), que se refere a temporalidade da pesquisa que analisa o antes, o durante e o depois de uma mesma variável no estudo. Então, a temporalidade aqui faz referência ao campesinato brasileiro ao longo do tempo, a partir de revisão de literatura, em que foram revisitadas obras de autores clássicos marxistas, livros, música e cinema.

Nesse sentido foi feita uma aproximação das questões relacionadas ao debate da questão agrária com os movimentos de luta pela terra no Brasil a partir da obra de Eduardo Coutinho “Cabra Marcado para Morrer” de 1984 e do trecho da música Monólogo ao Pé do Ouvido de Chico Science e Nação Zumbi. No documentário são explorados o histórico do debate da Questão Agrária, seguido da origem dos conflitos e dos movimentos de luta pela terra no Brasil, representados pelas Ligas Camponesas, que destaca o papel e a atuação de figuras importantes para a consolidação dos movimentos de luta no campo.

Na música, a perspectiva da necessidade de organização nos sensibilizou a pensar tendo como base a geografia crítica, a questão agrária brasileira explorando o movimento camponês representado pelas Ligas Camponesas explicando a partir do histórico da conjuntura política, econômica e social do país. Com destacada importância no âmbito dos movimentos coletivos organizados do Brasil, visto que elas calcaram um dos caminhos que se contrapõem a lógica vigente da estrutura agrária brasileira e conseguiram significativas vitórias.

Assim, é um texto experimental para discutir e compreender a geografia através de diferentes linguagens sensibilizando e fomentando que cada pessoa pense a realidade desde a linguagem que tem afinidade para geografizar a leitura de mundo.

CAMPESINATO

O campo adquire centralidade nos estudos teóricos a partir das teses dos marxistas clássicos durante o século XIX ao formularem análises sobre o futuro do mundo rural frente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, inserem-se no bojo trabalhos como: A Questão Agrária (1899), de Karl Kautsky, O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia (1899), de Lênin, e A Organização da Unidade Econômica Camponesa (1929), de Alexander Chayanov (Vanzo, 2021).

Lênin e Kautsky, defendiam que o desenvolvimento do capitalismo poria um fim ao campesinato, dissolvendo totalmente as características da antiga produção agrícola, representada por uma lógica alheia a de mercado, marcada pela produção e pelo consumo familiar de subsistência. No entanto, as teses do “fim do campesinato” e da “desintegração do campesinato” não foram capazes de explicar por completo a nova configuração que emerge no campo com o capitalismo.

Nesse sentido, Chayanov (1924) argumenta que, a teoria econômica moderna, de base marxista e não marxista, ignora as formas não-capitalistas de produção que ainda existem no mundo rural, e não abrange o conjunto da exploração familiar sem assalariados, propondo um estudo sobre a economia da unidade familiar camponesa. Neste estudo Chayanov discorre sobre morfologia da economia capitalista moderna, descrevendo como suas categorias de análise – capital, lucro, renda e salário – não correspondem a morfologia da economia familiar camponesa:

Ser-nos-á impossível prosseguir uma reflexão econômica contentando-nos com categorias capitalistas, pois um sector muito vasto da vida econômica (mais precisamente: a maior parte da esfera de produção agrícola) baseia-se, não numa forma capitalista, mais numa forma completamente diferente: a da exploração familiar sem assalariados (Chayanov, 1924, p. 479).

Assim, diferentemente do que ocorre nos setores capitalizados da economia, a unidade camponesa familiar utiliza a força de trabalho da própria família para cultivar a terra e no final de um ciclo [da colheita], obter uma certa quantidade de bens, os produtos *in natura*, frutos do trabalho familiar.

Este produto obtido através da atividade familiar e posteriormente comercializado com um mercado de consumo, é a única via de rendimento da unidade camponesa. Visto que, dentro deste sistema as categorias como salário e lucro líquido do glossário econômico capitalista não existem e a exploração do trabalho visa atender as demandas específicas da unidade familiar camponesa: “o grau de auto-exploração é determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho” (Chayanov, 1924, p. 483).

Deste modo, a estrutura econômica e a exploração do trabalho dentro destas unidades têm como objetivo atender as necessidades imediatas e assegurar o bem-estar comum da família camponesa, não necessariamente absorvendo uma lógica capitalista de obtenção de lucros, muito menos desaparecendo frente a esse sistema econômico.

CAMPESINATO NO BRASIL

O campesinato no Brasil, marcado pelos seus processos de resistência e reinvenção dentro da história mundial do capitalismo, designa não apenas um setor da economia, mas uma classe social distinta. Como exemplifica Marques (2012, p. 59), ele é caracterizado por ser “uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória”. O modo de vida do campesinato é baseado no trabalho familiar e na satisfação das necessidades da unidade camponesa. As relações mantidas dentro desta categoria mesclam, ao mesmo tempo, elementos do passado e do presente que estão associados ao processo desigual de formação territorial brasileira (Marques, 2012).

A exploração do território brasileiro durante o período de colonização determinou contundentemente a forma como se daria o acesso a terra, e consequentemente a luta pela terra no Brasil. Com a chegada dos colonos portugueses e a divisão do país em capitanias hereditárias, além do extermínio e da expulsão das comunidades nativas locais, se instaura o embrião da concentração de terras. A espoliação por parte da elite burguesa de Portugal, por meio das sesmarias, monopolizou e restringiu o acesso à terra aos indígenas, escraviza-

dos e seus descendentes, produzindo uma estrutura desigual que se faz sentir ainda hoje no espaço agrário brasileiro.

Coggiola (2007) explica que o regime de distribuição de terras conspirou contra a pequena propriedade e foi o pilar da economia colonial nos séculos seguintes, porque nelas se estabeleceram o modelo das *plantations*, fundadas sobre o latifúndio, na produção de monocultura e na exploração de trabalho escravizado. A união da sesmaria e do engenho foi a unidade econômica e produtora da colônia brasileira e sedimentou a relação que os produtores tem com a terra e o padrão agroexportador nacional (Guimarães, 1963).

Com a aprovação da Lei de Terras (Lei n. 601, de 18.09.1850) em 1850, tem-se a primeira iniciativa legal de organizar a propriedade privada no Brasil e estabelecer o direito agrário. A lei atribuía ao Estado a posse e o direito de comercialização da terra, permitindo sua venda aos estrangeiros, mas inviabilizando as classes mais pobres, os indígenas e os escravizados de terem o mesmo acesso (Stedile, 2011). Quase 100 anos depois, em 1946, a Constituição do Brasil tratava sobre o limite de apropriação das terras e sua desapropriação caso não cumprisse sua função social, fato que não alterava base da estrutura fundiária vigente, organizada sobre a grande concentração de terras nas mãos de uma reduzida elite agrária brasileira.

De contra partida, relevante destacar que as mudanças que ocorrem também se devem as lutas camponesas no Brasil. Desde o momento em que a terra foi invadida, apropriada e pilhada a luta pela terra já havia se iniciado, e os camponeses estiveram na linha de frente se opondo a produção de um espaço geográfico injusto e desigual (Andrade, 1985). Mas é a partir de finais da década de 40 que os movimentos de organização e demandas no campo brasileiro se intensificam. Em especial no Nordeste, o processo de criação das “Ligas Camponesas” marcou significativamente as ações contra a exploração do trabalho e de reivindicação pela terra. Elas serviram também de exemplo para outros movimentos coletivos espalhados pelo Brasil, fortalecendo o espírito de luta e construindo os ideais de justiça popular pelo país (Oliveira, 2007).

Sobre as Ligas Camponesas, Francisco Julião (1962, p. 49), escreve que:

o latifúndio é a subversão, é a ilegalidade, é a desordem [...] para resistir ao despejo, à polícia, ao capanga, a Liga se reúne, mobiliza os camponeses, marcha para a cidade. É o protesto. É a demonstração de massa. Com o apoio dos espoliados da cidade. Do operário. Do estudante. Do intelectual revolucionário. Que foi a Cuba. Que leu Guevara. Que escutou Fidel Castro. Cria-se, assim, o caso local que cresce de proporção, rompe a fronteira e se derrama pelo mundo. É a projeção da Liga. É a sua consagração [...].

Esse retrato da insatisfação popular e da maneira violenta como a concentração de terras pune as vidas camponesas pode ser vista no longa-metragem dirigido pelo jornalista e diretor brasileiro Eduardo Coutinho, intitulado “Cabra Marcado para Morrer”. O documentário é dividido em três momentos e segue uma sequência narrativa que vai muito além dos fatos, construindo uma Geografia completa da comunidade rural do Engenho Galileia, da Liga Camponesa de Sapé, do seu líder João Pedro Teixeira e de sua esposa Elizabeth Teixeira, em contextos e momentos históricos diferentes.

A Liga Camponesa de Sapé, surge enquanto uma associação rural do interior da Paraíba, em 1958. Diante da precariedade e da subjugação que cercava o cotidiano dos camponeses, João Pedro Teixeira e Severino Barbosa são levados a fundar a Associação dos Trabalhadores Rurais de Sapé. Como aponta Diorge Alceno (2023) é com bases em suas experiências passadas, advindas de sua infância no campo, que João Pedro Teixeira “aprendeu cedo as lidas camponesas, o valor da terra e a luta em defesa da mesma” (Almeida *et al.*, 2023). A Liga Camponesa de Sapé desempenhava um papel significativo na organização da revolta e na mobilização camponesa, chegando a congregar cerca de 7 mil pessoas – a maior do Nordeste –, dentre camponeses e operários, num movimento orgânico de luta pela terra e por melhores condições de vida no campo (Oliveira, 2007).

O primeiro momento do filme articula o histórico da idealização e da criação do filme, que ocorre durante a “UNE-Volante”, uma caravana organizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) que percorreu o país em 1962 promovendo a discussão sobre a reforma universitária. Duas semanas antes da caravana chegar até a Paraíba o líder camponês, João Pedro Teixeira, havia

sido assassinado. No dia seguinte a chegada deles, ocorria em Sapé um protesto contra o seu assassinato, no qual reuniu centenas de camponeses associados à Liga, cinco dos seus onze filhos e sua esposa, Elisabeth Teixeira. Segundo o diretor do longa- metragem, foi neste dia que a ideia de produzir um filme sobre a vida de João Pedro Teixeira nasceu, e se chamaria “Cabra marcado para morrer”. As filmagens seriam realizadas com os atores reais da história e nos locais originais dos acontecimentos (CABRA..., 1984, 7 min 58 s).

Somente dois anos depois, em 1964, que as filmagens estavam prontas para serem gravadas, porém um conflito entre camponeses, operários de uma usina e policiais militares na região fez com que o local do filme fosse alterado para Pernambuco, na área do Engenho Galileia onde surgiu o primeiro movimento das “Ligas Camponesas”. Trinta e cinco dias após o início das filmagens, em 1 de abril de 1964, as gravações são interrompidas pelo movimento golpista militar e Galileia é invadida pelo exército. Como conta Eduardo Coutinho (1984), apenas quarenta por cento do filme tinha sido gravado e o “equipamento de filmagem, negativos virgens, copião, fita magnética os exemplares do roteiro e as anotações de filmagem tudo” foi levado. Os principais líderes camponeses locais, junto com os atores e parte da equipe de filmagem também foram presos (CABRA, 1984, 1h 13 min 01s).

Em um contexto de acirramento das disputas no campo político e nas discussões sobre a garantia de direitos sociais, a exemplo da reforma agrária, o Golpe de 1964 instaura uma ditadura civil, empresarial e militar no Brasil, depondo o então presidente eleito, João Goulart. Com a retirada de Goulart de cena política sua proposta de reforma agrária é liquidada. Ariovaldo Umbelino (2007) afirma que, promove-se “uma verdadeira caçada às lideranças sindicais que militavam nas Ligas Camponesas”. O cenário de repressão e violência é tamanho que faz com que os movimentos coletivos organizados do campo diminuam suas áreas de atuação e percam membros associados, que na maioria dos casos tiveram que fugir e mudar de nome para evitar retaliação.

Enquanto o governo se preocupava com suas guerras ideológicas a fim de manter a reprodução do capital, a classe trabalhadora, em especial o camponesinato, vivia na miséria, sem terra e sem acesso aos seus direitos básicos que

garantissem seu bem-estar social. Como atesta o camponês João José, durante o interrogatório do exército em 1964:

Coronel, aqui não tem nada de comunista aqui, nem cubano, nem nada. Tem um povo morrendo de fome, doente, sofredor. Como eu mesmo tô doente... está ouvindo. E precisa de remédio e de comer esse povo daqui. Liberdade e terra para trabalhar (CABRA..., 1984).

A garantia dos direitos sociais e a solução dos problemas relacionados à pobreza e a insatisfação dos camponeses estava fora dos planos do governo militar. Em verdade, a prisão e o extermínio faziam parte da “solução” para conter a insurgência e o avanço dos ideais de justiça popular pelo país.

Em fevereiro de 1981, dezessete anos após o início das filmagens de “Cabra Marcado Para Morrer”, com uma cópia do roteiro e alguns registros salvos durante a invasão da Galileia, Eduardo Coutinho volta ao local para terminar o filme e reencontrar os camponeses que conheceu no passado. Com o processo de reabertura política do Brasil, durante o governo do militar João Figueiredo, é aprovada a Lei da Anistia (Lei n. 6.683, de 28.08.1979), na qual são perdoados crimes políticos e eleitorais cometidos sob a vigência dos Atos Institucionais (AI's), durante os chamados anos de chumbo da ditadura e permitiu com que os protagonistas voltassem a falar abertamente sobre as Ligas.

Neste segundo momento do filme, agora documentário, o foco da narrativa é recontar a história iniciada nas filmagens de 1964, descortinando a partir do relato oral dos camponeses e dos poucos negativos que restaram da filmagem original, o processo de emancipação do campo Paraibano, Pernambucano e dos (des)caminhos traçados pelos protagonistas da luta camponesa. Em que são destaque José Hortêncio da Cruz e João Virgínio Silva, dois dos remanescentes da luta da Galileia, que contam o histórico da criação da Liga Camponesa: um movimento que começou como uma associação funerária e conseguiu a desapropriação do Engenho Galileia por interesse social, em 1959, se tornando um símbolo de luta, coletividade e resistência camponesa contra a concentração de terra e do poder dos latifundiários, inspirando a criação das posteriores Ligas Camponesas.

Em tempo que nos são apresentados exemplos dos camponeses que foram vanguarda e resistiram no campo mesmo após a instalação do golpe mi-

litar, nos são apresentados também exemplos que, marcados pela repressão e violência do período, criaram aversão e não hesitaram em recusar sua condição de camponês, fugindo, se escondendo, trocando de nome e evitando mencionar as “Ligas Camponesas”. Como é o caso de Braz Francisco da Silva e João Mariano, que interpretou o papel de João Pedro Teixeira durante as gravações de 1964 e sente com pesar outrora ter participado da produção do filme e simpatizado com os movimentos de luta pela terra.

Nesse bojo dos reprimidos e fugidos se insere Elisabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, um dos líderes da Liga Camponesa de Sapé. Desaparecida há dezessete anos, desde a invasão militar da Galileia, ninguém sabia de seu paradeiro a não ser seu filho mais velho, Abraão. A companheira de João Pedro Teixeira frente aos movimentos de repressão e perseguição arquitetados pelo governo militar, saiu da Paraíba e foi buscar refúgio em São Rafael, no Rio Grande do Norte, carregando apenas seu filho mais novo, Carlos Teixeira. Com um novo nome, ocultando seu histórico de vida pessoal e assumindo um papel fora do campo, Elisabeth Teixeira resume bem o destino dos homens e mulheres do mundo rural durante a ditadura. Que sem perspectivas e diante da violência empreendida pelo aparato do Estado burguês, esgotando-se as alternativas na terra, são obrigados a negar seu histórico de resistência no campo e reinventar suas estratégias de sobrevivência.

De tal modo, como consequência dos movimentos de fuga e de negação da identidade camponesa como estratégia de sobrevivência a unidade familiar camponesa e seus laços de afetividade também são colocados a prova e esse é o terceiro momento sob o qual o documentário se debruça. No caso da família Teixeira, do “Cabra Marcado para Morrer”, com a insegurança e as ameaças constantes a integridade física de sua família, Elisabeth Teixeira abandona nove de seus dez filhos, em busca de abrigo e um lugar seguro longe onde a influência e o poder dos latifundiários não pudesse lhe ferir. Nesse caminho, por dezessete anos, ela perde por completo o contato com seus filhos e amigos, visto que o contexto histórico da ditadura lhe impedia de assumir sua antiga identidade.

Os (des)caminhos que romperam a unidade familiar e afastaram pais, mães e filhos, produziram ao mesmo tempo aquilo que mantém viva a conexão, mesmo que distante. Na família Teixeira, a saudade é o catalizador das memórias e dos afetos, a saudade marca a lembrança daquilo que um dia eles tiveram: uma família. Ainda que alguns não tenham tido tempo de se conhecer ou estando afastados por tanto tempo, a saudade é a única palavra que conecta os filhos “perdidos” a Elisabeth Teixeira. A saudade aquece e relembra a força da família camponesa, que mesmo distante ainda está conectada.

Historicamente a luta pela terra no Brasil não se restringe somente ao debate teórico da realidade camponesa e da concentração de terras. Além do discurso, os instrumentos de repressão envolvem, comumente, a violência e o embate físico. O exemplo do assassinato brutal de João Pedro Teixeira, pego desarmado, numa emboscada ao voltar para casa durante a noite e a morte de seus companheiros de luta, João Alfredo Dias e Pedro Inácio de Araújo, mutilados e jogados numa vala comum na região de Sapé, em 1964 apresentam a crueldade do sistema capitalista que busca apagar àqueles e àquelas que mostram que é possível construir a realidade de outra forma e lutam.

Outrossim, incluem-se aqui também o atentado ao filho de João Pedro Teixeira, Pedro Paulo e o suicídio de sua filha Marluce, como reflexos da manutenção do sistema de reprodução do capital sobre a classe trabalhadora.

Mesmo com esse cenário devastador e sangrento os camponeses seguem resistindo e se reinventando, e este é o exemplo que Elisabeth Teixeira nos mostra no documentário. Diante das violências históricas sofridas por ela e por sua família, ela conta que: “[...] nunca esmoreci, nunca esqueci a luta [...] A luta não para. A mesma necessidade de 64. Está plantada. Ela não fugiu um milímetro” (CABRA..., 1984, 1h 54 min 18 s).

Nesse sentido, como nos lembra Chico Science e Nação Zumbi, em Monólogo ao pé do Ouvido: “O homem coletivo sente a necessidade de lutar” (Chico Science, Nação Zumbi, 1994). E sente porque a injustiça e a raiva contra as formas de opressão são capazes de despertar a consciência dos homens para além do individualismo, concebendo o problema como um problema coletivo e de classe social. Por isso Elisabeth Teixeira encerra “Cabra Marcado para

Morrer” com seu espírito de luta reaceso novamente, dizendo:

A mesma necessidade está na fisionomia do operário, do homem do campo. A luta que não pode parar! Enquanto que se diz que tem fome e salário de miséria, o povo tem que lutar. Quem é que não luta por melhor? [...] Eu, como venho sofrendo, tenho que lutar. É preciso mudar o regime. [...] Democracia sem liberdade? Democracia com salário de fome e miséria? Democracia sem o filho do operário ter direito a estudar? (CABRA..., 1984).

As contradições do modo de produção capitalista neste território de dimensões continentais, desenharam historicamente uma Geografia, que expulsou da terra, concentrou-a e fez surgir, dela mesma, os movimentos de luta e de resistência pela terra. Cabra Marcado para Morrer e Monólogo ao Pé do Ouvido ecoam o espírito dos trabalhadores e do campesinato. A coletividade, o senso crítico e a realidade vivenciada. Isso prova que há uma disputa, injusta e violenta, que persiste dentro do espaço agrário, e que mesmo com o aparato repressivo das elites, esta Geografia continua a ser redesenhada, forçada a uma nova escrita graças ao elo dos trabalhadores do campo.

A luta não acabou, tampouco os processos de resistência, a terra continua inacessível e a reforma agrária nunca deixou de ser um problema latente. Ações como a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), continuam sendo, na atualidade, importantes para alterar este paradigma vigente.

Em Torto Arado (2019, p. 257), Itamar Vieira Júnior escreve que “sobre a terra há de viver sempre o mais forte” e Elizabeth Teixeira é a prova disso: mulher, mãe, camponesa, e líder sindical, ousou enfrentar as correntes da desigualdade e da injustiça que a cercava, mesmo sabendo do risco, não cedeu e continuou a perseverar em busca de melhores condições para si e para o campo. Seu exemplo não é somente simbólico, mas material, de uma “questão” que ultrapassa até mesmo sua própria idade (cem anos), e que continua a desafiar o pacto orgânico que a humanidade estabeleceu com a natureza.

Em seu centenário, “essa incansável mulher marcada para viver”, como escreve Aquino (2025), é o maior expoente vivo das ligas camponesas e do movimento de luta pela terra. Ela materializa tanto no documentário, quanto em sua vida, a realidade do trabalhador do campo e demonstra que é possível construir alternativas, buscar diferentes realidades, e forjar um projeto, político e social, que atenda as necessidades do povo. Ainda que tenhamos avançado no debate sobre o acesso à terra, a reforma agrária não chegou e a concentração permanece uma realidade. Todavia, a trajetória de Elizabeth Teixeira se insere como um divisor de águas no movimento camponês. Ela escreveu o passado e seu legado, inspira agora, os futuros caminhos daqueles que ousarão se rebelar algum dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de colonização marcou profundamente a estrutura agrária brasileira, colocando sob a mão de uma pequena elite burguesa o território nacional. Com o desenvolvimento do sistema capitalista e a consolidação de uma economia exportadora, o campo ficou refém do poder e dos interesses dos grandes proprietários de terra. Interesses estes, que nunca estiveram alinhados à coletividade, a soberania popular, ou aos interesses da população. Mas sim, a uma ideologia de vendabilidade universal, de transformação de todo e qualquer tipo de coisa em lucro, da terra até o produto final, tudo pode ser vendido e comprado. Inclusive, a força de trabalho.

Diante deste cenário é que surgem os movimentos organizados de luta pela terra, em princípio organizados em associações funerárias e de ajuda mútua, evoluindo até as Ligas Camponesas. As ligas buscavam além do acesso à terra, a garantia de condições dignas de trabalho e bem-estar social, resumidas em direitos básicos como saúde e educação. A Liga Camponesa do Sapé foi a maior e uma das mais importantes do Brasil, com mais de sete mil camponeses e operários associados. Dela surgem duas das figuras mais importantes do movimento camponês brasileiro: João Pedro Teixeira e Elisabeth Teixeira.

Ambos lutaram contra as formas de exploração do capital latifundiário e por melhores condições de vida no campo. Perseguidos e colocados na condi-

ção de ilegalidade, ousaram resistir e se rebelar contra as formas como mundo agrário Brasileiro operava em fins da segunda metade do século XX. A atuação deles foi acompanhada por episódios sangrentos e traumáticos, que culminaram no assassinato de João Pedro Teixeira, em 1962, e no desaparecimento de Elizabeth Teixeira por dezessete anos. Fatos estes narrados por Eduardo Coutinho em seu documentário intitulado “Cabra Marcado para Morrer”, de 1984.

O documentário mescla elementos do passado com elementos do presente para mostrar a realidade da vida camponesa. A partir de suas filmagens ele coloca a prova como a estrutura fundiária vigente serve aos interesses do capital agrícola. E nessa cilada estão inseridos os trabalhadores da terra, que a tem como única e exclusiva fonte de renda e de subsistência, sendo constantemente explorados, excluídos e perseguidos. Forçados a pagarem cada vez mais pelo uso da terra, quando não, recebendo menos que o trabalho exercido. Resistindo e se reinventando como alternativa para não abandonar de vez o campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E AUDIOVISUAIS

ALMEIDA, Rogério de; SOUZA, Christiane Pereira de; MEDEIROS, Kamilla. **Cabra marcado para morrer**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786587047478>. Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1006. Acesso em 18 outubro. 2024.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1986. 64 p.

CABRA marcado para morrer. Direção: Eduardo Coutinho. Produção de Vladimir Carvalho, Zelito Viana e Eduardo Coutinho. Brasil: Mapa Filmes, 1984. 119 min.

COGGIOLA, Osvaldo. **La cuestión agraria en Brasil**. Grupo de Pesquisa História e Economia Mundial Contemporâneas. Artigos, p. 1-35, 2007. Disponível em: <https://www.rebellion.org/docs/39143.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2025.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Editora Fulgor SA, 1964. 204 p.

JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. v. 1.

MONÓLOGO ao Pé do Ouvido / Banditismo por uma Questão de Classe (Vineta). Intérprete e Compositor: Chico Science. In: DA LAMA ao caos. Intérpretes: Chico Science & Nação Zumbi. Rio de Janeiro: Sony Music (Chaos), 1994. Faixa 1 (5 min). .

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional—1500-1960.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304 p.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, n. 12, p. 57-67, 2012.

MENEZES, Afonso Henrique Novaes et al. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância.** Petrolina: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019. 83 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

CHAYANOV, Alexander V.; CABRAL, Manuel Villaverde. Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924). **Análise Social**, p. 477-502, 1976.

VANZO, Pedro Henrique. Questão agrária e campesinato: teoria e paradigma no contexto da corrente marxista clássica. **Sociologias Plurais**, v. 7, n. 3, 2021.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado.** 1ª ed. São Paulo: Embira, 2021. 272 p.

CAPÍTULO 24

SABERES DO CAMPO, DESAFIOS E PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS: REFLEXÕES A PARTIR DA VIVÊNCIA NO TERRITÓRIO RURAL

Synarha Cinthia Barros da Silva
Doi: 10.48209/978-65-5417-560-N

Resumo: O presente capítulo apresenta reflexões a partir de vivências em campo no contexto da Secretaria de Agricultura, abordando os desafios e saberes presentes nas comunidades rurais. O texto discute a importância da Educação do Campo, da agroecologia e das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. As observações realizadas durante o acompanhamento de associações e agricultores revelam questões relacionadas à falta de informação, desregularização de algumas organizações sem fins lucrativos, êxodo rural e necessidade de maior apoio técnico. A partir de autores como Caldart, Oliveira, Altieri e Santos, reflete-se sobre o papel da geografia agrária e da agroecologia na valorização dos seres protagonistas do campo e na construção de uma agricultura sustentável e satisfatória.

Palavras-chave: Educação do Campo; Agroecologia; Geografia Agrária; Desenvolvimento Rural; Agricultura Familiar.

INTRODUÇÃO

A geografia rural e agrária permite compreender as múltiplas dimensões que estruturam o espaço do campo — produtivas, sociais, culturais e ambientais. As vivências em campo oferecem subsídios concretos para analisar os impactos das transformações econômicas e políticas na vida dos agricultores. A atuação na Secretaria de Agricultura tem proporcionado experiências para minha vida acadêmica no curso de agronomia, observações sobre o funcionamento das associações rurais, paisagem rural, a diversidade da agricultura no município, a implementação de políticas públicas, e a relação entre Esta-

do e agricultor. Como destaca Santos (1996), “o espaço geográfico é o palco das relações sociais, e cada paisagem rural é a expressão concreta da luta pela permanência e pela transformação”. O presente texto busca refletir sobre as experiências vividas no território rural e discutir caminhos possíveis para o fortalecimento da agricultura familiar e sustentável.

VIVÊNCIAS E APRENDIZADOS NO TERRITÓRIO

Durante o trabalho na Secretaria de Agricultura, participei do envio de propostas de duas associações e do acompanhamento de inscrições no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas ações possibilitaram observar a realidade de muitas famílias que dependem da agricultura como principal fonte de renda. Entretanto, percebi a falta de conhecimento dos agricultores acerca das políticas públicas, editais e programas de incentivo, o que resulta na perda de oportunidades de crescimento e comercialização é até mesmo a insegurança e falta de esperança. A ausência de apoio técnico e de acompanhamento contínuo dificulta a autonomia das associações e a capacidade de gestão de seus membros. Caldart (2004) observa que “a Educação do Campo nasce como projeto político-pedagógico dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, que reivindicam o direito de aprender a partir de suas realidades”. Essa perspectiva ressalta a importância de um processo educativo que parta do contexto local e valorize os saberes dos agricultores.

O ENCONTRO COM O AGRICULTOR DO AÇUDE DO MATO

Uma das experiências mais significativas ocorreu no Sítio Açude do Mato, zona rural do município de Glória do Goitá, onde conversei com um agricultor sobre a história do lugar, suas transformações produtivas e principais entraves. O nome do sítio remete a dois açúdes que ainda existe, as pessoas moradoras da época extraíam sal, e com o tempo foi havendo excasse e até hoje não se faz mais esse processo, um dos açúdes se chamava na época açude do mato, por isso o nome do local, foco principal da Produção na época em que o agricultor entrevistado chegou era o coqueiro, devido a falta de manejo foi-

-se diminuindo tanto a Produção quanto a qualidade. Com o passar dos anos, as mudanças climáticas e a diminuição do índice pluviométrico alteraram a dinâmica local. O agricultor relatou que, antes, o problema era o excesso de chuva; hoje, enfrentam a seca, a escassez de mão de obra e a desvalorização dos produtos. A mandioca, a macaxeira e a pecuária são as principais atividades produtivas atualmente. Entretanto, há relatos de doenças nas lavouras e da falta de assistência técnica rural. Além disso, a extração de areia na região tem impactado a paisagem e os recursos naturais. Abramovay (1998) ressalta que “o desenvolvimento rural sustentável depende da conciliação entre o uso dos recursos naturais e a manutenção da vida social no campo”. Essa vivência evidencia a necessidade de repensar o uso do território, integrando economia, meio ambiente e sociedade.

DESAFIOS ESTRUTURAIS E SOCIAIS

As observações de campo evidenciam uma série de desafios estruturais e sociais. Entre eles, a falta de informação técnica e de formação sobre políticas públicas; o desânimo e a migração de jovens para áreas urbanas; a carência de investimento em tecnologia e capacitação; e a fragilidade das associações. Oliveira (1999) argumenta que o campo brasileiro é resultado de um processo histórico de exclusão, no qual as políticas de modernização concentraram renda e marginalizaram os pequenos produtores. Essas desigualdades ainda persistem e comprometem a permanência das famílias rurais. Além disso, o desmonte de programas de extensão e assistência técnica tem aprofundado as dificuldades. É necessário retomar políticas de fortalecimento da agricultura familiar, garantindo acesso ao crédito, formação e comercialização justa.

EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E AGROECOLOGIA COMO CAMINHOS DE ESPERANÇA

A superação dos desafios do campo passa pela educação contextualizada e pelo fortalecimento da agroecologia. Altieri (2012) define a agroecologia como uma ciência que alia conhecimento tradicional e inovação tecnológica,

buscando o equilíbrio ecológico e social. A juventude rural precisa ser incentivada a permanecer no campo por meio de projetos de formação técnica, programas de inovação e acesso a tecnologias sustentáveis. Caporal e Costabeber (2004) destacam que “a agroecologia não é apenas um modo de produzir, mas uma forma de viver e compreender o território”. Essa visão se articula com a Educação do Campo, que busca formar sujeitos críticos e capazes de transformar sua realidade. Experiências de sucesso em agroecologia e cooperativismo podem servir de exemplo para outras comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências relatadas e as observações realizadas demonstram a importância de unir teoria e prática na construção de um campo mais justo e sustentável. A geografia agrária, a educação do campo e a agroecologia convergem na defesa da valorização dos saberes locais, do fortalecimento das organizações rurais e da preservação do meio ambiente. O contato direto com os agricultores permite compreender que o desenvolvimento rural não se faz apenas com políticas públicas, mas com diálogo, respeito e valorização da cultura camponesa. O futuro do campo depende da capacidade de integrar conhecimento técnico, políticas inclusivas e práticas solidárias. Como afirma Freire (1987), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Essa perspectiva reafirma a necessidade de construir coletivamente caminhos para a transformação social no espaço rural. Nesse prisma, o meio rural é poderosíssimo, quando se acompanha de perto, busca união com diversos âmbitos, para tentar buscar soluções, investimentos e assim melhorar, e “anima-los” a continuar no campo, pois sem ele não há vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. *Agroecologia: enfoques teóricos e estratégicos*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografia Agrária: teorias e críticas*. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Ademir Terra

Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009) e mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2004). Professor Associado do Departamento de Geografia - DEGEO da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA; Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - PPDSR da Universidade Estadual do Maranhão; Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço - PPGeo da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA; Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais do Campo - GEPQAM. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, Epistemologia da Geografia, Evolução do Pensamento Geográfico e Teoria e Método da Geografia. Atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Geografia, Questão Agrária, Campesinato, Movimentos Sociais do Campo e Comunidades Tradicionais.

<https://lattes.cnpq.br/9327812285370061>

<https://orcid.org/0000-0002-5304-3341>

ademirterra@professor.uema.br

Ivanio Folmer

Graduado, mestre e doutor em Geografia pela UFSM, com especialização em Coordenação Pedagógica. Atua como professor de Geografia na Rede Estadual do RS e como professor formador no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Possui experiência em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão nas áreas de Educação do Campo, Território, Educação Ambiental, Gênero e Sexualidade. Foi tutor EAD (UFSM) e professor formador no PARFOR (UCS). Integra os grupos de pesquisa Girassol, GPET (UFSM) e Agricultura e Urbanização na América Latina (USP), além de ser membro da Academia LusoBrasileira de Valquiria Conti Letras do RS.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ademir Terra

Professor do Departamento de Geografia (DEGEO) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

E-mail: ademirterra@professor.uema.br

Ana Clara Silva Costa

Bacharel em Geografia/UFMA.

Antonio José de Araújo Ferreira

Dr. em Geografia Humana/USP, DEGEO-PPGGEO/UFMA.

Ana Paula Neves

Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; Médica Veterinária (UFSM); mestra em Agroecossistemas (UFSC); doutora em Agroecologia (UdeA/Colômbia).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1350935231230911>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2138-5291>

E-mail: paula.neves@ufrpe.br

Antonio José Araujo Cruz

Graduado e mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5376539143606992>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6811-929X>

E-mail: antonioaraujo1096@hotmail.com

André Luiz Rodrigues da Silveira

Docente do Centro Universitário UniAraguaia; Doutor em Agronomia (UFG).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0180354093343502>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5055-6627>

E-mail: andresilveira@uniaraguaia.edu.br

Albertina Maria Ribeiro Brito de Araújo

Doutora em Educação UFPB.

E-mail: albertinari@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2759605249640142>

Claudia F. Loarte Ruiz

Ingeniera, Mg. Sc. Ecología Aplicada, UNALM – Perú, Maestría en Gestión Estratégica, FGV – Brasil, Maestría en Proyectos, Universidad Ramon Llull – España y Diplomado en Agroecología, Universidad Veracruzana – México y Diplomado en Gestión Pública y Alta Gerencia – ENAP/SERVIR, Perú. Con 20 años de desarrollo profesional en sectores agrario, forestal y medioambiental.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6712-1864>.

Carlos de Melo e Silva Neto

Servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Docente na Universidade Estadual de Goiás; Biólogo (UFG), Mestre em Biodiversidade Vegetal (UFG); Doutor em Agronomia (UFG).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2681735180356106>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8624-3836>

E-mail: carloskoa@gmail.com

César Augustus Labre Lemos de Freitas

Dr. em Geografia/UFG, DECON/UFMA.

Chirlene Pessoa Sousa

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Designer Pedagógica na UEMANET. Pesquisadora nos grupos GEDITE/UEMA e GEPTS/UFMA.

Ednalva Alves Lima

Mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UNB). Professora Assistente II do Departamento de Letras e Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus Santa Inês. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3500178887085611>

E-mail: ednalvalima@professor.uema.br

Flávio Pereira de Oliveira

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professor Adjunto do Departamento de Letras e Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus Santa Inês. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6704265772058227>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3847-4999>

E-mail: flaviooliveira@professor.uema.br

Fábio José da Silva Nascimento

Doutor em Geografia (PUC-Rio), professor do Programa Ensinar de Formação de Professores da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e docente das redes estadual de ensino do Maranhão e municipal de São José de Ribamar (MA).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4099694260306747>

E-mail: fabiojosenascimento@gmail.com.

Gabriel Caymmi Vilela Ferreira

Docente do IFG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Engenheiro Agrônomo (UFV); mestre em Extensão Rural (UFV) e doutor em Ciências Ambientais (UFG).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0437258462796607>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2440-4558>

E-mail: gabriel.ferreira@ifg.edu.br

Gerson Jonas Schirmer

Doutor em Geografia pela UFSM.

E-mail: gerson.j.schirmer@ufsm.br

Henrique Coelho da Silva

Mestre em Geografia - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4783820393062966>

E-mail: henriquecoelhos@outlook.com

Iara Jaime de Pina

Docente do IFG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Engenheira Florestal e Licenciada em Ciências Agrárias (USP); mestra em Agroecologia (UEM).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3741782297311403>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3828-342>

E-mail: iara.pina@ifg.edu.br

Ivolanda Magali Rodrigues da Silva

Professora da Cadeira de Disciplinas Técnicas da Formação de Técnico em Agropecuária de uma Escola Agroecológica do Estado do Rio de Janeiro, Doutora em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0209880365327979>

E-mail: magmelmagospel@hotmail.com

Ivonne Buenaventura

Bióloga, Mestre em Desenvolvimento rural e Biodiversidade, doutoranda em Entomologia UFRPE.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1916225293159955>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9655-394x>

E-mail: Ivonne.buenaventura@academico.ufpb.br

Jane Ferreira da Rocha

Jeison Barros dos Santos

Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia e Bolsista do Programa de Educação Tutorial em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Alberto Carvalho em Itabaiana/Sergipe.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0487336998373778>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5681-9701>

E-mail: jeisonbarros@academico.ufs.br

José Sampaio de Mattos Júnior

Prof do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, do Programa de Pós- Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão.

Juan Camilo Perez

Técnico em Meio Ambiente, Graduando do Curso em Agroecologia UFPB.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0031157366907600>

E-mail: agroecologiajuanc@gmail.com

Jean Magno Moura de Sá

Professor do IFMA Campus São Luís Maracanã. Bacharel em Ciências Sociais, licenciado em Sociologia, especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, mestre em Educação, doutorando em Políticas Públicas. Lat-

tes: <http://lattes.cnpq.br/8991355661128532>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0898-2024>. E-mail: jeanmagno@ifma.edu.br

Jorge Luiz Schirmer Mattos

Docente do Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UFRPE - Núcleo de Agroecologia e Campesinato - Departamento de Educação - Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3886221463517734>

Orcid: 0000-0002-4748-0828

E-mail: jorge.mattos@ufrpe.br

João Santos Nahum

Bacharel em Ciências Sociais, Licenciado em Geografia pela UFPA, Especialista em Geografia e Planejamento Ambiental pela PUC-MG, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA-UFPA), Doutor em Geografia (UNESP-Rio Claro), Professor Titular da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9009465125001273>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7791-9240>

E-mail: prof.joaonahum@gmail.com ; joaonahum@ufpa.br

Juliana de Oliveira Ramadas-Rodrigues

Licenciada em Educação Física (EEFD/UFRJ) e Bacharel em Nutrição (UNIRIO), Especialista em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), Mestre em Nutrição Humana (INJC/UFRJ) e Doutora em Ciências Nutricionais (INJC/UFRJ). Atualmente é nutricionista do Cefet/RJ campus Maria da Graça, pesquisadora do LADIGE/UFRJ e coordenadora do projeto de extensão Horta escolar do Cefet-RJ.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8514594995026618>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0492-2793>

E-mail: juliana.rodriques@cefet-rj.br

Jurcelio Henrique de Araújo

Administrador do Setor Diretoria de Administração e Planejamento Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano Campus Rio Verde. Rio Verde, Goiás, Brasil. E-mail: jurcelioaraujo@gmail.com.

Kiwa Perez Buenaventura

Graduanda do curso Técnico em Agropecuária CAVN.

E-mail: kiwiki2008@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8149-9283>

Laiany Rose Souza Santos

Professora Doutora do Departamento de Geografia de Itabaiana - DGEI/UFS. Professora formadora do Programa Escola da Terra, de formação continuada para professores(as) do campo, quilombolas e indígenas. Pesquisadora do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, vinculada aos Grupos de Trabalho - GTs: "Feminismos, Resistencias y Procesos Emancipatorios en Latino America y Caribe" e do Grupo de Trabalho "Estudios Críticos del Desarrollo Rural".

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5333570174498007>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2951-1715>

E-mail: laiany@academico.ufs.br

Leonardo Cunha Borges

Administrador do Setor Registros Escolares. Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano Campus Catalão. Catalão, Goiás, Brasil.

E-mail: leonardo.cunha@ifgoiano.edu.br.

Lucas Atanásio Catsossa

Docente afeto à Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè (FGA/UniPúnguè) – Extensão de Tete, Moçambique. Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/Brasil). Licenciado em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM/Moçambique). É Pós-doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Rio Claro, São Paulo.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1986094447915292>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3883-4807>

E-mail: lucascatsossauem@gmail.com

Luiza de Castro Boldrini

Estudante de Nutrição (Unilasalle-RJ).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9896782955978529>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6976-1131>

E-mail: luizaboldrini@gmail.com

Lucas Henrique Pereira Pontes

Marisa Dal Ongaro

Doutoranda em Educação pela UFSM.

E-mail: marisadalongaro@gmail.com

Maria Patrícia Cabral da Silva¹;

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial –UFRPE. Graduada em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia Rural – UFRPE. Professora Assistente da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9370864281212717>

Orcid: 0009-0006-6697-4010

E-mail: maria.cabral@delmiro.ufal.br

Maria Helena Romani Mosquen

Mestre em Educação nas Ciências(UNIJUÍ), Servidora Pública Federal (IFSC câmpus são Miguel do Oeste).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7178535645653063>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4276-3527>

E-mail: maria.mosquen@ifsc.edu.br

Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho

Graduação em nutrição pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1999), mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/ IESC (2003), doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro / IMS (2009), Pós-Doutorado em Comunicação pelo PPG COM / ESPM-SP (2016) e no PPGCOM /ECA-USP (2023). Professora associada do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenadora do Grupo de Pesquisa DGP-CNPq e Laboratório Digital de Educação Alimentar e Humanidades LADIGE/UFRJ. Desenvolve projetos extensionistas de cursos de educação alimentar para escolas básicas. Membro do Programa de Pós-Graduação em Nutrição do INJC / UFRJ. Membro do grupo de Pesquisa NECTAR/UERJ e REDE NAUS (Rede Ibero-Americana de Pesquisa Qualitativa em Alimentação e Sociedade). Atua na área de Alimentação e Nutrição com ênfase em comunicação, educação e cultura.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0748450712768416>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8286-5689>

E-mail: mariaclaudia@nutricao.ufrj.br

Rafael Santos Freitas Motta

Estudante de Nutrição (Unilasalle-RJ).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0986113033137818>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7098-138X>

E-mail: mottarafaelnutri@gmail.com

Ramofly Bicalho

Professor do Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica. Rio de Janeiro. Brasil.

E-mail: ramofly@gmail.com.

Rossane Maciel Pereira

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão.

E-mail: rossanemaciel15@gmail.com

Synarha Cinthia Barros da Silva

Tarcilia Serra Costa

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), professora da rede municipal de São Luís, lecionando a disciplina de Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2481497263116602>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7205-3530>

E-mail: tarciliaserra@hotmail.com

ARCO
EDITORES

**ADEMIR TERRA
IVANIO FOLMER**
ORGANIZADORES

Geografia Rural e Agrária, Educação do Campo e Agroecologia

Reflexões e Práticas

